

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PEDRO LUIZ STEVOLO

**A perseguição ao Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo  
(1968-1970)**

(Versão corrigida)

**SÃO PAULO**

**2024**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PEDRO LUIZ STEVOLO

**A perseguição ao Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo  
(1968-1970)**

(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino.

**SÃO PAULO**

**2024**

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

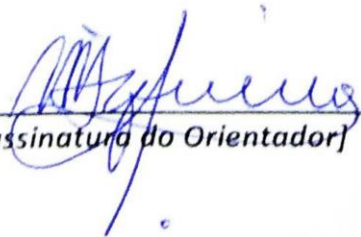
**Nome do (a) aluno (a): Pedro Luiz Stevolo**

**Data da defesa: 05/02/2024**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria Aparecida de Aquino**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/03/2024



\_\_\_\_\_  
[assinatura do Orientador]

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S843p Stevolo, Pedro Luiz  
A perseguição ao Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo (1968-1970) / Pedro Luiz Stevolo; orientador Maria Aparecida de Aquino - São Paulo, 2024.  
266 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Ditadura Militar (1964-1985). 2. Educação. 3. Ginásios Vocacionais. 4. Repressão. I. Aquino, Maria Aparecida de, orient. II. Título.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Os ginásios vocacionais são dos movimentos mais belos do Brasil. Ali se formou uma atitude de admirável sensibilidade em relação ao mundo em que vivemos, uma capacidade de construir as noções que me parecem as mais capazes de desenvolver no jovem tanto a capacidade pessoal quando o espírito de grupo – os dois grandes pressupostos, aparentemente inconciliáveis, de toda educação que, em nossos dias, queira possuir um timbre humano. Conhecendo há muitos anos a notável educadora que o organizou, e que fora minha aluna distinta; conhecendo vários dos seus orientadores e professores, compreendo perfeitamente que assim fosse, pois eles formam uma das equipes mais dignas, mais animadas do desejo de servir à coletividade de que tenho notícia. Possa o seu exemplo ser bem compreendido, corretamente avaliado, para frutificar a serviço do bem público.

(Antonio Cândido de Mello e Souza – **Revista Visão** – 1970)

## AGRADECIMENTOS

À professora Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida de Aquino, pela orientação ética, rigorosa e paciente desta pesquisa. Sem sua orientação generosa, nos momentos mais difíceis, não teria conseguido.

Ao professor Dr. Daniel Ferraz Chiozzini, pelas conversas e indicações sobre a história dos Ginásios Vocacionais e pela participação no exame de qualificação e na banca de defesa.

À professora Dr<sup>a</sup>. Janice Theodoro da Silva, pelo aprendizado no início de minhas pesquisas junto aos acervos documentais e pela participação na banca de defesa.

À professora Dr<sup>a</sup>. Helenice Ciampi, pela participação na banca de defesa.

À professora Dr<sup>a</sup>. Ana Maria de Almeida Camargo pelas orientações e observações rigorosas sobre o trabalho com as fontes e por sua participação no exame de qualificação.

Ao professor Fernando Bonadia de Oliveira pela amizade, pela orientação filosófica, acadêmica e pedagógica e pelas constantes conversas que deu início a esta pesquisa.

Ao professor Victor Fiori Augusto, pela amizade, pelo ensinamento filosófico, acadêmico e pela revisão rigorosa do texto desta dissertação.

Aos meus pais, Antonio e Cleide, por sempre apoiarem minhas decisões e por me ensinarem as coisas simples da vida.

A Fernanda Eiras Rubio, pelo amor, carinho e companheirismo que foram fundamentais para tornar esta pesquisa possível.

Aos amigos e amigas de Valinhos, por tentarem juntos fazerem uma cidade melhor.

Aos membros da Associação de Preservação Histórica de Valinhos, pela hercúlea luta na preservação patrimonial da cidade.

Aos amigos e amigas da cidade de São Paulo, que me ensinaram a viver e compartilhar esta cidade.

Aos estudantes da Escola Estadual Caetano de Campos - Aclimação pelo convívio alegre e pedagógicos que, durante a escrita da dissertação, não me deixaram esquecer da importância da educação pública e crítica.

Às funcionárias e funcionários do Departamento de História Social da FFLCH-USP, cujo trabalho foi essencial para a concretização desta pesquisa.

Às funcionárias e funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, cujo trabalho e atendimento foram essenciais para início e desenvolvimento desta pesquisa.

A Seção de Arquivos (SEARQ) do Superior Tribunal Militar, pelo atendimento profissional e rápido no alcance do IPM da Educação.

A Capes, pelo apoio financeiro que, parcialmente, tornou possível este trabalho.



## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer alguns pontos para compreender as diferentes formas de controle, vigilância e repressão utilizadas pela ditadura militar brasileira (1964-1985) para perseguir e encerrar a experiência de ensino público promovido pelo Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo (SEV). Esta pesquisa, situada na análise documental produzida por diferentes setores dos órgãos repressivos do período, visa salientar que foram realizadas diversas investigações para tipificar como “subversivas” as práticas pedagógicas dos Ginásios Vocacionais que foram reunidas e depuradas no Inquérito Policial Militar (IPM) da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, sob responsabilidade do coronel Rubens Resstel. O caso aqui em exame, evidencia um amplo e complexo sistema que, de forma peculiar na história da ditadura brasileira, procurou investigar as práticas sociais de seus funcionários, a organização, o sistema de ensino e as técnicas didático-pedagógicas desenvolvidas nos Vocacionais para verificar se havia ou não ensejo de “subversão” em seu métodos.

**Palavras-chave:** Ginásios Vocacionais, ensino público, órgãos repressivos, perseguição, subversão.

## ABSTRACT

The present work aims to establish some points to understand the different forms of control, surveillance and repression, used by the Brazilian military dictatorship (1964-1985) to persecute and end the experience of public education promoted by the Vocational Education Service of the State of São Paulo. Paul (SEV). This research, based on the analysis of documents produced by the repressive bodies of the period, aims to highlight that several investigations were carried out to classify as “subversive” the pedagogical practices of Vocational Gyms that were gathered and refined in the Military Police Inquiry (IPM) of the Department of Education of the State of São Paulo, under the responsibility of Colonel Rubens Resstel. The case under examination here highlights a broad and complex system that, in a peculiar way in the history of the Brazilian dictatorship, sought to investigate the social practices of its employees, the organization, the teaching system and the didactic-pedagogical techniques developed in Vocational courses to verify whether or not there was an opportunity for “subversion” in his methods.

**Keywords:** Vocational Gyms, public education, repressive bodies, persecution, subversion.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AI – Ato Institucional

AI-2 – Ato Institucional nº 2

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ALN – Ação Libertadora Nacional

APROEV - Associação Pró-Ensino Vocacional

APSP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

CEDIC - Centro de Documentação e Informação Científica Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CEI – Comissão Estadual de Investigações

CGI - Comissão Geral de Investigações

CIEP - Centre International d'Études Pédagogiques

CJM - Circunscrição Judiciária Militar

CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

CME - Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CSN - Conselho de Segurança Nacional

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CPM - Código Penal Militar

DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo

DPF/SP - Delegacia Regional de São Paulo do Departamento de Polícia Federal

DSI – Divisão de Segurança e Informações

ESG - Escola Superior de Guerra

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

GEVA – Ginásio Estadual Vocacional de Americana

GEVBA – Ginásio Estadual Vocacional de Barretos

GEVOA - Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha”

GR - Guerra Revolucionária

GV – Ginásio Vocacional

IPM – Inquérito Policial Militar

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LSN - Lei de Segurança Nacional  
MEC – Ministério da Educação  
MPM - Ministério Público Militar  
Oban - Operação Bandeirantes  
5°GCAN - 5° Grupo de Canhões 90 Antiaéreos de Campinas–SP  
RENOV – Relações Educacionais e do Trabalho  
SCGI/SP - Subcomissão no Estado de São Paulo da Comissão Geral de Investigações  
SEE - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo  
SEV – Serviço de Ensino Vocacional  
SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional  
SNI - Serviço Nacional de Informações  
SSP/SP – Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo  
STM - Superior Tribunal Militar  
TUCA – Teatro da Universidade Católica de São Paulo  
UEE – União Nacional dos Estudantes  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
USAID - United States Agency for International Development  
USP – Universidade de São Paulo

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Extrato do Estudo de Laerte Ramos sobre o SEV.....	p. 120
Figura 2 - Estudo do Meio - GV Americana, 1967.....	p. 130
Figura 3 - Manifestação Estudantes contra Portaria 31.....	p. 162
Figuras 4 e 5 - Índice do Texto Ens. Voc. Poli. Edu. SP.....	p. 174 e 175

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
O Percurso da Pesquisa: bibliografia e acervos documentais.....	24
História Oral: um testemunho necessário.....	32
Objeto de Pesquisa.....	35
Estrutura do Trabalho.....	38
<b>CAPÍTULO 1 – OS GINÁSIOS VOCACIONAIS: DA RENOVAÇÃO À REPRESSÃO</b> ..	40
1.1. O lugar dos Vocacionais na história da educação brasileira .....	40
1.2. 1968: O SEV entra na mira do aparato repressivo .....	56
1.3. Os tentáculos do aparato repressivo e a repressão.....	70
<b>CAPÍTULO 2. O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR E SEU CONTEÚDO PEDAGÓGICO</b> .....	86
2.1. Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo .....	86
2.2. O Conteúdo pedagógico do IPM e a “guerra psicológica adversa” .....	98
2.3. As atividades pedagógicas descritas no <i>Relatório</i> do IPM.....	102
2.3.1. A vigilância.....	102
2.3.2. A organização do Serviço de Ensino Vocacional .....	106
2.3.3. O Sistema de Ensino dos Ginásios Vocacionais .....	110
2.3.4. Estudos Sociais de Barretos na mira do aparato repressivo.....	120
2.3.5. Estudo do Meio .....	125
2.3.6. Autoavaliação .....	131
<b>Capítulo 3. O CONTEÚDO POLÍTICO EDUCACIONAL DO IPM E A LEITURA DE RUBENS RESSTEL</b> .....	136
3.1. A Política Educacional do Estado de São Paulo: Ensino Vocacional X Ginásios Pluricurriculares.....	136
3.2. O Contexto das acusações de “subversão” atribuídas aos professores dos Vocacionais ....	147
3.3. Os professores “ativistas” e ação do professorado paulista contra a SEE .....	153
3.4. Textos políticos e educacionais “subversivos” na leitura de Resstel .....	165
3.5 As conclusões de Rubens Resstel e a “infiltração comunista nos meios educacionais” .....	177
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	189

<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	194
<b>FONTES DOCUMENTAIS</b> .....	204
<b>ANEXOS</b> .....	208
ANEXO 1 – Documento “Subversão no Ensino Vocacional” – Coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima. Comandante do 5º GCAN de Campinas. 15 de abril de 1969.....	209
ANEXO 2 – Documento “Autos de Exame de Conteúdo de Documento” de Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano Domingos de Castro, referente ao “currículo” da “Matéria de Estudos Sociais”. Ginásio Estadual Vocacional “Embaixador Macedo Soares”.....	211
ANEXO 3 – Documento “Autos de Exame de Conteúdo de Documento” de Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano Domingos de Castro, referente a “Autoavaliação” e “Estudo do Meio”. .....	213
ANEXO 4 – Documento “Ensino vocacional na política educacional de São Paulo” – texto de fulano de tal. ....	219
ANEXO 5 – Texto “Infiltração comunista nos meios educacionais” - Coronel Rubens Resstel .....	230
ANEXO 6 - Breve biografia dos indiciados dos Vocacionais após o IPM .....	241
ANEXO 7 – Entrevista: Aurea Cândida Sigrist de Toledo Piza.....	245

## INTRODUÇÃO

O Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo (SEV) foi um órgão da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) encarregado de coordenar o Sistema de Ensino Vocacional<sup>1</sup>, um projeto educativo que propunha uma experiência renovadora no ensino público paulista de nível ginásial (atual Ensino Fundamental II). Vigorando entre os anos de 1962 a 1970 os Ginásios Vocacionais, como ficaram conhecidos, compreenderam uma rede de escolas com unidades pedagógicas nas cidades de São Paulo (capital), Americana-SP, Batatais-SP, Barretos-SP, São Caetano do Sul-SP e Rio Claro-SP. (MASCELLANI, 2010)

Sua viabilização foi possível através da coragem e valentia da educadora e Coordenadora do SEV, Maria Nilde Mascellani<sup>2</sup>, pedagoga de longa atuação na rede pública de ensino do Estado de São Paulo, em conjunto com inúmeros professores e técnicos, deixando marcas vivenciais e afetivas em todos que por ele passaram.

Caracterizado como um método de ensino que tomava a educação como instrumento de mudança da sociedade (NEVES, 2010, p. 15), as práticas e a experiência pedagógica dos Ginásios Vocacionais entraram para a história da educação pública paulista e, por conta disso, têm sido cada vez mais pesquisadas, principalmente no campo específico da Educação, enquanto método de ensino vanguardista realizado na década de 1960.

Durante os primeiros anos de sua existência, apesar de ter convivido com trocas no comando da SEE e ataques de adversários que possuíam projetos pedagógicos diferentes em relação à transformação da escola brasileira, as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo Ensino Vocacional e seus funcionários parecem não ter chamado a atenção ou mesmo ter sido um problema para a ditadura militar<sup>3</sup> que perdurou entre os anos de 1964 a 1985.

---

<sup>1</sup> De acordo com Joana Neves (2010, p. 12, nota 1): “A expressão sistema de ensino vocacional tem, por sua vez, duplo significado: indica o conjunto de Ginásios Vocacionais que, coordenados pelo SEV, compunham uma rede de escolas experimentais e designa, também, a experiência pedagógica aí realizada.”

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo, MNM, trabalhou na rede pública de ensino paulista ao longo das décadas de 1950 e 1960, até ser aposentada pelo Ato Institucional nº5 em 1970. Na década de 1970 lecionou na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, em 1984, teve seus direitos restituídos por ato do então governador do Estado de São Paulo Franco Montoro (1983-1987). (FAGIONATTO, 2018a, p. 241-242)

<sup>3</sup> Embora não haja um consenso na historiografia quanto a terminologia utilizada para nomear o período em questão, optamos por utilizar *ditadura militar* por entendermos que a governança do período foi uma



O golpe de Estado desencadeado, a partir do dia 31 de março de 1964, no Brasil, fruto de uma articulação formada por militares, setores da burguesia industrial, agrária e financeira, tão logo assumiu o poder, procurou afastar do cenário político e social os indivíduos considerados opositores ao novo governo. (DREIFUSS, 1981)<sup>4</sup>

Esta primeira leva de punições atingiu militares, políticos e servidores públicos que, segundo o entendimento das forças armadas, tinham alguma ligação com o governo recém deposto, com o “comunismo”, a “subversão” ou eram acusados de “corrupção”, entendida como desvio de dinheiro público. O principal instrumento utilizado para esta “limpeza”<sup>5</sup> foi a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), com o objetivo de identificar em todas as esferas governamentais, funcionários civis e militares acusados de “corrupção”, de associação ao “comunismo” ou envolvidos em atividades consideradas “subversivas”. (ALVES, 2005, p. 69) Objetivando a apuração sumária de um crime e sua autoria, os IPMs permitiam ao regime lançar dúvidas em relação aos indivíduos e assim iniciar uma investigação que gradativamente limitava sua liberdade. (ARQUIDIOCESE, 1991, p. 173)

Conforme apontou Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. XX) no seu trabalho *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, o anticomunismo foi um importante elemento agregador das forças militares - e políticas - para “justificar” a intervenção autoritária, representando assim no imaginário social a figura do comunista como sinônimo de desagregação social ou patologia social a ser eliminada.

Na mesma linha, segundo Julia Letícia Camargo Barbosa (2012), no trabalho *Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o dops mineiro na ditadura militar (1964-1973)*, no campo político, o indivíduo acusado de praticar atividades

---

ditadura exercida essencialmente pelos militares, conforme análise desenvolvida por João Roberto Martins Filho (2019). No entanto, é importante frisar que autores aqui utilizados adotam outras terminologias como: Estado autoritário (AQUINO, 2004), Estado de Segurança Nacional (ALVES, 2005) e ditadura civil-militar (REIS, 2004). Para um interessante debate sobre as controvérsias historiográficas referentes à nomeação do período compreendido entre os anos de 1964 a 1985 ver, por exemplo, Melo (2012; 2014) e Delgado (2004).

<sup>4</sup> A análise desenvolvida por Dreifuss (1981) no trabalho *1964: a conquista do Estado*, demonstra, além da ampla participação de civis, o caráter classista da burguesia nacional e internacional na articulação e execução do golpe de 1964, de modo a evitar que ocorressem mudanças substanciais nos direitos e poderes da classe trabalhadora, promovidas pelo então presidente João Goulart. (1981, p. 488)

<sup>5</sup> Refiro-me aqui à chamada “Operação Limpeza” que instaurou em diversos estados Inquéritos Policiais Militares (IPMs) com o objetivo de identificar em todas as esferas governamentais, funcionários civis e militares envolvidos em atividades de “corrupção” ou consideradas “subversivas”. Em 27 de abril de 1964, o Decreto n° 53.897 instituiu a Comissão Geral de Investigação (CGI), chefiada pelo general Taurino de Resende, que passou a centralizar todos esses IPMs. (KANACK, 2019, p. 4; FICO, 2001, p. 149-150)

“subversivas” passou a ser relacionado diretamente ao “comunismo” e possuía contornos rotuladores relacionados ao que estava fora “(...) dos modelos políticos, morais, comportamentais e culturais desejados dentro de determinada esfera de poder.” (BARBOSA, 2012, p. 33) Assim, segundo a autora, a partir do golpe de 1964:

(...) novos componentes oriundos da classe média como os estudantes universitários, intelectuais, artistas, além de religiosos e trabalhadores de todos os tipos, há aí um alargamento do conceito de *subversão* que passa ter uma conotação muito mais ampla englobando toda a oposição política. O *subversivo* seria aquele que ameaçasse as instituições e o ordenamento social, independentemente de sua origem social. (BARBOSA, 2012, p. 39)

Estas punições e perseguições atingiram também as instituições de ensino superior do país, suspendendo aulas e afastando reitores e professores que, pelas mesmas razões apresentadas, eram considerados obstáculos às ações do novo regime. Como, por exemplo, o afastamento de funcionários e invasão da Universidade de Brasília (UnB), o IPM que investigou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os IPMs instaurados em diferentes faculdades da Universidade de São Paulo (USP), a desestruturação e perseguição a funcionários da Universidade Federal de São Paulo (UFSP). (BRASIL, 2014b, p. 269-272)

Apesar dessas perseguições e punições, nos anos iniciais após o golpe de 1964, os Ginásios Vocacionais não tiveram suas práticas experimentais de renovação educacional relacionadas a “subversão”, ao “comunismo” ou a “corrupção”.

No entanto, isso mudou com o acirramento do regime nos anos subsequentes, mais precisamente a partir do dia 20 de dezembro de 1968, quando dois funcionários do Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII” da cidade de Americana-SP (GEVA) em vias de serem dispensados, procuraram o coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, então Comandante do 5º Grupo de Canhões 90 Antiaéreos (5ºGCAN) de Campinas-SP e denunciaram atos de “subversão” e “corrupção administrativa” atribuídos à coordenação, direção, orientação, corpo docente e técnico das unidades de Americana-SP e da capital, o Ginásio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha (GEVOA).

Em 07 de abril de 1969, um desses denunciantes, fez nova denúncia, desta vez encaminhada ao Ministério da Justiça, relatando “atos de corrupção e subversão” atribuídas a dez funcionários ligados aos Ginásios da cidade de Americana-SP e de São

Paulo (capital).<sup>6</sup> Esta denúncia, deu origem ao Processo n° 00358 da Subcomissão do Estado de São Paulo da Comissão Geral de Investigações (SCGI/SP)<sup>7</sup> que no desenrolar de suas atividades procurou investigar também práticas de “corrupção” e “subversão” atribuídas a funcionários da SEE e que durou até o mês de abril de 1970.

Paralelamente, foi instaurado o Processo n° 37/69 da Comissão Estadual de Investigações (CEI)<sup>8</sup>, concluído em 9 de dezembro de 1969, que apurou a acusação de “subversão” atribuída a Aurea Cândida Sigrist<sup>9</sup>, diretora do GEVA, e Maria Nilde Mascellani, coordenadora do SEV. Além disso, o Departamento de Polícia Federal da Delegacia Regional de São Paulo (DPF/SP) instaurou, em 21 de agosto de 1969, o Inquérito Policial n° 191-69-c, que investigou a prática de atividades “subversivas” atribuídas a Aurea Cândida Sigrist e Maria Nilde Mascellani, que teve seu relatório final concluído em 29 de abril de 1970.

Em decorrência das investigações procedidas pela CEI, Aurea Sigrist e Maria Nilde Mascellani foram afastadas de seus cargos por determinação da SEE, nos dias 17 e 18 de junho de 1969, respectivamente. Em 12 de dezembro de 1969, em uma ação conjunta da polícia federal e das forças armadas, todas as unidades do SEV foram invadidas, funcionários, mães, pais e estudantes foram detidos e materiais foram apreendidos. (TAMBERLINI, 1998, p. 141)

Entre os meses de abril e maio de 1970, foi instaurada uma sindicância que deu origem ao Processo n° 13.185/70 da SEE, realizada por ordem do então Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), contra o Ginásio Estadual Vocacional “Embaixador Macedo Soares” da cidade de Barretos-SP, para apurar práticas de “subversão” atribuídas a Maria Debora Vendramini, Orientadora Pedagógica daquela unidade.

---

<sup>6</sup> São eles: Aurea Cândida Sigrist (GEVA), Moacyr da Silva (GEVA), Louvercy Lima Olival (GEVA), Maria Rosa Cavalheiro (GEVA), Maria Nilde Mascellani (SEV), Darcy Paulillo dos Passos (GEVOA), Luiz Benedicto Lacerda Orlandi (GEVOA), Nagib Miguel Elchmer (GEVOA), Carmem Maria Craidy (GEVOA) e Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães (GEVOA).

<sup>7</sup> Órgão ligado diretamente ao Ministério da Justiça e instituída pelo Decreto-Lei n° 359 de 17 de dezembro de 1968, a Comissão Geral de Investigações (CGI) tinha como objetivo promover investigações “sobre enriquecimento ilícito a partir dos informes dos sistemas de informação do governo e denúncias encaminhadas por cidadãos comuns.” (KNACK, 2014, p. 4)

<sup>8</sup> Instituída pelo Decreto-Lei n. 6, de 06 de março de 1969, pelo então governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, tinha como objetivo, promover investigações sumárias de atos de “subversão” e enriquecimento ilícito de servidores públicos civis e militares.

<sup>9</sup> Professora da rede pública de ensino paulista, Aurea Cândida Sigrist, atuou como orientadora educacional no Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII” da cidade de Americana-SP de 1962 até 1968, quando foi indicada para direção.

Todas estas investigações foram finalmente reunidas e depuradas pelo Inquérito Policial Militar (IPM) da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo<sup>10</sup>, instaurado em abril de 1970 por determinação do General José Canavarro Pereira, então comandante do Quartel General do II Exército. Este IPM durou até o mês de setembro de 1970 e teve como encarregado o Coronel Rubens Resstel<sup>11</sup>, então comandante do 5º GCAN de Campinas e objetivou investigar as atividades de “corrupção” e “subversão” atribuídas ao SEV<sup>12</sup>, a pessoas ligadas à SEE e outros colégios<sup>13</sup> da rede pública estadual de ensino.

Neste Inquérito, Rubens Resstel reuniu todas as informações e documentos provenientes das investigações realizadas anteriormente contra os funcionários dos Ginásios Vocacionais e, a partir delas, coletou novos dados, reuniu novos documentos, colheu novos depoimentos e procurou inclusive a consultoria pedagógica de eminentes professores<sup>14</sup> para julgar e avaliar a proposta pedagógica do SEV e verificar se havia ou não, em suas práticas e métodos, ensejo de subversão.

Em 24 de setembro de 1970, Resstel concluiu o Relatório final do IPM da Educação onde narrou e interpretou as ocorrências, os atos praticados pelos envolvidos e indiciou 14 pessoas que considerou culpadas, sendo nove funcionários dos Ginásios Vocacionais.

Como consequências, em junho de 1970 o SEV teve seu encerramento legal oficializado quando foi integrados à rede comum de ensino paulista pelo Decreto nº 52.460 do Governo do Estado de São Paulo e, em 4 novembro de 1970, Aurea Cândida Sigrist e Maria Nilde Mascellani foram aposentadas pelo Ato Institucional número 5.<sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> Doravante adotaremos o termo IPM da Educação para facilitar a comunicação do texto.

<sup>11</sup> Rubens Resstel, que ficou à frente do 5º GCAN de 12 de fevereiro de 1970 a 10 de março de 1972, foi um veterano da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial, foi Chefe da seção econômica do Serviço Nacional de Informações (SNI) e em 1964 fez parte do grupo de militares que articulou com o empresariado paulista o golpe contra João Goulart no Estado de São Paulo. (GASPARI, 2014, p. 396-397)

<sup>12</sup> Mais especificamente o Ginásio Vocacional “João XXIII” de Americana-SP, o Ginásio Vocacional “Oswaldo Aranha” da capital paulista e o Ginásio Vocacional “Embaixador Macedo Soares” de Barretos-SP.

<sup>13</sup> São eles: Centro Educacional “Carlos Maximiliano Pereira dos Santos”, Centro Educacional “Padre Manoel de Paiva”, Instituto de Educação “Albino Cesar” e Instituto Estadual de Educação “Padre Manuel da Nóbrega”, todos localizados na cidade de São Paulo.

<sup>14</sup> Trata-se da professora Amélia Americano Domingues de Castro e Laerte Ramos de Carvalho, ambos, ao mesmo tempo, professores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e membros do Conselho Estadual de Educação.

<sup>15</sup> Instituído em 13 de dezembro de 1968, o AI-5, entre outras coisas, deu ao executivo o poder de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, o de demitir, remover, aposentar funcionários das burocracias federal, estadual e municipal e suspendeu a garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes considerados políticos. (ALVES, 2005, p. 161)

Posteriormente, foi elaborado um texto intitulado *A infiltração comunista nos meios educacionais* fruto de uma conferência realizada por Rubens Resstel no Clube Militar de São Paulo em 11 de novembro de 1970<sup>16</sup>. Respondendo a crença presente nos círculos militares do período, de que os comunistas haviam deixado em segundo plano o operariado e “(...) passaram a concentrar-se nos meios estudantis, por entender que nesse segmento o proselitismo revolucionário encontraria terreno mais fértil”, Resstel procurou detalhar e “denunciar as estratégias usadas pelos subversivos para corromper a juventude brasileira.” (MOTTA, 2008, p. 54)

Conforme afirmamos anteriormente, o IPM foi amplamente utilizado após o golpe de 1964, entretanto, no momento em que se desenvolveu o IPM da Educação, esses inquéritos tornaram-se instrumentos ainda mais repressivos a partir da promulgação do Ato Institucional nº 2, de 25 de outubro de 1965, pois, ao alterar o conceito de *segurança externa*, presente no § 1º do artigo 108 da Constituição Federal, para *segurança nacional*, transferiu para a alçada da Justiça Militar<sup>17</sup> o julgamento de indivíduos considerados como *inimigos internos* que atentassem contra o Estado. De acordo com Maria Aparecida de Aquino:

A modificação legal produzida pelo AI-2 apenas veio consagrar algo que já fazia parte do imaginário militar brasileiro: o inimigo é interno e pode estar dentro de nossas hostes. Era o “subversivo-comunista” do qual se construiu uma imagem estereotipada, de alguém capaz de tudo para conseguir seus “pérfidos objetivos”. (AQUINO, 2004, p. 92)

Dito isso, para a montagem do IPM, efetivado por representantes das Forças Armadas, num quartel ou em uma prisão, eram recolhidas provas materiais e tomados depoimentos, tanto dos acusados como de testemunhas. Terminada as investigações, o encarregado do inquérito elaborava um Relatório Final, narrando as ocorrências, as ações praticadas pelos envolvidos e sugeria o indiciamento dos considerados culpados, enquadrados de acordo com a legislação em vigor. Depois disso oferecia-se a denúncia ao Ministério Público Militar (MPM) que poderia aceitá-la ou não. Aceita a denúncia, entrava-se na etapa do processo, com a defesa dos acusados, podendo haver a juntada de novas provas de ambas as partes onde, ao final, os Conselhos Permanente ou Especial de Justiça procediam à sentença em primeira instância numa das Auditorias (Marinha,

---

<sup>16</sup> Tal conferência foi publicada no Jornal **Diário da Noite**, em 12 de novembro de 1970, com o título, *Resstel denuncia ação subversiva nas escolas* e no Jornal **O Estado de São Paulo**, em 19 de novembro de 1970, com o título *A subversão na escola – A subversão entre os estudantes*.

<sup>17</sup> Instituída pelo Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938.

Exército ou Aeronáutica) da Circunscrição Judiciária Militar (CJM) correspondente. Havendo apelação, eram apresentadas as razões e contrarrazões entre acusação e defesa, após as quais, a Procuradoria-Geral emitia um parecer encaminhado ao Superior Tribunal Militar (STM) que, com base nos autos, promulgava uma sentença em segunda instância. (AQUINO, 2004, p. 103, nota 9)

Feito esses esclarecimentos, finalizadas as investigações e punições no ano de 1970, o IPM da Educação foi remetido à 2ª Circunscrição da Justiça Militar, onde permaneceu por cerca de dois anos, sem movimentação. Em 1972, após um episódio em que a polícia negou passaporte ao Professor Antonio Barros de Ulhôa Cintra<sup>18</sup>, a pretexto de que estava indiciado em IPM, o promotor da Justiça Militar, José Manes Leitão<sup>19</sup>, ofereceu a denúncia contra Ulhôa Cintra e mais 22 funcionários da SEE com base na Lei de Segurança Nacional<sup>20</sup>. Esta denúncia foi encaminhada ao Superior Tribunal Militar (STM) que, após análise, determinou pelo arquivamento do processo em 1973 por falta de provas, tornando também sem substância incriminatória os demais denunciados, entre eles os funcionários do SEV.<sup>21</sup>

Apesar do STM ter arquivado e absolvido os indiciados do SEV no IPM da Educação em 1973, isso não significa que os envolvidos não sofreram punições e perseguições por parte dos órgãos repressivos. Tais punições e perseguições ocorreram justamente antes e durante as investigações procedidas pelo IPM e nossa pesquisa pretende analisar e entender como se deu esse processo.

Nos últimos anos, as práticas e a experiência pedagógica desenvolvidas pelo SEV têm sido pesquisadas enquanto método de ensino vanguardista realizado na rede pública paulista na década de 1960. Estes estudos<sup>22</sup>, cada um à sua maneira e objetivos, frequentemente mencionam seu abrupto e violento encerramento enquanto obra dos órgãos repressivos<sup>23</sup> da ditadura do período.

No entanto, quando o assunto é relatar a perseguição, a intervenção e o fechamento dos Ginásios Vocacionais faltam análises que se detenham sobre o

---

<sup>18</sup> Secretário da Educação do Estado de São Paulo de 1967 a 1970, Ulhôa Cintra também foi investigado pelo IPM da Educação mas não chegou a ser indiciado no *Relatório*.

<sup>19</sup> Em nossa pesquisa não encontramos mais informações referentes a José Manes Leitão.

<sup>20</sup> Trata-se do Decreto-Lei n° 898, de 29 de setembro de 1969.

<sup>21</sup> De acordo com a reportagem *A justiça arquivou o IPM da Educação*, publicada no jornal **O Estado de São Paulo** de 14 de julho de 1973

<sup>22</sup> Como por exemplo: Marques (1985), Tamberlini (1998), Mascellani (2010) Chiozzini (2003; 2010) e Nakamura (2017).

<sup>23</sup> Conforme afirmou Mariana Joffily: “Emprego preferencialmente a expressão ‘órgãos repressivos’, por entender que as atividades desses órgãos não se dirigiam à manutenção da segurança, mas à repressão política.” (JOFFILY, 2013, p. 26, nota 10)

significado destas investigações e o conteúdo de seus documentos de modo que evidenciem<sup>24</sup> a interpretação que a repressão construiu em relação ao Ensino Vocacional dentro do contexto político e educacional do período e que “justificou” o encerramento da experiência.

O estudo deste tipo documental, ou seja, aqueles produzidos pela chamada polícia política<sup>25</sup> do período, se justifica na medida em que possibilita uma visão mais ampla acerca dos métodos utilizados pelos órgãos repressivos do período, principalmente quando associados ao campo específico da educação brasileira do período.<sup>26</sup>

Foram diversas as formas de perseguição, controle e vigilância das atividades pedagógicas dos Ginásios Vocacionais e, a leitura das diferentes investigações, reunidas e depuradas pelo IPM, evidencia um amplo e complexo sistema que, de forma peculiar na história da ditadura brasileira, criou e estabeleceu diferentes linhas para esta perseguição.

Além disso, no caso dos Vocacionais, no contexto do IPM, chama a atenção o fato de que houve grande preocupação de Rubens Resstel em analisar a organização, o sistema de ensino e as práticas didático-pedagógicas utilizadas no Ensino Vocacional, contando com a consultoria pedagógica de importantes nomes da educação paulista, para verificar se havia ou não ensejo de “subversão” em seus métodos.

Para compreender a extinção do SEV é preciso levar em consideração que as coisas não foram tão simples quanto parecem, pois, o caso aqui em exame, envolve a perseguição que a ditadura exerceu contra indivíduos e opositores considerados “comunistas” ou “subversivos” se valendo do aparato repressivo que criou ao longo do período, o interesse institucional da ditadura em colocar em prática seu projeto de

---

<sup>24</sup> Segundo François Hartog (2013, p. 13), as *evidências*, enquanto sinais, marcas, cenas, fragmento ou mesmo testemunhos, permitem ao historiador tecer e reconstituir fatos, registrados e narrados a partir de um discurso feito por aqueles dispostos a silenciar vozes, ideias e pensamentos.

<sup>25</sup> Regina Célia Pedroso (2005), que procurou entender a lógica do estado autoritário brasileiro e a ideologia policial nele formada ao longo da história do Brasil, em seu estudo apontou que as denominações de “crime político” estiveram associadas à ideia de subversão e, nas décadas de 1920 e 1930, houve uma preocupação substancial em construir um modelo de criminoso, de modo que os fatores políticos e sociais foram incorporados pelo discurso de segurança do Estado e pela instituição polícia como mantenedora da ordem pública. (PEDROSO, 2005, p. 91-98)

<sup>26</sup> Conforme afirmou a professora Maria de Lourdes Mônaco Janotti, no texto *História, acontecimento e narrativa: confrontações teóricas*, em relação a documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) sobre o Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, objeto de estudo no referido texto: “É enganoso imaginar que essa documentação é escrita apenas em termos técnicos. Além da guerra contra os comunistas, havia princípios morais a serem preservados. Os comentários denotam uma visão autoritária atônita perante as modificações socioculturais que se apresentavam. (JANOTTI, 2006, p. 92)

ensino, uma disputa entre métodos de ensino entre a SEE e o SEV e mesmo o pretexto vingativo e pessoal desencadeado pelas denúncias iniciais.

Nesse sentido, vale a pena considerar a dinâmica da prática social dos agentes situados na experiência de ensino público realizada pelos Ginásios Vocacionais. Segundo Dermeval Saviani, através do trabalho educativo, a escola sempre contribuiu para uma forma de prática social, definida por ele como “(...) o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 2011, p. 13)

Neste contexto, destacamos as contribuições do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993) na análise das práticas sociais, onde em suas pesquisas sobre a história da classe operária inglesa tomou a experiência histórica e humana como categoria de análise.

Se em seu livro *A formação da classe operária inglesa* (2004) Thompson procurou demonstrar que a classe operária inglesa se constituiu durante seu processo de formação, o seu *fazer-se*, no livro *Miséria da teoria ou um planetário de erros* (1981), o autor mobiliza toda uma discussão teórica no intuito de criticar as leituras feitas sobre as obras de Karl Marx (1818-1883) no seu tempo, de modo que levassem em conta os processos sociais e as relações dos sujeitos nesse processo, ampliando assim o campo de possibilidades da análise histórica. (BATALHA, 2000, p. 194-195)

Objetivando que as análises históricas levassem em conta os sujeitos envolvidos durante o processo, Thompson dá fundamental importância à experiência humana. Deste modo:

(...) os historiadores também se ocupam, em sua prática cotidiana, da formação da consciência social e de suas tensões. (...) Nossa preocupação, mais comumente, é com múltiplas evidências, cuja inter-relação é, inclusive, objeto de nossa investigação. (...) Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à *experiência* – uma categoria que, por mais imperfeita que seja é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (THOMPSON, 1981, p. 15)



Isso não significa, porém, que pretendemos abordar a história e o fim dos Ginásios Vocacionais em sua totalidade, como se quiséssemos esgotar o assunto. Pelo contrário, afinal, como ensinou o historiador britânico Christopher Hill:

A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras. (HILL, 1978, p. 32)

Nesse sentido, se trata de apresentar novas interpretações de modo a contribuir com o debate histórico e por que não, pedagógico, acerca da experiência do Ensino Vocacional, uma vez que grande parte deste material, que pretendemos trabalhar aqui, ficou fora do conhecimento público por conta da dinâmica que regimes ditatoriais impõem à sociedade. Afinal:

A narrativa histórica, o contorno mais amplo dos acontecimentos, está dada. Ainda que se estude de modo sistemático o pormenor da documentação existente, isso não modificará o que é essencial, factualmente, na história. Mas a interpretação variará segundo as nossas atitudes, segundo o que vivemos no presente. Por isso a reinterpretação não é somente possível - é também necessária. (HILL, 1987, p. 32)

Esta pesquisa pretende, a partir da bibliografia consultada, de textos institucionais produzidos pelo SEV – que foram analisados e incorporados aos Autos do IPM –, de uma entrevista realizada, da documentação produzida pelos órgãos repressivos e, principalmente, dos Autos do Inquérito Policial Militar da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, estabelecer alguns pontos para compreender a perseguição exercida contra a experiência pedagógica desenvolvida pelo Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo e seus funcionários, enquanto profissionais do ensino.

O primeiro, diz respeito à construção do aparato repressivo durante a ditadura que permitiu ao regime, a partir da denúncia de 1968, colocar em marcha as investigações procedidas pela CEI, pela SCGI/SP e pelo DPF/SP que tipificaram as práticas sociais dos Ginásios Vocacionais como “subversivas” que foram posteriormente reunidas e depuradas pelo IPM da Educação.

O segundo, envolve o modo como o IPM da Educação, na figura de Rubens Resstel, procurou interpretar práticas pedagógicas realizadas nos Vocacionais,

analisando sua organização, seu sistema de ensino e as técnicas didático-pedagógicas utilizadas, contando inclusive com a consultoria pedagógica de importantes nomes da educação paulista.

O terceiro, envolve o contexto da política educacional colocada em marcha pela ditadura em âmbito nacional e estadual, de modo que a prática social e movimento do professorado dos Ginásios Vocacionais de resistência e crítica, foi tipificada e criminalizada como “subversiva” gerando a interpretação de haver uma “infiltração comunista nos meios educacionais” no ensino básico paulista.

### **O Percurso da Pesquisa: bibliografia e acervos documentais<sup>27</sup>**

O nosso interesse pela história do fim da experiência pedagógica desenvolvida pelo Serviço de Ensino Vocacional se deu no primeiro semestre do ano de 2018 quando um grupo de professores universitários estava organizando um livro<sup>28</sup> comemorativo de 50 anos do artigo *O problema da pesquisa em educação e algumas de suas implicações* (1969), escrito pelo professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, Luiz Benedicto Lacerda Orlandi. Este artigo tem significativa importância nos debates sobre pesquisa em educação ao apontar, no final da década de 1960, que a pesquisa educacional, ao longo do tempo, oscilava ou *flutuava* em diferentes áreas do conhecimento como a sociologia, a psicologia e a economia, deixando de realizar debates estritamente pedagógicos.

A redação do referido texto ocorreu durante o ano de 1968, período em que Luiz Orlandi estava deixando as atividades como Coordenador de Pesquisa de Comunidade do SEV. Tendo em vista que o contexto político influenciou na produção do artigo, os organizadores do livro nos solicitaram uma pesquisa que desejava saber se

---

<sup>27</sup> Vale a pena informar neste momento que no percurso de nossa pesquisa o acesso a acervos documentais bem como a bibliotecas foi muito prejudicada devido à pandemia de COVID-19 iniciada no ano de 2020.

<sup>28</sup> Este fato deu origem ao livro *Flutuações da pesquisa educacional: o problema da pesquisa em educação de Luiz Orlandi (1968-2018)*, com organização de Fernando Bonadia de Oliveira, Gláucia Figueiredo e Lavínia Lopes Salomão Magiolino, lançado pela editora Appris de Curitiba-PR, 2018. Desde os tempos da graduação em História na PUC-Campinas (2003-2007), conhecíamos os organizadores do livro que, à época, encontravam-se na pós-graduação em Educação da Unicamp e, por isso, eles estavam cientes de nossa experiência de pesquisa junto aos acervos da polícia política, e de nossa atuação como pesquisador do projeto “A USP durante o regime autoritário: formas de controle e resistência na Universidade de São Paulo, 1964-1982”, entre 2015 e 2017.

os órgãos repressivos haviam produzido algum tipo de informação sobre Luiz Orlandi durante o período em que esteve envolvido com o ensino básico.<sup>29</sup>

Estimulados por este pedido, iniciamos a pesquisa solicitada junto ao acervo do órgão historicamente conhecido por vigiar e reprimir os considerados “inimigos”, “perigosos”, “comunistas” ou “subversivos” no Estado de São Paulo, ou seja, o acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP)<sup>30</sup>, que contém documentos relativos à atividade policial de prevenir e investigar crimes tipificados como contrários à ordem política e social, os chamados “crimes políticos”<sup>31</sup>, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APSP).

Ao nos deslocarmos ao APSP, concentramos nossa pesquisa junto à série Dossiês, que faz parte do chamado Arquivo Geral do DEOPS/SP, e reúne além de materiais produzidos pelo Serviço Secreto do órgão, documentos provenientes de órgãos externos e datam da segunda metade da década de 1930 a 1983<sup>32</sup>. Optamos por esta série documental, pois, versa sobre os mais variados temas e pessoas que eram objetos de investigação do órgão como: partidos políticos, comunismo, socialismo, anarquismo, movimentos sociais, nazismo, fascismo, sabotagem, contrabando, ordem política e social, entre outros, considerados “perigosos” ou “suspeitos”. (AQUINO, 2002b, p. 33-34) Esses dossiês<sup>33</sup>, são acessados por meio de chamadas *fichas remissivas*, uma espécie de ficha-resumo, nominal ou temática criada pelo órgão: cada ficha contém um código alfanumérico que direciona para uma pasta (dossiê) que guarda a informação desejada.

Na pesquisa, encontramos 21 entradas com o nome “Luiz Benedito Lacerda Orlandi”<sup>34</sup>, concentradas entre os anos de 1960 a 1973. Em meio a repetições de informações e tipificação de sua conduta enquanto estudante universitário na cidade de

---

<sup>29</sup> Nesta publicação, apresentamos o capítulo “A educação brasileira na segunda metade dos anos 1960: A flutuação político-administrativa” que corresponde ao resultado desta pesquisa inicial (STEVOLLO, 2018, 139-159).

<sup>30</sup> Utilizaremos sempre a sigla DEOPS/SP pois se refere a última denominação que o órgão recebeu após o Decreto n° 6.836, de 30 de setembro de 1975. Criado em 30 de dezembro de 1924, por meio da Lei n° 2304, o DEOPS/SP foi extinto pelo Decreto n° 20.728 de 04 de março de 1983. (AQUINO, 2002b, p. 20)

<sup>31</sup> A denominação de “crime político”, muitas vezes associada à ideia de “subversão”, procurou, ao longo do tempo, tipificar certas condutas que, aos olhos do Estado, pudessem colocar em “risco” a ordem política e social ou mesmo a segurança nacional, como panfletagens, greves, passeatas e críticas ao poder estabelecido, este último, principalmente, no período de 1964 a 1985. (PEDROSO, 2005).

<sup>32</sup> Em linhas gerais, o acervo do DEOPS/SP é constituído de cinco séries documentais: 1) Conjunto de livros de registro de inquéritos instaurados pelo órgão; 2) Prontuários; 3) Dossiês; 4) Ordem Social; 5) Ordem Política. (AQUINO, 2002a, p. 24-25)

<sup>33</sup> De acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 32), *Dossiê* significa “unidade documental em que reúnem informalmente documentos de natureza diversa”.

<sup>34</sup> No acervo do DEOPS seu nome aparece grafado como “Luiz Orlandi” e “Luiz Benedito Lacerda Orlandi”, sem o “c” de Benedicto.

Araraquara-SP como “comunista”, “esquerdista” ou “subversivo”, priorizamos aquelas que, como dissemos anteriormente, refletissem de alguma maneira a atuação de Luiz Orlandi frente ao contexto político do período.

Nesse contexto, nos chamou a atenção a *cópia* de um documento arquivado sob o código alfanumérico 50Z-9-17020 a 16948<sup>35</sup>, intitulado *Relatório do Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*<sup>36</sup>, produzido pelo Quartel General do II Exército e tendo como encarregado o Coronel Rubens Resstel.

Com 79 páginas e data de conclusão de 14 de setembro de 1970, trata-se das conclusões finais do Inquérito Policial Militar (IPM) que objetivou apurar práticas de “corrupção” e “subversão” atribuídas a membros da SEE e diversos colégios da rede estadual, dando especial atenção à pedagogia e atividades de funcionários dos Ginásios Vocacionais, entre eles, Luiz Orlandi.

Na leitura do *Relatório*, redigido ao final das investigações procedidas pelo IPM, além de tomarmos conhecimento da sequência de denúncias e investigações realizadas contra o SEV, a SEE e outros colégios da rede estadual de ensino, alguns dados gerais do documento sobre os Ginásios Vocacionais nos chamaram a atenção, a saber:

- 1) Que o Inquérito teve como peça inicial as denúncias realizadas em dezembro de 1968 e abril de 1969;
- 2) Que as investigações e acusações atribuídas ao SEV constituíam a maior parte das análises descritas no documento, quando comparadas às realizadas com outros setores do ensino paulista;
- 3) Que a maior parte das punições aos funcionários do SEV ocorreu em decorrência das investigações realizadas pela SCGI/SP, pela CEI e pelo DPF/SP;
- 4) Que houve uma dedicação do IPM em analisar as atividades pedagógicas dos Vocacionais e associá-las ao “comunismo” e a “subversão”, contando inclusive com pareceres de profissionais da educação paulista;
- 5) Que havia um embate de propostas pedagógicas ocorrendo no período entre o SEV e a SEE.

Diante desta complexidade de informações e amplitude temática apresentada pelo *Relatório*, para não ficarmos restritos ao seu conteúdo e análises, em um primeiro

---

<sup>35</sup> Arquivado pelo DEOPS/SP em 11.03.71.

<sup>36</sup> Dada a importância deste documento, no decorrer do texto nos referenciaremos a ele como *Relatório*.

momento, retomamos a produção bibliográfica produzida sobre os Vocacionais de modo a aprofundar nosso conhecimento sobre a história e proposta pedagógica do SEV, com especial atenção à narrativa que fazem sobre os fatos que desencadearam seu encerramento.

Nessa pesquisa, encontramos boa quantidade de livros, capítulos de livros, artigos acadêmicos, comunicações, dissertações de mestrado e teses de doutorado que, cada um à sua maneira e de acordo com seus objetivos, procuram reconstituir a experiência pedagógica e histórica dos Vocacionais e sua memória.

A partir dos dados de que dispomos, estas produções se iniciaram já na década de 1970 se estendendo até o ano de 2021. De um modo geral, podemos classificar estas produções em três grupos de textos, a saber: I – textos que procuram narrar as experiências pedagógicas e afetivas, redigidos por aqueles que vivenciaram o projeto; II – textos que procuram analisar as práticas pedagógicas dos vocacionais inseridas na História da Educação brasileira; III – textos que, além de reconstituir a memória da experiência sob a ótica do campo historiográfico, objetivaram a reconstituição documental da instituição.

A leitura dessa bibliografia permitiu que aprofundássemos nosso conhecimento acerca da experiência pedagógica dos Vocacionais, suas origens, propostas, métodos de ensino, conflitos internos e com a SEE e significado político dentro do contexto da história da educação brasileira, mais especificamente, da década de 1960.

Do material consultado,<sup>37</sup> o único que teve acesso e tratou das afirmações dispostas no *Relatório*, foi a dissertação de Ariam José Ferreira Castilho Cury (2012), que ao tratar da democratização e acesso ao ensino público paulista, a partir da atuação de José Mário Pires Azanha<sup>38</sup> em sua passagem pela SEE (1967-1970), dedicou um

---

<sup>37</sup> É importante destacar que a dissertação de Sandra Machado Lunardi Marques (1985), ao analisar a experiência pedagógica realizada no Ginásio Vocacional de Rio Claro-SP, trouxe importantes considerações e informações sobre as investigações anteriores ao IPM, se valendo de dados contidos na matéria *Ensino Vocacional: trajetória de uma heresia*, publicada na Revista Visão de 1970. Destaque também, para a dissertação de Angela Rabello Maciel de Barros Tamberlini (1998), que ao analisar a dimensão política do projeto pedagógico do SEV, trouxe importantes informações sobre a repressão praticada contra os Vocacionais e as considerações realizadas pelo IPM.

<sup>38</sup> José Mario Pires Azanha (1931-2004), foi professor da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, presidente do Centro Regional de Pesquisas Educacionais e de 1967 a 1970, durante a gestão de Ulhôa Cintra na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Azanha foi designado Chefe do Departamento de Educação e esteve à frente do processo de reforma do ensino e reforma administrativa da SEE naquela gestão, quando passou para o cargo de Coordenador do Ensino Básico e Normal. Foi também, professor da Universidade de São Paulo na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) a partir de 1966 e professor da Faculdade de Educação da mesma instituição a partir de 1974.

capítulo de seu texto às informações e acusações dispostas no *Relatório*, uma vez que Azanha, havia sido um dos membros da SEE investigados no IPM da Educação.

Embora esta bibliografia apresente importantes considerações sobre a extinção dos Vocacionais como obra da ditadura vigente, não passou das informações dispostas no *Relatório*, de depoimentos de ex-funcionários e mesmo de matérias veiculadas na imprensa no período. Faltando, portanto, informações e mesmo análises sobre a forma de ação dos órgãos repressivos, os depoimentos tomados, a documentação apreendida e as análises pedagógicas realizadas que serviram como provas para a montagem do inquérito e para as conclusões dispostas no *Relatório* produzido pelo II Exército, ou seja, os Autos do IPM da Educação.

Compreendendo dez Volumes, numerados de I a X e dois Apenso de números 1 e 2, ambos com dois volumes, os Autos do IPM da Educação são descritos da seguinte maneira na *Parte I – Apresentação do Relatório*:

Volume I – Documentos iniciais de instauração do Inquérito e diligências preliminares sobre o Ensino Vocacional;

Volume II – Inquérito do DPF relativo à subversão do Ginásio Estadual Vocacional de Americana, avocado pelo Encarregado do IPM;

Volume III – Investigação no Serviço do Ensino Vocacional e Colégio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” de São Paulo e outros dados;

Volume IV – Continuação das investigações sobre o SEV, início das referentes ao “Ginásio Estadual Vocacional João XXIII” de Americana e outros dados;

Volume V – Continuação das investigações sobre o SEV e início daquelas referentes à Secretaria da Educação;

Volume VI – Processo da CEI, nº 1/69, referente à subversão no C.E. “Carlos Maximiliano Pereira dos Santos”;

Volume VII – Investigação sobre subversão no C.E. de São Paulo, C.E. “Padre Manoel de Paiva”, I. E. “Albino Cesar” e outras peças;

Volume VIII – Estudos e pareceres relativos aos atos administrativos baixados na Secretaria de Educação e outros elementos;

Volume IX – Processo da CEI, nº 22/69, referente à subversão no I.E.E. “padre Manuel da Nóbrega” e outros documentos;

Volume X – Relatório do IPM.

Apenso nº1, volume I e II – Processo 00358 SCGI/São Paulo.

Apenso nº 2, volume I – Auto de Exame sobre Processo nº 13.185 da Secretaria da Educação referente ao Ginásio Vocacional “Embaixador Macedo Soares” de Barretos.

Apenso nº 2, volume II – Auto de Exame e material analisado referente à organização do Ensino Vocacional e suas técnicas pedagógicas.

2. Acompanham os autos os seguintes livros apreendidos à biblioteca do Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII” de Americana, conforme Auto de Arrecadação de fls 332 do II Volume: (*lista de 16 livros e seus autores*).

3. Anexo aos autos, duas peças com fitas magnéticas de gravação do depoimento do Antonio Barros de Uihôa Cintra (Transcrição a fls. 1395/1431). (BRASIL, 1970, pp. 1-2)

Diante disso, procuramos aprofundar a pesquisa em relação aos mecanismos e formas de perseguição exercidas pelos órgãos repressivos da ditadura brasileira no período, buscando assim, a totalidade da documentação produzida sobre o SEV, para além das informações contidas no *Relatório*. Conforme afirmou Ana Maria Camargo, no texto *Os arquivos e o acesso à verdade* (2009), este tipo documental<sup>39</sup> deve ser relacionado ao complexo conjunto de órgãos institucionais de segurança ao qual possa estar relacionado, uma vez que:

Não basta, por exemplo, procurar pistas sobre o paradeiro de um desaparecido político em dossiê, processo ou ficha que ostenta seu nome, em meio aos arquivos dos órgãos de segurança; *é preciso ampliar o escopo da busca e vasculhar documentos similares das trocas de informações entre diferentes níveis hierárquicos, serviços e instituições que atuaram durante o período repressivo, em regime de estreita colaboração*. Essa *visão tentacular* – nem sempre óbvia para quem investiga, apesar de necessária para delimitar o contexto de produção dos documentos – é crucial para compreender a especificidade dos arquivos e, conseqüentemente, a natureza de sua força probatória. (CAMARGO, 2009, pp. 427-428). (*Grifo nosso*)

Tendo em vista esta *visão tentacular* apontada pela autora é que objetivamos a busca dos documentos desta ampla rede de instituições repressivas do período, que pudessem nos ajudar a compreender a forma de perseguição exercida sobre o SEV.

Assim, fizemos intensas pesquisas nos seguintes acervos que hoje preservam este tipo de material produzido pelos órgãos repressivos do período:

- Séries documentais do acervo do DEOPS/SP disponível no APSP;
- Acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais Digit@l que contém 709 processos julgados entre 1964-1985 pelo Superior Tribunal Militar;
- Acervo digital do Fundo e Coleções do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), que possui documentos provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigações (CGI).

---

<sup>39</sup> Os documentos produzidos pelos órgãos repressivos diferem dos chamados documentos convencionais, pois foram produzidos de modo rotineiro e sem a pretensão de informar a posteridade, servindo de evidências para caracterizar, vigiar e punir determinadas ações, alheios a um eventual uso secundário. (CAMARGO, 2002, p. 4)

Como estes acervos permitem, em seus respectivos sistemas de busca, seja online ou presencial, pesquisas temáticas e nominais sobre o assunto desejado, estabelecemos que: nas buscas temáticas faríamos pesquisas com as palavras Ginásios Vocacionais e/ou Serviço de Ensino Vocacional; já nas buscas nominais, trabalhamos com os nomes dos dez funcionários do SEV denunciados em abril de 1969<sup>40</sup>, mencionados logo nas primeiras páginas do *Relatório*.

Apesar de não encontrarmos os Autos do IPM da Educação, a pesquisa a estes acervos permitiu saber, entre outras coisas: a) Que com exceção de Aurea Sigrist, todos os funcionários do SEV denunciados foram fichados<sup>41</sup> pelo DEOPS/SP, principalmente após o início das acusações<sup>42</sup>; b) Em sua maior parte, as informações produzidas sobre o SEV e seus funcionários compreendem ao período das investigações do IPM da Educação; c) O(a)s professore(a)s Carmem Maria Craidy, Sebastiana Bittencourt Guimarães, Nagib Miguel Elchmer e Darcy Paulillo dos Passos tiveram suas vidas constantemente vigiadas, identificados como elementos ligados às chamadas “esquerdas católicas”; d) Maria Nilde Mascellani, Darcy Paulillo dos Passos, Carmem Craidy e Sebastiana Bittencourt Guimarães foram vigiados pelos órgãos repressivos mesmo após o término das investigações do IPM; e) O acervo da CGI, disponível no Arquivo Nacional, possui toda a documentação levantada pelo Processo nº 00358/SP da SCGI/SP, desenvolvido entre abril de 1969 e abril de 1970, utilizado como Peça Inicial do IPM da Educação.<sup>43</sup>

Esta documentação por si só já forneceria um amplo material a ser trabalhado e analisado. No entanto, nossa pesquisa tomou um novo rumo quando tivemos acesso à reportagem intitulada *A justiça arquivou o IPM da Educação*, publicada no jornal **O**

---

<sup>40</sup> Além dos denunciados, com os mesmos objetivos, fizemos buscas pelos nomes daqueles que denunciaram o SEV: Francisco Cid e Wladir dos Santos.

<sup>41</sup> Fichado pelo DEOPS, significa dizer que, em virtude do “comportamento” e/ou atitude considerada suspeita ou “subversiva” o DEOPS/SP produziu um documento, em forma de ficha, com informações pessoais, profissionais e políticas do indivíduo que, em caso de reincidência, formava todo um arcabouço informativo do órgão sobre a sociedade e seus cidadãos. Conforme afirmou Carlos Fico: “A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informação. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro – este último “tido como comunista” – era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como “agravante” de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional.” (FICO, 2001, p.101)

<sup>42</sup> Em alguns casos, há registros que o DEOPS/SP vigiou a atuação destas pessoas junto ao movimento estudantil no período em que realizavam seus respectivos cursos universitários.

<sup>43</sup> Vale acrescentar que, no acervo do Projeto Brasil Nunca Mais Digit@l, encontramos um Inquérito aberto contra Maria Nilde Mascellani e um outro em que Sebastiana Bittencourt Guimarães aparece como uma das investigadas, porém, produzidos em um período posterior aos Vocacionais, escapando ao limites desta pesquisa.



**Estado de São Paulo**, de 14 de julho de 1973, mencionada anteriormente, onde tomamos conhecimento que o IPM da Educação havia sido arquivado pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Diante desta informação, no decorrer de nossa pesquisa, fomos informados (e encorajados), de que era possível solicitar ao STM o acesso à documentação de seu acervo, se valendo da Lei de Acesso à Informação<sup>44</sup>. Assim, consultamos o site da instituição e na seção Ouvidoria<sup>45</sup>, preenchemos um formulário eletrônico e informamos o material necessitado para objetivos de pesquisa acadêmica. Na sequência, passamos a trocar e-mails com a Seção de Arquivos (SEARQ) do STM, que solicitou dados mais específicos sobre o material solicitado. Dias depois, o SEARQ nos enviou um e-mail, com um link de acesso a um Google Drive contendo toda a documentação pedida e que ficaria disponível para download durante 30 dias.

Este material é constituído de 15 arquivos em formato PDF e compreende os dez Volumes, numerados de I a X e dois Apensos de números 1 e 2, ambos com dois volumes, mais um volume de cópias de documentos apreendidos e utilizados nas investigações. Em uma contagem geral, constatamos que o material possui aproximadamente 5.585 páginas.<sup>46</sup>

Arquivado no STM sob o n° 4766, informa sua capa<sup>47</sup> que teve como Relator o Ministro Dr. W. T. da Costa<sup>48</sup> que *rejeitou a denúncia oferecida contra Antonio Barros de Ulhôa Cintra e outros*<sup>49</sup>. Já a denúncia oferecida pelo MPM<sup>50</sup> sob o n° 709 figura em sua capa<sup>51</sup> como acusada Aurea Cândida Sigrist e outros.<sup>52</sup>

---

<sup>44</sup> Trata-se da Lei n° 12.527, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.stm.jus.br/ouvidoria>.

<sup>46</sup> É importante pontuar que este conjunto documental que recebemos do SEARQ não apresenta os livros apreendidos na biblioteca do Ginásio de Americana-SP mencionados anteriormente. Destaca-se também o fato de existir no Volume V dos Autos a transcrição do depoimento prestado por Ulhôa Cintra, proveniente das fitas magnéticas mencionados.

<sup>47</sup> Com data do dia 10 de outubro de 1972.

<sup>48</sup> Trata-se do Dr. Waldemar Torres da Costa, de acordo com a Listagem de Ministros do STM disponível em: [https://www.stm.jus.br/images/STM/memoria/ministros\\_desde1808\\_dezembro2020.pdf](https://www.stm.jus.br/images/STM/memoria/ministros_desde1808_dezembro2020.pdf). Acesso em: 04.02.2021. Para sua biografia ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/costa-valdemar-torres-da>. Acesso em 04.02.2021.

<sup>49</sup> Esse “outros” se refere aos funcionários da SEE, aos funcionários dos Ginásios Vocacionais e funcionários de outras escolas da rede investigados, que foram indiciados no IPM.

<sup>50</sup> À 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (2ª Região Militar – 6º Distrito Naval – 4ª Zona Aérea).

<sup>51</sup> Com data do dia 28 de agosto de 1972.

<sup>52</sup> Tanto a denúncia oferecida ao MPM quanto ao STM tomavam como base o Decreto-Lei n° 898/69, Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro 1969, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social e estabeleceu seu processo de julgamento. As denúncias se baseavam no Artigo 23, que definia os crimes por “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo”, e no Artigo 45, que

Este longo e exaustivo conjunto documental possui uma ampla variedade de documentos produzidos e reunidos pela burocracia dos órgãos repressivos. Nele encontramos diversos documentos burocráticos produzidos pela cadeia de comando de diferentes setores dos órgãos repressivos como mandados e autos de busca e apreensão, termos de declaração, pedidos e ofícios de informação internos ou para outros setores das forças de segurança, ordens de serviço, portarias, intimações, laudos técnicos, relatórios<sup>53</sup> e depoimentos. Encontramos também documentos apreendidos durante as investigações como textos institucionais dos Ginásios Vocacionais, estratos de livros, atas de reuniões, cartas, cartazes, panfletos, textos pedagógicos, anotações de estudantes, fichas de avaliação de docentes e documentos burocráticos como notas de compras.

Sua variedade evidencia um complexo sistema de comunicação entre os diferentes setores dos órgãos repressivos e do próprio Estado brasileiro. Nele, encontramos documentos provenientes das Forças Armadas (5º GCAN, II Exército, MPM, STM), do Ministério da Justiça (CGI, SCGI, DPF), do MEC (DSI)<sup>54</sup>, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (DEOPS/SP e Forças Policiais locais) e do Governo do Estado de São Paulo (SEE e CEI).

### **História Oral: um testemunho necessário**

“(…) um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.”  
(BENJAMIN, 1994, p. 37)

---

definia os crimes por “fazer propaganda subversiva”, estabelecendo em seu inciso I a utilização de “quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva” e em seu inciso II “aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino.” Além disso, tomava também como base o Artigo 53 do Código Penal Militar (CPM). Instituído pelo Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, em substituição ao Decreto-Lei nº 6.227, de 24 de janeiro de 1944, o CPM de 1969, estabelecia em seu Artigo 53 “Quem, de qualquer forma, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas” e, detalhava em seu § 4º “Na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação” e § 5º “Quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.”

<sup>53</sup> Inclusive os Relatórios do Processo nº 00358 da SCGI/SP, do Processo nº 37/69 da CEI, do Inquérito nº 191-c da DPF/SP.

<sup>54</sup> Criadas em 1967, as Divisões de Segurança e Informações (DSI), fizeram parte da reestruturação do aparato de informações do governo federal e as DSIs, eram órgãos de informações instalados nos Ministérios dos governos para auxiliar os titulares da pasta nas tomadas de decisões sobre questões de segurança. (MOTTA, 2008, p. 34)

Conforme afirmamos anteriormente, ao retomarmos a produção bibliográfica sobre os Vocacionais, nos deparamos com uma variedade de textos que, de acordo com seus objetivos, procuram reconstituir a experiência pedagógica e histórica dos Vocacionais e sua memória.

Ao identificarmos nestes textos um amplo repertório de entrevistas realizadas com ex-funcionários dos Vocacionais, objetivamos a procura de depoimentos dos funcionários do SEV implicados no IPM da Educação, tanto na denúncia inicial quanto aqueles indiciados ao final do *Relatório*, como forma de compreendermos como estes relataram as perseguições e acusações que sofreram, para além das informações descritas na documentação da polícia política.

Deste modo, constatamos que, com exceção de Maria Nilde Mascellani (MARQUES, 1985; TAMBERLINI, 1998), em nenhum dos trabalhos consultados foram realizadas entrevistas com os funcionários implicados no IPM. Em alguns depoimentos, os entrevistados chegaram a mencionar a entrada no SEV de professores mais “radicais” e que isso poderia ter aumentado a vigilância dos órgãos repressivos, porém, seus nomes quase não foram mencionados.

Aurea Cândida Sigrist, ex-diretora do Ginásio de Americana-SP e a primeira a ser denunciada e punida, foi mencionada, mas não chegou a ser entrevistada. Mesmo o valoroso e esclarecedor filme *Vocacional, uma aventura humana* (2011), dirigido por Toni Venturi, não entrevistou os denunciados e indiciados no IPM da Educação, com exceção de Aurea Sigrist, que teve apenas alguns segundos de tela.

Diante desta falta do depoimento de Aurea Sigrist algumas questões ficaram em aberto: a) Quais perseguições teria sofrido? b) Foi presa? c) Foi torturada? d) A que tipos de intimidações foi submetida? e) Como teve sua vida afetada durante e após as investigações? f) O que teria a dizer sobre os dados registrados no *Relatório* ao qual foi acusada?

Frente a estas questões, embora as fontes de história oral não sejam o objeto principal de nossa pesquisa, julgamos necessário coletar seu testemunho como forma de contemplar a história dos acontecimentos que pretendemos reconstituir. Afinal,

Depois de realizados, os testemunhos tornam-se documentos. Embora sejam fontes primárias equivalentes a outros tipos de registro documental, eles possuem como especificidade terem sido produzidas pelo próprio pesquisador com um objetivo e uma finalidade de pesquisa em mente. Configuram-se, portanto, como produtos de uma

relação social estabelecida entre as partes envolvidas no ato testemunhal. (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 2016, p. 3)

Apesar do testemunho coletado poder se tornar documento para pesquisas futuras, não pretendemos com isso um ineditismo de informação ou mesmo esgotar o assunto. Conforme afirmou Verena Alberti,

Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*. (ALBERTI, 1990, p. 5) (*grifo no original*)

Essa *recuperação do vivido concebido por quem viveu*, não significa dizer que o entrevistado irá recordar em sua memória exatamente como os fatos ocorreram, mas, no nosso caso, é um relato daquela que foi a primeira a ser punida diante das acusações que lhe foram imputadas. Trata-se, portanto, de contribuir para a formação de uma *memória vivida* dos acontecimentos. Segundo Alessandro Portelli,

(...) quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de *memórias fragmentadas e internamente divididas*, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas. (PORTELLI, 1996, p. 106)

Assim, nossa intenção ao recolher tal testemunho para esta pesquisa é tão somente fornecer mais uma versão sobre os acontecimentos envolvendo o SEV, mais precisamente, a narração daquela que sofreu diretamente as consequências das denúncias.

A metodologia utilizada sua coleta seguiu os padrões indicados por Verena Alberti no *Manual de história oral* (2005) publicado pela Fundação Getúlio Vargas. Conforme já afirmamos, uma vez identificada a ausência deste depoimento na bibliografia consultada passamos a buscar seu contato.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Vale a pena acrescentar que, nossa intenção inicial, era coletar a maior parte de testemunhos possíveis junto às pessoas do Vocacionais que foram indiciadas no IPM da Educação. Ao longo da pesquisa, conversamos também com Carmem Maria Craidy que deu importantes informações sobre sua passagem pelos Vocacionais. No entanto, devida a extensão do trabalho e direcionamento que a dissertação tomou ao longo da escrita, optamos por manter apenas o depoimento de Aurea Sigrist.

Para a realização da entrevista, procedemos, em linhas gerais, como recomenda Alberti (2005): 1) Contato inicial, com apresentação da proposta de pesquisa; 2) Mediante a positiva do depoente acertamos local, data e tempo de duração; 3) Levantamos informações sobre o entrevistado para além das informações dos documentos dos órgãos repressivos; 4) Elaboramos um roteiro geral; 5) Enviamos o roteiro para a depoente; 6) No dia da entrevista nos deslocamos para o local no dia e horário combinados. O depoimento foi registrado em áudio e vídeo.

Finalizada a entrevista, entregamos a entrevistada o Termo de Autorização de direitos para assinatura e combinamos com a entrevistada que: a transcrição do depoimento seria feita na íntegra; após a transcrição, esta seria encaminhada a depoente para edições, adições ou correções.

Ao realizarmos a transcrição da entrevista, enviamos o material para Aurea Sigrist. Após a leitura da transcrição pela entrevistada, realizamos duas vídeo-chamadas.<sup>56</sup> Na primeira conversa, foram feitas as edições, adições e correções do texto solicitadas pela entrevistada. Na segunda, foram discutidas as edições do texto de trechos repetidos e assuntos que escapavam ao tema da pesquisa e de sua história junto aos Ginásios Vocacionais para sua versão final.<sup>57</sup>

## **Objeto de Pesquisa**

Tomaremos o *Relatório*, documento produzido pelo encarregado do IPM da Educação, ao final do inquérito, que narra as ocorrências, os atos praticados pelos envolvidos e a leitura que seu responsável fez sobre os fatos como instrumento direcionador para entendermos a cronologia dos acontecimentos e as perspectivas pelas quais o SEV e seus funcionários foram perseguidos.

Sempre que nos referirmos a este documento utilizaremos como fonte a cópia do Relatório que encontramos junto ao acervo do DEOPS/SP no APSP, pois, trata-se do documento pelo qual iniciamos esta pesquisa e acompanhou o percurso de nossa dissertação.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> As conversas com Aurea Sigrist foram feitas via vídeo-chamada devido a Pandemia de COVID-19 e da necessidade de isolamento social.

<sup>57</sup> A versão editada e revisada da transcrição do depoimento de Aurea Sigrist, bem como o Termo de Autorização assinado, encontra-se no Anexo 7 desta dissertação.

<sup>58</sup> Sempre que nos referirmos ao *Relatório* do IPM da Educação, adotaremos a seguinte forma para referenciá-lo: (BRASIL, 1970, p. ).

O *Relatório* é dividido em sete partes intituladas da seguinte maneira: *I – Apresentação; II – Considerações Preliminares; III – Orientação Geral do IPM; IV – Ensino Vocacional; V – Secretaria da Educação; VI – Outros Setores do Ensino; e VII – Conclusões.*

Evidentemente, a amplitude dos assuntos tratados nesse material não permite que o abordemos em sua totalidade, pois, tratam de assuntos que escapam ao escopo de nossa pesquisa como, por exemplo, as investigações e análises realizadas pelo encarregado do *Relatório* sobre a SEE e outros colégios da rede estadual de ensino paulista. Assim, nos deteremos naqueles que dizem respeito aos Ginásios Vocacionais e são fundamentais para o desenvolvimento de nossa investigação.

Deste modo, interessa-nos, inicialmente, os assuntos tratados em sua parte *II – Considerações Preliminares*, onde são apresentadas as informações das diferentes investigações realizadas contra os Ginásios Vocacionais, anteriores ao IPM da Educação, como os processos da SCGI/SP, da CEI e o Inquérito da DPF/SP. E a parte *III – Orientação Geral do IPM*, que dá conta dos Mandados de Busca e Apreensão realizados contra os funcionários dos Vocacionais e destaca a informação de que para avaliar o sistema de ensino do Ensino Vocacional, foi solicitada a colaboração de Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano Domingues de Castro.

A *Parte IV – Ensino Vocacional*, do *Relatório* concentra o principal elemento de análise de nosso trabalho, pois, apresenta os aspectos que Rubens Resstel utilizou para interpretar, julgar e avaliar a proposta pedagógica dos Ginásios Vocacionais para verificar se havia ou não, em suas práticas e métodos, ensejo de “subversão” e de “corrupção”.

Esta parte do *Relatório* é dividida em tópico *1. Organização e Sistema de Ensino*, onde são analisados os aspectos gerais da organização, sistema de ensino, aspectos filosóficos e práticas pedagógicas dos Ginásios Vocacionais, que contou com a colaboração de Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano Domingues de Castro, no intuito de avaliar a validade do sistema de ensino e se poderiam instigar a “subversão” entre os estudantes.

O tópico *2. Autoavaliação e Estudos do Meio*, apresenta as análises destas duas técnicas didático-pedagógicas realizadas nos Ginásios Vocacionais e a possibilidade de levarem os estudantes a “subversão”. Este tópico também contou com a colaboração de Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano.

Tópico 3. *Ginásios Pluricurriculares e Ensino Vocacional* aborda os conflitos existentes entre a proposta pedagógica dos Vocacionais com as reformas de ensino colocadas em prática pela SEE, através dos Ginásios Pluricurriculares<sup>59</sup>.

O tópico 4. *Atividades Subversivas no Ensino Vocacional* destaca a instalação do 2º Ciclo do GEVOA, relacionando-o com os protestos estudantis do ano de 1968, e com a entrada de professores de “esquerda” no SEV.

O tópico 5. *Ocorrências no Ginásio Estadual Vocacional João XXIII de Americana* trata das denúncias iniciais realizadas no ano de 1968, que deram origem às primeiras investigações contra os Ginásios Vocacionais.

O tópico 6. *Ilícitos Administrativos* se detém nas supostas práticas de corrupção realizadas no SEV. E o item 7. *Conclusões sobre o SEV* apresenta as conclusões que o responsável pelo IPM chegou a partir das análises feitas sobre os aspectos anteriores.

Finalmente, a *Parte VII – Conclusões* apresenta as conclusões finais de Resstel sobre os diferentes temas, instituições e pessoas investigadas no IPM da Educação e que foram sintetizadas no *Relatório*. Em seu tópico 2. *Ensino Vocacional*, são apresentadas as resoluções finais do encarregado do inquérito sobre os Ginásios Vocacionais e seus funcionários. Além disso, no tópico 4. *Indiciação*, Rubens Resstel indica aqueles funcionários da rede estadual de ensino paulista que, segundo sua análise, cometeram “crimes” sendo, portanto, passíveis de punições.

Para dar conta desses temas apresentados pelo *Relatório*, utilizaremos, majoritariamente, a documentação proveniente da Seção de Arquivo (SEARQ) do Superior Tribunal Militar, órgão que arquivou o processo N° 4766 instaurado após aceite da denúncia oferecida ao Ministério Público Militar (MPM). Esta documentação reúne o conjunto das investigações e inquéritos movidos contra o SEV, ou seja, os autos de investigações do Processo n° 00358 da SCGI/SP, as informações e materiais provenientes do Inquérito n° 191-69-c da DPF/SP, o Relatório do Processo n° 37/69 da CEI, o Processo n° 13.185/70 da SEE e as investigações realizadas pelo II Exército, constituindo assim, os Autos do IPM da Educação.

Assim, toda a vez que citarmos o conteúdo de um documento presente nos Autos do IPM da Educação, a citação aparecerá entre “aspas” e, em nota de rodapé, adotaremos a seguinte forma para referenciá-lo: Processo n°476-STM, Volume,

---

<sup>59</sup> Proposto pela SEE, enquanto método de ensino renovado a ser implementado na rede estadual de ensino, os Ginásios Pluricurriculares funcionaram de 1967 a 1969 e pretendiam substituir os Ginásios Vocacionais.

página.<sup>60</sup> Adotamos essa forma pois, além de facilitar a leitura do texto, refere-se a numeração que os Autos do IPM da Educação receberam no Superior Tribunal Militar, enquanto processo a ser julgado, diferente do Inquérito propriamente dito.<sup>61</sup>

Pontualmente, utilizaremos documentos frutos de nossa pesquisa nos acervos do Arquivo Público do Estado, fundo DEOPS, e do Arquivo Nacional, fundo SNI. Nesses casos, indicaremos em nota de rodapé, o acervo a que pertence tal documento, seguido do código utilizado de arquivamento no referido acervo: Exemplo: 1) AP/SP, fundo DEOPS/SP, Dossiê “código”. Para documentos provenientes do Arquivo Público do Estado, fundo DEOPS. 2) AN, fundo SNI, “código”. Para documentos provenientes do Arquivo Nacional, fundo SNI.<sup>62</sup>

## **Estrutura do Trabalho**

O primeiro capítulo procura, inicialmente, situar os Ginásios Vocacionais no contexto dos projetos de renovação educacional brasileira e descrever o processo de implantação e funcionamento do Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo. Em seguida, daremos destaque às denúncias de “subversão” iniciadas no ano de 1968 ressaltando as circunstâncias em que aconteceram, tanto do ponto de vista dos afastamentos dos denunciantes, quanto da mudança da legislação e aumento da repressão do período. A partir desta contextualização, abordaremos as diferentes

---

<sup>60</sup> O leitor poderá notar uma diferença na paginação dos documentos presentes nos Autos citados no *Relatório* e aquela adotada nessa dissertação. Isso se deve ao fato de que, uma coisa é a paginação adotada pelo arquivamento dos Autos no II Exército e sua menção no *Relatório*, outra coisa é a paginação atribuída pelo arquivamento dos Autos do IPM da Educação no STM, que agrega outros documentos e expedientes da instituição. Assim, a paginação adotada aqui, será a adotada pelo STM.

<sup>61</sup> O leitor notará também que, quando citarmos documentos presentes nos Apenso nº 1, Volumes I e II e Apenso nº 2, Volumes I e II, haverá uma descontinuidade na paginação. Isso se deve ao fato de que, quando arquivados no STM, esses Apenso não receberam uma nova paginação, preservando assim a numeração das páginas recebida no órgão produtor. A título de esclarecimento, o Apenso nº 1, Volumes I e II, que corresponde ao Processo 00358 SCGI/SP, possui uma sequência de números das páginas de 1 a 519. O Apenso nº 2, Volume I, que trata dos Autos do Exame do Processo nº 13.185, da SEE sobre o GV “Embaixador Macedo Soares” de Barretos-SP, possui uma paginação sequencial de 1 a 256. Finalmente, o Apenso nº 2, Volume II, que apresenta os Autos de Exame de Material sobre a organização e técnicas pedagógicas do SEV, possui uma numeração que se inicia na página 257 até a página 704. Sobre esse último, não conseguimos identificar o motivo de tal numeração se iniciar na página 257.

<sup>62</sup> Entendemos ser importante pontuar que, ao longo de nossa pesquisa, nos foi sugerida a consulta de outros acervos documentais, como: a coleção da Associação Pró-Ensino Vocacional (APROEV), disponível no acervo do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e Centro de Memória da Educação (CME) da Faculdade de Educação da USP. Embora tais acervos possuam importantíssimos documentos para todos aqueles que se interessam pela temática dos Ginásios Vocacionais, e tenhamos realizado duas visitas ao acervo do CEDIC, optamos por não trabalharmos com documentos provenientes de tais acervos nesta dissertação, por entender que já possuíamos um vasto material a ser trabalhado e que sua consulta ampliaria demais nosso escopo de pesquisa, concentrada nos acervos provenientes dos órgãos repressivos.



investigações procedidas pela CEI e pelo DPF/SP, no ano de 1969, que proporcionou ao aparato repressivo da ditadura realizar as primeiras punições e reprimir os Ginásios Vocacionais.

O segundo capítulo trata da instauração do Inquérito Policial Militar da Secretária da Educação do Estado de São Paulo, o papel do II Exército e do 5º GCAN de Campinas. Em seguida, destacaremos como o IPM da Educação, na figura de Rubens Resstel, procurou interpretar e tipificar como “subversivas” a organização, o sistema de ensino e as técnicas didático-pedagógicas – Estudos Sociais, Estudo do Meio e Autoavaliação – realizadas pelos Ginásios Vocacionais, contando com a consultoria pedagógica de importantes nomes da educação paulista.

O terceiro capítulo aborda o contexto da política educacional colocada em marcha pela ditadura em âmbito nacional e estadual e seu choque com a experiência pedagógica dos Ginásios Vocacionais. Nesse contexto, daremos destaque a forma como o IPM de Resstel procurou tipificar e criminalizar as práticas sociais dos professores e funcionários do SEV contra as medidas educacionais da SEE, gerando a interpretação de haver uma “infiltração comunista nos meios educacionais” do ensino básico paulista.

## **CAPÍTULO 1 – OS GINÁSIOS VOCACIONAIS: DA RENOVAÇÃO À REPRESSÃO**

### **1.1. O lugar dos Vocacionais na história da educação brasileira**

O primeiro passo da investigação proposta consiste em apresentar, ainda que de maneira breve, o contexto histórico e educacional no qual a proposta pedagógica dos Ginásios Vocacionais estava inserida, para, em seguida, descrever o processo de implantação do Serviço de Ensino Vocacional na rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Para tanto, nos apoiaremos em trabalhos de referência sobre a história da Educação brasileira, bem como em estudos que se dedicaram em analisar os aspectos políticos e pedagógicos dos Ginásios Vocacionais.

Para nossos propósitos, tomemos como ponto de partida as transformações substanciais da economia e da sociedade brasileira ocorridas a partir da década de 1930<sup>63</sup> que, entre outras coisas, trouxeram também novas exigências educacionais. De acordo com Otaíza Romanelli no livro *História da Educação no Brasil (1930-1973)*:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado. (...) A Revolução de 30, acabou, portanto, criando também condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. (ROMANELLI, 1986, p. 59-60)

Ainda de acordo com a autora, a expansão do capitalismo industrial no Brasil intensificou também a luta de classes:

Essa luta assumiu no terreno educacional características assaz contraditórias, uma vez que o sistema escolar, a contar de então, passou a sofrer, de um lado, a pressão social de educação, cada vez mais crescente e cada vez mais exigente, em matéria de

---

<sup>63</sup> Para uma importante análise sobre a educação na chamada Primeira República (1889 a 1930), ver Nagle (1976).

democratização do ensino, e, de outro lado, o controle das elites mantidas no poder, que buscavam, por todos os meios disponíveis, conter a pressão popular, pela distribuição limitada de escolas, e, através da legislação do ensino, manter seu caráter “elitizante”.

O que se verificou, a partir daí, foi o fato de que expansão do sistema escolar, inevitável, ter-se processado de uma forma atropelada, improvisada, agindo o Estado mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que propriamente com vistas a uma política nacional de educação. (...)

O tipo de escola que passou a expandir-se foi o mesmo que até então educara as elites e essa expansão, (...) jamais ocorreu de forma que tornasse universal e gratuita a escola elementar e adequado e suficiente o ensino médio e superior. Assumindo a forma de luta de classes, a expansão da educação no Brasil, mormente a contar de 1930, obedeceu às normas da instabilidade própria de uma sociedade heterogênea profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática. (ROMANELLI, 1986, p. 61)

Dentro deste contexto e diante desta complexidade e heterogeneidade da população brasileira do período, destacaram-se as ideias de renovação escolar oriundas dos ideais republicanos e liberais desenvolvidos pela Escola Nova imbuídos da tarefa de “reconstrução educacional do Brasil”, tendo nas figuras de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho seus principais representantes. (AZEVEDO, 2006)<sup>64</sup> De acordo com o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932),

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo.

(...) A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. (AZEVEDO, 2006, p. 191)

---

<sup>64</sup> Esta proposta de “renovação escolar” que atendesse as demandas da modernidade, vinha sendo desenvolvida desde a década de 1920 por meio de reformas em diferentes estados brasileiros, como: a reforma de Sampaio Doria em São Paulo em 1920, a reforma de Lourenço Filho de 1923 no Ceará, a reforma de Anísio Teixeira de 1925 na Bahia, a reforma de Carneiro Leão de 1926 em Pernambuco, a reforma de Francisco Campos e Mário Casassanta de 1927 em Minas Gerais e a reforma de Fernando de Azevedo de 1928 no Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Apesar de pretender uma reconstrução educacional do Brasil, a Escola Nova não chegou a atingir seus propósitos democráticos<sup>65</sup>, pois, segundo Jorge Nagle (1976), as reformas educacionais de viés escolanovista das décadas de 1920 e 1930 tiveram essencialmente um aspecto técnico, enquanto estratégia para construção de um país.<sup>66</sup>

Diante deste quadro, o término da segunda grande guerra impôs ao Brasil a necessidade de retomada das eleições presidenciais e das liberdades democráticas que haviam sido suprimidas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Eleito nas eleições de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) assumiu a presidência em janeiro de 1946 e iniciaram-se os trabalhos da nova Assembleia Constituinte, elaborando a Constituição que viria a ser promulgada em 18 de setembro de 1946.

A Constituição de 1946 previa a criação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, por conta disso, foram realizados diversos debates sobre a renovação do ensino brasileiro e diversas propostas foram mesmo aplicadas em território nacional, ao longo da década de 1950. Além disso, estas propostas de implantação de novos modelos educacionais tinham como objetivo atender às mudanças substanciais da sociedade brasileira, como o gradativo aumento da população urbana em relação à rural, que gerou transformações de ordem política, econômica e social, gerando uma demanda cada vez maior por uma rede pública de ensino que atendesse a um público mais urbano e industrial, principalmente no Estado de São Paulo<sup>67</sup>.

Nesse contexto, alguns Estados brasileiros passaram a adotar os projetos das chamadas Classes Experimentais que, diante da padronização do ensino estabelecida pela chamada Reforma Capanema<sup>68</sup>, passaram a levar em consideração a adoção de um

---

<sup>65</sup> Segundo Gandini: “Esconde-se nessa proposta [de Anísio Teixeira] a tentativa de preservação de *status quo* e o enviesamento, acentuado pela ideologia liberal, que recusa a efetivação de um processo democrático pelos seus supostos beneficiários. Pressupõe uma elite que irá atingir ‘aos menos esclarecidos’ para que estes atinjam a ‘idade da razão’. Em síntese, trata-se da ‘ditadura educacional’ à qual se refere Marcuse e da ditadura como preparação para a democracia à qual se refere Franz Neumann.” (GANDINI, 1979, p. 59-60)

<sup>66</sup> (...) o escolanovismo se apresenta como um novo baluarte da pregação liberal que se desencadeia na década dos vinte; compromete-se com o fenômeno de liberalização institucional que se associa, enquanto consequência, à marcha do desenvolvimento capitalista brasileiro; (...) à custa da valorização de temas de natureza intra-escolar, se processa a diminuição das abordagens de conteúdo amplamente social. Isso quer dizer que ao aperfeiçoamento dos aspectos internos da escola correspondeu a uma preocupação cada vez menor com seus fundamentos histórico-sociais – foi esse o preço que, durante muitos anos, teve de ser pago pela distorção técnica que aparece na década dos vinte. (NAGLE, 1976, p. 259-260)

<sup>67</sup> Para uma análise detalhada sobre o aumento da demanda por escolas e sua relação com a urbanização e industrialização do país, ver Romanelli (1986), especialmente o Capítulo 3. Para uma análise sobre o desenvolvimento urbano e crescimento populacional de São Paulo, ver Fernandes (2008).

<sup>68</sup> Trata-se da Lei Orgânica do Ensino Secundário promulgada pelo Decreto Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos, o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos, feita pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema (1934-1945), que vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

ensino diversificado e com maior flexibilização no ensino secundário com métodos e currículos próprios, levando em consideração a potencialidade e a diversidade dos indivíduos<sup>69</sup>.

As Classes Experimentais,

(...) refletiam as apropriações do movimento escolanovista e tinham por norte o objetivo de formar o educando integralmente desenvolvendo-lhe aptidões teóricas e práticas para que se tornasse capaz de atuar na sociedade. Esta experiência, que buscava o rompimento com o ensino secundarista tradicional prescrito pela Reforma Capanema de 1942, propunha colocar em prática uma cultura escolar renovadora, a qual levaria em conta a diversidade dos indivíduos, criando situações educativas que propiciassem o desenvolvimento das potencialidades destes sujeitos. (VIEIRA, 2015, p. 30)

A autorização dessas classes se deu apenas em fevereiro de 1958, por meio de pedido feito ao Ministério da Educação pelo então diretor do Ensino Secundário do MEC, o Prof. Gildásio Amado, com homologação feita pelo então Ministro da Educação Clóvis de Salgado, em julho do mesmo ano, e com a publicação da 1ª circular da Diretoria do Ensino Secundário que tinha como conteúdo as “instruções sobre a Natureza e a Organização das Classes Experimentais”. Em janeiro de 1959, as classes experimentais tiveram sua autorização oficial pela portaria do MEC. (MASCELLANI, 2010, p. 83)

Autorizadas legalmente a partir de 02 de janeiro de 1959 por meio da Portaria nº 1 do MEC, e criadas pelo Departamento de Ensino Secundário (DES), as Classes Experimentais tinham o intuito de:

inserir disciplinas práticas no ensino secundário, além de proporcionar o ensaio de novos currículos, métodos e processos de ensino. Fortemente inspiradas no modelo francês das *classes nouvelles*, foram instaladas aproximadamente 50 escolas, em sua maioria particulares, em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco e Guanabara. Havia uma série de exigências para o seu funcionamento, como condições favoráveis para seu estabelecimento (estabelecendo prioridade para os colégios de aplicação das faculdades de Filosofia e o Colégio Pedro II), organização inicial para o primeiro ciclo (ficando a ampliação da experiência dependente dos resultados obtidos), autorização do DES, ouvido o Conselho Nacional de Educação e regulamentação por ato ministerial (NUNES, 1980, p. 61 *apud* CHIOZZINI & MARQUES, 2016, p. 584).

---

<sup>69</sup> Para uma discussão sobre a Reforma Capanema e a instalação das Classes Experimentais, ver Dallabrida (2014).

Para nossos propósitos, destaquemos a Classe Experimental implementada no Instituto de Educação Narciso Pieroni na cidade de Socorro-SP, inaugurada em 3 de março de 1959, com 29 estudantes e período diferente das demais séries, realizada por meio da atuação da diretora Lygia Furquim Sim e da orientadora pedagógica Maria Nilde Mascellani. O Instituto de Socorro, em linhas gerais, propunha uma pedagogia voltada aos valores humanos e sociais para a formação cidadã dos educandos baseada nas ideias desenvolvidas pelas chamadas *classes nouvelles*, no Institut Pédagogique de Sèvres na França.

Idealizadas na França, no período pós-guerra, as *classes nouvelles* tomaram forma a partir da implementação do Centre International d'Études Pédagogiques (CIEP) na cidade de Sèvres em 1945, com a atuação do filósofo e pedagogo Gustave Adolphe Monod (1885-1968) que, mediado pelo CIEP promoveu intercâmbios como forma de comparar diferentes modelos educacionais, facilitando o diálogo entre educadores de várias partes do mundo que, em linhas gerais, objetivavam um ensino adaptado à diversidade dos estudantes e seus destinos. Fundamentada em estudos da psicologia<sup>70</sup>, tal proposta se baseou em quatro princípios básicos, a saber, orientação positiva, equipe educativa, educação ativa e ensino global. No caso da educação ativa, esta contrariou diretamente o ensino tradicional então em vigor, pois colocou o estudante como o principal agente no processo de ensino. (STEINDEL, DALLABRIDA, ARAÚJO, 2013, p. 9)<sup>71</sup>

Em 1950, um grupo de educadores brasileiros, entre eles Luiz Contier e Lygia Furquim Sim, realizaram estágio no Institut Pédagogique de Sèvres e, imbuídos das experiências que lá vivenciaram, trouxeram para o Brasil estas ideias com a intenção de aplicá-las no país. Luiz Contier, então diretor do Instituto de Educação Alberto Comte, localizado no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo, foi um catalizador de redes das classes experimentais do Estado de São Paulo (VIEIRA & CHIOZZINI, 2018), pois sua rede de relações possibilitou a estruturação e desenvolvimento desses projetos, principalmente pelo fato de ser uma espécie de intermediário entre o governo

---

<sup>70</sup> Influenciados pelas pesquisas sobre a psicologia da infância realizadas por Roger Gal (1906-1966) e Henri Wallon (1879-1962).

<sup>71</sup> Dentre algumas características das *classes nouvelles*, pode-se destacar: limitação do efetivo a 25 alunos, métodos ativos personalizados e cooperativos, visitas a diferentes lugares visando a observação do meio, reduzir a dicotomia entre trabalho manual e o trabalho intelectual. (STEINDEL, DALLABRIDA, ARAÚJO, 2013, p. 9)

francês e membros de setores educacionais e culturais do Brasil. (VIEIRA & CHIOZZINI, 2018, p. 72)

No caso da Classe Experimental de Socorro-SP, de acordo com Maria Nilde Mascellani:

A nosso ver, as inovações pedagógicas trazidas desses modelos estrangeiros se limitavam às metodologias. E no campo metodológico, para os brasileiros, não havia novidades. Eram ideias que estavam contidas no debate intelectual daquele período. Ademais, para os pedagogos e educadores comprometidos com a transformação da educação brasileira, metodologias, por si mesmas, não bastavam. Defendíamos a elaboração de propostas pedagógicas voltadas para valores humanos e sociais e para a formação do cidadão. As metodologias sozinhas não alcançam este nível. Era necessário, pois, situar a base filosófica das experiências. (MASCELLANI, 2010, p. 83-84)

Ainda segundo a autora, a maioria das Classes Experimentais do período se baseava nas propostas pedagógicas da Escola Nova e nas ideias do filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952), de liberdade do educando e da prática do chamado método ativo, porém, segundo sua leitura, estas ideias estavam distantes da realidade brasileira. Assim,

O debate em torno desta questão contribuiu para, posteriormente, no período das Classes Experimentais, se distinguirem projetos que se pretendiam efetivamente renovadores no campo pedagógico daqueles projetos que propunham apenas inovações metodológicas, os quais foram logo identificados como prática de escolanovismo. (MASCELLANI, 2010, p. 84)

Como forma de pôr em prática uma outra proposta pedagógica que levasse em consideração a realidade brasileira, houve debates entre a diretora do Instituto de Educação Narciso Pieroni e uma equipe pedagógica formada por professores da rede pública, do próprio instituto, bem como outros convidados. Nestes debates foram estabelecidas as bases da classe de Socorro-SP.

É na ideia de currículo integrado e de ensino conceitual que as Classes Experimentais de Socorro se distinguem das demais experiências de Classes Experimentais. A experiência de Socorro incluiu a definição clara de objetivos, o desenho de um currículo que incorpora as grandes noções da cultura geral, *as práticas de reconhecimento da realidade local no seu cotidiano*, a seleção de conteúdos com destaques de conceitos considerados elementos mediadores de todo o currículo, o trabalho em grupos, o estudo

dirigido, o *estudo do meio*, as práticas de avaliação. (MASCELLANI, 2010, p. 84)<sup>72</sup> (*grifo nosso*)

Estas diretrizes foram fundamentais para compor este projeto pedagógico, uma vez que o currículo que incorporava as noções de cultura geral e a realidade local no seu cotidiano, assim como as práticas de estudos do meio, proporcionou a realização de uma prática educacional dirigida à transformação da sociedade<sup>73</sup>. Assim, em relação ao currículo, os objetivos do Instituto de Socorro-SP colocaram esta experiência em um patamar singular na educação brasileira. Entre seus elementos básicos estava:

- Pensar o currículo a partir das necessidades psicológicas básicas dos adolescentes na comunidade situada;
- Incorporar ao currículo estudos propedêuticos e práticas de participação social;
- Respeitar os componentes culturais da região e do município;
- Integrar o antigo e o novo no sentido de processo de transformação educacional e cultural;
- Desenvolver a capacitação dos professores sob a ótica de uma nova pedagogia, de caráter social;
- Levar alunos e equipe pedagógica ao exercício do compromisso com a realidade. (MASCELLANI, 2010, p. 85)

Já em relação aos objetivos de formação, procurava-se:

- Desenvolver nos jovens atitudes de iniciativa e independência;
- Entender o conhecimento como construção histórica;
- Valorizar o trabalho em grupo;
- Estudar a importância da pesquisa para o progresso da humanidade e como base de planejamento;
- Desenvolver atitude crítica em relação à realidade econômica, política e cultural do país e da comunidade;
- Desenvolver entre os alunos o compromisso social com a comunidade. (MASCELLANI, 2010, p. 85-86)

Vieira (2020) destaca também que as atividades de Estudo do Meio possuíam singular importância na formação dos educandos do Instituto de Socorro-SP, onde se

---

<sup>72</sup> Vieira (2015;2020), procurou problematizar esta postura de Maria Nilde enfatizando, por meio dos documentos orientadores da Classe Experimental do Instituto Narciso Pieroni, a influência da matriz francesa nesta experiência. Letícia Vieira identificou inclusive a influência das ideias de John Dewey em textos, estudos e palestras de Mascellani sobre o Instituto de Socorro-SP. (VIEIRA, 2020, p. 169-170) O aprofundamento destas questões escapa aos limites de nosso trabalho.

<sup>73</sup> Segundo Marques (1985) Socorro-SP tinha um caráter de adaptação as propostas de Sèvres, cuja finalidade era promover o espírito democrático nos alunos, uma formação humanística e a capacidade de ação do homem sobre o meio. (MARQUES, 1985, p. 33-34)



elaborou um currículo que relacionava os tópicos da cultural geral com as características econômicas e sociais do município. (VIEIRA, 2020, p. 177)<sup>74</sup>

Os traços de um currículo pensado a partir das necessidades psicológicas básicas, de práticas de participação social, de respeito aos componentes culturais da região, de uma pedagogia de caráter social comprometida com a realidade e jovens com atitudes de iniciativa, independência e críticas em relação à realidade são noções pedagógicas que aparecem, nos dias de hoje, como ideias básicas ou elementares em diversas propostas educacionais renovadoras e originais do século XXI, vendidas como diferenciadas, principalmente no setor privado de ensino. Porém, o fato de terem sido idealizadas e aplicadas há mais de 50 anos na rede pública é algo a ser notado como realmente singular na história brasileira.

No final do ano de 1960, o então Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Luciano Vasconcelos de Carvalho<sup>75</sup>, interessado em novas propostas educacionais a serem implementadas no Estado visitou o colégio de Socorro-SP e ficou impressionado com a experiência lá realizada. Mascellani descreve a ocasião da seguinte maneira:

[...] [nas Classes Experimentais de Socorro] foi onde ele viu, no Brasil, alguma coisa onde o aluno colocava a mão na massa. [Através dos] trabalhos manuais e do desenho que se chamavam, os meninos faziam trabalhos integrados com História e Geografia e a Matemática, também, quando podia [...] Então, a gente já fazia uma integração, fazia o estudo do meio, era o conhecimento da realidade. O que eu senti que entusiasinou o Luciano, isso é uma visão pessoal, foi quando ele entrou naquela sala onde viu que os alunos haviam feito um dinossauro com massa de jornal e cola, quando estudaram a Pré-História. Tinha um outro trabalho [que era uma] dessas igrejas renascentistas com três corpos, batistério, torre e igreja, e uma das torres era cilíndrica, e, inclusive, eu aproveitei para trabalho com [noções] matemáticas através do cilindro. Então ele viu vários trabalhos que foram construídos, montados, em que os alunos iam aprendendo técnicas de maquete, de massa e desenho técnico mesmo, concretizando o que estudavam nas áreas do ginásio comum [...]" (MASCCELLANI, 1970 a 1999, p. 3 *apud*, VIEIRA, 2020, p. 236)

---

<sup>74</sup> Vieira (2020) acrescenta que para Maria Nilde Mascellani o ‘estudo do meio’ realizado nas classes experimentais de Socorro tinha objetivos predefinidos, voltados à crítica da realidade social e à compreensão do processo histórico de formação das cidades, a qual era alargada para a compreensão universalista do mundo. (MASCCELLANI, [entre 1950 e 1970]). (VIEIRA, 2020, p. 178)

<sup>75</sup> Ligado ao Partido Democrata Cristão (PDC), Luciano de Carvalho representava as intenções do PDC em implementar na rede pública de educação os princípios do humanismo cristão e do comunitarismo participacionista, oriundos do pensamento desenvolvido pelo filósofo Jacques Maritain (1882-1973). (FAGIONATO, 2018a, p. 245-247)

Interessado nesta experiência pedagógica onde os estudantes colocavam *a mão na massa*, Luciano de Carvalho iniciou o processo de viabilizar a implantação deste modelo de ensino na rede pública de ensino paulista<sup>76</sup>. Para tanto, convidou Maria Nilde Mascellani para fazer parte da equipe responsável por formular a nova Lei de Ensino Industrial e iniciar os trabalhos no projeto dos Vocacionais.

Em 03 de fevereiro de 1961, Luciano de Carvalho, em meio ao processo de elaboração do Plano de Educação do Estado de São Paulo do então governador Carvalho Pinto (1959-1963), inseriu quatro artigos na Lei de Ensino Industrial nº 6.052<sup>77</sup>, criando legalmente o Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo. Ainda neste ano, em 27 de junho, o Decreto Estadual nº 38.643 regulamentou sua organização<sup>78</sup> e, em 21 de dezembro, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, prevista desde a Constituição de 1946, que passou a permitir práticas como a dos Vocacionais, pois em seu artigo 104 garantia que seria “permitida a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios.”

De acordo com Daniel Chiozzini ao analisar as atas da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, tudo indica que o Secretário conseguiu criar condições para a implantação do Vocacional com o apoio de deputados que eram ferrenhos defensores do ensino tecnicista. (CHIOZZINI, 2003, p. 27) Luciano de Carvalho foi inclusive, quem escolheu o nome Serviço de Ensino Vocacional. (CHIOZZINI, 2003, p. 57)

Segundo Fagionato (2018a, p. 248), para os políticos do PDC ligados a Luciano de Carvalho, o termo vocacional, “(...) significou a filiação aos fundamentos filosóficos maritanistas<sup>79</sup> ao compreenderem a política ligada ao ideário cristão, como vocação religiosa”. E acrescenta:

---

<sup>76</sup> À época, Luciano de Carvalho alegou que no modelo de escola atual, o estudante, “desde cedo era predeterminado pelos azares da fortuna e posição dos pais ou por contingências fortuitas para a profissão de adulto. Daí a necessidade da escola que se abre em leque para o desabrochar da vocação e dá ao jovem a oportunidade de se descobrir ou realizar.” (CHIOZZINI, 2003, p. 22) Chiozzini (2003, p. 28-29), identificou inclusive uma preocupação da SEE em se preparar melhor os estudantes para o preenchimento das vagas nas Universidades.

<sup>77</sup> Trata-se dos Artigos 22, 23, 24 e 25 da Lei de Ensino Industrial nº 6.052.

<sup>78</sup> A regulamentação e organização do SEV, foi especificada na Parte II do Decreto, nos Artigos 272 a 333.

<sup>79</sup> Pensamento desenvolvido pelo filósofo Jacques Maritain, “(...) intelectual católico atuante nas décadas de 1940 até 1960, com produção filosófica ampla. Considerado, portanto, um ‘teórico cristão’ promotor da [...] edificação da democracia como opção válida diante do liberalismo e do comunismo”, mas, sobretudo, muitas de suas teses foram assumidas pela nova doutrina social cristã, ainda por cima, usadas na redação da declaração universal do homem pela ONU, em 1948 (SOUZA, 2015, p. 18).” (FAGIONATO, 2018a, p. 248)

No relato das memórias de Maria Nilde Mascellani (1984), o uso do termo vocacional fez aflorar as tensões entre os integrantes da comissão de criação. Não obstante, a aceitação desse nome representou a justificativa de que fomentaria a conciliação entre os grupos diversos. Na explicitação desse conflito, Maria Nilde Mascellani (1984, p. 10) representou como uma tarefa árdua ao fornecer o sentido de que “[...] vocação de cada um tem a ver com a vocação da sociedade, com a vocação em grupo”. Nessa comissão, Maria Nilde Mascellani (1984, p. 10) aceitou o termo por ser curto e “[...] mais compacto do que você falar em formação de consciência, formação de pensamento. Depois nos coube dar interpretação e significado próprio a este termo”. (FAGIONATO, 2018a, p. 248-249)

E os conflitos para instalação do SEV não pararam por aí, pois, às vésperas do início das atividades, começaram seus problemas com a SEE, uma vez que em fevereiro de 1962 se deu a saída de Luciano de Carvalho da Secretaria. Assim,

Substituiu-o o professor Carlos Pasquale, já pertencente ao quadro da Secretaria da Educação e que, identificado com a ideologia da educação americana, não era simpático à experiência.

De fato, a quase um mês do início de funcionamento dos primeiros três ginásios vocacionais, quando tudo já estava preparado – professores treinados, escolas minimamente equipadas e alunos selecionados – e quando o SEV já estava instalado em uma ala do prédio do Ginásio do Brooklin, o novo Secretário chamou a coordenadora do SEV para comunicar-lhe que não autorizava a implantação de tais escolas.

Foi convocada, então, uma reunião no Colégio São Bento entre todos os professores comissionados e treinados e alguns pais dos futuros alunos da capital para se deliberar sobre o que fazer.

A decisão unânime da assembleia foi a de proceder à instalação das escolas à revelia do Secretário, criando uma situação perante a qual ele teria que se explicar publicamente.

As escolas entraram em funcionamento e isto breiou a iniciativa do Secretário, que acabou tendo que conviver com os ginásios vocacionais. (OLIVEIRA, 1986, p. 51-52)

Superado esse primeiro embate com a SEE o SEV iniciou suas atividades em fevereiro de 1962, sob a coordenação geral de Maria Nilde Mascellani<sup>80</sup> e a partir das diretrizes pedagógicas da experiência de Socorro-SP, com a instalação de unidades pedagógicas em áreas com diferentes características socioeconômicas nas cidades de São Paulo (capital), bairro do Brooklin (metropolitana), Americana-SP (industrial interiorana) e Batatais-SP (agrícola). Mais tarde, foram instaladas unidades nas cidades

---

<sup>80</sup> Além de Mascellani, outros professores que atuavam no Instituto de Socorro-SP também passaram a integrar a equipe dos Vocacionais. Vale acrescentar que o treinamento dos futuros professores e orientadores do SEV, no ano de 1961, foi feito no Instituto Narciso Pieroni. (VIEIRA, 2020, p. 243-244)

de Rio Claro-SP (1963) (ferroviária), Barretos-SP (1963) (agropecuária) e São Caetano do Sul-SP (1968) (industrial). (RIBEIRO, 1980, p. 141)<sup>81</sup>

Respondendo diretamente ao gabinete do Secretário de Educação de São Paulo, portanto, paralelo a toda a estrutura burocrática da SEE, o sistema do Ensino Vocacional eram compostos pelo SEV, órgão central, coordenado por Maria Nilde Mascellani, auxiliada por uma equipe técnica e por supervisores das diferentes áreas do conhecimento. O SEV recebia informações e passava as diretrizes para os diferentes Ginásios Vocacionais que, no geral, possuíam uma direção, a orientação pedagógica, a orientação educacional e os professores das diferentes áreas do conhecimento. (CHIOZZINI, 2010, p. 2)

De acordo com a bibliografia consultada, vários autores influenciaram a proposta pedagógica desenvolvida pelo Ensino Vocacional<sup>82</sup>, com especial destaque ao existencialismo cristão do filósofo Emmanuel Mounier (1905-1950)<sup>83</sup>. Caracterizado pela valorização do homem enquanto natureza real e concreta, Mounier desenvolveu uma filosofia denominada Personalismo que, segundo Maria Nilde Mascellani:

(...) fundado no primado da pessoa, está assentado no pressuposto da imanência e, simultaneamente, da transcendência do ser humano. Aliás, sua filosofia, que recusava o individualismo e o coletivismo como formas de esmagamento e opressão da pessoa humana, buscava o nascimento de um novo socialismo que, para ele, seria a realização do “humanismo integral”. Por este termo, ele designa uma filosofia que busca uma síntese entre concepções que se opunham: homem predominantemente espírito ou predominantemente matéria. Para ele, o homem não é nem uma coisa nem outra, mas uma integração de ambas. (MASCELLANI, 2010, p. 77)

Apesar deste destaque, a pesquisa de doutorado de Daniel Chiozzini identificou que o pensamento de Emmanuel Mounier não parece ter sido hegemônico ao longo de toda a existência dos Vocacionais, sendo mais influente, segundo o autor, nos últimos

---

<sup>81</sup> Segundo Mascellani: “As pesquisas de comunidade foram de capital importância para o planejamento curricular. Dispomos de pouquíssimo material a respeito do enorme trabalho que foi feito nessa área. Ao longo de toda a existência do Ensino Vocacional, essas pesquisas nos forneceram – como forneciam às equipes encarregadas da elaboração do planejamento curricular no momento da implantação de uma unidade do Ensino Vocacional - informações sobre valores, padrões de comportamento, costumes, expectativas e aspirações daqueles que constituiriam a sua futura clientela”. (MASCELLANI, 2010, p. 105)

<sup>82</sup> Segundo Fagionatto (2018a, p. 249-250), autores como, Teilhard de Chardin (1881-1955), Gabriel Marcel (1889-1973), o Padre jesuíta Henrique Cláudio Lima Vaz (1921-2002), Karl Marx (1818-1883) e Jean Paul Sartre (1905-1980), faziam parte do referencial teórico de Mascellani. O desenvolvimento deste tema escapa aos limites deste trabalho e para seu aprofundamento ver: Chiozzini (2010), Mascellani (2010) e Fagionatto (2018a).

<sup>83</sup> Mascellani (2010, p. 75-77), Tamberlini (1998, p. 113-116), Neves (2010, p. 127; p. 230), Nakamura (2017, p. 445-446).

anos da experiência. (CHIOZZINI, 2010, p. 86) Além disso, o Capítulo 2 da tese de Chiozzini, apresenta todo um debate sobre as fundamentações teóricas e a prática pedagógica dos Vocacionais, onde procurou aprofundar as análises a partir de textos pedagógicos produzidos pelo próprio SEV, contrapondo com leituras realizadas por outros pesquisadores e entrevistas com pessoas que atuaram na experiência, concluindo que as fundamentações filosóficas e pedagógicas dos Ginásios Vocacionais mudaram ao longo da experiência.

Enquanto laboratório de experimentação pedagógica, os Ginásios Vocacionais atendiam estudantes de 11 a 13 anos de idade de nível ginásial (atual Ensino Fundamental II) com duração de quatro anos. Sua formação curricular englobava as disciplinas de Estudos Sociais (História, Geografia e elementos da antropologia), Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Inglês ou Francês, Artes Industriais, Artes Plásticas, Práticas Comerciais, Práticas Agrícolas, Educação Doméstica, Educação Musical, Educação Física e Estudo do Meio (MASCELLANI, 2010, p. 105).

Segundo Maria Nilde Mascellani:

No caso dos Ginásios Vocacionais, convencionamos entendê-la como uma pedagogia social, crítica e transformadora. Por quê? Porque tomamos a realidade social como conteúdo, a crítica permanente como metodologia e a transformação social como objetivo. Nessa pedagogia, os sujeitos da educação são entendidos como seres em movimento no plano social e cultural. Os procedimentos pedagógicos, de acordo com esta concepção, se caracterizam como instrumentos de ensino a partir de situações problematizadoras, sempre renovadas e situadas na realidade social. É uma pedagogia que valoriza as relações de sociabilidade como suporte da comunicação e a socialização como prática de partilha solidária, ao mesmo tempo que pretende situar o processo de avaliação como indicador de valores vivenciados e aprendidos. (MASCELLANI, 2010, p. 104)

Dentro desta proposta, é interessante notar que houve interesse tanto da população quanto de políticos na implantação de Ginásios Vocacionais em outras cidades do Estado de São Paulo. Segundo Maria Nilde Mascellani,

Enquanto estudávamos os critérios e fazíamos a previsão dos recursos para a implantação das unidades, os deputados estaduais se digladiavam na Assembleia Legislativa na disputa por um Ginásio Vocacional em sua cidade ou região. Em 1965, havia em tramitação 158 projetos de lei criando Ginásios Vocacionais. Para conter a onda política, foi necessário criar um dispositivo legal que regulasse esta situação. Este veio na forma de um decreto do Governador, que garantia aos deputados a liberdade de criar escolas, especificando,

porém, que a indicação das mesmas para funcionar como Vocacionais ficava sujeita à avaliação do órgão técnico da Secretaria da Educação. Todavia, à medida que, a partir daquele momento, foi-se atenuando a demanda, o decreto acabou sendo um instrumento burocrático que impediu a instalação de novas unidades vocacionais. De qualquer forma, nas cidades que esperavam o seu Ginásio Vocacional, houve mobilizações de professores e estudantes em torno de uma educação nova, progressista. (MASCELLANI, 2010, p. 90)

O relato de Mascellani demonstra que nos anos iniciais do SEV, e mesmo após o golpe de 1964, houve grande interesse das cidades paulistas em serem contempladas por esta proposta de renovação educacional como uma “onda política”, exemplificado pela quantidade de 158 projetos de lei que viabilizassem sua criação. No entanto, por se tratar de um projeto ainda experimental, a autora aponta a criação de um dispositivo por decreto do governador, que determinava caber ao Secretário da Educação aprovar se esses projetos seriam nos moldes dos Vocacionais. Por outro lado, Mascellani lembra que com o passar do tempo, este decreto acabou sendo um entrave burocrático que impediu a expansão dos Vocacionais.

Daniel Chiozzini (2010), em sua tese de doutorado realizou uma pesquisa pela qual, além de analisar uma documentação inédita produzida pela instituição e sua relação com a memória da experiência onde, através de entrevistas ressaltou os conflitos internos do SEV, se debruçou sobre a legislação da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e, mais especificamente, sobre as atas de assembleias da Câmara dos Deputados, onde se debateram estas propostas sobre criação de escolas nos moldes dos Vocacionais. Segundo ele,

Entre 1964 e 1968, foram criados dezenas de Ginásios Vocacionais em todo Estado. Pesquisando com a palavra-chave “Vocacional” na base de dados sobre projetos de lei do Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa, foi possível localizar a aprovação de trinta e nove projetos que criaram Ginásios em várias cidades do Estado. Esse número provavelmente foi ainda maior, uma vez que, segundo informações dos funcionários do Arquivo, a base de dados está incompleta. Porém, após serem aprovados, os projetos de lei viraram *letra morta*. Como exposto na Introdução, cabia ao SEV e ao Secretário da Educação a decisão de abrir as unidades e organizá-las. (CHIOZZINI, 2010, p. 33)

Este entrave burocrático criado pela legislação que, em um primeiro momento, visava ao controle, por parte da SEE e do SEV, acabou por prejudicar um conseqüente e

desejável aumento das unidades Vocacionais no Estado, situação agravada a partir da gestão do governador Ademar de Barros (1963-1966). (CHIOZZINI, 2010, p. 34-36)

Estes atritos com um novo governo e uma nova Secretaria da Educação<sup>84</sup> passaram então a fazer parte da “vida” dos Vocacionais, pois, a governança de líderes comprometidos com outras propostas educacionais colocou a prova o desejo de realização e a liderança da coordenadora do SEV.

Os atritos chegaram a causar a demissão de Maria Nilde em 1965, episódio narrado da seguinte maneira por ela:

(...) Adhemar de Barros era famoso pela prática de corrupção administrativa. Sob o seu governo, foram mudados os quadros das Secretarias de Estado, e na Educação não foi diferente. O novo secretário da Educação, Dr. Ataliba Nogueira<sup>85</sup>, conhecido professor da Faculdade de Direito da USP, era também uma figura conhecida nos meios políticos e intelectuais como reacionário.

A corrupção vigente no governo Adhemar de Barros chegou até o Serviço de Ensino Vocacional de modo grosseiro. Passamos a receber da esposa do governador, do chefe da Casa Civil e Militar, do Gabinete do Secretário e de parlamentares estaduais e federais do PSP (Partido Social Progressista) primeiramente cartas solicitando a contratação de professores e técnicos sem nenhuma qualificação ou vagas para alunos que não se enquadravam nos critérios de seleção do SEV. Estas ações foram logo seguidas por ameaças de cortes de verba, de cancelamento de comissionamentos etc., até que explodiu o que ficaria conhecido no SEV como “a crise de 65”. A negação de matrícula para um aluno que não havia passado pela seleção do Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha, mas que era filho de funcionário de confiança do Secretário da Educação, implicou no meu afastamento da Coordenação do SEV, bem como no da diretora administrativa do Ginásio. (MASCELLANI, 2010, p. 99)<sup>86</sup>

Este evento gerou intensa insatisfação por parte dos funcionários dos Ginásios Vocacionais, dos alunos, da Sociedade de Pais e Amigos dos Vocacionais e da imprensa, que passou a dar visibilidade para o ocorrido, até mesmo com críticas ao

---

<sup>84</sup> Segundo Mascellani, “(...) Serviço de Ensino Vocacional foi constantemente objeto de controvérsias, sabotagens e, por fim, de aberta repressão. Sendo o SEV um órgão diretamente ligado ao gabinete do Secretário da Educação, a condição de Coordenadora desse serviço nos criou, desde o início, sérias dificuldades no relacionamento com os demais departamentos da Secretaria. E problemas ainda mais sérios ocorreriam após o golpe militar de 1964. Convivemos durante nove anos, tempo de vida dos Vocacionais, com pressões de todo tipo e com nove secretários de Educação”. (MASCELLANI, 2010, p. 99)

<sup>85</sup> Trata-se de José Carlos de Ataliba Nogueira que ficou à frente da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo de 1964 a 1966.

<sup>86</sup> A chamada crise de 1965 dos Vocacionais é descrita com mais detalhes por Neves (2010, p. 196-208).

governador<sup>87</sup>. A mobilização se transformou em uma greve de professores de mais de um mês (NAKAMURA, 2017, p. 179), havendo intensa participação de mães e pais de alunos e pressões que passaram a exercer junto a políticos das cidades onde existiam os ginásios. A situação acabou por ficar insustentável para Ataliba Nogueira que cedeu e reconduziu Maria Nilde e outros funcionários afastados a seus cargos. Este fato demonstrou haver uma grande participação e apoio da comunidade junto aos Vocacionais.

Em um período em que apenas uma parcela da população jovem frequentava os Ginásios mediante os chamados Exames Admissionais<sup>88</sup> que “selecionavam” na base aqueles mais “aptos” aos estudos e, portanto, mais favorecidos economicamente, os Vocacionais adotaram um critério socioeconômico para seleção de seus estudantes, de modo que 20% das vagas disponíveis fossem preenchidas por aqueles de nível alto, outras 50% eram destinadas aos de nível médio e até 30% aos de nível baixo. Esse critério, visava corrigir a desigualdade existente na sociedade e para que uma integração social fosse efetivamente realizada. (MASCELLANI, 2010, p. 92)

Os Ginásios Vocacionais possuíam um projeto de expansão da experiência que passava pela abertura de unidades pedagógicas em outras cidades do Estado de São Paulo, pela abertura de cursos noturnos e pela ampliação das atividades para o 2º Ciclo. A passagem a seguir, embora longa, apresenta bem esses objetivos:

Também, a partir de 1965, começamos os estudos para elaboração de uma proposta de Curso Colegial Vocacional para o Ginásio Oswaldo Aranha, da capital, João XXIII, de Americana, e Cândido Portinari, de Batatais. Paralelamente, trabalhávamos o projeto do Ginásio Vocacional Noturno para o Oswaldo Aranha, bem como para Americana, Rio Claro e Barretos. Em 1967, instalávamos o curso Ginásial, não sendo possível fazê-lo, porém, em Americana e Batatais. No caso destas duas últimas cidades, tratava-se de um Colegial que atenderia a região de Campinas e a de Ribeirão Preto. Além da resistência da Secretaria de Educação, tivemos dificuldades com os prefeitos de algumas cidades, da região. Com a instalação dos Ginásios Vocacionais noturnos, o SEV respondia de forma explícita às acusações que lhe eram feitas de

---

<sup>87</sup> Eis algumas matérias da imprensa sobre o tema: *Secretário da Educação procura debelar crise no Ensino Vocacional*. **Diário de São Paulo**. São Paulo, 18.03.1965; *Mais uma do Governador*. **Jornal O Liberal**. Americana-SP, 21.03.1965.

<sup>88</sup> Visando avaliar o grau de conhecimento do estudante para ingresso no ensino, os Exames de Admissão, foram instituídos em nível nacional em 1931 e perduraram até a promulgação da Lei nº 5.692/71, quando foi instaurado o ensino obrigatório de 1ª grau. Para um aprofundamento do tema ver Chiozzini & Andrade (2020). Esse assunto será retomado ao longo de nossa dissertação.



trabalhar apenas com clientela de bom nível socioeconômico<sup>89</sup>. Os cursos noturnos foram planejados para atender trabalhadores. E nas diferentes cidades tivemos segmentos diferenciados de alunos, do ponto de vista de suas ocupações e serviços. No ano de 1968, instalamos o Ginásio Vocacional de São Caetano do Sul, em regime de meio período diurno. Também no Oswaldo Aranha, no primeiro ano de funcionamento dos cursos noturnos, fomos procurados por alunos que solicitavam a abertura de cursos semelhantes para pessoas de sua família, do bairro onde moravam; alguns traziam por escrito a relação dos interessados. Tratava-se de pessoas analfabetas ou com curso primário incompleto, ocupadas em grande parte com o trabalho braçal. (...)

Num balanço da experiência, de 1961 a 1969, verifica-se que, já em 1964, quando da instalação do regime militar, cinco Ginásios Vocacionais achavam-se implantados e funcionavam regularmente. Em 1967, haviam sido criados os Vocacionais Noturnos na capital, Americana, Rio Claro e Barretos. Também em 1967, fora instalado o Ginásio Vocacional de São Caetano do Sul. Ainda no mesmo ano, instalara-se o Curso Colegial<sup>90</sup> Vocacional junto à unidade da capital. Do mesmo modo, os Cursos Complementares destinados à população de baixa renda. Estas últimas unidades de cursos tiveram apenas dois anos de duração, já que o aumento da repressão política, a partir de 1968, levaria a experiência a um lamentável fim, no ano seguinte. Entretanto, mesmo nesse período, como, aliás, ao longo de toda a sua existência, o Serviço de Ensino Vocacional, além de planejar, supervisionar e avaliar o trabalho dos Ginásios Vocacionais diurnos e noturnos, o curso Colegial e os cursos Complementares, desenvolveu cursos de Capacitação Pedagógica para professores da rede estadual, atividade esta que significou a extensão, ao conjunto da rede, dos métodos de trabalho desenvolvidos nas unidades de Ensino Vocacional. (MASCELLANI, 2010, p. 97-99)

Do exposto até aqui, pudemos observar, ainda que de maneira breve, que o surgimento e a história dos Ginásios Vocacionais estão inseridos dentro de um amplo contexto de transformação e renovação da educação brasileira tendo nas Classes experimentais de matriz francesa e, mais especificamente, na experiência de Socorro-SP, suas origens e fundamentos pedagógicos.

Nesse contexto, de acordo com a bibliografia consultada, o processo de implantação se valeu de uma “complexa<sup>91</sup> engenharia” realizada pela SEE na interpretação das leis e a busca de apoio junto a grupos políticos, um tanto quanto

---

<sup>89</sup> Arian Cury (2012, p.57-58) é um dos autores que reforçou esta taxação dos Vocacionais como uma escola elitista.

<sup>90</sup> De acordo com Joana Neves: “A principal inovação, na organização do segundo ciclo, foi o estabelecimento do Trabalho remunerado como atividade curricular, prevista como obrigatória sob forma de emprego que todo aluno buscará (se já não o tiver) como condição para a matrícula.” (NEVES, 2010, p. 305)

<sup>91</sup> Complexidade esta que se aplica também às diferentes influências filosóficas e pedagógicas do SEV, e mesmo de Maria Nilde, ao longo de sua existência. Seu aprofundamento escapa aos limites deste trabalho.

antagônicos em relação à proposta pedagógica do SEV, de modo a viabilizar sua realização.

Na mesma linha, após sua instalação, apesar de dificuldades com trocas no comando da SEE, a habilidade de Maria Nilde Mascellani em “conciliar grupos diversos” e o apoio da comunidade escolar foram fundamentais para a ampliação, na medida do possível, e a realização desta experiência para além do ensino de nível ginásial, tendo como fundamento a formação de jovens numa cultura humanística, cidadã e democrática, integrados à sociedade em que vivem e capazes de compreender e transformar os fenômenos políticos e sociais do meio nos quais estavam inseridos.

No entanto, as transformações políticas, sociais e educacionais pelas quais o país vinha passando após o golpe de 1964, acirrada no ano de 1968, principalmente com o aumento da repressão, colocaram novos rumos na história dos Ginásios Vocacionais e na vida das pessoas que participaram e produziram esta experiência pedagógica, quando seu sistema de ensino e a prática social dos seus funcionários passaram a ser assunto do aparato repressivo brasileiro do período.

## **1.2. 1968: O SEV entra na mira do aparato repressivo**

Os anos de 1967, 1968 e 1969 foram anos de reavaliação, divulgação e expansão da experiência pedagógica dos Ginásios Vocacionais, desta maneira, sua equipe pedagógica procurou, em linhas gerais, refletir, problematizar e sistematizar os resultados obtidos pelas diferentes unidades pedagógicas nos anos anteriores, de modo que pudessem apontar a direção que sua experiência pedagógica e administrativa tomaria nos anos seguintes.

Esta reavaliação abarcava também a ideia de expansão do projeto às demais escolas da rede estadual de ensino, objetivo esse fixado desde seu início. Além disso, o ano de 1968, foi o ano em que começaram a funcionar os cursos Ginásiais noturnos dos Vocacionais nas cidades de São Paulo (capital), Americana-SP, Rio Claro-SP e Barretos-SP. Neste mesmo ano, passou a funcionar também o 2º Ciclo no Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” na capital e houve também a instalação do Ginásio Estadual Vocacional na cidade de São Caetano do Sul. (OLIVEIRA, 1986, p. 60)

No filme *Ensino Vocacional* (1969) de Aloysio Raulino, um dos poucos registros em áudio e vídeo sobre o Ginásio Vocacional “Oswaldo Aranha”, localizado

na cidade de São Paulo, Maria Nilde apresenta, de maneira sintética, os objetivos da experiência pedagógica desenvolvida pelo SEV. Ela diz:

O Ensino Vocacional é uma experiência que se desenvolve no Estado de São Paulo através de algumas escolas secundárias com o principal objetivo de levar os jovens à descoberta de sua personalidade, conhecendo seus interesses, as suas aptidões e percebendo o mundo e a si mesmo, a fim de situar-se na sociedade e a desempenhar o seu papel de homem transformador. O Ensino Vocacional desenvolve nos jovens uma atitude crítica perante esta realidade e pretende com esta experiência afetar a renovação das demais escolas secundárias. O significado e o conteúdo desta experiência educacional, a nosso ver, dentro de uma percepção de professores, de pais e de elementos interessados em educação, deverá marcar o momento da renovação da escola secundária brasileira.<sup>92</sup>

O filme realizado pelo estudante de cinema Aloysio Raulino é histórico, pois, além registrar a rotina escolar e os depoimentos dos estudantes do colégio, apresenta, por meio da fala de Maria Nilde Mascellani a síntese da história dos Vocacionais enquanto método de ensino público vanguardista realizado na década de 1960.

O depoimento de Mascellani evidencia um método de ensino que tomava a educação como instrumento de mudança da sociedade (NEVES, 2010, p. 15), pois, ao apresentar a proposta de ensino renovado do Ensino Vocacional, objetivava levar os jovens à *descoberta de sua personalidade, interesses e aptidões*, ao mesmo tempo em tomassem conhecimento do *mundo* e de seu lugar na *sociedade*, para que assim fossem capazes de compreender seu papel *transformador*, com *uma atitude crítica perante a realidade*.

Por outro lado, o depoimento de Mascellani evidencia também que a renovação experimental escolar proposta pelo SEV não pretendia focar apenas em *algumas escolas secundárias*, mas, objetivava também *afetar a renovação das demais escolas secundárias* e marcar o momento *da renovação da escola secundária brasileira*.

---

<sup>92</sup> Filme realizado no Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” pelos alunos do curso de Comunicações Culturais do Departamento de Cinema da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com direção do aluno Aloysio Raulino e supervisão dos professores Maurice Capovilla e Rudá de Andrade. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=II0ICdQL5wU&ab\\_channel=AloysioRaulinoOficial](https://www.youtube.com/watch?v=II0ICdQL5wU&ab_channel=AloysioRaulinoOficial). Acesso em: 29.03.2023.

Paralelamente, o ano de 1967 deu início a uma nova gestão da SEE. Em 31 de janeiro de 1967, Roberto Costa de Abreu Sodré, foi eleito indiretamente<sup>93</sup> como Governador do Estado de São Paulo. Advogado, empresário e ex-deputado estadual, Sodré foi uma figura forte dentro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)<sup>94</sup> paulista e seu governo possuía grande alinhamento com a ditadura.<sup>95</sup>

Em seu mandato, Sodré (1967-1971) indicou para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Antonio Barros de Ulhôa Cintra (1967-1970), professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ex-reitor da Universidade de São Paulo (1960-1963) e primeiro presidente do Conselho Superior da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) de 1961 a 1973.

Esta nova gestão, inaugurou um novo período de embates do SEV com a SEE que acabou por ser a responsável por executar as punições aos funcionários dos Ginásios Vocacionais, como veremos ao longo deste capítulo, por conta das investigações empreendidas pelos órgãos repressivos. É dentro deste contexto, de expansão do Ensino Vocacional e uma nova gestão da SEE, que exploraremos com mais profundidade ao longo desta dissertação, que no final do ano de 1968 foram realizadas as primeiras denúncias contra os funcionários dos Ginásios Vocacionais.

No entanto, para entender esta denúncia é preciso levar em consideração que, do ponto de vista da repressão, desde o golpe de 1964, foram instituídas várias leis, decretos e atos que permitiram que denúncias de “subversão” fossem realizadas legalizando assim que a ditadura perseguisse aqueles que, de alguma maneira, representavam “perigo” ao regime.

Conforme indicamos na introdução deste trabalho, tendo como referência os estudos de Letícia Camargo Barbosa (2012), ao longo da história política do Brasil a

---

<sup>93</sup> O Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu em seu Artigo 1º que a partir daquela data, as eleições para Governador e Vice-Governador dos Estados seriam de maneira indireta, através da Assembleia Legislativa dos Estados.

<sup>94</sup> O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, estabeleceu, em seu Artigo 18º a extinção dos Partidos Políticos então existentes. Em 4 de novembro de 1965, foi instituído o Ato Complementar nº 4, que estabeleceu as condições para a existência dos partidos políticos no país, fazendo com que fosse possível a existência de dois partidos. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de políticos estritamente alinhados ao governo militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de “oposição” com políticos liberais e de centro.

<sup>95</sup> Essa proximidade, se espelha, por exemplo, no episódio do dia 31 de março de 1964, quando Sodré partiu “de São Paulo para o Rio de Janeiro acompanhado do tenente-coronel Rubens Resstel, com a incumbência de coordenar as medidas necessárias à eventual destruição da base aérea de Santa Cruz, que se mantinha legalista e era considerada o único obstáculo ao avanço do II Exército, sediado em São Paulo”. De acordo com as informações disponíveis em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-costa-de-abreu-sodre>. Acesso em 11.03.2022.

ideia de “subversão” serviu de justificativa para o Estado interferir no espaço público e agir contra indivíduos considerados “indesejados”. Com o golpe de 1964 os critérios para definição de “subversão” ganharam novas nuances e uma conotação muito mais ampla de modo que o indivíduo “subversivo” seria aquele que colocasse em ameaça as instituições e o ordenamento social vigente, onde passaram a ser enquadrados estudantes, universitários, religiosos e os mais diversos tipos de trabalhadores.

Nesse sentido, a mudança da legislação vigente foi elemento fundamental para criar as condições legais para que indivíduos fossem denunciados por práticas tipificadas como “subversivas” e investigadas como “crimes políticos. Deste modo,

À medida da institucionalização do regime autoritário a “subversão” como um problema a ser combatido ganhou mais espaço na agenda dos governos. A desqualificação e estigmatização da oposição tornaram-se estratégia política de manutenção do poder. (BARBOSA, 2012, p. 25)

Do ponto de vista da legislação, o Ato Institucional n° 1<sup>96</sup>, promulgado em 9 de abril de 1964, suspendeu os direitos individuais e estabeleceu medidas com o objetivo de concentrar o poder nas mãos do Executivo, como forma de iniciar o processo de afastamento dos indivíduos que pudessem subverter a ordem política instituída. (ALVES, 2005, p. 66)

Com o objetivo de ampliar a vigilância e, portanto, de prevenir e reprimir a atuação desses considerados “subversivos” ou “comunistas” foi criado, ainda em 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>97</sup> com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contrainformação de interesse para a segurança nacional. Sua função se especializou em coletar e organizar informações em âmbito federal, informações que até então eram restritas ao âmbito estadual, por meio das atuações dos DEOPS. Embora o objetivo do SNI tenha sido centralizar a produção e coleta de informações, estas atividades continuaram a ser feitas, em sua maioria, pelos DEOPS, o que significou uma intensa troca de informações entre diferentes órgãos em nível estadual e federal. (LONGHI, 2009, p. 127)

Conforme destacamos na introdução deste trabalho, o Ato Institucional n° 2 (AI-2), promulgado no dia 25 de outubro de 1965, foi particularmente relevante, pois,

---

<sup>96</sup> Inicialmente, este ato não possuía numeração mas, em virtude dos atos impostos posteriormente, ficou conhecido como AI-1.

<sup>97</sup> Lei n° 4.341 de 13 de junho de 1964.

ao alterar o conceito de *segurança externa* para *segurança nacional*, transferiu para a alçada da Justiça Militar o julgamento de civis considerados uma ameaça para a segurança nacional<sup>98</sup>, ou seja, os crimes de natureza política, consagrando algo que “já fazia parte do imaginário militar brasileiro: *o inimigo é interno* e pode estar dentro de nossas hostes.” (AQUINO, 2004, p. 92)

É dentro desse contexto no pós 1964 e no processo de militarização<sup>99</sup> do Estado brasileiro que o *inimigo interno* e a *subversão* serão identificados e classificados na letra da lei. Em 13 de março de 1967 o presidente Humberto de Castelo Branco (1964-1967) promulgou o Decreto-Lei n° 314 (Lei de Segurança Nacional de 1967)<sup>100</sup> que ao definir os “crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social” estabeleceu em seu Artigo 1° que “Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional”, estimulando os cidadãos a delatarem “suspeitos” ou desavenças de atentarem contra a segurança nacional<sup>101</sup>.

Nessa linha, a propaganda “subversiva” foi definida no Artigo 39° da LSN (1967)<sup>102</sup>:

Art. 39. Constituem propaganda subversiva  
I - a utilização de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda da guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária;  
II - o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

---

<sup>98</sup> De acordo com o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, desenvolvido pelo CPDOC da FGV, entende-se aqui por segurança nacional, “o grau relativo de garantia que, através da ação política, econômica, psicossocial e militar, o Estado proporciona à nação, para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais.” (ABREU et. al. 2001, p. 3058)

<sup>99</sup> A expressão é utilizada por João Roberto Martins Filho no trabalho *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*, (MARTINS FILHO, 2019, p. 243). Vale acrescentar que na referida obra, João Roberto procurou analisar as diferentes tendências políticas existentes dentro das forças armadas e em seu alto comando, identificando, durante o processo de institucionalização da ditadura, disputas entre os militares em torno da sucessão presidencial e a melhor forma de participação dos militares no modo de conduzir os governos. Interessante pontuar também que, segundo o autor, “(...) a presença de divisões dentro do campo militar é secundária em relação à reiterada união dessas forças na defesa da “Revolução de 1964” e no ataque a qualquer tentativa de rearticulação autônoma do campo “político”. (MARTINS FILHO, 2019, p. 160) (*grifo nosso*)

<sup>100</sup> A Lei de Segurança Nacional de 1967 teve seus dispositivos alterados posteriormente pelo Decreto-Lei n° 510, de 20 de março de 1969. Este por sua vez foi substituído pelo Decreto-Lei n° 898 de 29 de setembro de 1969 (Lei de Segurança Nacional de 1969).

<sup>101</sup> De acordo o Artigo 3° da Lei de Segurança Nacional de 1967: “Art. 3° A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.”

<sup>102</sup> A Lei de Segurança Nacional de 1969, manteve essas disposições da “propaganda subversiva”, mas foram dispostas no Artigo 45.

Segundo o estudo de Leticia Camargo Barbosa, nestas Leis, a “subversão tem conotação estritamente política, ou seja, subverter é modificar, transformar, perturbar, corromper a ordem política instituída.” (BARBOSA, 2012, p. 49) Deste modo, “infiltração, propaganda e doutrinação” eram itens presentes na agenda dos órgãos repressivos do período, como forma de se combater a “subversão”.

Seria através da infiltração que o comunismo penetraria nas várias instâncias da vida social, disfarçadamente de forma a ocupar lugar nos órgãos dos poderes constituídos, nas autarquias, nas forças armadas, nas associações políticas, na igreja, nas empresas, indústrias, universidades, enfim, em qualquer âmbito da esfera pública para persuadir seus adeptos. Através da propaganda a difusão da mensagem comunista chegaria ao maior número de pessoas de maneira a convencer a sociedade das suas vantagens. E a doutrinação, segundo a polícia, poderia ser realizada através de meios de divulgação da imprensa escrita, falada e televisionada, bem como por meio de conferências, cursos e palestras e também pela difusão de livros, panfletos e documentos. (BARBOSA, 2012, p. 103)

De acordo com Maria Helena Moreira Alves (2005), a Constituição de 1967<sup>103</sup> adaptou-se à Doutrina de Segurança Interna e sua teoria do “inimigo interno” cabendo não só às Forças Armadas a responsabilidade da segurança nacional mas também a “toda pessoa natural ou jurídica da sociedade civil”. E acrescenta: “Indivíduos e organizações poderiam ser considerados criminalmente responsáveis por deixar de fornecer informações sobre as atividades daqueles considerados pelo Estado como parte do ‘inimigo interno’.” (ALVES, 2005, p. 133)

A responsabilidade pela segurança nacional passada também a “toda pessoa natural ou jurídica da sociedade civil” que responsabilizava também aqueles que deixassem de fornecer informações sobre o chamado *inimigo interno* ou a “subversão”, tomou proporções maiores com a promulgação do Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro de 1968.

O AI-5 deu ao executivo o poder de fechar o Congresso Nacional, o direito de cassar mandatos eleitorais de membros do Legislativo, o direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, o de demitir, remover, e aposentar funcionários das burocracias federal, estadual e municipal, suspendeu a garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional e estabeleceu que os crimes

---

<sup>103</sup> Promulgada pelo Congresso Nacional em 24 de janeiro de 1967 e que entrou em vigor em 15 de março de 1967.

de caráter político seriam julgados pelos tribunais militares (sem o direito de recurso). (ALVES, 2005, p. 161)

Somado à LSN de 1967, o AI-5 passou a cobrir todo o território nacional permitindo que qualquer pessoa, inclusive professores da rede estadual, pudessem ser investigados sob a acusação de “subversão”.

É dentro deste arcabouço legal e do contexto de expansão do Ensino Vocacional e de atritos com uma gestão da SEE que, no dia 20 de dezembro, sete dias após a edição do AI-5, que ocorreu a primeira denúncia contra os Ginásios Vocacionais. Vejamos agora como o *Relatório*, documento que deu origem a esta pesquisa, registrou esta denúncia.

Conforme indicamos na introdução deste trabalho, o *Relatório* do IPM da Educação, sob responsabilidade de Rubens Resstel, em sua *Parte IV – Ensino Vocacional* procurou analisar as acusações contra os Vocacionais em sete tópicos que nomeou da seguinte maneira: 1) Organização e Sistema de Ensino; 2) Autoavaliação e Estudos do Meio; 3) Ginásios Pluricurriculares e Ensino Vocacional; 4) Atividades Subversivas do Vocacional; 5) Ocorrências no Ginásio Vocacional “João XXIII” de Americana-SP; 6) Ilícitos Administrativos; e 7) Conclusões sobre o SEV.

A denúncia de dezembro de 1968, ponto em que iniciamos esta nossa investigação sobre a perseguição contra os Vocacionais, é apresentada no tópico 5) Ocorrências no Ginásio Vocacional “João XXIII” de Americana-SP, item *c*, da seguinte maneira:

Na tarde de 20 de dezembro de 1968, FRANCISCO CID e WLADIR DOS SANTOS, respectivamente professor e orientador pedagógico do Ginásio Vocacional “João XXIII”, procuraram o Coronel CERQUEIRA LIMA em sua residência em Campinas, tendo aí relatado fatos muito graves que ocorreram no ano no citado Estabelecimento de ensino, apontando a sua Diretora, ÁUREA CÂNDIDA SIGRIST, como inspiradora e instigadora de atos de subversão entre os alunos, no que era secundada por outros membros do corpo docente, notadamente os Orientadores MOACYR DA SILVA, LOUVERCY LIMA OLIVAL e MARIA ROSA CAVALHEIRO.

Disseram, na ocasião, que naquele dia tiveram ciência de que seus contratos de trabalho no Ginásio Vocacional não seriam renovados, devendo ser formalizada a dispensa de ambos nos próximos dias, atribuindo essa consequência ao fato de terem se oposto à orientação esquerdizante, estímulo e favorecimento às ideias subversivas que ali vinham sendo desenvolvidas pela Diretora ÁUREA SIGRIST (Depoimento de WLADIR DOS SANTOS, às fls. 766 e de FRANCISCO CID, às folhas 746, com retificação sobre data da



denúncia acima, às fls. 1256)<sup>104</sup>. (BRASIL, 1970, p. 34) (grifos no original)

Inicialmente, é importante explicar quem eram os personagens mencionados no trecho citado. À época da denúncia, o Coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima era comandante do 5º Grupo de Canhões 90 Antiaéreos (5ºGCAN) de Campinas-SP, cargo que ocupou de 10 de maio de 1967 a 21 de agosto de 1969.<sup>105</sup> O 5º GCAN, foi uma unidade de canhões do II Exército brasileiro, localizado na Avenida Soldado Passarinho no bairro da Fazenda Chapadão na cidade de Campinas-SP.<sup>106</sup>

Francisco Cid foi professor de Artes Industriais do Ginásio de Americana-SP desde o ano de 1962 e, Wladir dos Santos, orientador pedagógico, desde o ano de 1964. Já Aurea Sigrist, foi orientadora educacional de Americana-SP de 1962 a 1968, quando foi promovida ao cargo de diretora. Já Moacyr da Silva e Louvercy Lima Olival, ambos orientadores pedagógicos haviam entrado no Ginásio “João XXIII” no ano de 1968, mas já faziam parte da rede desde 1967. Já a orientadora educacional Maria Rosa Cavalleiro passou a fazer parte da equipe de Americana-SP em 1968. Esses dados demonstram que todos os envolvidos, tanto os denunciantes quanto os denunciados, já se conheciam há algum tempo.

Os professores do SEV eram docentes concursados da rede pública de ensino do Estado de São Paulo que, ao se interessarem em atuar na experiência dos Vocacionais, passavam por um ano de treinamento e avaliações e, se aprovados, eram comissionados junto ao SEV. Uma vez vinculados à instituição, as atividades dos funcionários de todos os Ginásios Vocacionais eram avaliadas rotineiramente, de modo individual ou em diálogos, com os orientadores pedagógicos e educacionais, com

---

<sup>104</sup> Esses depoimentos utilizados como referência no trecho citado foram realizados por Francisco Cid, nos dias 24 de junho e 19 de agosto 1970 e, Wladir dos Santos, em 25 de junho de 1970, no Quartel General do II Exército na presença do Coronel Rubens Resstel e do escrivão Ruy Machado Guimarães, já durante o IPM da Educação. Esses depoimentos constam nos Autos do IPM, Processo nº476-STM, Volumes IV e V.

<sup>105</sup> Embora seu nome conste na lista de comandantes do 5º GCAN, na biografia de Cerqueira Lima, elaborada pelo Dicionário de Verbetes do CPDOC da FGV não consta sua passagem pelo 5ºGCAN de Campinas-SP. Interessante pontuar também que em 1975 Cerqueira Lima presidiu o IPM do II Exército para apurar a morte do jornalista Vladimir Herzog – ocorrida nas dependências do DOI-CODI, concluindo por suicídio. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/fernando-guimaraes-de-cerqueira-lima>. Acesso em: 16.06.2023.

<sup>106</sup> Extinto pelo Ministério do Exército em dezembro de 1972, o 5º GCAN foi substituído pelo 2º Batalhão Logístico que, por sua vez, foi transformado no 2º Batalhão Logístico Leve em 2005. As informações sobre este setor do exército brasileiro podem ser acessadas no site da instituição: Exército Brasileiro - 2º Batalhão Logístico Leve – Batalhão de Campinas-SP. Disponível em: <http://www.2blogl.eb.mil.br/>. Acesso em 20.09.2020.

colegas de área e em conjunto com a equipe nas reuniões do Conselho Pedagógico (NEVES, 2010, p. 184).

Esta avaliação é especificada no documento intitulado *Regimento Interno dos Ginásios Estaduais Vocacionais*, elaborado em 1964 e republicado em setembro de 1966, onde foram estabelecidas as diretrizes gerais dos Vocacionais. Assim, seu Artigo 141º diz:

O processo de avaliação da experiência educacional, de acordo com os objetivos incidirá sobre os seguintes aspectos: 1. aquisição de conhecimento; 2. formação de atitudes; 3. *adequação dos professores ao sistema*; 4. integração da escola na comunidade; 5. ajustamento pais-escola. (COORDENADORIA DO SEV, 1966, p. 46-47) (*grifo nosso*)

De acordo com Neves, ex-professora do Ginásio da capital, em sua tese de doutorado sobre os Ginásios Vocacionais (2010, p. 185-186), a *adequação dos professores* era realizada ao final de cada ano pela administração de cada uma das escolas, avaliação essa feita pela Orientação Pedagógica e pela Supervisão de cada área do conhecimento através de uma ficha de avaliação e a elaboração de um relatório que, em linhas gerais, levantava informações acerca da integração e adaptação dos profissionais ao sistema de ensino dos Vocacionais.

Do mesmo modo, os docentes realizavam uma Autoavaliação onde apresentavam suas percepções sobre o trabalho realizado e integração com o sistema, indicando se desejavam permanecer no SEV ou mesmo se gostariam de serem transferidos para outra unidade. Em seguida, havia uma reunião da direção com os docentes onde era apresentado o Relatório realizado pela direção, tendo o professor a oportunidade de contestar tal avaliação.<sup>107</sup> Passada essa etapa, a diretoria do Ginásio elaborava um Relatório anual dos professores que era encaminhado à Coordenação do SEV onde junto à sua equipe decidia sobre a permanência ou não do docente que, em caso negativo, voltava a seu cargo da rede comum de ensino.<sup>108</sup>

É recorrente na bibliografia consultada sobre os Vocacionais atribuírem as demissões desses professores, ao final do ano de 1968, como resultante da avaliação que

---

<sup>107</sup> O Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo possui diversas caixas com estas fichas e relatório de avaliações dos docentes do SEV realizados ao longo dos anos. As avaliações do Ginásio de Americana realizadas no ano de 1968, encontram-se na Caixa número 22 do acervo.

<sup>108</sup> Neves (2010, p. 186), destaca que os contratos de professores realizados nos anos de 1968 e 1969, foram realizados em regime de CLT e, no caso, eram demitidos definitivamente. E este não era o caso de Cid e Wladir que já estavam no SEV desde pelo menos 1964.

normalmente se fazia ao final de cada ano nos Ginásios Vocacionais ressaltando inclusive o fato de que tais funcionários já haviam sido recontratados anteriormente com o compromisso de adequação ao sistema.<sup>109</sup>

Mariangela de Paiva Oliveira, por exemplo, descreve da seguinte maneira as demissões de 1968:

(...) em finais de 1968, alguns professores, já recontratados anteriormente com o compromisso de reformularem sua prática educativa, foram demitidos do sistema, após a avaliação que normalmente se fazia a cada ano. Este grupo, articulado em bloco com elementos do Vº G-CAN, setor regional do IIº Exército, sediado em Campinas, ali entregou uma carta-denúncia, onde se afirmava que o ensino vocacional pregava doutrina de esquerda e que havia implantado práticas partidárias comunistas. (OLIVEIRA, 1986, p. 64)<sup>110</sup>

Do exposto até aqui fica evidente que o afastamento dos professores dos Ginásios Vocacionais era um fato anual e corriqueiro, uma vez que segundo a dinâmica de sua experiência pedagógica era fundamental o engajamento, o desempenho e também a intenção dos docentes em continuarem no projeto. Este dado é reforçado pelo fato de que nos últimos anos o SEV estava passando por reformulações em sua experiência, conforme apresentado anteriormente, o que significava também mudanças no quadro de docentes que ocorreram em diversos colégios.<sup>111</sup>

Após a denúncia, segundo Maria Nilde Mascellani, em entrevista concedida a Elisabeth Rondeli para o Jornal *O Liberal* de Americana-SP, publicada parcialmente nos dias 14, 22, 23 e 30 de outubro de 1988, que se encontra como Anexo da tese de Chiozzini (2010):

Então, quando o Francisco Cid foi demitido, ele foi até o serviço e tinha que formalizar a demissão, setor jurídico, ver questão de pagamento, declaração de tempo de serviço, essas coisas todas de qualquer funcionário. E ele levou lá uma carta em que denunciava [a]os setores todos de militares e policiais e apresentou pro advogado que trabalhava conosco. O advogado pegou essa carta, mostrou pra

---

<sup>109</sup> Essas referências aparecem, por exemplo, em: Marques (1985, p. 289); Albergaria (2004, p. 58); Tamberlini (1998, p. 138-142); Chiozzini (2003, p. 89); Neves (2010, p. 210-211); e Nakamura (2017, p. 293-296; 319-321; 273-277).

<sup>110</sup> Segundo Joana Neves (2010, p. 186): “Em geral, a demissão do professor nunca se dava no primeiro ano em que sua não adaptação fosse constatada; caso o professor concordasse, abria-se a possibilidade de mais um ano de experiência, antes de uma decisão definitiva.”

<sup>111</sup> O mesmo se aplica ao fato de Aurea Sigrist ter assumido o cargo de direção do GEVA, substituindo Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná, que em 1968 foi deslocada para o SEV em São Paulo no setor de orientação pedagógica e depois de coordenação do setor de testes e medidas.

mim e disse assim: “Olha ele diz o seguinte: se ele for readmitido, ele fica quieto. Se efetivar a demissão, ele vai denunciar você e mais num sei quem, e tal, e todos nós, nesses setores”. Eu disse: “deixe que ele me denuncie”. (CHIOZZINI, 2010, p. 315-316)

Segundo o depoimento de Maria Nilde, Francisco Cid ainda tentou negociar sua não demissão, por meio de uma ameaça de que denunciaria o SEV a setores militares. O que Mascellani não sabia é que ele (Cid) e Wladir já haviam feito as denúncias.<sup>112</sup>

Além disso, segundo o *Relatório*, ainda no item sobre as ocorrências no Ginásio “João XXIII”, pouco tempo depois das dispensas de Cid e Wladir, outros professores também foram dispensados do Ginásio de Americana-SP e, segundo a direção, como “resultado constante das fichas de avaliação” (BRASIL, 1970, p. 35). São eles: Maria Antonieta Cordenonsi Lopes, Joel Gerson Lopes, Maria Ignes Worschch, Cherubim José Barsotti, Dion Muniz e Olga Martins Muniz.

A partir das informações que pudemos levantar, Maria Antonieta Cordenonsi Lopes, foi professora de Ciências do GEVA de 1964 a 1969 e, depois de sua dispensa, retornou a seu cargo de docente no Instituto “Presidente Kenedy” na cidade de Americana-SP. Joel Gerson Lopes foi professor de Geografia no GEVOA de 1964 a 1965 e em 1966 passou a lecionar no GEVA até 1968, quando foi transferido para o Ginásio de Barretos e, não concordando com a transferência, retornou para seu cargo de docente no Instituto “Presidente Kenedy” na cidade de Americana-SP. Maria Ignes Worschch, foi professora contratada de Português do GEVA de 1964 a 1968, quando retornou para seu cargo no Instituto “Presidente Kenedy” na cidade de Americana-SP. Cherubim José Barsotti foi professor de Práticas Comerciais no GEVA de 1966 até 1969, quando foi transferido para o Ginásio Estadual Vocacional Raul Fernandes de Rio Claro e depois dispensado. Dion Severino Muniz foi professor de Geografia no GEVA de 1966 a 1968, quando retornou para seu cargo na escola “Francisco Ferreira Lopes” em Mogi das Cruzes-SP. Finalmente, Olga Martins Muniz, foi professora de Português do GEVA de 1962 a 1968 e, depois da dispensa, retornou para seu cargo no Ginásio Estadual “Francisco Ferreira Lopes” em Mogi das Cruzes-SP.

---

<sup>112</sup> Uma cópia desta carta de ameaça apresentada por Cid mencionada por Maria Nilde, bem como seu documento de demissão junto ao SEV, foi anexada ao Processo nº476-STM, Apenso nº1, Volume 1, páginas 15 e 16 (Cópia do Processo nº 00358/69 da SCGI/SP). Com assinatura de Francisco Cid, no dia 29 de dezembro de 1968, provavelmente a data de elaboração da carta e de Primo Páscoli Melaré, Assessor Jurídico do SEV, com data de 30 de dezembro de 1968, dia da oficialização do desligamento de Cid.

Interessante notar que, conforme afirmamos anteriormente, os docentes do SEV eram servidores da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo que passavam a ser comissionados junto ao SEV. Assim, a dispensa do GEVA, não acarretava a perda do cargo de docente, eles simplesmente voltavam às suas cadeiras originais da rede estadual. Do mesmo modo, Francisco Cid, após a dispensa do GEVA, voltou para sua cadeira de docente na Escola Vila Azenha na cidade de Nova Odessa-SP e, Wladir dos Santos, assumiu o cargo de direção do Ginásio Estadual de Macatuba-SP.<sup>113</sup>

Dito isso, ainda segundo o *Relatório*, estes outros docentes que foram dispensados do GEVA, de acordo com depoimentos prestados ao II Exército em 1970, já depois da instauração do IPM, afirmaram que foram dispensados “(...) porque arrolados como testemunhas por FRANCISCO CID<sup>114</sup> e, principalmente, porque não comungavam da orientação esquerdizante da diretora AUREA SIGRIST (...)” e, assim como Cid, teriam comparecido “repetidas vezes” ao 5º GCAN, onde passaram a relatar ocorrências “ligadas às atividades subversivas” que ocorriam naquele colégio. (BRASIL, 1970, p. 35)

Embora observemos que oito docentes dispensados passaram a fazer acusações contra Aurea Sigrist apenas a figura de Francisco Cid se tornou notória e é constantemente mencionado na bibliografia consultada.

Um dos motivos disso se deve ao fato de que as acusações de Francisco Cid tornaram-se efetivamente públicas quando, em 22 de maio de 1969, ele publicou um artigo no jornal **O Liberal**, de Americana-SP, o mais influente da cidade, intitulado *Porque estou fora do Vocacional*. Neste artigo, Cid refuta publicamente as justificativas apresentadas pelo SEV acerca de seu afastamento e procura reforçar que fora dispensado, pois, em linhas gerais, não compactuava com as ações “subversivas” que ocorriam no Ginásio de Americana-SP. No dia 25 de maio de 1969, o mesmo jornal **O Liberal**, publicou um novo artigo, intitulado *A propósito de Porque estou fora do Vocacional*, assinado por professores e orientadores do Ginásio Vocacional “João XXIII” de Americana-SP, onde contestam as “calúnias, difamações e injúrias” expressas no texto de Cid, solicitando sua retratação no mesmo jornal no prazo de 10 dias.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> Todas as fichas de avaliações desses docentes dispensados do GEVA no ano de 1968 encontram-se no acervo do SEV disponível no Centro de Documentação e Informação Científica (CEDI) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Caixa número 22.

<sup>114</sup> Grifos no original.

<sup>115</sup> De acordo com nosso levantamento tal retratação não ocorreu.

Estas denúncias, encabeçadas por Francisco Cid e Wladir dos Santos, indicam, inicialmente, um interesse pessoal dos denunciantes, inconformados com suas demissões em atacar os Ginásios Vocacionais e, principalmente, a diretora de Americana-SP Aurea Sigríst.

Esta ideia é reforçada pelo próprio *Relatório* em suas *Conclusões sobre o Ensino Vocacional*, onde afirma que Francisco Cid, “julgando-se injustiçado e indignado com a sua demissão, atuou por todos os meios contra” Aurea Sigríst e Maria Nilde e o fato de “somente ter denunciado os eventos subversivos (...) após ter sido demitido e depois de baixado do Ato Institucional nº 5, acrescentando-se a sua declarada antipatia e incompatibilidade” com Aurea Sigríst, o que “enfraquece muito seu testemunho e suas denúncias”. E acrescenta: “Essa circunstância, contudo, não invalida as fundadas suspeitas de conivência com a subversão que pesam sobre as duas dirigentes do Ensino Vocacional.” (BRASIL, 1970, p. 44)

Apesar de reconhecer os interesses pessoais que viabilizaram as denúncias contra Aurea Sigríst e Maria Nilde, o *Relatório*, depois de todas as investigações realizadas, reforça a ideia de práticas “subversivas” atribuídas às duas dirigentes dos Vocacionais.

Segundo a denúncia a diretora Aurea Sigríst “instigava e inspirava atos de subversão entre os alunos” e Cid e Wladir estariam sendo dispensados do Ginásio de Americana por se oporem “à orientação esquerdizante, estímulo e favorecimento às ideias subversivas que ali vinham sendo desenvolvidas” pela diretora e apoiada por Moacyr da Silva, Louvercy Lima Olival e Maria Rosa Cavalheiro.

Ao longo de nossa pesquisa não encontramos qualquer ligação desses acusados com organizações políticas de qualquer natureza que pudessem “corroborar com as denúncias” – dentro do contexto de repressão do período<sup>116</sup>. Tanto que nas pesquisas que realizamos junto ao acervo do DEOPS/SP disponível no Arquivo do Estado de São Paulo as informações produzidas por esse órgão sobre Aurea, Moacyr, Louvercy e Maria Rosa iniciaram-se a partir desta denúncia.

Mas qual era a “orientação esquerdizante”, os atos e ideias “subversivas” atribuídas, principalmente, à diretora Aurea Sigríst pelos denunciantes?

---

<sup>116</sup> Me refiro aqui a qualquer informação sobre as pessoas produzida pelos órgãos de informação do aparato repressivo, que podia ser até a visita a um cidadão considerado “comunista”, “subversivo” ou de “esquerda”, que poderia ser considerada como agravante na vida das pessoas. Conforme análise feita por Fico (2001, p.101), mencionado em nota na introdução.

As atividades “subversivas” denunciadas por Cid e Wladir foram analisadas pelo IPM sob diferentes óticas, porém, elas podem ser sintetizadas no modo como foram registradas pelo *Relatório* em sua *Parte IV – Ensino Vocacional*, tópico 5) Ocorrências no Ginásio Vocacional “João XXIII” de Americana-SP em cinco itens que resumimos da seguinte maneira: 1) A existência dos livros “Geografia da Fome” de Josué de Castro e “Cristianismo e Socialismo” da coleção Terra e Paz<sup>117</sup>, na biblioteca do colégio; 2) A realização de uma reunião do SEV na cidade de Araraquara-SP, em 1968, que teria como finalidade que os funcionários dos Vocacionais marcassem posição contra os Ginásios Pluricurriculares a ser implementado pela SEE; 3) A participação de alunos do Ginásio Vocacional “João XXIII” em um Congresso Estudantil, de cunho “subversivo”, no Colégio Progresso de Campinas-SP, no ano de 1968, com a autorização de Aurea Sigrist; 4) A manifestação de protesto da diretora Aurea Sigrist no GEVOA contra as forças policiais diante da invasão que realizaram na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, após o confronto ocorrido entre estudantes desta universidade contra estudantes da Universidade Mackenzie na rua Maria Antonia, no ano de 1968; 5) E a proposta de encenação de uma Peça de Teatro<sup>118</sup> de conteúdo “subversivo” por parte dos alunos, onde estes faziam protestos contra a polícia, no Ginásio de Americana-SP, no final do ano de 1968, posteriormente, proibida pela diretora Aurea Sigrist. (BRASIL, 1970, p. 33-39)

Quando se lê estas ocorrências no Ginásio Vocacional “João XXIII” de Americana-SP destacadas pelo *Relatório*, observa-se que, sob a ótica do aparato repressivo, elas se inserem em um contexto mais amplo para além dos interesses “vingativos” de Cid e Wladir, colocando os Vocacionais e seus funcionários na mira do aparato repressivo.

Estas acusações possuem uma dimensão pedagógica, ou seja, a existência de livros e a encenação de uma peça de teatro consideradas “subversivas” dentro do ambiente escolar e uma dimensão política, a reunião de funcionários para debaterem medidas da SEE, o envio de estudantes do GEVA a um congresso estudantil e críticas realizadas contra as forças policiais mediante a repressão realizada contra estudantes universitários.

---

<sup>117</sup> Trata-se de Coleção Paz e Terra.

<sup>118</sup> A documentação consultada não dá conta do título da referida Peça que teria sido escrita e escolhida pelos próprios estudantes, como parte de suas atividades para formatura de final de ano.

Seguindo a ordem dos acontecimentos, para entender os diversos aspectos dessas acusações de “subversão” é necessário apresentar as investigações que ocorreram antes do IPM da Educação que, inicialmente, levantaram essas acusações e foram as responsáveis por realizar as primeiras punições e a repressão contra os Vocacionais e seus funcionários.

### 1.3. Os tentáculos do aparato repressivo e a repressão

Nas seções anteriores vimos que a partir da legislação criada após o golpe de 1964, a ideia de “subversão” foi o mote pelo qual o *Relatório* procurou tipificar as ações praticadas nos Ginásios Vocacionais a partir da denúncia realizada em 1968. Vimos também que o ano de 1968 foi um momento em que SEV procurou expandir suas atividades.

A tarefa de explicar como se deu a perseguição e as diferentes investigações realizadas contra o Ginásios Vocacionais é complexa, pois, conforme indicamos na introdução, após as denúncias iniciadas em dezembro de 1968 os Vocacionais passaram a ser alvo de três investigações paralelas, anteriores ao IPM do II Exército.

A apresentação e explicação destas investigações, subsidiada pelos documentos contidos nos Autos do IPM da Educação, permite que compreendamos melhor como ocorreram. Conforme apontou Ana Maria Camargo:

Todos esses documentos, inclusive aqueles que se apresentam como narrativas e não escondem a tônica persuasiva de seus argumentos ou de suas explicações, são resultado de atividades desenvolvidas pela instituição e podem ser vistos como subproduto de seu *modus operandi*. (CAMARGO, 2009, p. 431)

Após as denúncias de 20 de dezembro de 1968, segundo o *Relatório*, além de procurar as autoridades militares responsáveis pelo 5º GCAN de Campinas-SP, “Nos dias subsequentes, Francisco Cid encaminhou denúncias do mesmo motivo, à Secretaria da Educação do Estado e ao Ministério da Justiça, que deram origem a diferentes sindicâncias e investigações.” (BRASIL, 1970, p. 34)<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> Segundo Arian Cury (2012, p. 71), após as denúncias do ano de 1968, Francisco Cid teria sido “orientado a fazer suas denúncias em diferentes instâncias”. Em nossa pesquisa não encontramos evidências sobre essa orientação que Cid teria recebido.



Estas investigações são apresentadas nas primeiras páginas do *Relatório*, em sua *Parte II - Considerações Preliminares*. De acordo com o *Tópico 2. Investigações Procedidas pela Comissão Estadual de Investigações (CEI)*, esta investigação teve como origem um expediente provindo da Secretaria da Educação e procurou averiguar as atividades “subversivas” atribuídas a Aurea Sigrist e Maria Nilde Mascellani. Esta investigação deu origem ao Processo n° 37/69 que concluiu seu relatório final em 9 de dezembro de 1969. (BRASIL, 1970, p. 5)

De acordo com o *Relatório, Parte II – Considerações Preliminares, Tópico 5. Consequências Administrativas*, em decorrência das averiguações procedidas pela CEI e a partir de expediente da SEE, “bem como das denúncias e informações encaminhadas ao Governador do Estado e à Secretaria da Educação”, o “titular daquela pasta”, Antonio Barros de Ulhôa Cintra, determinou o afastamento de Aurea Sigrist e Maria Nilde Mascellani de seus cargos, nos dias 17<sup>120</sup> e 18<sup>121</sup> de junho de 1969, respectivamente. (BRASIL, 1970, p. 7-8)

Uma primeira coisa a se esclarecer é que em nossas pesquisas junto a bibliografia especializada sobre a História do Brasil durante a ditadura de 1964 a 1985, não encontramos informações e nem mesmo referências sobre a Comissão Estadual de Investigações, como agia, quais poderes tinha e qual foi seu papel durante a ditadura.

A pouca informação que encontramos sobre esse órgão foi junto ao site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.<sup>122</sup> Instituída pelo Decreto-Lei n. 6, de 06 de março de 1969, do então governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, a Comissão Estadual de Investigações foi criada “Para fins do Ato Institucional n° 5”. Suas funções são especificadas em seu Artigo 1º, que diz:

**Artigo 1.º** - Fica instituída, na Secretaria da Segurança Pública, a Comissão Estadual de Investigações (CEI), com a finalidade de apurar, através de Investigação sumária:

**I** - a conduta de servidores estaduais, civis ou militares, acusados ou suspeitos de corrupção ou subversão;

---

<sup>120</sup> Sem explicações, o afastamento de Áurea Sigrist foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, n° 112, p. 13, de 17 de junho de 1969, Sessão da SEE, “**cessando**: os efeitos do ato de 27-6-68, que designou d. Áurea Cândida Sigrist, (...) para responder pela direção do GVE, ‘João XXIII’, em Americana.”

<sup>121</sup> Também sem explicação, o afastamento de Maria Nilde Mascellani, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, n° 113, p. 12, de 18 de junho de 1969, Sessão da SEE, “**sustando**, os efeitos do ato de 27 de julho de 1961, que designou d. Maria Nilde Mascellani, (...) para exercer funções de Coordenadora do Serviço de Ensino Vocacional.”

<sup>122</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-6-06.03.1969.html>. Acesso em 10.06.2023.

- II** - a conduta funcional de servidores estaduais, civis ou militares, acusados ou suspeitos de ociosidade no trabalho, de incompatibilidade para a função ou de fraude nos atos sujeitos a sua ação ou fiscalização;
- III** - o pagamento ou o recolhimento de quantia ou vantagem indevida por trabalho, obra ou serviço prestado, realizado ou fornecido a Administração Pública;
- IV** - a origem dos bens dos servidores estaduais, civis ou militares, acusados ou suspeitos de enriquecimento ilícito.

O referido decreto, afirma ainda, em seu Artigo 2º que a CEI “funcionará sob a supervisão do Secretário da Segurança Pública” e que era integrada por “um membro do Ministério Público (Presidente), um Procurador do Estado e um Delegado de Polícia, de livre escolha do Governador.” Ainda neste Artigo 2º, § 1º, afirma que a “CEI agirá por determinação do Governador” e no § 2º que “qualquer cidadão ou pessoa jurídica legalmente constituída poderá denunciar ao Secretário da Segurança Pública, mediante comunicação escrita e assinada, fatos previstos no artigo 1º.”

Acrescente-se a isso o fato de que seu Parágrafo Único afirma que se as investigações concluírem por infração penal, “as segundas vias da investigação serão remetidas às autoridades competentes para a apuração criminal.”

Do apresentado aqui, observa-se que embora a CEI não pudesse realizar a “apuração criminal” de suas investigações, trata-se de uma instituição que deu ao executivo estadual, com base no AI-5, o poder de, através da Secretaria de Segurança Pública, realizar investigações sobre conduta de servidores estaduais “acusados ou suspeitos de corrupção ou subversão”, a partir de denúncias que poderiam ser feitas por qualquer cidadão.

Feito esses esclarecimentos, em nossas pesquisas não encontramos o expediente da SEE que determinou o início das investigações realizadas pela CEI. Embora o *Relatório* afirme que as demissões de Aurea e Maria Nilde ocorreram em decorrência das averiguações procedidas por ela e de denúncias e informações encaminhadas ao Governador do Estado e à SEE, em entrevista concedida para esta pesquisa, Aurea Sigrist descreveu sua demissão da seguinte maneira:

No dia em que saiu publicado esse meu afastamento, aconteceu o seguinte: eu era Orientadora Educacional, mas trabalhava também como Orientadora Pedagógica, só dos professores de Matemática do GV de Americana-SP, porque a diretora que ocupava este cargo não entendia desta disciplina. A Supervisão de Matemática do SEV havia feito o relatório dos resultados das experiências desta área para serem publicados em livro. Eu fui chamada para São Paulo para criticar o texto.

Chegando à sede do SEV, houve uma coisa estranha: a professora Nobuko Kawashita<sup>123</sup>, que trabalhava lá, não me deixou tomar café com os professores; ela trouxe o lanche para mim, levou-me para uma sala e entregou-me o relatório para análise e não me deixou sair de lá. Depois me convidou para almoçar com ela não no SEV, mas em um restaurante para que eu não encontrasse ninguém do Vocacional, pois muitos já estavam sabendo de minha demissão. Disse para mim que a Maria Nilde havia ido falar com o Secretário da Educação e, como isso era comum, não me preocupei.

Pois ela havia ido falar com o Secretário da Educação e ele a levou até o general do II Exército e lá foi dito o seguinte a ela: “Nós precisamos que a senhora ratifique o que nós fizemos; a senhora vai declarar que a professora Áurea é mesmo comunista, que a senhora já estava desconfiada das atitudes dela e que, por isso, está certo o SNI de afastá-la”. Qualquer coisa assim! Ela disse: “Eu não posso declarar isso, porque ela é uma das minhas melhores funcionárias e não é comunista nada: eu a conheço”. Pois ela disse: “Eu não posso fazer isso!”. E lhe disseram: “Se a senhora não fizer, amanhã ‘rola sua cabeça’: a senhora vai ser destituída do cargo”. Ela pegou a bolsa e disse: “Então amanhã ‘rola a minha cabeça’”. Você acredita? Aí, quando ela voltou ao SEV, ela me chamou e me contou isso. Fez mais: não me deixou nem voltar para casa; ela me levou pra casa dela. No dia seguinte, viemos no carrinho dela. Em todas as bancas de jornal que a gente passava da Mooca ao Vocacional lá no Brooklin, ela pedia o Diário Oficial, até que em uma delas ela encontrou, abriu e estava o nome dela lá, Ato do Secretário da Educação demitindo-a. Pra você ver o caráter dela: ela perdeu o cargo para não fazer uma injustiça.

O depoimento de Aurea Sigrist é um importante relato sobre como as coisas se passaram no momento de sua demissão, pois, no decorrer de nossa pesquisa não encontramos nenhuma descrição acerca deste acontecimento em relação a ela que, ao lado de Maria Nilde Mascellani, sofreu as primeiras punições em virtude das acusações de “subversão” a elas atribuídas. Conforme afirmou Walter Benjamin, “(...) um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.” (BENJAMIN, 1994, p.37)

O relato de Aurea deixa explícito também a corajosa posição tomada por Maria Nilde Mascellani que, diante das inúmeras pressões que já vinha sofrendo em virtude da política educacional da SEE, mesmo sendo pressionada pelo comando do II Exército não “sacrificou” uma de suas melhores funcionárias. A própria Maria Nilde Mascellani fez uma descrição semelhante em sua tese de doutorado:

---

<sup>123</sup> De acordo com o site da Associação de Ex-alunos e Amigos do Vocacional, Gvive, Nobuko era Orientadora Educacional do Ginásio Vocacional “Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro-SP.

Em meados de junho, mais uma vez fui afastada do cargo, juntamente com a diretora do Vocacional de Americana, o que, segundo o Secretário da Educação, Professor Ulhôa Cintra, era uma determinação do Comando do IIº Exército. Daí para frente, instalou-se um clima de terror nas escolas. (MASCELLANI, 2010, p. 101)

À época das demissões de Aurea e Maria Nilde o General José Canavarro<sup>124</sup> Pereira era comandante do Quartel General do II Exército. Canavarro Pereira ficou à frente do II Exército de 02 de maio de 1969 a 05 janeiro de 1971 e teve um importante papel na repressão aos movimentos sociais que se opunham ao regime militar, tendo um importante papel na criação da Operação Bandeirantes (Oban) em julho de 1969, uma mistura de entidade policial e militar sustentada por recursos oficiais e doações de empresários conhecida pela extrema violência e repressão aos considerados “subversivos”, sediada no II Exército.<sup>125</sup>

O fato de Canavarro Pereira ter ordenado, inicialmente, a demissão de Aurea Sigris e, em seguida, a de Maria Nilde Mascellani, aponta para uma interferência direta do Comandante do II Exército neste episódio, antes mesmo da instauração do IPM da Educação e da conclusão das investigações da CEI. Esta interferência do General indica também que ele estava a par das denúncias realizadas por Francisco Cid, Wladir e seu grupo de professores ao 5º GCAN de Campinas.

Investigações paralelas e trocas de informações entre os diferentes setores do aparato repressivo são a chave para entender como a perseguição aos funcionários do SEV se deu no ano de 1969. Deste modo, nas linhas que se seguem, procuraremos apresentar como ela se desenvolveu ao longo do ano de 1969, envolvendo a CEI, o DPF/SP, o 5º GCAN e o comando do II Exército.

Para compreender este fato, entra em cena o Inquérito Policial nº 191-69 procedido pela Delegacia Regional de São Paulo do Departamento de Polícia Federal (DPF/SP). Apresentado pelo *Relatório* ainda em sua *Parte II - Considerações Preliminares, Tópico 3. Inquérito Procedido Pela Polícia Federal*, afirma que este inquérito foi instaurado em 21 de agosto de 1969, para apurar práticas de “subversão” atribuídas a Aurea Sigris e Maria Nilde Mascellani, e teve como origem expediente do

---

<sup>124</sup> Para sua biografia ver o Dicionário de Verbetes elaborado pelo CPDOC da FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/pereira-jose-canavarro>. Acesso em: 10.06.2023.

<sup>125</sup> De acordo com Maria Joffily (2013, p. 41), Canavarro Pereira assumiu o comando do II Exército em substituição ao general Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa, por este ser contrário ao envolvimento do Exército na Operação Bandeirante.

Ministério da Educação e Cultura encaminhado ao Delegado Regional da Polícia Federal pelo Procurador Geral da Justiça Militar. O expediente do Ministério da Educação incluía cópia de um Ofício Reservado, de 15 abril de 1969, emitido pelo então Comandante do 5º GCAN, “referentes a atos de subversão” no SEV. (BRASIL, 1970, p. 6)

Toda a documentação proveniente do Inquérito Policial nº 191-69-c foi incorporada aos Autos do IPM da Educação, constituindo seu Volume II. Neste Volume consta o expediente do Ministério da Educação e o Ofício, de 15 de abril de 1969, emitido pelo então Comandante do 5º GCAN, “referentes a atos de subversão” no Ensino Vocacional.

De caráter confidencial, o expediente do Ministério da Educação, DSIEC/SEP/OF Conf nº112, foi emitido pelo Diretor de Segurança e Informações do MEC, Waldemar Raul Turola, em 23 de maio de 1969, e endereçado ao Ministro da Educação e Cultura.<sup>126</sup> Nele, o diretor do DSI<sup>127</sup> encaminha em anexo o Ofício proveniente do 5º GCAN e sugere que, como o Ensino Vocacional pertence ao âmbito estadual, deva ser remetido ao Ministério da Justiça.<sup>128</sup>

Em 15 de julho de 1969, este expediente do DSI, bem como o ofício do 5º GCAN, foi encaminhado ao General Delegado Regional da Polícia Federal de São Paulo<sup>129</sup>, através do Ofício nº 19, do Procurador Geral da Justiça Militar, Nelson Barbosa Sampaio, solicitando que fosse “Instaurado um Inquérito Policial, para apurar a responsabilidade criminal<sup>130</sup> de Aurea Sigris.”<sup>131</sup>

O Ofício de Cerqueira Lima recebeu o número 43-S/2-RES e foi produzido pelo Ministério do Exército – II EX-2ª RM – CACAA/2 – QUINTO GRUPO DE CANHÕES 90mm ANTIAÉREOS, com data de 15 de abril de 1969 e foi assinado pelo

---

<sup>126</sup> Embora o expediente não apresente seu nome, à época Favorino Bastos Mércio era o Ministro da Educação, cargo que ocupou interinamente de 13 de dezembro de 1967 a 3 de novembro de 1969.

<sup>127</sup> “As DSI foram criadas pelo Decreto 60.940, de 4 de julho de 1967, substituindo as Seções de Segurança Nacional (SSN), órgão criado no governo de Eurico Gaspar Dutra. (...) As DSI eram órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, mantendo subordinação direta aos respectivos Ministros de Estado e estreita colaboração com a Secretária-geral do CSN e com o SNI. Assim, as DSI atuavam em duas frentes: a de Segurança Nacional e a de Informações Nacionais, respondendo tecnicamente tanto à Secretária-geral do CSN como ao SNI.” (ISHAQ & FRANCO, 2008, pp. 34-35)

<sup>128</sup> Processo nº476-STM, Volume II, p.186

<sup>129</sup> No ofício não há o nome do referido general.

<sup>130</sup> Esta responsabilidade criminal tendo como base o Decreto Lei nº 510 de 1969 (LSN).

<sup>131</sup> Processo nº476-STM, Volume II, p.183.

Coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima com o título “Subversão no Ensino Vocacional”.<sup>132</sup>

Em duas páginas, Cerqueira Lima divide em oito pontos as informações de que dispõe sobre os Ginásios Vocacionais e encaminha suas sugestões. Deste modo, afirma que, anteriormente, nos dias 20 de dezembro de 1968 e 07 de janeiro de 1969, já havia remetido ao Comando do II Exército<sup>133</sup> informações e documentos referentes a “subversão existente no SEV”. Destaca também que, diante da “suspeita” de que estariam sendo vigiadas as acusadas “tomaram providências”. De parte de Aurea Sigrist, evitou que no ano de 1968, os alunos apresentassem uma peça de Teatro onde ao final encenavam “que Polícia metralhava jovens estudantes” e afastou professores que se opunham à sua direção, no caso, Maria Antonieta Cordenonsi Lopes. De parte de Maria Nilde, ela teria retirado “volumosa documentação” do GEVOA que ficou alguns dias na casa do professor Sinclair Luiz, que depois levou para sua casa e afastou o professor Darcy Passos<sup>134</sup>, professor de “grande atuação doutrinaria”.<sup>135</sup>

Além disso, Cerqueira Lima aponta que diante da “educação e instrução moderníssima” que os estudantes do SEV recebem de professores de “orientação tendenciosa” solicita a que os Vocacionais sejam submetidos a uma Comissão Geral de Inquérito Policial Militar<sup>136</sup>. E conclui:

Este Comando está informado de que o Ex<sup>o</sup> Sr. Comandante do II Exército, em fevereiro último, solicitou ao Governador de São Paulo, por escrito<sup>137</sup>, o afastamento de Dona Aurea Cândida Sigrist de suas funções. A referida citada continua entretanto a exercê-las.<sup>138</sup>

Este Ofício de Cerqueira Lima é muito importante, pois, além de dar origem ao Inquérito Policial n<sup>o</sup> 191-69 c – via MEC e PGJM –, indica que ele estava a par das

---

<sup>132</sup> A versão completa e original deste documento encontra-se no Anexo 1 desta dissertação.

<sup>133</sup> De acordo com a galeria de Comandantes do antigo II Exército, atual Comando Militar do Sudeste, à época do Ofício de Cerqueira Lima, 15 de abril de 1969, o II Exército provavelmente estava com um Comandante interino, pois o General R. C. Lisboa ficou no cargo de 07 de maio de 1968 a 04 de abril de 1969 e o General José Canavaro Pereira assumiu apenas no dia 02 de maio de 1969, permanecendo no cargo até 05 de janeiro de 1971.

<sup>134</sup> Darcy Paulillo dos Passos foi professor de Economia do GEVOA de janeiro de 1968 a janeiro de 1969.

<sup>135</sup> Processo n<sup>o</sup>476-STM, Volume II, p.187

<sup>136</sup> Instituído pelo Decreto-Lei n<sup>o</sup> 459 de 10 de fevereiro de 1969, a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, de acordo com seu Artigo 1<sup>o</sup> tinha a “incumbência de promover investigação sobre atos subversivos ou contrarrevolucionários e apurar atos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0459.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0459.htm). Acesso em: 06.07.2023.

<sup>137</sup> Em nossa pesquisa, não encontramos esta solicitação.

<sup>138</sup> Processo n<sup>o</sup>476-STM, Volume II, p.188

ações realizadas no interior do Vocacionais e afirma que o comando do II Exército já havia solicitado providências junto ao Governador do Estado no sentido de afastar Aurea Sigrist, o que acabou acontecendo em junho de 1969, conforme relatos de Aurea e Maria Nilde.<sup>139</sup>

Com as demissões de Aurea e MNM, Maria Rosa Cavalheiro assumiu temporariamente a direção do Ginásio de Americana-SP, cargo que exerceu até 1970, e Adolfo Pinheiro de Machado<sup>140</sup> assumiu a coordenação do SEV como interventor e, não conseguindo acalmar os ânimos, em decorrência da demissão de Maria Nilde, foi substituído pela 2ª interventora no SEV, Therezinha Fram,

(...) professora da rede pública estadual e diretora do Ginásio Experimental Pluricurricular da Lapa<sup>141</sup>, que dirigiu o IIº Exército<sup>142</sup> onde, alegando alto nível de insubordinação de alunos, professores e funcionários, solicitava providências no sentido da manutenção da ordem. (OLIVEIRA, 1986, p. 65)

Sobre isso, Maria Nilde Mascellani escreveu:

Com o pedido de demissão do primeiro interventor do SEV, Adolfo Pinheiro Machado, foi nomeada para a função de interventora Therezinha Fram, professora secundária e dirigente do Movimento de Bandeirantismo no Brasil. Sua posse foi acompanhada por dois capitães e dois majores do IIº Exército. E daí por diante tudo foi desmantelado, sobrando apenas a experiência que cada um viveu. Suas primeiras medidas foram a extinção dos cursos complementares e a descaracterização dos demais cursos. Literalmente, as unidades foram transformadas em escolas normais (comuns) com a implantação do currículo-padrão. O SEV foi transformado numa Divisão de Ensino e seu prédio passou a abrigar uma repartição burocrática da Secretaria de Educação. (MASCELLANI, 2010, p. 101-102)

Diante do exposto até aqui, não deixa de ser significativo o fato de Maria Nilde mencionar que a posse de Therezinha Fram foi acompanhada por elementos do II

---

<sup>139</sup> Cerqueira Lima indicou também os nomes dos professores afastados do GEVA no final de 1968, para que fossem ouvidos caso ocorresse a abertura de Inquérito.

<sup>140</sup> Adolfo Pinheiro de Machado foi Inspetor do Ensino Secundário e Normal da SEE e, em 1965, havia sido interventor do SEV, por conta do afastamento de Maria Nilde Mascellani.

<sup>141</sup> Interessante pontuar que Therezinha Fram foi diretora do Ginásio Experimental Pluricurricular da Lapa, que também foi investigado pelo Processo nº 00358 SCGI/SP, sob a acusação “subversão” pelo Ensino de Educação Sexual, ministrada pelo professor Nagib Miguel Elchmer. Contra Therezinha, segundo o *Relatório*, nada foi apurado de “subversivo”. (BRASIL, 1970, p. 69-70) Segundo Chiozzini (2003, p. 84): “é necessário mencionar que Therezinha Fram também teve participação na preparação da primeira turma de professores do Vocacional e nos quadros iniciais do S.E.V., sendo posteriormente demitida por Mascellani, segundo Newton Balzan.”

<sup>142</sup> Em nossas pesquisas, não conseguimos encontrar o ofício mencionado.

Exército, o que evidencia uma grande participação (ou interesse?) desse setor do exército brasileiro na vida pregressa dos Ginásios Vocacionais.

Com leitura dos Autos do IPM é possível constatar que é somente após esses acontecimentos, ou seja, as denúncias de Cid e Wladir e seu grupo, a análise do Coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima acerca da situação e a interferência do Comando do II Exército, que a Comissão Estadual de Investigações e o Departamento de Polícia Federal de São Paulo passaram a encaminhar efetivamente suas investigações.

No dia 09 de dezembro de 1969 a Comissão Estadual de Investigações concluiu seu Relatório referente ao Processo nº 37/69. Em suas 25 páginas a CEI avaliou todas as acusações de “subversão” atribuídas a Aurea Sigrist e Maria Nilde e elaborou suas conclusões sobre o caso.<sup>143</sup> Estas acusações são as mesmas relatadas por Cid e Wladir na denúncia de 1968 e apresentadas por nós ao final da seção anterior.

De todo o conjunto de situações descritas pelo Relatório da CEI ocorridas no GEVA que imputou a Aurea e Maria Nilde a alcunha de “subversivas”, segundo os denunciantes e os órgãos repressivos, cabe destacar neste momento que logo em sua segunda página o Relatório afirma que “As diligências efetuadas confirmaram, à saciedade, a acusação, envolvendo, como figuras principais, as duas requeridas mentoras do ensino vocacional”, Aurea e Maria Nilde, e acrescenta que as defesas apresentadas pelas acusadas “não conseguiram ilidir a imputação que pesou sobre as indiciadas: sovieterizar alunos, pais e professores.”<sup>144</sup>

É importante acrescentar que o Relatório da CEI também contou com informações proveniente do 5º GCAN. É o que afirma em suas páginas 22 e 23, onde aponta lhe foi encaminhado, por meio do II Exército, um documento com uma “grave advertência” feita pelo comandante do 5º GCAN, Cerqueira Lima<sup>145</sup>:

(...) quando se reporta a pregação esquerdista através dos professores: “Já sabemos ser impossível conseguir provas de seu modo de agir. Muito menos confissão. Entretanto, é de toda conveniência, é decisivo

---

<sup>143</sup> Assinaram este Relatório da CEI, o presidente da comissão, Luciano Augusto de Padua Fleury, o membro-relator, Orlando Carlos Gandolfo e o membro Ereovaldo Garcia Duarte. Infelizmente não conseguimos encontrar informações suficientes sobre essas três pessoas.

<sup>144</sup> Processo nº476-STM, Volume IX, p. 2620.

<sup>145</sup> Segundo o Relatório da CEI, em suas páginas 17 e 18, estas descrições de Cerqueira Lima são oriundas de um “(...) relatório reservado de fls 205/251, provindo da Delegacia de Polícia de Campinas, (...) relacionadas com a linha político-ideológica dessa indiciada [Aurea Sigrist] impressionando, outrossim, a leitura do documento de fls. 293/295, oriundo do Ministério do Exército (5º Grupo de Canhões 90 Antiaéreos). (Processo nº476-STM, Volume IX, p. 2635-2636)



para o futuro da Revolução do país, sejam eles, mesmo que apenas por indícios e circunstâncias, proibidos de exercerem o magistério por 10 anos. Impõe-se ainda que sejam suspensos seus direitos políticos, evitando dessa maneira venham eles a ocupar cargos eletivos nas próximas eleições, através dos votos da numerosa esquerda estudantil, já que facilmente poderá ser explorada sua situação de “vítima”.<sup>146</sup>

Do exposto até aqui, podemos observar o *modus operandi* e a troca de informações realizados por diferentes órgãos repressivos para efetuar as investigações e as conclusões sobre os funcionários dos Ginásios Vocacionais. Interessante notar também a influência da leitura feita pelo Comandante do 5º CGAN e a “grave advertência” feita por Cerqueira Lima, onde afirma ser “impossível conseguir provas de seu modo de agir. Muito menos confissão” e sugere que sejam “proibidos de exercerem o magistério por 10 anos.”

Nas conclusões do Relatório do Processo nº 37/69 a CEI aceita as sugestões de Cerqueira Lima e propõe a “demissão” de Aurea e Maria Nilde, com “suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos e proibição de exercerem o magistério”, além disso proíbe que ambas frequentem “qualquer estabelecimento de ensino, público ou particular”, com base nos Artigos 4º e 5º do AI-5.<sup>147</sup>

No curso das investigações procedidas pela CEI e pelo DPF/SP, no ano de 1969, as informações provenientes do II Exército, que tinham como base ofícios produzidos pelo 5º GCAN de Campinas-SP, na figura e leitura do comandante daquela unidade do exército brasileiro, o Coronel Cerqueira Lima, foram fundamentais para construir o arcabouço de acusações de “subversão” atribuídas a Aurea Sigrist e Maria Nilde Mascellani.

É recorrente na bibliografia consultada atribuir ao momento do afastamento de Maria Nilde e Aurea Sigrist como o início do fim da experiência pedagógica dos Ginásios Vocacionais, uma vez que a ausência da liderança de sua coordenadora, substituída por interventores, desconfigurou o sistema de ensino e instaurou um clima de terror nas escolas.

De acordo com Angela Tamberlini:

Esse processo de desfiguração da experiência culminou com a invasão policial-militar ocorrida em todas as escolas de rede vocacional no dia 12 de dezembro de 1969. As escolas e a sede do Serviço de Ensino

---

<sup>146</sup> Processo nº 476-STM, Volume IX, p. 2640-2641.

<sup>147</sup> Processo nº 476-STM, Volume IX, p. 2641.

Vocacional foram invadidas por agentes da Polícia Federal e por militares de Campinas. Em todas as unidades foram detidos todos os professores, funcionários, alunos e qualquer pessoa que se encontrasse no recinto, durante oito horas. Todos os setores foram vasculhados e os agentes policiais retiraram livros das bibliotecas, textos de estudo, relatórios e amplo material. Vários funcionários de setor pedagógico, sobretudo os vinculados à assessoria da Coordenadora deposta, foram submetidos a interrogatório. (TAMBERLINI, 1998, p. 141)

A invasão das escolas do dia 12 de dezembro de 1969 foi a face mais dura a se abater sobre os Vocacionais, porém, como pudemos ver, a repressão e a perseguição teve inúmeras outras facetas, desde as denúncias, às demissões e até as investigações iniciais realizadas, todas elas subsidiadas pela mudança legislativa ocorrida ao longo da ditadura que criou uma ambiente favorável para reprimir práticas consideradas “subversivas” centrada, no nosso caso, em um ambiente escolar.

A bibliografia que consultamos sobre a história dos Ginásio Vocacionais é unânime ao afirmar que a invasão dos colégios no ano de 1969 foi o fato mais violento vivenciado. Este fato foi narrado em diversos depoimentos que esta bibliografia coletou, onde as pessoas que vivenciaram o ocorrido, cada um à sua maneira, procuraram relatar os horrores do dia 12 de dezembro de 1969.

Joana Neves, ex-professora dos Vocacionais, por exemplo, em sua tese de doutoramento, descreveu o evento da seguinte maneira:

No dia 12 de dezembro de 1969, toda a rede do Serviço de Ensino Vocacional foi tomada por uma operação militar: os alunos foram dispensados e os professores, funcionários e técnicos (com direito a um único telefonema para avisar as famílias) foram detidos nas respectivas escolas, salvo as Diretoras dos ginásios do interior que foram levadas para o Quinto Grupo de Canhões 90 mm Antiaéreos – 5o G-CAN –, em Campinas. Ao longo de todo o dia, os militares promoveram uma autêntica devassa na documentação, recolhendo, para ser examinado, posteriormente, tudo que pudesse representar prova da subversão que, supostamente, era instigada, ou mesmo promovida, pelo sistema. (NEVES, 2010, p. 16)

Ao longo de nossa pesquisa, buscávamos de alguma maneira sistematizar e coletar a maior quantidade de informações possíveis sobre a repressão ocorrida no dia 12 de dezembro de 1969. O jornal **O Estado de São Paulo**, por exemplo, em sua edição do dia 13 de dezembro de 1969, publicou um artigo intitulado *Polícia investiga ginásios*, onde mencionou apenas as invasões dos ginásios localizados nas cidades de São Paulo (capital), Rio Claro e de São Caetano do Sul, não tendo informações quanto

aos outros ginásios. De acordo com Neves (2010, p. 311), em relação à referida matéria, “As informações fornecidas pelo artigo não são completas (...). Na verdade, todos os ginásios foram ocupados no dia 12 de dezembro, um ano depois da vigência do AI5.”

Já o jornal **O Liberal**, de Americana-SP, fez uma matéria no dia 14 de dezembro de 1969, edição de domingo, intitulada *Polícia Federal investiga Vocacional*, onde afirmou que os “agentes da polícia federal, com o auxílio da Força Pública local realizaram diligências no Ginásio Vocacional de Americana na última sexta-feira.” Afirma ainda que “por volta das 12 horas os soldados do destacamento local foram vistos guardando todas as portas do estabelecimento” que teve seus telefones desligados. Ainda segundo a matéria, a imprensa local não teve informações no colégio<sup>148</sup> e que segundo o Delegado Luiz Carlos Toledo, informou que se tratava de um “Investigação de rotina realizadas em outros colégios no mesmo dia.”

Há um consenso na bibliografia consultada de que a ação repressiva foi praticada pela Polícia Federal, por militares de Campinas-SP e que os detidos teriam sido levados para depor no 5º GCAN. Do material de que dispomos, são poucos os documentos produzidos pelo 5º GCAN, como o ofício do Coronel Cerqueira Lima mencionado anteriormente.

A posse dos Autos do IPM da Educação permitiu que contribuíssemos com mais algumas informações sobre a ação policial ocorrida no dia 12 de dezembro de 1969. De acordo com a nossa análise, mais precisamente, seu Volume II, que reúne os Autos do Inquérito nº 191-69 c, a Polícia Federal de São Paulo emitiu Mandados de Busca e Apreensão no dia 12.12.1969, apenas para as unidades escolares das cidades de Rio Claro-SP<sup>149</sup>, Americana-SP<sup>150</sup> e Barretos-SP<sup>151</sup>. Todos esses Mandados foram assinados por Benedito Cruz Sampaio, Delegado Chefe do “DOPS” do DPF/SP.

Desta ação policial vale a pena destacar uma lista de livros apreendidos na biblioteca do Ginásio Vocacional de Americana pela Polícia Federal que, inicialmente, ficaram guardados na Escola de Cadetes de Campinas, sendo posteriormente transferidos para a sede do II Exército. Esta lista de livros é mencionada logo nas primeiras páginas do *Relatório* do IPM da Educação. São eles:

---

<sup>148</sup> De acordo com o depoimento de um ex-aluno do Ginásio de Americana, em depoimento prestado para Nakamura (2017, p. 295): “Até o pessoal do Liberal que é um jornal de Americana foi envolvido também.”

<sup>149</sup> Processo nº476-STM, Volume II, p. 290.

<sup>150</sup> Processo nº476-STM, Volume II, p. 292.

<sup>151</sup> Processo nº476-STM, Volume II, p. 295.

(...) 1 (um) exemplar do livro denominado “Marxismo e Existencialismo” de Adam Schaff; 1 (um) exemplar do livro denominado “Panorama do mundo atual” de Pierre Georges; 1 (um) exemplar do livro denominado “Doutrina social da igreja” de Mgr. Guerry; 1 (um) exemplar do livro denominado “A bola de luz” de Cid Franco; 1 (um) exemplar do livro denominado “Evolução Política do Brasil” de Caio Prado Junior; 2 (dois) volumes do livro denominado “Geografia da Fome” de Josué de Castro; 1 (um) exemplar do livro denominado “O drama do século XX” de L. J. Lebre; 1 (um) exemplar do livro denominado “Santo Inquerito” de Dias Gomes; 1 (um) exemplar do livro denominado “Favelas do distrito federal” de José Alípio Goulart; 1 (um) exemplar do livro denominado “Formação histórica do Brasil” de Nelson Werneck Sodré; “História da Literatura brasileira” de Nelson Werneck Sodré; 1 (um) exemplar do livro denominado “História da Literatura Brasileira”, do mesmo autor; 4 (quatro) volumes do livro denominado “Geografia da Fome” de Josué de Castro; 1 (um) exemplar do livro denominado “Ensaio de geografia humana” de Josué de Castro; 1 (um) exemplar do livro denominado “Trabalho e desenvolvimento no Brasil” de Luiz Pereira; 1 (um) exemplar do livro denominado “História Econômica do Brasil” de Caio Prado Junior; 1 (um) exemplar do livro denominado “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Junior; 1 (um) exemplar do livro denominado “Seminário para o desenvolvimento do Nordeste”<sup>152</sup>. (BRASIL, 1970, p. 2)

Neste conjunto documental, referente à invasão dos colégios, há também uma relação de 14 depoimentos prestados por professores dos Ginásios de Americana e Barretos, ocorridos nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1969. Esses depoimentos foram prestados junto ao Chefe do “DOPS” do DPF/SP Benedito Cruz Sampaio, no Quartel do 8º BP da Força Pública, na cidade de Campinas-SP.

São eles: Edna Vieira de Oliveira Pinto (GEVA), Maria José Rinaldi Barbosa (GEVA), Elizabete Guedes Chinali (GEVBA)<sup>153</sup>, Wilson Chinali (GEVBA), Mario Alves Novaes (GEVA), Veridiana Emelina Tupinambé Susuki<sup>154</sup>, Louvercy Lima Olival (GEVA), Alcio Rocha (GEVA), Maria Arany Medeiros (GEVBA), Bernardete da Silva Cavalheiro (GEVA), Carmen Silva Munhoz (GEVA), Maria Rosa da Silva Cavalheiro (GEVA), Cláudio Marafon (GEVA) e Moacyr da Silva (GEVA).<sup>155</sup>

Se estas pessoas ficaram detidas desde o dia 12 e só depois prestaram depoimentos ou se após a ação do dia 12 foram convocadas para depor no Quartel da

---

<sup>152</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Seminário para o desenvolvimento do Nordeste. O Nordeste, uma área composta. (Informe sobre a região compreendida pelo Plano de Estudos do GTDN)* Organizador: economista Souza Barros. Trata-se de um material produzido a partir deste seminário ocorrido em Pernambuco no ano de 1959.

<sup>153</sup> Ginásio Estadual Vocacional de Barretos.

<sup>154</sup> Moradora da cidade de Barretos-SP, Veridiana era ex-presidente da Associação de Pais e Mestres do Vocacional da cidade e mãe de três filhos que haviam estudado na escola.

<sup>155</sup> Processo nº476-STM, Volume II, p. 304 a 329.

Força Pública de Campinas-SP, infelizmente, a documentação não deixa claro. Além disso, dessas 14 pessoas, apenas Louvercy Lima Olival, Maria Rosa da Silva Cavalheiro e Moacyr da Silva haviam sido mencionados na denúncia de Cid e Wladir como coniventes das ações “subversivas” de Aurea. No entanto, após essas menções iniciais, seus nomes são “abandonados” pelas investigações e não se repetem mais, tendo as acusações recaído sobre Aurea, Maria Nilde e outros professores do GEVOA.

Esta documentação evidencia o papel preponderante da Polícia Federal de São Paulo nas operações realizadas em Rio Claro, Americana e Barretos e que a força policial de Campinas serviu de base para a centralização das diligências efetuadas nas cidades da região, com exceção de Batatais. Por outro lado, é importante afirmar também que a análise da documentação, não permitiu saber sobre as diligências efetuadas no dia 12 de dezembro nas unidades da capital paulista e de São Caetano do Sul.<sup>156</sup>

Dito isso, em 19 de dezembro de 1969, o Jornal **Tribuna da Imprensa**, do Rio de Janeiro, publicou em sua capa, um longo artigo intitulado *Mandem parar as perseguições contra o extraordinário ensino vocacional de São Paulo*, do jornalista Hélio Fernandes, onde procurou defender a experiência realizada pelos Vocacionais e denunciar a repressão exercida contra todos os ginásios.<sup>157</sup>

Segundo nossas pesquisas, as informações mais completas em relação a este dia constam em uma longa reportagem feita pela **Revista Visão**<sup>158</sup> intitulada *Vocacional: renovação ou subversão?* publicada em 31 de janeiro de 1970. Esta matéria, além de fazer um levantamento da história do SEV, trouxe detalhes da repressão realizada pela ação policial:

Nas unidades escolares de Barretos e Americana houve prisões de orientadores, professores e até mesmo de uma mãe, ex-presidente da Associação de Pais. Os detidos foram levados para Campinas, onde permaneceram por 72 horas, em regime de incomunicabilidade. Certos interrogatórios duraram oito horas. Em Barretos foram detidos quinze

---

<sup>156</sup> Nossa hipótese é que a documentação referente às ações desses colégios ficaram na sede do II Exército, entretanto, os Autos do IPM não deixam isso claro.

<sup>157</sup> Infelizmente, a digitalização deste artigo realizada pela Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional, encontra-se ilegível. O artigo está disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083\\_02&pagfis=40354](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pagfis=40354). Segundo Tamberlini (1998, p. 141), que teve acesso ao material, de acordo com o artigo, na data de sua publicação dois educadores do Ginásio de Americana-SP, ainda continuavam presos.

<sup>158</sup> Interessante notar que esta era uma revista voltada a um público empresarial que ganhou importância nos anos 60 e 70 (CARTOCE, 2017, p. 13).

pais de alunos que se encontravam no ginásio para fazer entrevistas com os orientadores educacionais.

A ação mais importante desenvolveu-se em São Paulo, na sede do Serviço e no Colégio Oswaldo Aranha. Os funcionários do setor pedagógico viram-se submetidos a interrogatórios e todas as salas foram vasculhadas, tendo os agentes levado amplo material, inclusive relatórios, prontuários de alunos, planos de trabalho, livros, enfim, tudo o que pudesse configurar a prática da subversão. (REVISTA VISÃO, 1970, p. 25)

Além disso, a referida matéria procurou entrevistar também os comandantes responsáveis pela ação nos Ginásios Vocacionais, o coronel Milton Teixeira Rosa, comandante da Escola de Cadetes de Campinas<sup>159</sup> e o coronel Argos Gomes Comandante do 5º GCAN de Campinas<sup>160</sup>. Dentre as informações apresentadas na entrevista, além de caracterizarem as atividades do SEV como “subversivas” o coronel Milton Teixeira, afirmou que sua função ali foi dar apoio à Polícia Federal, “na coleta de dados e depoimentos para o prosseguimento do inquérito que já havia sido instaurado há bom tempo e não progredia exatamente pela falta desses dados.” (REVISTA VISÃO, 1970, p. 25)

Esta matéria constata o papel repressivo do Inquérito do DPF/SP na repressão aos Ginásios Vocacionais, pelo menos no que diz respeito aos colégios localizados no interior do Estado de São Paulo, cabendo a operação a uma ação combinada entre a Polícia Federal e dois setores do Exército brasileiro, o 5º GCAN e a Escola de Cadetes, ambos da cidade de Campinas-SP.

Depois desses acontecimentos, enquanto a comunidade escolar dos Ginásios Vocacionais ainda estava se recuperando do evento mais repressivo na história de sua perseguição, outras punições se abateram sobre seus funcionários.

Em 29 de dezembro de 1969, o governo do Estado de São Paulo e a SEE, acabaram por acatar as determinações elaboradas pelo Relatório nº 37/69 da Comissão Estadual de Investigações. Em despacho, como resposta a um expediente apresentado

---

<sup>159</sup> Com denominação inicial de Escola Preparatória de São Paulo (1941-1958), depois de Escola Preparatória de Campinas (1959-1967) e, finalmente, Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1967-), tem como função selecionar candidatos e dar início a formação do oficial combatente do Exército preparando-os para ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O coronel Milton Teixeira Rosa ficou no comando da Escola de 15 de outubro de 1969 a 20 de Janeiro de 1970. De acordo com informação do site da instituição, disponível em: <http://www.espceex.eb.mil.br/>. Acesso em 02.12.2021.

<sup>160</sup> Embora a matéria da Revista Visão o mencione como comandante do 5º GCAN, de acordo com a galeria de comandantes da instituição, não há a informação de que o coronel Argos Gomes tenha ficado à frente deste setor do exército brasileiro. Disponível em: [http://www.2blogl.eb.mil.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=90&Itemid=153](http://www.2blogl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=153). Acesso em: 02.12.2021.

pelo Secretário de Segurança Pública, o Governador do Estado de São Paulo, determinou que o SEV “passasse à direta e pessoal supervisão” da SEE pelo prazo de no mínimo dois anos. Em 23 de janeiro de 1970, a SEE, acolhendo as “sugestões” da CEI determinou o afastamento dos professores Modesto Vasques Ayres e Ricardo Apparício<sup>161</sup> do Ginásio Vocacional “João XXIII”, bem como a substituição dos diretores das unidades do SEV. (BRASIL, 1970, p. 8)

A leitura do conjunto documental anexado ao Volume IX dos Autos do IPM encontramos uma cópia do Diário Oficial do Estado de São Paulo de 11 de março de 1970. Em sua página 15, Ulhôa Cintra publicou sua resolução de 10 de março de 1970 onde, com base nas solicitações da Comissão Estadual de Educação determinou o afastamento dos servidores: Aurea Cândida Sigrist, professora primária do colégio “Júlio de Mesquita”, Maria Nilde Mascellani, professora secundária do I. E. E. “Conselheiro Crispiniano” da cidade de Guarulhos, Modesto Vasques Ayres professor do I. E. E. “Comendador Emilio Romi” e Ricardo Apparício professor do I. E. E. “Prof. Hildebrando Siqueira”. Acrescenta ainda que, “enquanto perdurar esta resolução estes professores não poderão exercer qualquer cargo na rede de educação do Estado de São Paulo”.<sup>162</sup>

No início de 1970, o DPF/SP continuou desenvolvendo suas investigações, no entanto, suas conclusões só se finalizariam após o início do IPM da Educação.

---

<sup>161</sup> Modesto e Ricardo eram, respectivamente, professores de Português e Matemática do Ginásio de Americana-SP desde pelo menos 1962 e, embora não tenham sido denunciados inicialmente, ao longo das investigações, foram acusados por terem participado junto com estudantes do colégio de um evento estudantil supostamente “subversivo” em Campinas-SP, a mando de Áurea Sigrist.

<sup>162</sup> Processo nº476-STM, Volume IX, p. 2873.

## **CAPÍTULO 2. O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR E SEU CONTEÚDO PEDAGÓGICO**

### **2.1. Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**

Após as denúncias realizadas nos anos de 1968 e 1969 a Comissão Estadual de Investigações e o Departamento de Polícia Federal de São Paulo passaram a promover investigações contra Aurea Sigrist e Maria Nilde Mascellani. No decorrer destas investigações, vimos que informações provenientes do 5º GCAN de Campinas-SP, na figura do coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, foram fundamentais para que a CEI e o DPF/SP reforçassem a alcunha de “subversão” atribuída às atividades desenvolvidas no Ensino Vocacional.

Dentro do mesmo contexto, no decorrer destas investigações, o II Exército pressionou o governo do Estado de São Paulo e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para que tomassem medidas referentes a Aurea Sigrist e Maria Nilde Mascellani, que resultou na demissão duas dos cargos que ocupavam junto aos Ginásios Vocacionais. No mesmo sentido, todas as unidades pedagógicas dos Ginásios Vocacionais foram invadidas numa ação combinada entre Polícia Federal, as forças policia da cidade de Campinas e setores das forças armadas, como o 5º GCAN e o II Exército.

De acordo com Mariana Joffily (2013, p. 30), durante a ditadura militar, o “crime político” assumiu uma “importância desmesurada” de modo que nas leis os acusados passaram a ser considerados os “principais inimigos na nação”. Assim,

Tal fenômeno dava-se como consequência da concepção estabelecida pela doutrina de segurança nacional, segundo a qual o Estado ocidental precisava ser protegido da ameaça do comunismo, e, para tanto, via-se como necessária a supressão de determinados direitos civis. (JOFFILY, 2013, p. 30)

Assim, ainda segundo a autora:

Com o objetivo de enfrentar o que era considerado uma grande ameaça, foi constituída toda uma rede de órgãos repressivos, que, ao lado da reformulação de estruturas já existentes, compôs um vasto esquema de informações e de segurança. O brasileiro Alfred Stepan, comparando as ditaduras militares do Cone Sul, concluiu que o Brasil foi o país no qual a organização de inteligência atingiu o



“mais alto nível de expansão por via legal, e institucionalização impessoal dentro do aparelho de Estado.” O Departamento de Polícia Federal, ligado ao Ministério da Justiça, dedicou-se preferencialmente à censura e ao controle das informações. A Polícia Militar, força independente dos estados da federação, foi subordinada em julho de 1969 ao Exército. A nomeação dos secretários de Segurança Pública de cada estado, responsáveis pelo controle das polícias estaduais, passou a ser aprovada pelo governo federal. Os DOPS também atuaram intensamente na repressão política. (JOFFILY, 2013, p. 30)

O estabelecimento de toda uma rede de órgãos repressivos, conforme indica a autora, foi fundamental para que diferentes setores do exército, da polícia federal e mesmo do governo do Estado de São Paulo iniciassem as investigações, perseguições e punições contra os funcionários dos Ginásios Vocacionais.

É dentro deste amplo contexto que, posteriormente, as investigações procedidas contra os funcionários dos Ginásios Vocacionais, foram reunidas e depuradas pelo Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

O Inquérito Policial Militar (IPM) não foi uma invenção daqueles que tomaram o poder no ano de 1964, pois já existia e consistia em um procedimento investigativo da Justiça Militar estabelecido pelas normas das instituições militares desde 1953, com a criação da Lei de Segurança que definia os crimes contra o Estado e a ordem política e social, normatizada pela Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953.

A diferença é que após o golpe de 1964, os IPMs passaram a ser utilizados de maneira generalizada, atingindo vários setores da sociedade brasileira e “(...) calcula-se que apenas em 1964 foram estabelecidos aproximadamente 760 IPMs espalhados pelo Brasil.” (MOTTA, 2014, p. 49).

Entre as centenas de IPMs criados pelos militares, dezenas implicavam professores e intelectuais, e alguns deles foram exclusivamente dedicados a instituições de ensino, como os IPMs da UnB, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e da FNFfi. No fim de 1964, a maioria foi encerrada, e os resultados, enviados ao Poder Judiciário, não obstante alguns continuassem funcionando em 1965, enquanto novos processos seriam abertos nos anos seguintes, principalmente após 1968. (MOTTA, 2014, p. 50)

Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 171), o AI-5 inaugurou um terceiro ciclo de repressão. O primeiro, em 1964, atingiu militares, políticos ligados ao governo anterior, trabalhadores e camponeses. O segundo, de 1965 a 1966, foi

desencadeado a partir do AI-2 e procurou “concluir os expurgos da burocracia de Estado e nos cargos eleitorais”. Deste modo,

O terceiro ciclo caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes. Os desafios ao Estado por parte das classes médias, especialmente o movimento estudantil, convencera as forças de repressão da existência de áreas de “pressão” em todas as classes. Desse modo, as campanhas de busca e detenção em escala nacional estenderam-se a setores da população até então não atingidos. (ALVES, 2005, p. 172)

Mas quais motivos teriam levado o II Exército a instaurar um IPM que, além de investigar os Vocacionais, investigou também a SEE e outros colégios da rede estadual de ensino?

Maria Nilde Mascellani, na já mencionada entrevista concedida ao **Jornal O Liberal** de Americana-SP em 1988, faz o seguinte comentário sobre a instalação do IPM da Educação:

Depois daquela minha entrevista com Jarbas Passarinho, em que ele mandou uma carta, que era para o general Canavarro, que era comandante do II Exército.

**P) Isto é [19]70?**

É em [19]70. O Canavarro foi na época dessa reportagem. Essa reportagem foi feita de caso pensado, inclusive, pra suspender a prisão preventiva. E de fato foi suspensa. O que não impediu que eu fosse presa logo depois.<sup>163</sup> Mas veja, é por conta dessa carta do Passarinho ao general Canavarro que o Canavarro decide instalar o IPM. E aí, no IPM, acho que a única vantagem pra gente, se é que, do ponto de vista comparativo, a gente pode falar em vantagem, dentro da perseguição, é que tudo ficou num só processo. (CHIOZZINI, 2010, p. 320)

O depoimento de Mascellani sugere que em meados de 1970, haveria um ordem prisão preventiva contra ela e que tentou evitá-la fazendo contato junto ao então Ministro da Educação Jarbas Gonçalves Passarinho (1969-1974)<sup>164</sup> e por meio de uma

---

<sup>163</sup> Aqui, Maria Nilde se refere a sua prisão no ano de 1974, quando foi denunciada com base na Lei de Segurança Nacional em virtude de um texto intitulado “Educação Moral e Cívica, escalada Fascista no Brasil”, cuja autoria lhe foi atribuída.

<sup>164</sup> Coronel do Exército e de longa carreira política, Jarbas Passarinho esteve presente ativamente ao longo da ditadura militar, sendo nomeado como Governador Interventor no Estado do Pará (1964-1966), Ministro do Trabalho (1967-1969), Ministro da Educação (1969-1974) e Ministro da Previdência Social (1983-1985). Para sua biografia, ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>. Acesso em: 01.09.2023.

matéria jornalística para tornar público seu caso<sup>165</sup>. Além disso, Maria Nilde sugere que Passarinho fez contato com Canavarro Pereira, por meio de uma carta, na tentativa de minimizar a perseguição contra os Vocacionais o que, segundo sua leitura, gerou um efeito contrário e, por conta disso, o Comandante do II Exército teria decidido instaurar o IPM.

Acontece que o caso em exame é um pouco mais complexo.

De acordo com o *Relatório, Parte II – Considerações Preliminares, Tópico 1. Peça Inicial do Inquérito*, o IPM da Educação teve como peça inicial as investigações do Processo nº 00358 da Subcomissão do Estado de São Paulo da Comissão Geral de Investigações (SCGI/SP) em que “são apontados indícios de prática de subversão e de corrupção, atribuída a dirigentes, professores e funcionários” da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. (BRASIL, 1970, p. 3)

Primeiramente, é preciso esclarecer o que foi a Subcomissão do Estado de São Paulo da Comissão Geral de Investigações (SCGI/SP), afinal, suas investigações serviram como Peça Inicial para o IPM da Educação. De acordo com Carlos Fico, no livro *Como eles agiam – Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*:

A velha noção de “crise moral” foi um dos motes utilizados pelos golpistas de 64 para justificar sua ação. Juntamente com o combate à “subversão” e ao comunismo, “acabar com a corrupção” era uma das bandeiras da época. (...)

Uma das frustrações da linha dura, durante o governo de Castelo Branco, foi o pouco-caso do presidente quanto ao tema da corrupção. (...)

Assim, paralelamente à montagem dos sistemas de informação e de segurança, havia que estabelecer mecanismo de combate à corrupção. Somente com o AI-5, esses reclamos da linha dura foram atendidos. (FICO, 2001, p. 149-150)

O AI-5, em seu artigo 8º estabelecia que:

O presidente da República poderá, após investigações, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

---

<sup>165</sup> Em nossa pesquisa não encontramos a matéria mencionada.

Para isso, foi criada em 17 de dezembro de 1968<sup>166</sup>, quatro dias após o AI-5, a Comissão Geral de Investigações (CGI), “uma espécie de tribunal de exceção criado especialmente para investigar e punir o que era entendido como corrupção pelos militares”. Subordinada ao Ministério da Justiça, tinha como presidente o próprio Ministro<sup>167</sup>, porém, era o vice-presidente, um general, quem chefiava os trabalhos.<sup>168</sup> Subordinadas à CGI, havia subcomissões espalhadas em diversos estados do país denominadas SCGI e compunham o chamado “sistema CGIs” e seus membros eram em sua maioria militares e eram chefiadas por oficiais de alguma das três armas. (KNACK, 2014, p. 4)

Integrado por mais de vinte subcomissões (SCGI) em diferentes estados, o sistema CGI tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro e suas subcomissões, em sua maioria, tinham suas sedes localizadas em quartéis. (KNACK, 2019, p. 86) A Subcomissão no Estado de São Paulo da Comissão Geral de Investigações (SCGI/SP), ficou, inicialmente, a cargo do brigadeiro Roberto Brandini<sup>169</sup> e funcionou no 4º Comando Aéreo Regional (COMAR). (FICO, 2001, p. 153)

As investigações da CGI se iniciavam a partir de uma denúncia, que poderia ser feita pelo presidente da república, ministros, membros da CGI ou por qualquer cidadão, desde que ele se identificasse. Uma vez aceita a denúncia, era realizado um levantamento preliminar que poderia ser feito na central da CGI ou em suas subcomissões (SCGIs), levantando informações sobre a denúncia junto aos órgãos de controle, informação e repressão. Deste levantamento, elaborava-se um parecer preliminar que poderia resultar na abertura do processo ou em seu arquivamento. Se decidido pela abertura do processo, iniciavam-se as investigações realizadas muitas vezes por uma SCGI e os acusados eram chamados para apresentar suas defesas por escrito ou mesmo a depor. Uma vez recolhidas as informações provenientes das investigações, o responsável do processo elabora um novo relatório, que era votado em plenário e emitido um parecer, que poderia deliberar sobre o confisco dos bens ou pelo arquivamento do processo, que era encaminhado à CGI. Na CGI, novamente em

---

<sup>166</sup> Criada pelo Decreto-Lei n° 359 de 17 de dezembro de 1968, a CGI foi extinta pelo presidente Ernesto Geisel, em 29 de dezembro de 1978 por meio do Decreto n° 82.961, por conta do processo de abertura política do país.

<sup>167</sup> O cargo de presidente da CGI foi ocupado pelos Ministros Luiz Antonio da Gama e Silva (1969), Alfredo Buzaid (1969-1974) e Armando Falcão (1974-1979). (KNACK, 2019, p. 282-283)

<sup>168</sup> O cargo de vice-presidente da comissão foi ocupado pelos generais Oscar Luiz da Silva, Obino Lacerda Alvares e Luiz Serff Sellmann. (KNACK, 2019, p. 282-283)

<sup>169</sup> De acordo com a notícia, “Brandini presidirá subcomissão paulista”, publicada no jornal Folha de São Paulo de 19.01.1969. Não foi possível levantar os nomes de todos os presidentes da SCGI/SP.

plenário, se decidia se o processo seria arquivado ou se o acusado seria submetido à punição do confisco. Se decidido pelo confisco, o caso era encaminhado ao Ministério da Justiça, que ficava responsável pela minuta de exposição dos motivos e essa era então encaminhada ao presidente da república que decidia pela punição ou não. (KNACK, 2019, p. 93-103)<sup>170</sup>

Do exposto até aqui, pode-se ver que a CGI foi mais uma instituição criada após o AI-5, enquanto aprimoramento dos instrumentos de controle e repressão da ditadura, permitindo assim ampliar sua área legal de atuação, no caso, de crimes de “corrupção”.<sup>171</sup> Interessante notar que, embora os objetivos atribuídos à CGI e suas SCGIs, fossem investigar a prática de “corrupção administrativa”, assim como CEI, ela investigou também atividades consideradas “subversivas” atribuídas aos acusados.

Feitos esses esclarecimentos, ainda de acordo com o *Relatório* de Rubens Resstel, o Processo nº 00358 da SCGI/SP, teve como origem uma denúncia de atos de “corrupção administrativa e de subversão”, atribuída a dez funcionários<sup>172</sup> dos Vocacionais, encaminhada ao Ministério da Justiça por Francisco Cid, em 7 de abril de 1969. (BRASIL, 1970, p. 3)

Ainda que originária de uma denúncia contra funcionários dos Ginásios Vocacionais, a SCGI/SP não chegou a proceder investigações contra eles, voltando suas análises para práticas de “corrupção” e “subversão” atribuídas à SEE. Até onde pudemos levantar, isso ocorreu, pois, em 23 de junho de 1969, cinco dias após os afastamentos de Aurea e Maria Nilde, a equipe de educadores do SEV elaborou uma carta de duas páginas e cerca de 27 assinaturas, endereçada ao então Ministro da Justiça, Luiz Antonio da Gama e Silva, onde considerando os afastamentos de Aurea e Maria Nilde, manifestam sua “insatisfação frente a esses fatos” e solicitam “esclarecimentos sobre as razões destes afastamentos”.<sup>173</sup>

---

<sup>170</sup> “(...) a Comissão Geral de Investigações que, sob o pretexto de ‘apurar enriquecimentos ilícitos e promover os atos para confisco de bens’, deixava suspensa uma espada de Dâmocles sobre a classe política”. (MARTINS FILHO, 2019, p. 218)

<sup>171</sup> O papel da CGI e suas SCGIs, dentro do contexto da ditadura, é um tema ainda pouco estudado e, segundo Diego Knack, autor que dedicou suas pesquisas de mestrado e doutorado na análise da documentação produzida por estes órgãos, isso se deve ao fato que este material ficou muito tempo inacessível à consulta dos historiadores, sendo disponível ao público, apenas a partir de 2011, com a promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação. (KNACK, 2014, p. 2)

<sup>172</sup> Aprofundaremos o papel desses funcionários denunciados por Francisco Cid em outro momento, pois, as acusações atribuídas a eles só serão investigadas e depuradas pelo IPM presidido por Rubens Resstel.

<sup>173</sup> Processo nº 476-STM, Apenso nº 1, Volume I, p. 31-32.

Como anexo a esta carta foi elaborado um texto de nove páginas datilografadas, sem assinatura, provavelmente elaborado por Maria Nilde e a equipe de educadores do SEV.<sup>174</sup> Nele procuram se defender e apresentam sua versão sobre os fatos. Inicialmente, apresentam um histórico sobre a instalação legal do SEV e as dificuldades que enfrentaram para manter o projeto em funcionamento. Em seguida, ressaltam que com a gestão do governador Abreu Sodré, passaram a ter problemas com a SEE, corporificados nas figuras de seu secretário, Ulhôa Cintra e José Mario Pires Azanha, Coordenador do Ensino Básico e Normal. Sobre José Mario, acrescentam que este teria uma “oposição ideológica” contra o Ensino Vocacional, “chegando mesmo a ridicularizar nossas posições na Faculdade de Filosofia e no Centro Regional de Pesquisas Educacionais nas aulas que ministra para os cursos de Pedagogia” e que teria até infiltrado “elementos de esquerda nos quadros do Ensino Vocacional”.<sup>175</sup> Além disso, o texto sugere também que as reformas administrativas e educacionais, corporificadas nos Ginásios Pluricurriculares, postas em prática pela SEE durante a gestão Ulhôa Cintra/Azanha, desde 1967, além de tirar recursos financeiros dos Vocacionais, haviam gerado grande insatisfação no professorado paulista como um todo, acarretando em transtornos na rede pública de ensino.

Em 31 de julho de 1969, o Relator da Comissão Geral de Investigações, Telmo de Souza, tendo como base o memorando dos “professores do SEV”, formaliza a abertura do processo nº 324/69 da CGI, “estranhando o afastamento” de MNM e Aurea e sugere o encaminhamento do Processo à SCGI/SP.<sup>176</sup> Apesar deste encaminhamento, é apenas no dia 3 de fevereiro de 1970, através da Portaria nº 14 da SCGI/SP, que seu presidente, o coronel Luiz Maciel Junior, delega poderes a Ruy Cardoso de Mello Tucunduva, Promotor Público da Comarca de São Paulo e Delegado da SCGI/SP, para proceder diligências, investigações e inquirições necessárias para “Investigação sumária e de enriquecimento ilícito” na SEE relativas à “aplicação do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968”, dando início ao Processo nº 00358 da SCGI/SP.<sup>177</sup>

Com seu Relatório Final concluído em 14 de abril de 1970, o Processo nº 00358 da SCGI/SP, elaborou um texto de 16 páginas, assinado pelo Dr. Ruy Cardozo de

---

<sup>174</sup> Processo nº476-STM, Apenso nº 1, Volume I, p. 33-41.

<sup>175</sup> Processo nº476-STM, Apenso nº 1, Volume I, p. 34.

<sup>176</sup> Processo nº476-STM, Apenso nº 1, Volume I, p. 43-44.

<sup>177</sup> Processo nº476-STM, Apenso nº 1, Volume I, p. 46.

Mello Tucunduva, onde apresenta as conclusões de sua investigação.<sup>178</sup> Para nossos propósitos, tomemos a síntese das conclusões da SCGI/SP na forma como ela foi apresentada por Rubens Resstel no *Relatório* do IPM da Educação. De acordo com Resstel, o Relatório de SCGI/SP:

(...) ponta o desenvolvimento de um vasto plano subversivo na Secretaria da Educação eivado de atos de corrupção e executado através de reformas administrativas, substituição de titulares de postos de direção e de fiscalização, ampliação da rede de ensino médio, alterações do sistema de ensino e outras medidas correlatas, tendo como principal agente o professor José Mario Pires Azanha, Coordenador do Ensino Básico e Normal. (BRASIL, 1970, p. 4)<sup>179</sup>

Além disso:

Afirma, ainda, a existência de indícios, e mesmo de provas, de que a professora Maria Nilde Mascellani, Coordenadora Geral do Serviço do Ensino Vocacional, afastada do cargo, fora sacrificada<sup>180</sup> pelos verdadeiros subversivos instalados na Secretaria da Educação. (BRASIL 1970, p. 5)

Em 16 de abril de 1970, o Coronel Luiz Maciel Junior, presidente da SCGI/SP, emitiu o Ofício n° 00484/SCGI/SP, endereçado ao General Ernani Ayrosa da Silva, Chefe do Estado Maior do II Exército<sup>181</sup>, com cópia do Processo n° 00358 da SCGI/SP, afirmando que “diante da gravidade dos fatos verificados, especialmente se tratando do meio estudantil, é necessário que medidas urgentes sejam tomadas para atalhar explosivas situações futuras.” E acrescenta: “Em verdade, trata-se da mais virulenta das corrupções, que é inoculada nas mentes dos escolares”.<sup>182</sup>

---

<sup>178</sup> O Relatório do Processo n° 00358 da SCGI/SP. Processo n°476-STM, Apenso n° 1, Volume I, p. 1-B a 1-Q.

<sup>179</sup> Além disso, indicou também haver “irregularidades administrativas e atos de subversão” em outros colégios da SEE. São eles: Instituto Estadual de Educação “Padre Manoel de Nóbrega”, Colégio Estadual “Carlos Maximiliano Pereira dos Santos” e Colégio Estadual Padre Manoel de Paiva. (BRASIL, 1970, p. 4)

<sup>180</sup> A partir da análise que realizamos do Processo n° 00358 da SCGI/SP, entendemos que a expressão “sacrificada” aqui utilizada se refere ao fato que, diante das acusações e da resistência de Maria Nilde em aderir às reformas administrativas e educacionais da SEE, Ulhôa Cintra/Azanha atenderam à demanda dos órgãos repressivos, ao mesmo tempo em que viram a oportunidade de levar adiante seus projetos para educação paulista.

<sup>181</sup> II Exército foi a denominação que este passou a ter a partir de 28 de agosto de 1956, abrangendo o comando das forças do Exército dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso e, em 1968 teve seu Quartel General Inaugurado no bairro do Ibirapuera na cidade de São Paulo. Em 1985, houve uma reestruturação das forças do Exército e este passou a ser denominado como Comando Militar do Sudeste (CMSE). Disponível em: <http://www.cmse.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em 20.08.2020.

<sup>182</sup> Processo n°476-STM, Volume I, p. 39.

Assim, a instauração do Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo se deu por meio da Portaria nº 2 – E2 do Ministério do Exército – II Exército – QG, de 28 de abril de 1970, elaborada pelo Comandante do II Exército, o General Canavarro Pereira e encaminhada ao Coronel Rubens Resstel, comandante do 5º GCAN. A referida portaria afirma:

Tendo chegado a meu conhecimento de que sérias irregularidades vêm sendo praticadas por funcionários e professores da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, conforme investigações preliminares, constantes do Processo nº 00358 da SCGI/SP, determino que com a possível urgência, seja instaurado Inquérito Policial Militar, delegando-vos para este fim, atribuições policiais que me competem.<sup>183</sup>

Dias após a instauração do IPM da educação, Ulhôa Cintra afastou-se da Secretaria da Educação, assumindo o cargo Dr. Hely Lopes Meirelles, titular da pasta de Justiça de São Paulo. Em 28 de julho de 1970, o professor Paulo Ernesto Tolle assumiu a pasta da Secretaria da Educação. Com a saída de Ulhôa Cintra, Azanha também deixou o cargo de Coordenador do Ensino Básico e Normal, bem como outros funcionários do setor. Azanha seria o principal indiciado no processo da SCGI/SP. (BRASIL, 1970, p. 8)

De acordo com Ariam Cury,

É importante ressaltar que, embora a instauração do IPM tenha implicado o afastamento quase imediato de Ulhôa Cintra e de toda a sua equipe, não se divulgou o motivo desse afastamento. As investigações na SE não eram de conhecimento público, como fica evidente na reportagem “Ulhôa Cintra deixa a Secretaria da Educação em São Paulo” (1970)<sup>184</sup>. A notícia informa que o desligamento do secretário, no dia 30 de abril, teria ocorrido por motivos pessoais, e não há menção ao afastamento de Azanha ou de qualquer outro membro da equipe da SE, muito menos ao fato de que órgão estava sob a investigação de um IPM. (CURY, 2012, p. 72)

Interessante notar que, enquanto os membros da SEE, apesar das acusações de “subversão”, puderam se dar “ao luxo” de alegar “motivos pessoais” ao anunciarem seus afastamentos, os funcionários do SEV e, mais especificamente, Maria Nilde, Aurea, Ricardo e Modesto, mencionados ao final do capítulo anterior, foram atingidos

---

<sup>183</sup> Processo nº476-STM, Volume I, p. 38.

<sup>184</sup> Trata-se da matéria *Ulhôa Cintra deixa a Secretaria da Educação de SP*, publicada no jornal **Folha de São Paulo**, de 1 de maio de 1970.



por medidas administrativas, executadas pelo próprio Ulhôa Cintra, impedindo que continuassem a exercer suas funções na rede estadual de ensino.

O fato de Canavarro Pereira ter ordenado a instauração do IPM da Educação e, seu papel dentro do contexto brasileiro, com o aumento da repressão e sua atuação junto à criação da Oban, é um dado a ser levado em consideração quando analisamos nosso objeto. Além disso, mesmo que o IPM da Educação tenha tido como peça inicial as investigações procedidas pela SCGI/SP, Canavarro Pereira já estava a par das acusações e punições envolvendo os funcionários dos Vocacionais.

Rubens Resstel foi um veterano da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial e, segundo as informações provenientes das pesquisas desenvolvidas por Elio Gaspari (2014), embora seja uma figura pouco mencionada no contexto da repressão<sup>185</sup>, teve um papel importante na articulação dos militares paulistas, junto ao empresariado, para desencadear o golpe<sup>186</sup> contra o presidente João Goulart no Estado de São Paulo.<sup>187</sup>

Uma de nossas hipóteses do coronel Rubens Resstel que ficou à frente do 5º GCAN de 12 de fevereiro de 1970 a 10 de março de 1972, substituindo o coronel Cerqueira Lima, ter ficado como responsável pelo IPM da Educação, deve-se ao fato desta unidade ter concentrado as primeiras denúncias contra os funcionários dos Ginásios Vocacionais. Acrescente-se a isso o fato de este setor do exército brasileiro ter recebido os detidos dos colégios Vocacionais no dia 12 de dezembro de 1969.

---

<sup>185</sup> De acordo com Dreifuss: “Outro ativista do IPES, o Coronel Rubens Resstel, foi indicado chefe dos Inquéritos Policial-Militar na área do II Exército, que incluía o cinturão industrial de São Paulo, assumindo também a responsabilidade de investigar as atividades de indivíduos e grupos de esquerda.” (DREIFUSS, 1981, p. 423-424)

<sup>186</sup> De acordo com Resstel, em depoimento presente no livro, *1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a sua História*, Tomo 7, publicado pela Biblioteca do Exército: “Os inimigos da Pátria, os soviéticos, haviam tirado a máscara e aconteceu o célebre comício junto à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Agora, a diferença era que nós, em São Paulo, estávamos organizados, prontos para o enfrentamento, cujo exemplo, conforme disse, frutificou em outros lugares, sobretudo, em Minas Gerais.” (MOTTA, 2003, p. 96). “Frisando mais uma vez, a articulação começou em São Paulo e nessa cidade manteve seu núcleo. Depois, prosseguiu em Minas Gerais, no Paraná, no Sul, no Nordeste e em outros rincões do Brasil. O que havia de melhor desta Nação, no meio civil, se engajava conosco.” (MOTTA, 2003, p. 97) “O General Mourão, antes de servir em Minas, foi Comandante da 2ª Região Militar em São Paulo. Ele já nos conhecia e sabia das articulações que estávamos fazendo, tanto é que, antes de partir na direção do Rio de Janeiro, no dia 31 de março, mandou mensageiros a São Paulo, para saber se estávamos prontos. Sem dúvida, o General Mourão estava perfeitamente integrado conosco.” (MOTTA, 2003, p. 99)

<sup>187</sup> Interessante notar também que, cinco meses após o golpe de 1964, a Revista estadunidense **Fortune**, publicou uma longa reportagem narrando a parceria do então embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, com o empresariado paulista e sua articulação no golpe contra Goulart. A referida revista entrevistou inclusive Rubens Resstel, o que causou desconforto em setores militares e no empresariado. Informações disponíveis em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/33603/revista-fortune-revela-ja-em-64-elo-entre-empresarios-de-sp-e-embaixada-dos-eua-para-dar-golpe>. Acesso em: 17.09.2019.

Além disso, vale acrescentar que, apesar de não termos encontrado muitas informações sobre seu papel repressivo no período, segundo pudemos levantar, o 5º GCAN de Campinas-SP parece ter centralizado as ações repressivas do II Exército no interior do Estado de São Paulo.

É o que sugere a leitura do livro *Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior*, organizado por Beatriz Helena Vicentini e publicado em 2014. A referida obra reúne diversos textos que abordam temáticas distintas referentes à ditadura de 1964 a 1985 e seus expoentes na cidade de Piracicaba, distribuídos em temas intitulados como: o golpe, memórias recuperadas, memórias em imagens e os arquivos da repressão.

Em um dos textos da referida obra, intitulado *Militares: revolução necessária e contingência ao Gcan*, o autor Caio Rodrigo Albuquerque<sup>188</sup> apresenta entrevistas que realizou com militares que atuaram na cidade no período e suas visões sobre o regime. Em uma das passagens do texto Caio Albuquerque fez o seguinte destaque:

E de fato encontramos em várias outras falas, sem ser a dos militares, elementos que apontam essa relação entre regime militar e perseguição pessoal dentro das instituições. Enquanto Piracicaba esteve subordinada ao Comando de Sorocaba, a situação parece ter sido tranquila. Mas a partir do momento que o Exército na cidade passa a responder às ordens e recomendações do GCan (5º Grupamento de Canhões Anti Aéreos) em Campinas, o panorama, segundo os entrevistados, mudou sensivelmente. Inúmeras situações foram relatadas sobre a relação entre GCan e o poder local. A sintonia é ao mesmo tempo preocupante, para as oposições, e afinada ao gosto de quem comandava as instituições na cidade. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 209-210)

O autor sugere a proximidade do poder local, no caso a cidade de Piracicaba, com o regime militar, destacando que a partir do momento em que o comando militar da cidade passou a ser subordinado ao 5º GCAN, esta relação passou a ser mais próxima, passando a responder ordens e recomendações.

Na sequência do texto, Caio Albuquerque apresenta uma entrevista realizada com um jornalista local chamado José Antonio Bueno de Camargo, que fez a seguinte afirmação:

---

<sup>188</sup> O conteúdo deste texto é parte da dissertação de mestrado do autor intitulada *Notícia impressa versus história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas do regime militar em Piracicaba*, Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da Unesp/Campus de Bauru, 2002.

Já estava instalado o regime, parece que foi em 68 que saiu o AI-5... antes disto ainda, houve um almoço em Campinas, no 5º GCan e os principais líderes da cidade foram nesse almoço, mas foi gente pra burro (sic.) de Piracicaba, para dizer da aceitação da sociedade para com o regime e foram apresentados ao coronel, que eu não lembro o nome, e toda a oficialidade do 5º GCan, teve demonstrações de combate anti aéreo...para submeter a sociedade... - Para mostrar que estava perto...

**R:** Que era importante aqui “tomar a benção” deles lá, qualquer coisa. Mas normalmente a cidade já era submissa. Quer dizer, era um estado amorfo, inodoro... e a instalação, a implantação, a arregimentação do novo regime, não fez muita diferença para a cidade.

- Mas isso porque quem estava comandando se alinhou. Por exemplo, quem estava nesse almoço no Gcan?

**R:** Tinha umas duzentas pessoas.

- Mas tudo gente que comandava...

**R:** Exatamente. O objetivo era esse aí.

- O senhor foi junto?

**R:** Fui.

- Tinha gente da Igreja, dos jornais...

**R:** De Igreja, jornais, empresa, tudo, sindicatos. Então, não houve, de fora pra dentro, não houve assim, a gente não sentiu uma pressão muito grande porque talvez fosse aquilo de nem haver necessidade de pressão. Ao passo que perseguição não política, (dita política, mas não política), aproveitando a oportunidade pra se livrar de concorrentes, de inimigos, desafetos, houve muito disso aí. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 210)

Embora o trecho citado não apresente informações concretas sobre o modo como as autoridades locais passaram a se relacionar com o 5º GCAN, e nem se recorde quem era o comandante na referida situação, se Cerqueira Lima ou Rubens Resstel, pelas datas aproximadas relatadas, é interessante notar o objetivo de alinhamento entre esta unidade do exército e as autoridades locais que, ao mesmo tempo, viram a oportunidade de “denunciar” inimigos ou desafetos políticos regionais.<sup>189</sup>

Dito isso, apesar do IPM da Educação ter sido instaurado a partir das investigações da SCGI/SP, o curso das denúncias e perseguições realizadas pelo 5º GCAN de Campinas-SP, sugere que também intencionava se voltar contra os Ginásios Vocacionais.

Essa ideia é reforçada pelo fato de que, no dia 14 de maio de 1970, Rubens Resstel emitiu um Mandado de Busca e Apreensão na firma RENOVA<sup>190</sup> de propriedade

---

<sup>189</sup> A cidade de Piracicaba está localizada a uma distância de 71 quilômetros da cidade de Campinas.

<sup>190</sup> RENOVA foi uma empresa criada por Maria Nilde Mascellani, com colaboradores, logo após ser afastada do SEV em 1969 e tinha como objetivo fornecer assessoria educacional. Esta empresa sofreu diversas invasões e foi fechada em 1974 depois que um novo IPM foi instaurado contra Maria Nilde no ano de 1974, por conta de um texto intitulado *Educação Moral e Cívica, escalada Fascista no Brasil*, a ela atribuído.

de Maria Nilde Mascellani, sob a argumentação de que neste local estavam documentos provenientes do SEV que haviam sido levados para lá por ela.<sup>191</sup> Este Mandado de Busca e Apreensão foi cumprido no mesmo dia 14 maio, pelo Major Irajá Bernardino Ribeiro, onde foram apreendidos diversos documentos - numerados de 1 a 1981 pelo IPM - e constituem aproximadamente 150 páginas de material diverso, entre: correspondências, textos diversos datilografados e material manuscrito.<sup>192</sup>

A análise dos Autos do IPM não deixa claro se nesta ação houve a detenção de pessoas, sugerindo que o objetivo foi a coleta de material de cunho “subversivo” dos Vocacionais e o interesse do IPM em analisar sua organização e o sistema de ensino, como veremos ao longo desta dissertação.

Além disso, uma das primeiras ações realizadas por Rubens Resstel como responsável pelo IPM foi, no dia 12 de maio de 1970, emitir o Ofício Reservado nº 4-IPM/A, solicitando ao Juiz Auditor da 2ª Auditoria Militar os Autos do Inquérito nº 191-69 c do DPF/SP, que havia concluído seu relatório final em 29 de abril de 1970.<sup>193</sup>

Estes fatos demonstram, segundo a nossa leitura, que desde o início das investigações procedidas pelo IPM da Educação, Rubens Resstel, apesar das investigações procedidas pela SCGI/SP, objetivou também averiguar as atividades “subversivas” atribuídas aos Ginásios Vocacionais em um contexto mais amplo, para além das punições e averiguações procedidas pela CEI e pelo DPF/SP, conforme veremos a seguir.

## **2.2. O Conteúdo pedagógico do IPM e a “guerra psicológica adversa”**

O conteúdo pedagógico do IPM da Educação diz respeito a um conjunto de atividades pedagógicas realizadas nos Ginásios Vocacionais que, desde as denúncias e investigações iniciais foram tomadas como “subversivas”, ou seja, passíveis de modificar, transformar, perturbar ou corromper a ordem política instituída. Nesse sentido, essas atividades tidas como “subversivas” passaram a ser interpretadas pelas forças armadas como ações de “infiltração, propaganda e doutrinação ideológica” no ambiente escolar agindo assim sobre a mente dos seus estudantes.

---

<sup>191</sup> Processo nº476-STM, Volume I, p. 65.

<sup>192</sup> Processo nº476-STM, Volume I, p. 67 a 153.

<sup>193</sup> Processo nº476-STM, Volume I, p. 51.

Uma das primeiras ações de Rubens Resstel ao iniciar as investigações do IPM da Educação foi solicitar os Autos das investigações procedidas pelo Inquérito nº 191-69 c do DPF/SP. Presente no Volume II dos Autos do IPM, o Relatório Final do Inquérito nº 191-69 c do DPF/SP, concluído em 29 de abril de 1970, foi escrito pelo Delegado do Departamento de Ordem Política da Polícia Federal de São Paulo Roberto de Mesquita Sampaio Junior, e em 4 páginas apresenta sua leitura sobre as ocorrências, indiciando Aurea Sigrist.<sup>194</sup>

Neste Relatório, Roberto de Mesquita atribuiu a realização de atividades “subversivas”, principalmente, a Aurea Sigrist. Segundo este relatório, Aurea seria a responsável pela existência de livros “subversivos” na biblioteca do GEVA, teria sido a responsável pelo ensaio de peças teatrais de conteúdo “subversivo” no interior do GEVA, permitiu o comparecimento de estudantes do GEVA no colégio Progresso de Campinas-SP e teria feito críticas às forças policiais em decorrência do confronto ocorrido entre os estudantes da USP e do Mackenzie em 1968.<sup>195</sup>

Assim, diante desses eventos e comportamentos de Aurea Sigrist, Roberto de Mesquita Sampaio Junior acabou por concluir em seu relatório que: “Esses fatos caracterizam o processo da **guerra psicológica adversa**,<sup>196</sup> definida pelo § 2º do artigo 1º da lei 314 de 13 de março de 1967 (...).”<sup>197</sup>

A chamada “guerra psicológica adversa” parece ser um elemento importante para entendermos a forma pela qual o sistema de ensino e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos Ginásios Vocacionais foram analisadas pelo Inquérito de Rubens Resstel, embora ele não as cite diretamente.

Diferentemente do que diz Roberto de Mesquita no trecho citado, a “guerra psicológica adversa” foi definida no § 2 do Artigo 3º da Lei de Segurança Nacional de 1967, onde diz:

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou

---

<sup>194</sup> O Inquérito do DPF/SP indiciou também o padre Milton Santana.

<sup>195</sup> Em seu Relatório, Roberto de Mesquita afirma ainda que: “A despeito de maior empenho, não obteve elementos bastantes para indicição de Maria Nilde Mascellani.” (Processo nº476-STM, Volume II, p. 404)

<sup>196</sup> Destaque em vermelho no original.

<sup>197</sup> Processo nº476-STM, Volume II, p. 404.

natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.<sup>198</sup>

Diretamente relacionada à concepção de Segurança Nacional, do *inimigo interno*, do anticomunismo e da “subversão”, a “guerra psicológica adversa”, de acordo com a LSN 1967, caracteriza-se pelo “emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações” no campo “psicossocial”, com a finalidade de “influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos” que, do ponto de vista dos militares, pudessem incitar a população contra os “objetivos nacionais”.

Segundo os estudos de João Roberto Martins Filho (2008), no texto *A influência francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960*, desde pelo menos o final da década de 1950, vinha se desenvolvendo dentro do pensamento dos círculos militares uma “definição flexível” de *inimigo interno* onde enquadravam-se supostos “comunistas”, “socialistas”, “anarquistas” e “esquerdistas”, e que segundo essa definição, haviam se infiltrado em todo o aparelho de Estado brasileiro, promovendo uma modalidade de guerra denominada Guerra Revolucionária (GR) que teria uma ação sobre as ideias, ou psicológica, e recaía sobre a própria população do país. (MARTINS FILHO, 2008, p. 43)

Ainda de acordo com Martins Filho, esta definição flexível de *inimigo* e da guerra revolucionária adotada pelos militares brasileiros tinha como fundamento teorias de guerra oriundas da escola militar francesa que passaram a ser adotadas na América Latina a partir da década de 1950, introduzidas pela Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>199</sup> em 1959<sup>200</sup>. Ainda segundo o autor, citando um documento do Estado Maior das Forças Armadas (1959), a guerra revolucionária foi definida nos seguintes termos:

---

<sup>198</sup> Estas definições foram mantidas pela LSN de 1969.

<sup>199</sup> Criada em 1949, de acordo com Vanessa Schinke (2019, p. 1959), a Escola Superior de Guerra foi feita “(...) para ser um instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.” Ainda de acordo com a autora, “(...) a partir do golpe de 1964, mais do que um centro de estudos, a Escola exerceu a função de núcleo de formação intelectual do poder civil-militar, cuja finalidade maior foi sustentar o discurso de que o governo militar, sustentado por elites civis e econômicas, teria condições técnicas e legitimidade para enfrentar os desafios do desenvolvimento nacional.” (SCHINKE, 2019, p. 1960)

<sup>200</sup> Na palestra “Introdução ao estudo da guerra revolucionária” do coronel Augusto Fragoso.

É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam a conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida. (Estado Maior das Forças Armadas, 1961, p. 21 *apud* MARTINS FILHO, 2008, p. 45)

Dentro desse contexto a “guerra psicológica adversa”<sup>201</sup> e a “subversão” – também chamada de guerra subversiva – correspondiam ao estágio pré-revolucionário ou de preparação para chamada “guerra revolucionária”. (MARTINS FILHO, 2008, p. 45)

Como se pode ver, a partir do documento do Estado Maior das Forças Armadas e da explicação de Martins Filho, comunismo e “subversão” compunham uma mesma tipificação que procurava caracterizar os opositores à ditadura existente sendo, portanto, considerados *inimigos internos*. Nesse sentido, a “guerra psicológica adversa” correspondia a uma fase pré-revolucionária, de modo que os militares passaram a se preocupar com o “psicossocial” da população e sua suposta capacidade de influenciar ou provocar “opiniões, atitudes e comportamentos”, conforme estabeleceu a LSN de 1967.

Deste modo, essa preocupação com o que passava na mente das pessoas, fez com que esses setores das forças armadas passassem a se preocupar com os conteúdos estudados nas escolas. Nesse sentido, o modo como se deram as investigações procedidas durante o IPM da Educação é um caso exemplar no contexto da repressão durante a ditadura brasileira, uma vez que haverá uma demasiada dedicação em analisar seu sistema de ensino e suas técnicas pedagógicas.

No caso dos Ginásios Vocacionais, essas ações de “infiltração, propaganda e doutrinação” foram: a existência de livros “subversivos” na biblioteca do GEVA, a organização, o sistema de ensino, conteúdos trabalhados pela disciplina de Estudos Sociais, a técnica didático-pedagógica de Estudo do Meio e o sistema de Autoavaliação.

---

<sup>201</sup> De acordo com João Roberto Martins Filho para combater essa guerra psicológica adversa, era necessário uma “ação psicológica”. Segundo o autor: “(...) definia-se a *ação psicológica* como um conjunto de ações de caráter defensivo centradas na formação moral e cívica da população, a fim de fornecer-lhe meios de fazer frente à ofensiva da subversão ou da *guerra psicológica*. Esta era definida como o conjunto de ação de caráter ofensivo, com o alvo de minar a moral das tropas e da população inimiga.” (MARTINS FILHO, 2008, p. 45)

Deste modo, apresentaremos como cada uma dessas atividades pedagógicas foram descritas no *Relatório* de Rubens Resstel e, ao mesmo tempo, procuraremos problematizá-las, demonstrando seus significados dentro da experiência de renovação educacional pretendida pelos Ginásios Vocacionais.

### **2.3. As atividades pedagógicas descritas no *Relatório* do IPM**

#### **2.3.1. A vigilância**

A leitura de todo o processo que envolve as investigações e a interpretação que Resstel realizou sobre os Ginásios Vocacionais, é possível afirmar que, antes mesmo das denúncias realizadas no ano de 1968, as atividades realizadas no Ginásio de Americana já estavam sendo vigiadas pelas forças armadas. Ainda em 1967, o coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, então Comandante do 5º GCAN de Campinas, visitou o Ginásio Vocacional de Americana-SP.

De acordo com o *Relatório*, em sua Parte IV – *Ensino Vocacional, Tópico 5. Ocorrências no Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII”*, itens a. e b., em 1967, Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná era a diretora do GEVA e Aurea Sigrist a Orientadora Educacional. Assim, segundo o *Relatório*, tendo como base informações provenientes do Relatório nº 37/69 da Comissão Estadual de Investigações, em setembro de 1967, o General Cesar Montagna<sup>202</sup>, comandante AD/2, visitou o GEVA acompanhado do Comandante do 5º GCAN, o coronel Cerqueira Lima.

Sobre essa visita, Cerqueira Lima fez o seguinte relato que consta no Relatório da CEI e ganhou destaque no *Relatório* de Resstel. Ele diz:

Embora ficasse muito impressionado com os métodos de ensino, uma coisa me causou espécie: Entre os livros, que eram aliás, poucos, que iam ser debatidos em uma aula de Atividades Domésticas, constava “Geografia da Fome”, de Josué de Castro. Perguntei à professora encarregada o porquê da existência desse livro, quando para mim, Atividades Domésticas seria assunto que não trata o livro que é um estudo sociológico a respeito das condições de vida do Nordeste. Disse-me a professora que se procurava estudar o ambiente de uma casa do Nordeste e daí a razão da existência do livro para debates.

---

<sup>202</sup> Ao que tudo indica, trata-se do General Cesar Montagna de Souza, veterano da FEB que, quando coronel, participou da invasão do QG da Artilharia da Costa, ao lado do Forte de Copacabana em 1º de abril de 1964, no qual havia militares leais a João Goulart. (GASPARI, 2002<sup>a</sup>, p. 100) AD/2 era um destacamento da 2ª Divisão do Exército localizado na cidade de São Paulo e subordinado ao II Exército.



Posteriormente, na sala de Artes Plásticas, notei que uma menina de uns 12 ou 13 anos, lia para um grupo de jovens da mesma idade, um livro. Tratava-se de “Cristianismo e Socialismo”, da coleção Terra e Paz<sup>203</sup>. O assunto que estava sendo objeto de leitura, era o dilema socialismo-capitalismo. Lembro-me que o capítulo seguinte iniciava com as palavras: “As vantagens do Socialismo”... Pedi informações ao professor sobre o porque daquele assunto estar sendo tratado numa sala de Artes Plásticas. Ele me disse que naquele dia iam abordar o tema “Propaganda”, daí estar sendo discutido aquele assunto. Ponderei que não fazia sentido propaganda, arte-plástica e dilema socialismo-capitalismo. Disse-me ele então que um Ginásio Vocacional não poderia deixar de abordar todas as ideias, viessem elas de onde viessem.

4 – Estranhei o fato e, pouco depois, encontrei na Oficina do Ginásio (a oficina não estava funcionando nesse dia), outro grupo de jovens em torno de uma mesa e lá um menino lia para outro grupo de meninos algo sobre o “mau padrão do sistema capitalista”.

5 – Dias depois, quando fui proferir uma palestra, abordei o problema com dona Cecília Guaraná. Ela disse que realmente não estava a par dos livros indicados, porquanto isso não era distribuição da diretora e sim da Orientadora Educacional, que, ao que me consta, era na época dona Aurea Cândida Sigrist. Dona Cecília ficou de estudar o problema e não voltei ao assunto. (BRASIL, 1970, p. 33-34)

Diante do exposto, um primeiro dado a se esclarecer é que, de acordo com as informações que levantamos, o GEVA mantinha certa relação com o 5º GCAN de Campinas. Esta relação envolvia a realização de palestras dos militares no colégio, convite aos militares para que participassem das festas de formatura do colégio e mesmo o empréstimo de barracas dos militares para as atividades de acampamento e Estudo do Meio realizadas pelos estudantes do GEVA. Assim, as visitas de oficiais do 5º GCAN ao colégio, embora não fossem corriqueiras, eram comuns.

No entanto, a diferença neste momento é o fato que nesta visita, Cerqueira Lima, que havia assumido o comando do 5GCAN em maio de 1967, tratou de vigiar as atividades pedagógicas que ocorriam no colégio, dando destaque a livros e assuntos que achou “impróprios” para determinadas disciplinas. “Condições de vida do Nordeste”, “dilema socialismo-capitalismo” e o “mau padrão do sistema capitalista”, são assuntos que, do ponto de vista de Cerqueira Lima e das forças armadas, seriam problemáticos a serem trabalhados em uma instituição pública de ensino, sendo portanto, vigiados.

Esta posição tomada pelo novo comandante do 5º GCAN foi apresentada na pesquisa de Elisa Nakamura, em conversa com a ex-diretora de Americana, Cecília Guaraná. Ela diz:

---

<sup>203</sup> Trata-se do livro “Socialismo e Cristianismo” de Jean Cardonnel, publicado pela editora Paz e Terra.

No Vocacional, a partir de 1968, as visitas de inspeção tornaram-se momentos tensos: olhavam tudo, questionavam, observavam materiais pedagógicos utilizados, livros, quadros, qualquer elemento que chamasse a atenção seria motivo de assertivas e perguntas investigativas. Segundo Cecília Guaraná, o Coronel do Exército de Campinas visitava, até 1968, o Vocacional de Americana deixando sempre elogios, palavras de admiração e incentivo ao trabalho desenvolvido ali. Com a troca do comandante, essas visitas passam a ter outras finalidades, mudam de tom. Passa-se a visitar os Ginásios para rondar, inspecionar, procurar saber o que se passava. As conversas, segundo Cecília, passaram a ter um caráter inquisitório. Um clima de desconfiança instala-se. (NAKAMURA, 2017, p. 576)

Esta visão de Cerqueira Lima sobre os assuntos debatidos pelos estudantes do colégio, cuja existência dos livros fora atribuída a Aurea Sigrist, tomou conotações mais precisas de seu entendimento da situação quando nas conclusões do Relatório nº 37/69 da CEI foi feita a seguinte observação sobre Aurea e os livros:

b) Faz circular entre os professores textos de natureza subversiva e indica livros do mesmo teor, procurando “massificar” os orientadores<sup>204</sup>.

Além dos textos constantes de fls. 100/103, extrato do livro “Cristianismo, Sociedade e Revolução”, do Padre Charbonneau, coletados por fonte altamente idônea (fls. 78), há, ainda, o relatório de fls. 293/294 (itens 3, 4 e 5), segundo o qual, no colégio em apreço, “um menino lia para outro grupo de meninos algo sobre “ o mau patrão no sistema capitalista”” (fls. 293), e isso porque a filosofia “que deveria ser adotada para o vocacional ... extravasou os limites do ensino para atingir a situação Político Nacional ... fixando-se em técnicas do mais puro marxismo” (fls. 202v).<sup>205</sup>

Como se pode ver, a vigilância sobre as atividades pedagógicas nos Vocacionais, inicialmente, voltou-se sobre a literatura utilizada no Ginásio de Americana-SP, considerada “subversiva”<sup>206</sup> por Cerqueira Lima, então comandante do 5º GCAN. Nesta linha, pode-se supor que sua posição incidiu diretamente nas ações do dia 12 de dezembro de 1969, três dias após as conclusões do Relatório da CEI, pois,

---

<sup>204</sup> Grifo no original.

<sup>205</sup> Processo nº476-STM, Volume IX, página 2621.

<sup>206</sup> O Relatório da CEI apresenta ainda a seguinte afirmação de Cerqueira Lima: “Impressionou a este comando a orientação nitidamente de esquerda dos livros indicados aos alunos (ginasianos). Este fato constou na RPI desta unidade.” Processo nº476-STM, Volume IX, p. 2634.

conforme já destacamos existe uma lista de livros que foram apreendidos na biblioteca do colégio de Americana naquele dia.<sup>207</sup>

Antes de finalizarmos esta seção é interessante pontuar os autores e títulos dos livros que foram objeto de atenção de Cerqueira Lima, em sua preocupação com a “propaganda” “subversiva” que o colégio poderia estar fazendo na mente dos estudantes.

Josué de Castro (1908-1973) foi um médico, geógrafo, cientista social, político e professor da Universidade do Brasil<sup>208</sup>. Em 1963, tornou-se embaixador brasileiro das Nações Unidas em Genebra, porém, com o golpe de 1964, foi destituído do cargo e teve seus direitos políticos suspensos após o primeiro Ato Institucional, ficando impedido de voltar ao país, se estabelecendo em Paris, onde faleceu em 1973.<sup>209</sup>

Sua obra, *Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*, publicada em 1946, se tornou um clássico ao utilizar-se da geografia para mapear e descrever as causas da fome no Brasil, tornando-se uma referência incômoda ao apontar os motivos da fome ainda existir no país, diante do alto desenvolvimento tecnológico do mundo.

Já Jean Cardonnel (1921-2009), foi um padre Dominicano e um dos principais defensores da Teologia da Libertação na França. Em 1958 lecionou teologia no Rio de Janeiro, momento em que passou a conhecer a realidade do país mas, devido a suas ideias críticas à civilização Ocidental, ao capitalismo, sua aproximação com o operariado e críticas à estrutura da Igreja, o episcopado brasileiro exigiu sua partida do país. Em 1967, a editora Paz e Terra publicou *Socialismo e cristianismo*, livro organizado por ele.<sup>210</sup>

Acrescente-se a isso o fato de que Cerqueira Lima, em seu relato, dá destaque ao referido livro como sendo da editora Paz e Terra. De acordo com a pesquisa *Cientistas Sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos*

---

<sup>207</sup> Cabe destacar também que Os Autos do IPM da Educação incorporaram a seu material de investigação cópias datilografadas do livro “Geografia da Fome” de Josué de Castro e do livro “Cristianismo, Sociedade e Revolução” do Padre Paul-Eugène Charbonneau. Provavelmente, trata-se de materiais apreendidos durante as ações do dia 12 de dezembro de 1969 e que eram utilizados pelos professores durante as aulas para estudos e debates. Neste conjunto de textos há também um texto intitulado “Desenvolvimento e Humanismo” de D. Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife. Processo n°476-STM, Volume IV, p. 882 a 898. Segundo Joana Neves: “Os livros didáticos, dos quais havia sempre vários exemplares na Biblioteca de Classe, eram usados como material de pesquisa e não como manuais, como se fazia, e se faz ainda hoje, na escola convencional.” (NEVES, 2010, p. 165, nota 147)

<sup>208</sup> Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>209</sup> Grupo de Pesquisa Josué de Castro. Disponível em: <https://gpjosuedecastro.usuarios.rdc.puc-rio.br/josue-de-castro/>. Acesso em: 22.06.2023

<sup>210</sup> Informações disponíveis em: [https://pt.frwiki.wiki/wiki/Jean\\_Cardonnel](https://pt.frwiki.wiki/wiki/Jean_Cardonnel). E: [http://prolib.net/pierre\\_bailleux/dialogue/205.027.cardonnel.jcb.htm](http://prolib.net/pierre_bailleux/dialogue/205.027.cardonnel.jcb.htm). Acesso em: 22.06.2023.

*Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987)*, de Maicon Vinícius da Silva Carrijo (2013), a editora Paz e Terra foi criada em 1966 e

(..) teve como seus fundadores Ênio Silveira – também proprietário da editora Civilização Brasileira – e o poeta Moacyr Félix, ambos reconhecidamente opositores do regime militar. No projeto inicial, a editora foi concebida com o objetivo de publicar as ideias dos grupos cristãos de esquerda, o que a fez ganhar um público cativo entre os religiosos preocupados com as questões sociais no país. (CARRIJO, 2013, p. 18-19)

Além desta linha editorial, ainda segundo o autor, os títulos publicados pela editora foram muito visados pela ditadura e, deste modo, no acervo do DEOPS/RJ<sup>211</sup>, foi encontrada “(...) uma série de livros da editora com títulos relacionados ao pensamento marxista, à igreja e a autores latino-americanos apreendidos.” (CARRIJO, 2013, p. 59)

A partir destas informações pode-se ver o arcabouço de informações e referências que perpassava a ideia de “subversão” na ótica de Cerqueira Lima, de modo que o fato de ver estudantes lendo as referidas obras fez com que passasse a direcionar seu olhar sobre as atividades pedagógicas dos Vocacionais, o que reforçou as denúncias do ano de 1968. Esta visão foi reiterada pelas investigações da CEI, do DPF/SP e por Rubens Resstel, durante o IPM da Educação.

### **2.3.2. A organização do Serviço de Ensino Vocacional**

No capítulo 1, em nossa breve apresentação sobre a instalação dos Ginásios Vocacionais indicamos que o SEV, enquanto órgão central de coordenação dos diferentes ginásios e seu sistema de ensino, possuía plena autonomia, pois, respondia diretamente à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Essa autonomia burocrática e administrativa visava, em linhas gerais, possibilitar que as experiências pedagógicas do projeto fossem implementadas e experienciadas de modo que seus resultados pudessem ser avaliados ao longo do tempo, constituindo assim as bases para sua implementação na rede estadual de ensino.

---

<sup>211</sup> Segundo o autor este levantamento foi realizado pela obra: PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Nesse sentido, é interessante retomar o Decreto Estadual nº 38.643<sup>212</sup>, de 27 de junho de 1961, que regulamentou sua organização e em seu Artigo 321º estabeleceu que:

**Artigo 321** - Fica criado, diretamente subordinado ao Secretário da Educação, um Serviço de Ensino Vocacional, destinado a:

- 1) - estabelecer planos de ensino e de educação relativos aos Cursos Vocacionais;
- 2) - propor medidas sobre a criação e a instalação de Cursos Vocacionais e cuidar de sua instalação e funcionamento regular;
- 3) - emitir diretrizes técnicas e pedagógicas relativas aos Cursos Vocacionais;
- 4) - cuidar da preparação, da admissão, da orientação e da supervisão de pessoal dos Cursos Vocacionais;
- 5) - propor recursos para aquisição de material permanente e de consumo e propor ainda recursos para cobertura de despesas diversas referentes aos Cursos Vocacionais.
- 6) - efetuar pesquisas, inquéritos e levantamentos sobre Cursos Vocacionais e assuntos correlatos;
- 7) - propor a celebração de acordos e Convênios relativos aos Cursos Vocacionais.

Conforme já apresentamos anteriormente, esta autonomia estabelecida ao SEV pelo decreto acarretará, posteriormente, em constantes embates com os sucessivos Secretários de Educação que assumiram a pasta de São Paulo nos anos posteriores.

Na mesma linha, a organização do SEV também será tema do IPM da Educação, de modo que, Rubens Resstel, iniciará sua análise sobre os Vocacionais com esse assunto, na Parte IV do *Relatório, Ensino Vocacional*, tópico 1. *Organização e Sistema de Ensino*.

Neste tópico, após um curtíssimo histórico sobre a criação do Ensino Vocacional, enquanto “sistema de ensino renovado e experimental” Resstel destaca que:

Tratava-se de um setor de ensino secundário de grande autonomia didática e administrativa, sob direção, quase absoluta da Professora MARIA NILDE MASCELLANI e praticamente fora do controle dos órgãos superiores da Secretaria da educação. A Coordenadora Geral dispunha de amplos poderes abrangendo a organização, orientação e modificação na metodologia do ensino ali ministrado, contratação e dispensa do pessoal docente e auxiliar e também na gestão administrativa. MARIA NILDE MASCELLANI ali exercia incontestável liderança, que lhe eram conferidas pela organização e

---

<sup>212</sup> O referido Decreto está disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1961/decreto-38643-27.06.1961.html>. Acesso em: 03.03.2023.

natureza do sistema e por suas qualidades pessoais. Ativa e vigilante, enfeixava em suas mãos todo o poder de decisão no sistema. (...) O sistema didático-administrativo tinha características próprias, de natureza centralizado e uniforme. (BRASIL, 1970, p. 16)

Não deixa de ser sintomático que a leitura de Rubens Resstel praticamente ignore o decreto estadual mencionado anteriormente, quanto à organização, orientação, sistema de ensino, metodologia e sistema didático-administrativo com características próprias e uniforme. Diante disso, é relevante acrescentar mais um dado. As análises desenvolvidas por Resstel tomam como referência informações produzidas pelo próprio Governo do Estado de São Paulo, mais precisamente, por uma Comissão de Correição Administrativa.

Instalado ainda durante a gestão do Secretário da Educação Ulhôa Cintra, após o afastamento de Maria Nilde Mascellani, esta comissão finalizou dois Relatórios em 19 de junho de 1970, um sobre irregularidades no “Serviço de Ensino Vocacional”<sup>213</sup> e um sobre “Irregularidades no GEVOA”<sup>214</sup>. Ambos os Relatórios foram encaminhados ao presidente da Corregedoria do Estado de São Paulo (CAE), Rubens Catelli que, em 30 de junho de 1970, emitiu seu parecer sobre a situação e o encaminhou ao Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo<sup>215</sup>, sendo posteriormente incorporados às investigações do IPM da Educação.<sup>216</sup>

Embora os pareceres da Comissão de Correição Administrativa sejam utilizados por Resstel, neste momento, para imputar à organização do SEV como praticamente “fora do controle dos órgãos superiores” da SEE e com direção “quase absoluta” de Maria Nilde Mascellani, suas conclusões serviram também para que o encarregado do IPM da Educação abordasse a acusação de “corrupção” atribuída aos Vocacionais. Assunto esse abordado pelo *Relatório* do IPM na *Parte IV – Ensino Vocacional*, tópico 6. *Ilícitos Administrativos*.

---

<sup>213</sup> Processo nº476-STM, Volume VIII, p. 2219-2243.

<sup>214</sup> Processo nº476-STM, Volume VIII, p. 2244-2262.

<sup>215</sup> Processo nº476-STM, Volume VIII, p. 2212-2218.

<sup>216</sup> Vale acrescentar que, em 6 de maio de 1970, a Coordenaria do Ensino Básico e Normal da SEE, através da sua Divisão de Estudos Pedagógicos, emitiu o Ofício nº 113/70-DEP, assinado por sua Diretora, Therezinha Fram, onde em um relatório de 9 páginas, procurou levantar as “principais irregularidades (administrativas, pedagógicas e outras) encontradas” no SEV com “providências tomadas para sua correção”, tendo como base as conclusões da CEI. Este relatório de Therezinha Fram foi realizado a pedido do Secretário de Justiça de São Paulo, Hely Lopes Meirelles que, com o afastamento de Ulhôa Cintra, por conta da abertura do IPM da Educação, assumiu também a pasta da SEE. Processo nº 476-STM, Volume IX, p. 2874-2882. Em 28 de julho de 1970, o professor Paulo Ernesto Tolle assumiu a pasta da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. (BRASIL, 1970, p. 8)

Antes de avançarmos, é bom lembrar mais uma vez o tema da “corrupção” para aqueles que deram o golpe em 1964. Nas palavras de Carlos Fico:

A velha noção de “crise moral” foi um dos motes utilizados pelos golpistas de 64 para justificar sua ação. Juntamente com o combate à “subversão” e ao comunismo, “acabar com a corrupção” era uma das bandeiras da época. Acordes com o discurso ético-moral, que já analisei em outra ocasião, identificavam os políticos como venais, preconceito que decorria de outro, mais abrangente: o julgamento dos civis como incapazes de gerir a coisa pública. “Traços característicos do brasileiro”, segundo alguns militares, como a “tendência à improvisação em detrimento do planejamento” e o “tradicional sentimentalismo do povo”, comporiam um organismo social permeável às práticas de favorecimento pessoal, administração informal etc. (FICO, 2001, p. 149)

Feito esse parêntese no tópico sobre “ilícitos administrativos”, Resstel reforça mais uma vez que a “ampla autonomia” dos Vocacionais fora do controle da SEE, propiciou “a ocorrência de irregularidades e atos ilícitos em sua administração”. Deste modo, a “excessiva centralização” de Maria Nilde “deve ter contribuído para que resultasse uma administração eivada de falhas”. (BRASIL, 1970, p. 39)

Segundo o *Relatório* de Resstel, no decorrer do Inquérito Policial Militar, “surgiram indícios de ilícitos administrativos” no SEV e havia o “informe de que documentos do SEV tinham sido levados por Manoel de Oliveira Maia Coordenador do Setor Administrativo” para a firma RENOVA de Maria Nilde Mascellani. (BRASIL, 1970, p. 40) Deste modo, não é à toa que uma das primeiras ações repressivas de Resstel à frente do Inquérito foi emitir mandados de busca e apreensão para firma RENOVA, cumprido no dia 14 de maio de 1970.

Assim, segundo a Corregedoria Administrativa do Estado, “constatou efetivamente a existência de sérias irregularidades administrativas naquele setor de ensino”. (BRASIL, 1970, p. 40) Deste modo, para não nos alongarmos mais sobre essa questão, segundo o *Relatório*, segundo estratos bancários apreendidos durante as diligências do II Exército na firma RENOVA, haveria “manipulação de verbas e de recursos recebidos da Associação de Pais e Mestres”, no ano de 1969, por parte de Manoel de Oliveira Maia, Maria Nilde Mascellani e Norma Maykot, auxiliar de contabilidade do SEV. Porém, ainda segundo o próprio *Relatório*, esta documentação havia sido remetida à SEE, “onde está em atividade uma comissão Processante”. (BRASIL, 1970, p. 41)

Embora a “prova” de “corrupção” atribuída ainda não tivesse sido devidamente apurada, Resstel não deixou de, em suas conclusões, ampliar o arcabouço de acusações, principalmente à Maria Nilde, como forma de atribuir ao caso investigado um discurso “ético-moral”, sendo os civis “incapazes” de gerir a administração pública, de “ampla autonomia” como os Vocacionais.<sup>217</sup>

Para finalizar esse assunto, impressiona, no caso das análises sobre os Ginásios Vocacionais no IPM, o número de “colaboradores” nas avaliações realizadas, pois, se inicialmente, trabalhamos com as leituras sobre suas atividades realizadas por Cerqueira enquanto comandante do 5º GCAN, no decorrer do processo, vimos as interpretações da CEI, do DPF/SP, posteriormente, da própria SEE e, finalmente, da Corregedoria Administrativa do Estado.<sup>218</sup>

### **2.3.3. O Sistema de Ensino dos Ginásios Vocacionais**

No capítulo 1, procuramos apresentar alguns aspectos gerais do sistema de ensino desenvolvido pelos Ginásios Vocacionais de modo a situá-lo dentro do contexto das transformações da educação brasileira. Assim, um importante material para compreendermos seus objetivos é o documento intitulado *Regimento Interno dos Ginásios Estaduais Vocacionais*, elaborado em 1964 e republicado em setembro de 1966, onde foram estabelecidas as diretrizes gerais dos Vocacionais.

A apresentação de alguns pontos contidos neste documento se faz necessária por dois motivos. O primeiro deles é que o material apresenta sua forma de organização, descreve seus objetivos e os fundamentos de suas práticas pedagógicas. O segundo, diz respeito ao fato de que se inicialmente esses aspectos pedagógicos geraram interesse tanto da população quanto de políticos na implantação de Ginásios Vocacionais em outras cidades do Estado de São Paulo, com o passar do tempo, seu conteúdo foi utilizado enquanto elementos que “justificaram” a perseguição exercida pelos órgãos repressivos.<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> Embora não tenhamos conseguido aprofundar as análises sobre esse ponto, ao que parece, a comissão processante da SEE não provou as acusações contra MNM. É o que indica também o Relatório de Defesa apresentado por Maria Nilde e seu advogado no ano de 1971. Agradeço ao professor Daniel Chiozzini pelo fornecimento do material.

<sup>218</sup> Uma das acusações feitas aos Ginásios Vocacionais no período e que também foi tratada por Resstel em seu *Relatório*, era que os Vocacionais eram muito caros, quando comparados a outros colégios da rede estadual de ensino. (BRASIL, 1970, p. 17)

<sup>219</sup> Uma cópia do *Regimento Interno* foi incorporada aos Autos do IPM da Educação, mais precisamente no Volume IX.



Para nossos propósitos, destaquemos alguns trechos do Artigo 2º do *Regimento* onde são apresentados, em trinta e dois incisos, os objetivos e sua ideia de formação integradora do jovem à sociedade.

Art. 2º. – Os objetivos gerais do Ginásio Vocacional categorizar-se-ão como objetivos de conhecimento e objetivos comportamentais, tendo em vista o desenvolvimento pleno da personalidade do adolescente e a responsabilidade de avaliação do experimento.

§ único – Serão seus objetivos:

1. dar cultura humanística e técnica, desenvolvendo aptidões e proporcionando orientação vocacional e profissional;
4. preparar o adolescente para bons ajustamentos **pessoais e sociais**, diante das necessidades imediatas de trabalho;
5. desenvolver capacidades, segundo os mais variados campos da realização humana;
7. atender, através de princípios de reformulação de curriculum, às condições de mudança sócio-cultural;
10. promover a integração social do jovem no meio em que vive;
20. levar à compreensão das diferentes organizações sociais de acordo com os diferentes meios físicos;
22. formar a base de educação de líderes, capazes de promover, no futuro, a adequação do país às condições de desenvolvimento econômico, social, político, científico e cultural;
23. propiciar aos adolescentes o suficiente treino de independência pessoal diante das novas exigências da vida;
24. formar o cidadão democrata, consciente e responsável;
25. desenvolver a capacidade de perceber integralmente os fatos físicos, sociais, políticos, artísticos no contexto social.
26. desenvolver a capacidade de refletir objetivamente sobre os fenômenos sociais;
27. desenvolver a consciência da mudança social;
28. formar a consciência histórica, levando à compreensão do fenômeno histórico e humano;
29. levar o adolescente a atenuar os preconceitos e a agressividade nos processos de solução de problemas intergrupais;
30. levar à compreensão dos deveres de cidadão para com a comunidade próxima de maneira a atingir a compreensão universal;
31. formar a consciência de ação sobre o meio, no sentido de descobri-lo e modificá-lo;
32. atender às aspirações da comunidade no tocante à educação dos adolescentes, promovendo paralelamente o processo de ascensão dos objetivos da própria comunidade.
33. levar alunos, professores, pais e demais membros da comunidade à compreensão de que a escola deverá ser o centro:
  - a) – onde se reúnam todos os esforços das famílias que moram ao seu redor e cujos filhos a frequentam;
  - b) – onde se faça o processo de integração de grupos através da ação dos educadores, pais e dos próprios alunos;

c) – para onde convirjam a realização de outros grupos ou instituições e de onde partam os resultados dessa conversão; (COORDENADORIA DO SEV, 1966, p. 3-6)<sup>220</sup> (*grifos no original*)

Apresentando uma concepção ampla de educação para a formação do jovem, para além da mera aquisição de conhecimentos, os objetivos destacados evidenciam uma preocupação na formação de indivíduos integrados à sociedade e conscientes de sua capacidade de transformá-la (seja para o trabalho ou mudanças sociais, externos ao processo educativo). Esses objetivos eram expressados diretamente no curriculum dos Vocacionais, especificados na Parte XIII do *Regimento*, dos quais destacamos os seguintes artigos:

Art. 100° - Todo o conteúdo curricular se orientará por um tema central escolhido de forma a atender à necessidade de compreensão dos problemas universais, o que no Ginásio Vocacional se definirá como sendo o “Core curriculum”.

Art. 101° - Serão denominadas áreas do curriculum aos conjuntos específicos de aquisição de conhecimentos, de formação de atitudes, processo de liderança educativa, processo de integração da escola na comunidade, que formarão, integrados, o conteúdo curricular.

Art. 102° - Sendo o Ginásio Vocacional um laboratório de experimentação pedagógica, o curriculum deverá ser reformulado conforme as necessidades da educação e à exigência do mundo social.

Art. 103° - A flexibilidade de planejamento de curriculum será a principal característica do Ginásio Vocacional.

§ único – Para fins de planejamento de curriculum serão realizadas pesquisas que possibilitem o conhecimento das condições socioculturais da clientela em potencial e das condições socioeconômicas da comunidade.

Art. 106° - O planejamento de curriculum envolverá a análise dos padrões sociais da comunidade e das alterações que estes venham a sofrer.

Art. 107 – No planejamento de curriculum, levar-se-ão também em consideração as alterações que os problemas nacionais e internacionais possam determinar no processo social. (COORDENADORIA DO SEV, 1966, p. 40-41)

Diante desses aspectos apresentados no *Regimento*, Rubens Resstel procurou traçar suas considerações sobre o Ensino Vocacional na parte II, *Considerações Preliminares*, Tópico 5, *Consequências Administrativas*, item 6., do *Relatório*, onde afirmou:

---

<sup>220</sup> Na cópia do *Regimento* incorporado ao IPM da Educação, os incisos 22, 25, 26, 27, 31 e 33, aparecem com um X em vermelho na margem direita, o que indica uma “preocupação” dos órgãos repressivos com estas temáticas.

Na parte referente ao Ensino Vocacional, afim de se ter uma melhor compreensão do seu sistema de ensino, sua validade como sistema educacional e também a possibilidade de se prestar à instilação de ideologias esquerdizantes e à impregnação das mentes dos alunos para um pré-condicionamento à doutrinação da filosofia marxista, foi solicitada a colaboração dos abalizados professores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Professor LAERTE RAMOS DE CARVALHO, ex-reitor da Universidade de Brasília, ex-Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais e membro do Conselho Estadual de Educação;

Professora AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO, membro do Conselho Estadual de Educação. (BRASIL, 1970, p. 13-14)

Nesta passagem Rubens Resstel deixa clara sua intenção em saber se o sistema de ensino realizado pelos Vocacionais poderia “instilar” nos estudantes “ideologias esquerdizantes” e a “doutrinação marxista”. Porém, neste caso, não se limitou apenas às observações que já haviam sido realizadas por Cerqueira Lima em seus informes de 1969, quando ainda estava à frente do 5º GCAN, ou das investigações realizadas pela CEI, de modo que solicitou a colaboração dos “abalizados” professores Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano.

Sobre esses dois “colaboradores” é importante destacar que Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972), foi membro do Conselho Estadual de Educação, em 1961 foi nomeado diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo e, em 1965, foi nomeado reitor da Universidade de Brasília (UnB), cargo que ocupou até 1967. Em 1968 foi membro da Equipe de Planejamento do Ensino Superior (MEC-USAID) e, em 1969, tornou-se o primeiro diretor da recém criada Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.<sup>221</sup>

Vale a pena pontuar que foi durante a gestão de Laerte Ramos de Carvalho à frente da reitoria da UnB que se deu a segunda invasão à universidade pelas forças policiais do aparato repressivo. De acordo com Maria de Lourdes Monaco Janotti:

A segunda invasão<sup>222</sup> foi durante a gestão do reitor Laerte Ramos de Carvalho (set. 1965-nov. 1967), professor do Departamento de

---

<sup>221</sup> De acordo com as informações disponíveis em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carvalho-laerte-ramos-de>. Acesso em: 20.06.2023. Para uma história da vida e pensamento de Laerte ver: PILETI, Nelson: *Laerte Ramos de Carvalho: a formação e os estudos histórico-filosóficos*. R. Fac. Educ., São Paulo 14 (2): 235-258, jul/dez. 1988.

<sup>222</sup> A primeira invasão dos órgãos repressivos a UnB havia sido em 9 de Abril de 1964, durante a reitoria do professor Anísio Teixeira, que foi exonerado do cargo. (JANOTTI, 2021, p. 14)

Educação da FFCL responsável pelo CA<sup>223</sup>. Tropas chegaram na madrugada do dia 11 de outubro e cercaram novamente as entradas do campus. Professores e alunos estavam em greve pela ameaça de demissão de professores, o reitor solicitou o envio de tropas militares ao campus com a justificativa, de que a greve era uma falta grave e pichações revelavam ameaças de depredação aos prédios. Uma semana depois, 15 professores foram expulsos. A reação foi imediata: 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se em seguida (Salmeron,1999). (JANOTTI, 2021, p. 15)

Já Amélia Americano Domingues de Castro (1920-2020), também foi membro do Conselho Estadual de Educação (1967-1974), entre 1941 e 1961 foi professora da disciplina de Didática Geral e Especial de Geografia e História da então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1961 foi diretora do Colégio de Aplicação e dirigiu o Serviço de Orientação Pedagógica que nele funcionava e, em 1966, contribuiu para instalação do primeiro “Curso de Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Médio” da Universidade de São Paulo.<sup>224</sup>

Por conta desta vasta experiência na rede estadual de ensino e por suas pesquisas nas áreas de educação e, por que não, no caso de Laerte, por sua “experiência” em solicitar o envio de forças militares para reprimir o movimento estudantil, Resstel solicitou a colaboração de ambos para a realização de análises e melhor compreender o sistema de ensino dos Ginásios Vocacionais.

Em 3 de julho de 1970 Rubens Resstel, emitiu um “Despacho” do Quartel General do II Exército nomeando os professores Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano Domingues de Castro para exame da documentação proveniente dos Ginásios Vocacionais, com o “Termo de Compromisso” assinado pelos professores na mesma data.<sup>225</sup>

Assim, de acordo com o *Relatório*, aos dois professores foram pedidos estudos a serem realizados sobre:

- Estudos sobre o Sistema do Ensino Vocacional;
- Estudos sobre Exame da Matéria de Estudos Sociais das 3ª e 4ª séries do Ginásio Estadual Vocacional “Embaixador Macedo Soares” de Barretos-SP;
- Estudos sobre o sistema de Autoavaliação e Estudo do Meio, que “constituem um dos principais temas de acusação ao Ensino

---

<sup>223</sup> Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo.

<sup>224</sup> De acordo com as informações disponíveis em: <https://sites.usp.br/niephe/mulher-inovadoras/amelia-americano-franco-domingues-de-castro/>. Acesso em: 20.06.2023.

<sup>225</sup> Processo STM n° 4766, Volume IV, p. 968 e 972.

Vocacional, tidos como instrumentos de doutrinação e massificação”.  
(BRASIL, 1970, p. 14)

Como forma de dar conta desses diferentes focos de “estudos” realizados pelos professores, trataremos seus assuntos em separado. Assim, comecemos com as análises realizadas sobre o “Sistema do Ensino Vocacional” que ficou na responsabilidade apenas do professor Laerte Ramos.

Para a análise do sistema de ensino proposto pelos Ginásios Vocacionais Resstel forneceu a Laerte o impresso *Planos Pedagógicos e Administrativos dos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo*.

Antes de avançarmos, convém uma breve explicação da própria Maria Nilde Mascellani, em sua tese de doutorado, sobre este material produzido pelos Vocacionais:

O texto, de autoria da equipe pedagógica do Ensino Vocacional, está contido numa publicação de circulação restrita, os Planos Pedagógicos e Administrativos do Ensino Público Vocacional do Estado de São Paulo, documento que será citado ainda outras vezes neste estudo sob a sigla “PPA”. Além da minha contribuição como Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, participaram da redação as educadoras Maria da Glória Pimentel, Tiana Guimarães e Yara Boulos. O texto é de 1967 não traz os nomes dos autores por motivos de segurança, em meio ao clima de repressão política do período. Ele explicita, no entanto, algumas das bases teórico-filosóficas que nortearam a proposta pedagógica desenvolvida na rede pública estadual de São Paulo de 1961 a 1969 sob o nome de Ensino Vocacional, indicando ao mesmo tempo o contexto político em que a experiência surge e que deveria forçar o seu encerramento. Serve, pois, como uma boa introdução à tarefa arqueológica de reconstituição do que foi essa experiência, (...). (MASCELLANI, 2010, p. 72)

Como se pode ver, segundo o relato de Mascellani, na produção do material houve uma preocupação em não se colocar os nomes dos autores, por motivo de segurança, devido à vigilância exercida pelo aparato repressivo do período e, ao mesmo tempo explicita algumas bases teóricas e filosóficas da experiência do Ensino Vocacional. Além disso, é importante destacar que, segundo Maria Nilde Mascellani, em texto produzido em 1988, citado na tese de Daniel Chiozzini (2010), os Planos Pedagógicos Administrativos:

É preciso que todos saibam que o conteúdo e a redação dos referidos “Planos...” foram pensados e expressos de modo a não “entregar” trabalhos e pessoas nem à Administração do Estado (Secretarias, CEE) nem a órgãos de segurança que à altura de 1968 já ameaçavam

abertamente o Ensino Vocacional. Trata-se, portanto, de um documento montado com segundas intenções. De sua leitura, facilmente se depreende a ênfase às técnicas pedagógicas, ao trabalho de planejamento em detrimento da respectiva fundamentação teórica, dos propósitos e da proposta do Ensino Vocacional. (MASCELLANI, 1988, p. 84-95<sup>226</sup>, *apud*, CHIOZZINI, 2010, p. 172)

Conforme apontou o próprio Daniel Chiozzini (2010, p. 173), se o propósito de Mascellani foi manter sigilo dos autores do texto e dar ênfase às “técnicas pedagógicas, ao trabalho de planejamento” em detrimento da “fundamentação teórica” e “propósitos”, o objetivo falhou e este Plano Pedagógico foi objeto de longa análise dos órgãos repressivos e seus “colaboradores” para avaliar se poderiam instigar “ideologias esquerdizantes” e mesmo “doutrinação da filosofia marxista”.<sup>227</sup>

Nesse sentido, Resstel procurou destacar no *Relatório* “alguns tópicos da parte introdutória da citada publicação” e que “definem as linhas básicas de sua orientação filosófica.” (BRASIL, 1970, p. 17):

Mais do que a unidade administrativa das experiências, parece-nos que a caracterização das mesmas como sistema se prende à unidade das proposições filosófico-pedagógicas. Os Ginásios Estaduais Vocacionais vivem uma filosofia básica de educação que anima toda a sua metodologia. Os pontos principais desta filosofia procuram responder às necessidades da realidade brasileira e paulista neste momento histórico. Há, entretanto, um modo próprio de explicitar tal filosofia, modo esse determinado pelas realidades culturais específicas de cada comunidade. (fls. 399)

Como um ser situado, o Homem é condicionado pela cultura. No entanto, no seio da sua cultura, ele existe com possibilidades de criticar e transcender os próprios condicionamentos. É o processo de libertação fundamentado na intencionalidade das ações humanas. O homem é livre em cada uma das suas opções, para superar o determinismo da Natureza e criar novas formas existenciais. Ele é capaz e deve encontrar sua forma original de ser e fazer e, fazendo, ele se faz. (fls. 402)

“A Educação vem como um processo pelo qual todas as potencialidades são atualizadas numa linha de conscientização de si e da realidade. Ela vai proporcionar ao Homem uma visão de suas próprias exigências, do momento histórico em que vive, e comprometê-lo a ponto de responsabilizá-lo por todo o processo,

---

<sup>226</sup> MASCELLANI, Maria Nilde. *O Sistema Público de Ensino no Ensino Vocacional de São Paulo*. Revista Ideias – a educação pública no Brasil e na América Latina: repensando sua história a partir de 1930. São Paulo: FDE, no. 1, 1988, p.84-95.

<sup>227</sup> Daniel Chiozzini (2010, p. 173-174) destaca também que por um certo período, Maria Nilde criticou as análises feitas sobre os Vocacionais que tomaram como base apenas esses Planos Pedagógicos. Mas que parece ter mudado de ideia em sua tese de doutorado. A análise destas questões escapa aos limites deste trabalho.

levando-o conseqüentemente a agir. (fls. 402v)” (BRASIL, 1970, p. 17-18)

Interessante notar que Resstel procurou extrair do documento trechos que abordam sua filosofia de ensino como forma de “responder às necessidades da realidade brasileira e paulista neste momento histórico”, de sua abordagem sobre o homem e suas “possibilidades de criticar e transcender os próprios condicionamentos” e capacidade de visualizar o “momento histórico em que vive, e comprometê-lo a ponto de responsabilizá-lo por todo o processo, levando-o conseqüentemente a agir”.

Nesse sentido, ainda de acordo com o *Relatório* de Resstel:

Como orientação, foram formulados ao professor Laerte os seguintes quesitos:

- a. Análise do sistema do ensino ministrado nas unidades pedagógicas:
  - 1) Objetivos propostos
  - 2) Fundamentação
  - 3) Motivações
  - 4) Linha do ensino e resultados
- b. Acha que o sistema adotado insere-se num contexto de ensino falso?
- c. O sistema desenvolvido poderia exercer influência subliminar nos alunos, visando a efeitos futuros? Caso afirmativo, quais poderiam ser esses efeitos? (BRASIL, 1970, p. 19)

Para responder a estas questões de “orientação” realizadas por Resstel, Laerte Ramos elaborou um documento intitulado “Estudo sobre o Sistema do Ensino Vocacional” onde em 12 páginas procura traçar suas análises sobre o material e responder às perguntas formuladas pelo coronel, que foi entregue ao encarregado do IPM da Educação no dia 8 de setembro de 1970,<sup>228</sup> às vésperas da conclusão do *Relatório*.

Desse estudo de Laerte, Resstel destacou as seguintes passagens no *Relatório*:

É uma doutrina de generalização apressada que conduz inevitavelmente a contradições insuperáveis ...alguns desses pontos fazem-nos lembrar de certas proposições fenomenológicas e existencialistas. Mas é uma fenomenologia existencialista de segunda mão inspirada nas ideias vagas do Pedagogismo demagógico de Paulo Freire.

A ideia do homem como agente transformador da natureza é destas verdades que já passaram para o patrimônio como de nossa cultura.

---

<sup>228</sup> Processo nº476-STM, Volume VIII, p. 2193 a 2204.

Paulo Freire dela se utiliza para caracterizar a diferença existente entre Natureza e cultura e para mostrar ao adulto analfabeto as forças latentes, adormecidas que o processo de alfabetização, ou melhor, a conscientização poderá despertar. Ninguém deve duvidar, depois das experiências realizadas no Nordeste em 1962 e 1963, que este processo pode ser canalizado no sentido de luta social. Mas ao colocar a mesma fundamentação de ordem doutrinária nos Planos pedagógicos de escolas médias os responsáveis pelo Serviço do Ensino Vocacional fizeram uma extrapolação indevida e perigosa. O adolescente não é um adulto. E considerá-lo com tal é uma maneira de dar-lhe uma falsa noção de suas possibilidades; mais ainda, é praticar uma monstruosa heresia pedagógica. Relega-se assim para um plano secundário uma das conquistas mais relevantes do pensamento pedagógico moderno e contemporâneo. Volta-se a conceituar, contrariamente ao que ensinavam Locke e Rousseau, a criança como adulto miniatura.

“Nesta linha de consideração os ginásios vocacionais foram falsos (no sentido de: deslocados das condições legais) e prematuros na sua apressada generalização”.

“No caso do sistema vocacional o que a leitura de vários documentos revela é a intenção clara de socializar, de engajar, de estimular a participação e a integração do estudante do ‘sistema’, sistema aliás que não está bem definido. Somente o conhecimento da atuação de todos os agentes do ‘sistema’ (diretores orientadores professores, etc.) poderia eliminar as dúvidas que se nos apresentam ao pensar sobre o problema proposto.” (BRASIL, 1970, p. 19-20)

Não se trata aqui de realizar uma análise pormenorizada das propostas pedagógicas expressas nos Planos Pedagógicos dos Vocacionais e contrapô-los à leitura de Laerte. Mas não deixa de ser curioso o fato de Laerte definir o sistema de ensino dos Vocacionais como uma “doutrina” que do ponto de vista educacional faria uma “generalização apressada”, pelo fato de tratar com seus estudantes temas que eles não estariam preparados para compreender gerando, segundo sua leitura, “contradições insuperáveis”. Na mesma linha, compara-o ao projeto de alfabetização de adultos empregado por Paulo Freire no nordeste do Brasil, que havia sido cassado nos primeiros meses após o golpe de 1964, Laerte, seguindo a leitura adotada pelos militares, chama a atenção sobre a possibilidade de ser “canalizado no sentido de luta social”. Respondendo a questão proposta por Resstel, Laerte considera os Vocacionais como um ensino “falso”, enquanto “prematuros na sua apressada generalização”.

Na mesma linha, assim como Resstel, Laerte “ignorou” ou desconsiderou, a legislação de criação dos Ginásios Vocacionais mencionada anteriormente, ao afirmar que seu ensino era “falso” no sentido de serem “deslocados das condições legais”.

Finalmente, como resposta à principal pergunta que interessa a Resstel: O sistema desenvolvido poderia exercer influência subliminar nos alunos, visando a



efeitos futuro? Laerte responde: “o que a leitura de vários documentos revela é a intenção clara de socializar, de engajar, de estimular a participação do estudante do ‘sistema’.”

Do nosso ponto de vista, os termos “socializar” e “engajar” são utilizados por Laerte no sentido de alinhar sua análise à visão de “subversão” expressa na legislação criada pela ditadura, enquanto possibilidade de gerarem desordem política e social e assim, a possibilidade de serem canalizados na “luta social”.

Esse alinhamento de Laerte fica mais evidente no último parágrafo de seu relatório de “estudos” sobre o sistema de ensino dos Vocacionais que não foi citado por Resstel em seu *Relatório*, mas recebeu marcações com um “X” em vermelho em sua margem direita. Para melhor exemplificar apresentamos abaixo o referido parágrafo, enquanto extrato do referido documento de Laerte, que acompanha sua assinatura:

Como professor universitário tenho em várias oportu- X  
nidades registrado o seguinte fato: o engajamento es X  
tudentil em facções subversivas nem sempre é o resul X  
tado de trabalhos realizados dentro da universidade. X  
De vários colegas já ouvi afirmações como esta: "O X  
estudante já entra na universidade politizado", pen- X  
so que este registro vale como resposta a última per X  
gunta.

São Paulo, 8 de setembro de 1.970

Laerte R. n. Carvalho  
LAERTE RAMOS DE CARVALHO

Figura 1 – Extrato do Estudo de Laerte Ramos sobre o SEV<sup>229</sup>

No referido trecho Laerte vai além do sistema de ensino dos Vocacionais sugerindo que os estudantes já chegavam “politizados” à universidade e, deste modo, o aparato repressivo deveria voltar também seu olhar para as práticas realizadas nas

<sup>229</sup> Processo n°476-STM, Volume VIII, p. 2204.

escolas secundárias de modo a evitar a propagação de ideias “subversivas”, sendo assim um problema para a ordem política e social do país.

Esta visão e interpretação coincidirá com a interpretação de Resstel ao concluir seu *Relatório*, quando escreveu seu texto *Infiltração comunista nos meios educacionais*, reforçando assim a ideia de que, segundo a crença dos militares os comunistas haviam deixado o operariado em segundo plano e “passaram a concentrar-se nos meio estudantis”. (MOTTA, 2008, p. 54)

#### **2.3.4. Estudos Sociais de Barretos na mira do aparato repressivo**

Conforme indicamos no capítulo 1, a disciplina de Estudos Sociais tinha um papel importante nos Ginásios Vocacionais. De acordo com o *Regimento*:

Art. 123º A área de Estudos Sociais terá a finalidade de dar ao conceito de cultura no sentido sociológico e antropológico, em conteúdos da Geografia e da História tanto Geral como do Brasil.

§ único – Na elaboração desses conteúdos será levado em consideração o tema central ou “Core curriculum”, ressaltando, porém, os problemas ligados ao desenvolvimento econômico-social do Brasil. (COORDENADORIA DO SEV, 1966, p. 44)

Segundo Joana Neves, ex-professora de Estudos Sociais dos Ginásios de Barretos e da capital,

(...) a Área de Estudos Sociais que era a área núcleo do currículo porque tinha a atribuição de estabelecer, em cada série, os quatro temas que seriam estudados nos bimestres em que se dividia o ano letivo.

Os temas escolhidos eram, obviamente, atinentes ao círculo curricular correspondente, mas todos eles resultavam de um olhar local, completando-se, desse modo, a relação entre o currículo escolar e a comunidade. (NEVES, 2010, p. 132)

E acrescenta:

Estudos Sociais era, a rigor, a única área formal do corpo docente, comportando o trabalho conjunto de dois professores de matérias escolares específicas: um para a História e outro para a Geografia. Era, também, a área núcleo do sistema, a partir da qual todo o planejamento pedagógico era feito, na medida em que instituía o core curriculum. (NEVES, 2010, p. 136)

Diante desta importância da área de Estudos Sociais, não por acaso, essa disciplina será também tema de análise do *Relatório* de Resstel, cujos conteúdos trabalhados, mais precisamente no Ginásio de Barretos, poderiam, na visão construída pela repressão, instigar os estudantes a contestarem a ordem e o governo estabelecido.

Este tema é apresentado pelo *Relatório* em sua parte *IV- Ensino Vocacional*, tópico 1. *Organização e Sistema*, item, *c.*, onde foi solicitado à professora Amélia Americano Domingues de Castro para que cooperasse com Laerte Ramos de Carvalho para “uma análise da valoração pedagógica dos documentos inseridos no Processo n° 13.185” da SEE, em relação à matéria de Estudos Sociais das 3ª e 4ª Séries do Ginásio Estadual Vocacional “Embaixador Macedo Soares” da cidade de Barretos, presentes no Apenso n° 2, Volume I, dos Autos do IPM da Educação. (BRASIL, 1970, p. 20)

Antes de apresentarmos o destaque dado por Resstel à matéria de Estudos Sociais, tendo como base as análises de Amélia e Laerte, convém uma breve explicação sobre o Processo n° 13.185 da SEE.

Em 1970 o Ginásio de Barretos foi alvo de uma sindicância instaurada pela SEE. Esta sindicância foi instaurada a partir do Ofício n° 109/70-DEOP, de 8 de abril de 1970, às vésperas da instauração do IPM da Educação, emitido por Alcides Cintra Bueno Filho, Delegado titular de Ordem Política do DEOPS/SP, e endereçada ao então Secretário da Educação de São Paulo, Ulhôa Cintra. Este ofício tinha como objetivo “levar a conhecimento” do Secretário da Educação que a professora Maria Debora Vendramini, do Ginásio de Barretos, “propôs e foi aprovado pelos professores” o seguinte curriculum para a matéria de Estudos sociais das 3ª e 4ª séries do curso Ginasial:

- a) Pílula anticoncepcional
- b) Socialismo
- c) Erotismo na Arte
- d) Classes dominantes nos países subdesenvolvidos
- e) Rússia e USA

Isto posto, solicito a V. Excia, que se digne determinar a instauração de sindicância para a devida apuração dos fatos uma vez que causou naquela cidade a mais dolorosa repercussão.

Após a apreciação da Pasta, no procedimento administrativo, peço a V. Excia., a fineza de enviá-lo à esta Delegacia Especializada de Ordem Política, para providências que se fizerem necessárias.<sup>230</sup>

---

<sup>230</sup> Processo n°476-STM, Apenso n° 2, Volume I, p. 2.

Assim, a partir deste ofício, em 16 de abril de 1970, às vésperas de deixar a SEE, Ulhôa Cintra, em caráter de urgência, encaminhou ao Diretor da Divisão Regional de Educação de Ribeirão Preto, autorização para abertura da Sindicância “por ordem do DOPS” contra Maria Debora Vendramini, dando início ao Processo n° n° 13.185/70 da SEE.<sup>231</sup>

Como se pode ver, esta sindicância contra o Ginásio de Barretos foi instaurada a partir de uma interferência direta do DEOPS/SP junto à SEE, tendo como fundamento os conteúdos ministrados na disciplina de Estudos Sociais, que causou “dolorosa repercussão” na cidade. Desses conteúdos, alguns versam sobre temas, digamos, politicamente mais sensíveis para os militares como “Socialismo”, “Classes dominantes nos países desenvolvidos” e “Rússia e USA”, dentro do contexto da Guerra Fria. Outros, como “Pílula Anticoncepcional” e “Erotismo na Arte”, trazem à tona outra temática objeto de preocupação dos militares quando o assunto era estudantes e professores no período.

Segundo Carlos Fico,

(...) a comunidade de informações via nas transformações comportamentais típicas dos anos 1960/1970 – referidas à sexualidade e às drogas, por exemplo – a confirmação do que supunha ser uma intenção de degeneração de supostos valores morais, facilitadora da subversão (...). (FICO, 2001, p. 187)

Diante desse quadro, esta sindicância coletou depoimentos dos funcionários de Barretos ao longo do mês de maio de 1970, questionando sobre o ensino dos temas apresentados na acusação. Assim, concluiu seu Relatório Final em 18 de maio de 1970, que foi assinado pelo presidente da sindicância, Antonio Parise e pelo membro Alcides Malchias.

Em oito páginas este relatório trata como “grave, gravíssima, a situação de comunização e subversão” do Ginásio de Barretos.<sup>232</sup> Em suas conclusões apontam que apesar dos funcionários de Barretos negarem que tenham ensinado os temas apresentados na acusação, para os responsáveis da sindicância, “Não há dúvidas de que tratam desses assuntos e de outros mais graves”. Ainda segundo este relatório, no Ginásio de Barretos, “ferem a dignidade da Pátria, mostram, somente, os pontos negativos do país, cuidam de problemas que fogem à capacidade de compreensão de

---

<sup>231</sup> Processo n°476-STM, Apenso n° 2, Volume I, p. 5.

<sup>232</sup> Processo n°476-STM, Apenso n° 2, Volume I, p. 245.

alunos de quinze anos” e, em vista disso, sugerem a instauração ou de um processo Administrativo ou um IPM contra o colégio.<sup>233</sup> Além disso, a sindicância apresenta outras providências:

- 1) Transformação dos Ginásios Vocacionais em Ginásios Pluricurriculares;
- 2) Intervenção, urgente, na diretoria do Ginásio Vocacional de Barretos;
- 3) Afastamento de professores, orientadores pedagógicos e educacionais do mesmo estabelecimento;
- 4) Impedir que esses professores, já treinados, lecionem em outros estabelecimentos, até solução definitiva;
- 5) Impedir que os alunos do Ginásio Vocacional de Barretos, já comunizados ou revoltados, se transfiram para ginásios acadêmicos, a fim de que, com professores hábeis e no seu próprio ambiente, possam ser reconduzidos ao bom caminho.<sup>234</sup>

Do apresentado aqui, a partir da documentação proveniente dos Autos do IPM, fica explícita preocupação de diferentes setores dos órgãos repressivos, a partir da iniciativa do DEOPS/SP, com os temas apresentados e trabalhados na matéria de Estudos Sociais do Ginásio de Barretos,<sup>235</sup> reforçada pela sindicância da SEE.<sup>236</sup>

Deste modo, é com base nestas investigações que Rubens Resstel irá solicitar a colaboração de Amélia Americano e Laerte Ramos para uma “análise da valoração pedagógica” da matéria de Estudos Sociais do ginásio de Barretos. As análises de Laerte e Amélia foram apresentadas em um documento de duas páginas datilografadas, escrito como se fosse um depoimento dos avaliadores, com cabeçalho do Quartel General do II Exército intitulado “Autos de Exame de Conteúdo de Documento”, do dia 28 de julho de 1970, na presença do coronel Rubens Resstel, do escrivão Ruy Machado Guimarães, e dos avaliadores Amélia e Laerte.<sup>237</sup>

Deste documento, Resstel faz o seguinte comentário no *Relatório*, “alguns trechos são muito expressivos e indicam que as proposições tratadas no Ginásio eram

---

<sup>233</sup> Processo nº476-STM, Apenso nº 2, Volume I, p. 251.

<sup>234</sup> Processo nº476-STM, Apenso nº 2, Volume I, p. 252.

<sup>235</sup> A Sindicância termina por afirmar: “O que se faz em Barretos, no Ginásio Vocacional, já não é um crime – crime se pune com a lei -, mas um pecado – pecado sem perdão.” Processo nº476-STM, Apenso nº 2, Volume I, p. 253.

<sup>236</sup> É importante destacar que ao analisarmos os conteúdos do Processo nº 13.185 da SEE, constata-se que os temas trabalhados na matéria de Estudos Sociais citados inicialmente do ofício do DEOPS/SP, foram sugeridos pelos próprios estudantes. O que demonstra a relação de comunicação pedagógica dos professores do ginásio com as preocupações levantadas pelos próprios estudantes, de forma a construir uma relação dialógica com eles. No entanto, ao longo do processo, essa relação pedagógica foi completamente ignorada.

<sup>237</sup> A versão completa e original deste documento encontra-se no Anexo 2 desta dissertação.

inadequadas à idade e à etapa do desenvolvimento dos alunos.” (BRASIL, 1970, p. 20)

Assim, cita a seguinte passagem da análise de Laerte e Amélia:

Quanto à programação, em geral, parece-nos falhar em organicidade e continuidade, dando preferência a uma dispersão episódica dos interesses dos alunos, explorados, nem sempre de maneira adequada. Como falha mais grave, pareceu-nos que os complexos e controvertidos assuntos da atualidade carregados de um contexto político, social e econômico, tratados na escola, estão acima da possibilidade que tem alunos da 4ª série de ginásio para compreendê-los adequadamente. Correm o sério risco de provocar inquietação e problemas que os alunos não estão em condições de suportar ou resolver. (BRASIL, 1970, p. 20-21)

Como se pode ver, Resstel extrai da análise de Laerte e Amélia trechos em que dão destaque aos “controvertidos assuntos da atualidade carregados de um contexto político, social e econômico” tratados na disciplina de Estudos Sociais. Esses assuntos, são aqueles que indicamos anteriormente, presentes no ofício do DEOPS/SP ao Secretário da Educação que deu origem ao Processo nº 13.185.

Laerte e Amélia, em seus exames, chegam a reconhecer que os temas tratados foram levantados pelos estudantes, porém, de seu ponto de vista pedagógico, tais temas “correm o risco de provocar inquietações” que os alunos não estariam em “condições de suportar”. Na sequência do trecho citado por Resstel, Laerte e Amélia fazem ainda a seguinte observação:

No caso, os conceitos abstratos repetidos aos alunos, não poderão ter um lastro de experiência e conhecimento, e correm o risco de poder ser manipulados como “slogans”, por professores menos esclarecidos ou mal intencionados.” Textos que contenham “inverdades” ou “meia-verdades”, ou interpretações tendenciosas da realidade, nessa idade não podem receber do aluno senão aceitação, dada a incapacidade crítica dos adolescente, ainda imaturo.<sup>238</sup>

Embora Laerte e Amélia sequer mencionem as temáticas trabalhadas no Ginásio de Barretos denunciadas pelo DEOPS/SP que deu origem ao Processo nº 13.185, eles parecem corroborar com a suposta possibilidade dos temas atuais trabalhados naquele colégio poderem “provocar inquietação e problemas”, se alinhando assim à ideia de “guerra psicológica adversa” mencionada anteriormente.

---

<sup>238</sup> Processo nº 476-STM, Volume IV, p. 1209.

### 2.3.5. Estudo do Meio

A prática de Estudo do Meio dos Ginásios Vocacionais foi herdada das experiências realizadas pelas classes experimentais do Instituto de Socorro-SP. Conforme apontou Letícia Vieira (2020), nesse instituto, para a realização desse estudo elaborava-se um currículo relacionando com o tópico do currículo geral, procurando assim, relacionar esse currículo com as características do município de Socorro-SP, proporcionando assim aos estudantes que adquirissem noções de responsabilidade social e compromisso com o ambiente no qual estavam inseridos.

Como forma de pôr em prática o Estudo do Meio os Ginásios Vocacionais estabeleceram, no Artigo 120º de seu *Regimento Interno*, que esta atividade enquanto técnica didático-pedagógica seria uma das bases que fundamentaria seu sistema de ensino.

Segundo Maria Nilde Mascellani:

O estudo do meio é uma das técnicas pedagógicas de mais largo emprego nos Ginásios Vocacionais. Da 1ª à 4ª série, o estudo do próprio Ginásio, da comunidade, de outras cidades e Estados, criam situações capazes de dar ao aluno um grande número de oportunidades de sair do espaço escolar, entrando em contato direto com a realidade, através de uma experiência vivida e não livresca. Contudo, os estudos do meio não podem ser confundidos com passeio ou excursão. Também não são realizados ao acaso, nem se encontram dissociados do processo educativo proposto para os Ginásios Vocacionais. Os estudos do meio, no Ensino Vocacional, refletem na prática o que está contido em artigos do Regimento Interno, por exemplo: “(...) proporcionar técnicas de trabalho e de estudo que favoreçam o desenvolvimento pleno da maturidade intelectual do adolescente; promover a integração social do adolescente no meio em que vive; proporcionar o conhecimento e levar à valorização dos recursos humanos e materiais da comunidade; formar a consciência de ação sobre o meio, no sentido de descobri-lo e modificá-lo”. (MASCCELLANI, 2010, p. 110)

Na mesma linha, em relação à importância pedagógica do Estudo do Meio, Tamberlini (1998) afirmou:

Uma das técnicas de capital importância utilizadas pelo Ensino Vocacional era o estudo do meio, que possibilitava um contato direto com a realidade social e humana, sobretudo com a comunidade da escola. Envolveria visitas a locais de trabalho, escola, indústrias, comércio, instituições de saúde, etc.

Os estudos do meio eram ampliados em seus objetivos e organização a partir da integração na realidade mais simples. Paulatinamente iam abrangendo realidades mais complexas envolvendo a zona industrial, comercial e agrícola. Eram realizados treinos de alguns trabalhos (ocupação ou profissão) pelo período de uma semana, visando, além da integração das disciplinas teóricas e práticas, sobretudo, que o educando paulatinamente fosse compreendendo a complexidade das relações sociais, de trabalho, e assim por diante.

As vivências fora da escola, em contato com a realidade social mais ampla, recebiam atenção especial. Os problemas observados nos estudos do meio eram estudados e discutidos na escola e acabavam por desencadear outras Unidades Pedagógicas. (TAMBERLINI, 1998, p. 65)

Dentro desse contexto, Sandra Albergaria (2004) em sua dissertação *A concepção de natureza nos estudos do meio realizados nos Ginásios Estaduais Vocacionais do Estado de São Paulo, de 1961 a 1968*, apresenta mais detalhes acerca do processo educativo que engloba os Estudos do Meio, citando as teses de doutorado dos ex-professores de Estudos Sociais dos Ginásios Vocacionais, Newton Balzan (1973)<sup>239</sup> e Wilson Faria (1973)<sup>240</sup>:

Balzan (1973:51) demonstra que os alunos na 1ª série, ao estudarem a comunidade, realizavam maior número de estudos do meio por estarem próximos dos locais a serem investigados, deixando em parte, de existir problemas relacionados com a locomoção.

Na 2ª série segundo Balzan (1973:53), os alunos estudavam as Cidades e a quantidade de estudos do meio eram menores.

Faria (1973: 195) aclara que na 2ª série como na 4ª série, também eram realizados os acampamentos nos quais, "Realçavam-se, pois, a intensa 'vivência' do quadro natural e observações do homem do campo localizado nas adjacências dos acampamentos." Tinham como metas: conhecer problemas enfrentados pelo homem em contato com a natureza; vencer os obstáculos a partir da adaptação ao meio natural; desenvolver a cooperação e a solidariedade entre as pessoas; desenvolver a percepção do que é essencial para sobreviver.

Na 3ª série, eram realizados os chamados *grandes estudos do meio*. Segundo Balzan (1973) esses estudos do meio comportavam viagens mais longas, maior número de dias e eram feitos em menor quantidade, abarcavam não só a unidade pedagógica em desenvolvimento, mas também unidades já estudadas.

Segundo Balzan (1973) os professores visitavam previamente os locais para o planejamento do roteiro a ser seguido pelo aluno, e assim organizavam-se grupos de trabalho: professores, orientadores e alunos cada um deles com um tipo de responsabilidade diferente a executar. A participação do aluno era intensamente estimulada pelo professor,

---

<sup>239</sup> BALZAN, Newton C. *Estudos Sociais: Opiniões e Atitudes de Ex Alunos*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, São Paulo, 1973.

<sup>240</sup> FARIA, Wilson de. *Didática nas Escolas Experimentais de São Paulo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente - São Paulo, 1973.



por sua vez, o educando notava o desenvolvimento do próprio trabalho.

Segundo Faria (1973), as 3ª séries, de várias unidades dos ginásios vocacionais realizavam estudos do meio fora do Estado de São Paulo, havia a necessidade de propiciar novas experiências visando abranger a complexidade dos problemas brasileiros, e que por tanto, deveriam ser desenvolvidas em outras regiões do país. Alguns estudos do meio foram realizados em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Paraná. (ALBERGARIA, 2004, p. 74-75)

Diante do exposto ficam claros os objetivos e importância do Estudo do Meio durante o processo de aprendizagem dos estudantes nos Ginásios Vocacionais. Conforme afirmou Mascellani, seus objetivos eram oferecer oportunidades aos estudantes para entrarem em contato direto com a realidade, como parte do processo educativo, desenvolvendo assim a maturidade intelectual do adolescente, integrando-o com a sociedade, tomando consciência dela e de sua capacidade de modificá-la.

Nesse sentido, conforme indicou Tamberlini, visitava-se locais de trabalho, escola, indústrias, comércio e instituições de saúde, de modo que experimentassem diferentes realidades sociais e de trabalho, das mais simples às mais complexas. Assim, os problemas observados nos estudos do meio, eram estudados e discutidos na escola, nas diferentes unidades pedagógicas e nas diferentes disciplinas.

Dentro desse contexto, conforme apresentaram os ex-professores de Estudos Sociais, Newton Balzan e Wilson Faria, os professores visitavam previamente os locais a serem visitados e elaboravam o planejamento e roteiro de pesquisas e observações a serem seguidos pelos estudantes. Desse modo, as diferentes turmas dos ginásios realizavam maior ou menor quantidade desses estudos, de acordo com a série e as distâncias dos deslocamentos, que abrangiam a comunidade à qual o colégio estava inserido, distintas cidades e diferentes estados brasileiros, como forma de conhecer a diversidade de problemas enfrentados pelos brasileiros.

A partir dessas breves exposições é possível observar o cuidado e o objetivo do Estudo do Meio enquanto técnica didático-pedagógica realizada pelo Ensino Vocacional que, além de fazer dele um ensino diferenciado e vanguardista na história da educação brasileira, suscitava elogios pelas autoridades da educação. Entretanto, conforme afirmou Mascellani em entrevista à *Revista Visão* em 1970, a partir de determinado momento, o julgamento dessa experiência mudou, fazendo do Estudo do Meio também objeto desse julgamento.

Deste modo, Rubens Resstel dedicará toda uma parte de seu *Relatório* para tratar desta técnica didático-pedagógica. Ela é apresentada na parte IV, *Ensino Vocacional*, tópico 2. *Autoavaliação e Estudo do Meio*.

Ao apresentá-la, no item *b.*, Resstel trata logo de afirmar que o Estudo do Meio, “prática pedagógica muito utilizada no Ensino Vocacional”, tem sido “considerada como um meio de predispor a mente dos alunos favoravelmente à modificação do sistema político-social do país explorando as contradições sociais e os desníveis econômicos encontrados na vida brasileira.” (BRASIL, 1970, p. 21)

Feita essa afirmação, Resstel desenvolve sua leitura indicando os ambientes onde foram realizados os Estudos do Meio e, de maneira genérica, diz que “havia frequência na escolha de favelas e lugares de maior pobreza, conforme se verifica pelos documentos de fls. 949 do IV Volume e 637 do Apenso nº 2, Volume II e de depoimentos.”<sup>241</sup> (BRASIL, 1970, p. 21)

Diante dessas afirmações Resstel imprime seu diagnóstico:

A escolha desses ambientes, sem que em contrapartida fossem apresentadas as áreas de progresso social e o esforço que se vem realizando após a Revolução Democrática de 1964 para reduzir desníveis sociais e possibilitar a ascensão das classes menos favorecidas, por certo poderia criar na mente dos estudantes dúvidas e indagações que em sua imaturidade ainda não podiam compreender. Pelos dados colhidos, havia predominância de escolha, no que tudo indica intencional, de ambientes que realçassem as chagas sociais pondo em destaque as favelas da periferia dos grandes centros urbanos, como bem demonstram os documentos de fls. 949/955, do II Volume.<sup>242</sup>

Não se tem notícia de “Estudos do Meio” realizado, como convinha, nos novos conjuntos residenciais do Plano Nacional de Educação, já surgidos em 1968 e que se desenvolvem em grande amplitude, à vista de todos, no maior surto de construções de casas populares realizado no País, como parte da maior reforma social empreendida em nossa Pátria. (BRASIL, 1970, p. 21-22)

Estas afirmações são a interpretação de Resstel sobre a técnica didático-pedagógica dos Estudos do Meio realizada pelos Ginásios Vocacionais, procurando indagar uma suposta “intencionalidade” dos professores em mostrar as “chagas sociais”

---

<sup>241</sup> Trata-se de depoimentos dos professores Gessy Melvin Tatton e Lucy Assis de Luca, do Ginásio de Barretos e foram prestados no mês de fevereiro de 1970, na Escola Preparatória de Cadetes de Campinas, na presença do Inspetor Chefe da Delegacia de Ordem Política e Social, durante as investigações procedidas pela Polícia Federal de São Paulo, localizados, portanto, no Volume II dos Autos do IPM da Educação.

<sup>242</sup> Provavelmente, há aqui um erro de digitação de Resstel, pois, o material indicado encontra-se no Volume IV.

do país sem, em contrapartida, apresentar a “benfeitorias” da ditadura em prol da população menos favorecida, onde os estudantes “em sua imaturidade” não seriam capazes de compreender.

A título de exemplo, tomemos o documento de folha 949 mencionado por Resstel na passagem acima. Este documento, está presente no Volume IV dos Autos do IPM da Educação, e pertence a um roteiro de Estudo do Meio realizado na cidade de São Paulo pelos estudantes do Ginásio Vocacional de Americana-SP, em 1967. Na imagem abaixo, segue o extrato do referido documento.

Ginásio Vocacional - Rua São Nilo, Abril de 1967

Dia 17 - VISÃO GERAL - Zona bancária e zona comercial									
GRUPO	PROFESSORES	7:15-10:45	10:45-13:00	13:00-13:45	14:00-15:00	15:00-16:00	16:00-17:00	18:00	20:30
I	Fernando - Cotia	Am - S.P.	Almôço e	Banco do Estado	Shopping Center Iguatemi	Shopping Center Iguatemi	Shopping Center Iguatemi	Jantar - Povoano	REUNIÃO
II	Ulisses - Sorocaba	Am - S.P.	acomodação	Zona bancária	Banco do Estado	Rua 25 de Março	Jantar	Jantar	REUNIÃO
III	Raydas - Lages	Am - S.P.	de	Rua de São	Pátio do Colégio	Banco do Estado	Jantar	Jantar	REUNIÃO
IV	Adelaide - Rubens	Am - S.P.	bagagem	Rua Augusta		Banco do Estado	Jantar	Jantar	REUNIÃO

Dia 18 - S. Paulo de Hoje e S. Paulo de Ontem							
GRUPO	PROFESSORES	6:50-7:00	9:00	12:30	15:00	17:30	20:00
I	Raydas - Rubens	Café	Ford (Lages)	Almôço	Casa do Bandeirante	Jantar	Planetário
II	Ulisses - Olga	Café	Swift	Almôço	Casa do Bandeirante	Jantar	Planetário
III	Fernando - Adelaide	Café	Siemens	Almôço	Aeroporto	Jantar	Planetário
IV	Raydas - Rubens (Adelaide)	Café	Equip. Villares	Almôço	Aeroporto	Jantar	Planetário

Dia 19 - O homem paulista diante do desenvolvimento industrial							
GRUPO	PROFESSORES	7:00	9:00	12:00	15:00	18:00	20:00
I	Raydas - Adelaide	Café	Dep. Imigração e Colonização	Almôço	Favela do Tatuapé	Jantar	Jogo ou reunião
II	Rubens - Louvercy	Café	Biológico	Almôço	Favela do Vergueiro	Jantar	Jogo ou reunião
III	Olga - Ulisses	Café	Dep. Imigração e Colonização	Almôço	Favela do Tatuapé	Jantar	Jogo ou reunião
IV	Raydas - Fernando	Café	Biológico	Almôço	Favela do Vergueiro	Jantar	Jogo ou reunião

Dia 20 - As manifestações do homem diante do desenvolvimento industrial								
GRUPO	PROFESSORES	7:00	9:00	11:00	13:00	15:00	18:00	21:40
I	Ulisses - Rubens	Café	Tietê	(SEU) Almôço	Cotia		Jantar	Volta
II	Fernando - Raydas	Café	Ensaio da	Almôço	Ibirapuera		Jantar	Volta
III	Raydas - Vera	Café	Sinfônica	Almôço	AACD		Jantar	Volta
IV	Olga - Louvercy	Café	Entrevista no «O ESTADO»	Almôço	Ibirapuera		Jantar	Volta

Figura 2 - Estudo do Meio - GV Americana, 1967.<sup>243</sup>

A partir do material apresentado, referenciado por Resstel, é possível observar que o Estudo do Meio realizado pelos estudantes de Americana-SP na cidade de São Paulo, possui um amplo e diversificado roteiro elaborado pelos professores em quatro dias de atividades.

O roteiro do dia 19 intitulado “O homem paulista diante do desenvolvimento industrial”, visitou o Departamento de Imigração e Colonização, o Instituto Biológico e as Favelas do Vergueiro e do Tatuapé, que foi tratado por Resstel como “chaga social” recebendo inclusive a anotação de X na cor vermelha ao lado dos nomes dos espaços visitados. Como se pode ver, o encarregado do IPM “ignorou” as outras localizações

<sup>243</sup> Processo STM n° 4766, Volume IV, p. 1061.

como Banco do Estado, Pateo do Colégio, Praça da Sé, rua 25 de março, Ford, Siemens, Casa do Bandeirante, Aeroporto, Ensaio da Sinfônica, Ibirapuera e AACD, concentrando sua leitura naquilo que pudesse reforçar a interpretação que queria construir.

Vejamos agora qual foi a leitura dos “colaboradores” Laerte Ramos e Amélia Americano, aos quais foram solicitadas avaliações no sentido de “comprovar” a validade da técnica didático-pedagógica e se poderiam “instilar” “ideologias esquerdizantes” e a “doutrinação da filosofia marxista”.

A avaliação de Laerte e Amélia foi entregue a Rubens Resstel em 28 de julho de 1970, em um documento datilografado de seis páginas intitulado “Auto de Exame de Conteúdo de Documento”<sup>244</sup> com cabeçalho do Quartel General do II Exército.<sup>245</sup> Desta avaliação, o *Relatório* destacou sua conclusão:

Não é na proposição do Estudo do Meio, genérica e técnica, que poderíamos identificar os riscos que semelhantes estudos podem representar. É na forma, na maneira de utilizar e de conduzir o interesse dos estudantes, levando-os a deter-se predominantemente nos aspectos negativos da realidade que, contrariando o espírito e a finalidade educativa do Estudo do Meio, a condução do assunto poderá favorecer um tratamento político ideológico dos problemas levantados pela curiosidade dos educandos. (BRASIL, 1970, p. 22-23)

Além disso, é importante destacar que no referido “Exame”<sup>246</sup> de Laerte e Amélia, Resstel formulou questões sobre o Estudo do Meio e, deste conteúdo, destacamos a seguinte passagem:

b) Admite-se que a técnica e os ambientes escolhidos poderiam conduzir a indagações na mente dos alunos favoráveis a uma predisposição à receptividade à ideologia filo-comunista?  
- Admito que a seleção dos ambientes ou melhor dos aspectos do meio natural e humano num estudo do meio, pode fugir à necessidade fundamental de uma visão integradora da realidade e prestar-se a uma deformação informativa, conduzindo a interpretação distorcida daquela realidade, e às mais variadas ideologias, do marxismo ao comunismo.<sup>247</sup>

---

<sup>244</sup> Processo nº476-STM, Volume IV, p. 1211 a 1215.

<sup>245</sup> Interessante notar que esse “Auto de Exame” de Estudo do Meio, assim como aquele de Estudos Sociais, além de terem sido produzidos no mesmo dia, e indicar que estavam presentes Rubens Resstel, o escritor Ruy Machado Guimarães e os avaliadores Laerte e Amélia, é escrito como se fosse um depoimento dos avaliadores.

<sup>246</sup> A versão completa e original deste documento encontra-se no Anexo 3 desta dissertação

<sup>247</sup> Processo nº476-STM, Volume IV, p. 1212.

A partir do exposto, embora Laerte e Amélia admitam a validade do Estudo do Meio como técnica didático-pedagógica, os “colaboradores” não deixam de fazer ressalvas quanto à forma de utilização, pois a possibilidade de destacarem os aspectos negativos da realidade “poderá favorecer um tratamento político ideológico dos problemas”, podendo gerar uma “deformação informativa”, “conduzindo” assim “às mais variadas ideologias, do marxismo ao comunismo”.

### **2.3.6. Autoavaliação**

No capítulo 1 procuramos apresentar o contexto em que ocorreram os afastamentos dos professores do ginásio de Americana. Naquele momento, com base nos estudos apresentados por Joana Neves (2010), ex-professora de Estudos Sociais de Barretos e da capital, dissemos que ao final de cada ano todos os docentes dos Ginásios Vocacionais eram avaliados pelas equipes das diversas áreas, pela orientação e pela direção dos colégios, como forma de mensurar sua adequação ao sistema de ensino.

Dissemos também que, no mesmo período, os docentes realizavam uma Autoavaliação, para que assim apresentassem sua percepção do trabalho realizado ao longo do ano, sua integração com o sistema e, finalmente, que indicassem se desejavam permanecer ou não na rede ou mesmo se gostariam de serem transferidos para outra unidade pedagógica dos Vocacionais.

Além disso, segundo Ângela Tamberlini (1998), o SEV avaliava seus estudantes constantemente, de modo de pudessem observar seu progresso ao longo do tempo, a elaboração de conceitos, a formação de suas atitudes, seu ajustamento pessoal e social, o desenvolvimento de seu pensamento crítico e sua participação junto à comunidade, tanto escolar quanto dos arredores da escola. (TAMBERLINI, 1998, p. 70)  
E acrescenta:

A avaliação era um processo contínuo retratando a evolução do aluno durante todo o curso. O aluno se auto-avaliava com a ajuda do professor. O educador definia os aspectos que deveriam ser auto-avaliados nas diferentes etapas do processo educativo. Todos os dados da avaliação eram registrados: os comportamentos dos alunos, os resultados, as análises, eram avaliados por grupos de educadores, junto com orientadores pedagógicos e educacionais.

Assim era elaborada a Ficha de Observação do Aluno (F.O.A.), que continha todos os dados da avaliação e observações feitas no espaço de quatro anos. A análise da produção ou desempenho do aluno, feita com o auxílio desta ficha permitia que se fizesse a orientação

vocacional, ao término do quarto ano, indicando o curso ou profissão mais indicada para aquele aluno. Na época era comum o recurso à orientação vocacional feita de acordo com as preferências e desempenho do aluno nas várias disciplinas das áreas teórica e prática. (TAMBERLINI, 1998, p. 70-71)<sup>248</sup>

Destas informações constata-se que a autoavaliação era utilizada de duas maneiras nos Vocacionais. De um lado, era utilizada para que os docentes dos ginásios refletissem criticamente sobre sua atuação na experiência e, de outro, era aplicada aos estudantes como forma de desenvolvimento pessoal e para mensurar seu crescimento durante o curso.

Este tema também foi analisado por Resstel, enquanto mais um elemento no arcabouço de acusações de práticas “subversivas” atribuídas ao Ensino Vocacional. Segundo o *Relatório*, a autoavaliação “usual no Ensino Vocacional, foi apresentada como um meio de massificar alunos e professores, considerada a sua analogia com a ‘auto-crítica’ utilizada pelos comunistas”. (BRASIL, 1970, p. 21)

Esta afirmação de Resstel toma como referência o relatório final do Processo nº 37/69 da CEI, finalizado em dezembro de 1969.<sup>249</sup> Este relatório afirmou que Maria Nilde Mascellani “(...) introduziu, entre os professores o sistema de autoavaliação dos trabalhos que realizam durante o ano, (...) esta que não é mais do que o sistema de auto-crítica utilizado pelos partidos comunistas.”<sup>250</sup>

Embora a passagem do Relatório da CEI mencione apenas a autocrítica utilizada pelos professores como elemento “comunista”, Resstel em seu texto do *Relatório*, procurou classificá-la como um meio para “massificar professores e alunos”, de modo que, no curso das investigações, diversificou e ampliou a quantidade de elementos levantados para atribuir a existência de “subversão” no sistema do Ensino Vocacional.

Para não nos aprofundarmos muito sobre os debates teóricos sobre a autocrítica “utilizada pelos comunistas” a que os órgãos repressivos fazem referência no caso, em linhas gerais, constitui-se no método de autorreflexão e análise das condições materiais existentes na realidade, tendo como referência os erros cometidos no passado, como forma de tomar as melhores decisões e ações no presente, em prol do partido, da

---

<sup>248</sup> Em diversas entrevistas realizadas por Nakamura (2017) com pessoas que participaram da experiência dos Vocacionais o tema da Autoavaliação é mencionado como importante elemento no processo pedagógico e corroboram, em linhas gerais, com os aspectos apresentados por Tamberlini (1998).

<sup>249</sup> Além do Relatório do Processo nº 37/69, Resstel se valeu também de depoimentos oriundos das investigações procedidas pela DPF/SP, entre eles, o de Francisco Cid.

<sup>250</sup> Processo STM nº 4766, Volume V, p. 1265.

revolução comunista ou da classe trabalhadora. As primeiras formulações sobre a autocrítica, já aparecem nos escritos de Karl Marx (1818-1883), do século XIX, mais precisamente em seu texto *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, onde escreveu que:

(...) as revoluções proletárias como as do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo, zombam de modo cruel e minucioso de todas as meias medidas, das debilidades e dos aspectos deploráveis das suas primeiras tentativas, parecem jogar o seu adversário por terra somente para que ele sugue dela novas forças e se reerga diante delas em proporções ainda mais gigantescas, recuam repetidamente ante a enormidade ainda difusa dos seus próprios objetivos até que se produza a situação que inviabiliza qualquer retorno, (...). (MARX, 2011, p. 20)

No referido texto, Marx procurou refletir criticamente sobre o fracasso das revoluções proletárias ocorridas no século XIX, de modo a compreender como, após um período de frutífera mobilização popular e a possibilidade de revolução social, o movimento acabou por ser derrotado. Sua análise crítica ou, autocrítica, procurou assim analisar as condições materiais que levaram a essa derrota, vislumbrando a possibilidade de reorganização e continuidade da luta.

Tendo no horizonte estes aspectos gerais da autocrítica, utilizada e aplicada pelas diversas vertentes de partidos e movimentos comunistas do século XX,<sup>251</sup> nacionais e internacionais, Rubens Resstel, assim como havia feito com outros temas pedagógicos do Ensino Vocacional, solicitou, mais uma vez, a colaboração de Amélia Americano e Laerte Ramos para avaliarem a validade desta técnica.

Em 28 de julho de 1970, Amélia e Laerte, entregaram a Resstel um documento datilografado de seis páginas, intitulado “Auto de Exame de Conteúdo de Documento” – presente no Anexo 3 desta dissertação –, com cabeçalho do II Exército. Trata-se do mesmo material em que apresentaram seus pareceres sobre o Estudo do Meio, só que a análise da autocrítica encontra-se nas primeiras duas páginas.<sup>252</sup>

Sobre a autocrítica, inicialmente, Laerte e Amélia, reconhecem a prática de Autoavaliação como técnica usual e recomendada na “formação prática de futuros

---

<sup>251</sup> A escrita e reflexão sobre a função e necessidade da autocrítica comunista é utilizada e explicada em várias vertentes do comunismo do século XX como, por exemplo, Vladimir Lenin, no texto, *Um passo à frente, dois passos atrás* (1904), Josef Stalin, no texto, *Contra a vulgarização do slogan da autocrítica* (1928), Mao Tse Tung, no texto, *Sobre o governo de coalizão* (1945) e Louis Althusser, no texto, *Elementos de autocrítica* (1974).

<sup>252</sup> Processo nº476-STM, Volume IV, p. 1210 a 1211.

mestres”. Apesar desta consideração inicial, no decorrer do texto, há o seguinte questionamento elaborado por Rubens Resstel: “b) – Conforme a documentação examinada, a técnica usada assemelha-se à ‘Auto-crítica’ usual nos regimes comunistas?”. A resposta de Amélia e Laerte é a seguinte:

- Não temos elementos para estabelecer comparações.

OBS. – A auto-avaliação repousa essencialmente na possibilidade de um exame crítico, autônomo, dos desempenhos de alunos ou de professores. Enquanto processo ela é em si neutra. Se porém a auto-avaliação se fizer em função de um “sistema” dado de antemão os desempenhos mencionados passam a ser aferidos em função dos graus de adesão, maior ou menor, ao “engajamento” nas linhas do “sistema”. A Auto-avaliação, neste sentido, deixa de ser neutra, passa a ser um processo que deve ser medido em função da doutrina do “sistema”. Sob este aspecto ela pode apresentar indisputável semelhança com o processo de “auto-crítica” usual nos regimes comunistas.<sup>253</sup>

A partir deste trecho citado do documento de Amélia e Laerte, apesar de, inicialmente, fazerem considerações sobre a validade da técnica e de expressarem não terem “elementos para estabelecer comparações” entre a autoavaliação e a autocrítica, os “colaboradores” deixam em aberto a possibilidade da autoavaliação ser utilizada em função de um “sistema” ou para “engajamento”.

Deste parecer, Resstel elabora a seguinte afirmação:

Os dois professores, em seu laudo, admitem a validade das duas técnicas utilizadas pelos Ginásios Vocacionais – a técnica pedagógica da Autoavaliação e a técnica didático-pedagógica do Estudo do Meio, dependendo, contudo essa validade, das intenções que as informaram e, portanto, da maneira de conduzi-las conforme os propósitos em vista. (BRASIL, 1970, p. 22)

Assim, para Resstel e seus “colaboradores” a utilização da autoavaliação – e Estudo do Meio – depende, contudo, das “intenções”, da “maneira de conduzi-las” e dos “propósitos”, deixam um certo “campo de possibilidades” em aberto onde a “subversão” possa vir a ser cultivada na mente dos estudantes.

Interessante notar que a autoavaliação utilizada para avaliar os professores não chega sequer a ser mencionada por Resstel em seu *Relatório*, servindo, ao que parece, apenas para as investigações procedidas pela CEI, sugerindo que os professores que

---

<sup>253</sup> Processo STM n° 4766, Volume IV, p. 1210.



havia sido afastados em 1968 e mencionaram por não aceitarem as determinações da direção e da coordenação.

A leitura destas afirmações dispostas no *Relatório* e nas análises de Laerte e Amélia, embora não proponham categoricamente os propósitos da “subversão” deixam sempre um campo aberto para possibilidades, incorporando assim mais possíveis elementos da “subversão” e da “guerra psicológica adversa” ao sistema de Ensino dos Vocacionais.

Para finalizar, não foi possível mensurar o grau de comprometimento de Laerte e Amélia com a ditadura e as perseguições ao Ensino Vocacional e suas práticas pedagógicas, para além dos documentos assinados por eles e incorporados aos Autos do IPM, se sofreram algum tipo de pressão ou coação na elaboração de suas análises, mas o fato é que elas fizeram parte do processo de perseguição aos Vocacionais, abrindo um campo de possibilidades para a leitura de Rubens Resstel.

## **Capítulo 3. O CONTEÚDO POLÍTICO EDUCACIONAL DO IPM E A LEITURA DE RUBENS RESSTEL**

### **3.1. A Política Educacional do Estado de São Paulo: Ensino Vocacional X Ginásios Pluricurriculares**

Ao longo dos capítulos anteriores pudemos ver que o ano de 1968 apresenta-se como um ponto de ruptura na história do SEV, pois, embora tenha convivido com trocas no comando da SEE e ataques de adversários que possuíam projetos pedagógicos diferentes em relação à transformação da escola brasileira, a denúncia realizada naquele ano, significou o início do fim de sua existência.

Esta ruptura, pode ser entendida como um acúmulo de transformações ocorridas no Brasil desde o golpe de 1964, tanto do ponto de vista educacional quanto do ponto de vista do aumento da repressão, pois, a mudança na legislação nesse período permitiu que denúncias sobre atividades “subversivas” fossem realizadas e, a partir disso, uma série de investigações, perseguições, punições e ações repressivas puderam ser efetuadas contra os funcionários dos Ginásios Vocacionais.

Inicialmente três investigações foram movidas contra os Ginásios Vocacionais a partir de acusações que possuíam uma dimensão pedagógica, envolvendo as práticas de ensino e técnicas didático-pedagógicas que foram consideradas como “subversivas” e uma dimensão política educacional, que envolvia a participação de estudantes em congresso estudantil, críticas às ações repressivas das forças policiais e a reunião de funcionários do Ensino Vocacional para debaterem e contestarem medidas educacionais da SEE.

Essa dimensão política e educacional que envolveu as acusações contra os funcionários dos Ginásios Vocacionais, também foi analisada pelo *Relatório* de Rubens Resstel e envolveu a mobilização de professores dos Vocacionais em sua tentativa de preservar a existência do Ensino Vocacional, garantir os direitos dos docentes frente às medidas da SEE e contestar as transformações educacionais impostas pela ditadura que tomou proporções maiores a partir do ano de 1968.

Neste capítulo, apresentaremos diversos aspectos na forma como esta dimensão política e educacional envolveu as acusações de “subversão” atribuídas a funcionários dos Ginásios Vocacionais e, sua leitura, está diretamente relacionada à preocupação da

ditadura no período e contribuiu para a leitura de Rubens Resstel sobre a “infiltração comunista nos meios educacionais”.

Assim, para entender o modo como os professores dos Vocacionais e um grupo particular deles sofreram acusações por praticarem atividades que passaram a ser consideradas “subversivas” faremos, inicialmente, uma contextualização sobre as transformações educacionais brasileiras impostas pela ditadura em um contexto mais amplo, mas que atingiram diretamente a experiência pedagógica dos Ginásios Vocacionais.

Os estudos e análises sobre as medidas educacionais impostas durante a ditadura são vastos e, em linhas gerais, procuram discutir dois tipos de perspectivas analíticas. De um lado, temos estudos centrados na história da educação, das práticas de ensino, das disciplinas e organização escolar. (Martins, 2002; Kaufmann e Martins, 2009) De outro, temos estudos e tipos de abordagens que centram suas análises nas políticas educacionais da ditadura, destacando a mudança legislativa e reformas da educação no período (Germano, 1990; Romaneli, 1986; Saviani, 1996, 1993, 1988; Motta, 2014).

Para nossos propósitos, tomaremos como referencial as análises desenvolvidas pelos autores desse segundo tipo de abordagem, a da política educacional. Segundo o estudo de José Willington Germano (1990) em *Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985*, a política-educacional após 1964 se desenvolveu em torno dos seguintes eixos:

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência, o Estado Militar e Ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle acontece, sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política. (...) 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do segunda grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e a privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º grau. (GERMANO, 1990, p. 144-145)

Esses quatro eixos apontados pelo autor apresentam uma perspectiva de que a política educacional da ditadura agiu em todos os níveis educacionais brasileiros de modo que via os estudantes como uma fonte de investimento a ser realizado pelo Estado, o chamado “capital humano”.<sup>254</sup> Nesta perspectiva, a educação seria uma forma de preparar os estudantes para o mercado de trabalho e, no mesmo sentido, os investimentos em pesquisa só teriam sentido se gerassem renda e acumulação de capital. Conseqüentemente, esta política educacional assumiu uma forma de descomprometimento com a educação pública, facilitando assim a privatização do ensino enquanto fonte geradora de riqueza e, deste modo, “(...) foi uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação política dos militares.” (GERMANO, 1990, p. 145)

Esta política educacional se expressou no período, por exemplo, na grande participação dos Estados Unidos da América na educação brasileira. Nesta linha, a pesquisa de Otaíza de Oliveira Romanelli, *História da Educação no Brasil (1930/1973)*, demonstrou esta participação através da parceria entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID)<sup>255</sup> um convênio que ficou conhecido como acordo MEC-USAID. Estabelecido em 1964<sup>256</sup>, esta agência fornecia assistência técnica e cooperação financeira, com o objetivo de reformular o ensino brasileiro em diversos níveis, numa espécie de adaptação ao modelo estadunidense. (ROMANELI, 1986, p. 196)

Cobrando “(...) todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos.” (CUNHA & GÓES, 2002, p. 32), este acordo se estendeu até 1968 e estabeleceu, por exemplo: acordo para Aperfeiçoamento do Ensino Primário (MEC-USAID de 26 de julho de 1964); o acordo MEC-Contap<sup>257</sup>-

---

<sup>254</sup> O conceito de “capital humano” surgiu na década de 1960 quando economistas (ingleses e estadunidenses) procuraram encontrar fórmulas compatíveis entre crescimento econômico e distribuição de renda, assim, capital humano, seria um investimento a se fazer nos indivíduos a partir da educação formal e do treinamento. Não é o caso aqui de investigar sua profundidade e influências na educação brasileira. Para um aprofundamento do tema ver Frigotto (1993).

<sup>255</sup> Criada em 3 de novembro de 1964, a USAID foi uma agência federal dos Estados Unidos da América, para a administração e planejamento de assistência econômica ao exterior, que compôs o chamado programa “Aliança para o Progresso” do governo estadunidense. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 22.06.2023.

<sup>256</sup> À época Flávio Suplicy de Lacerda (1964-1966) era o Ministro da Educação.

<sup>257</sup> Conselho da Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso.

USAID, para melhoria do ensino médio (de 31 de março de 1965); o acordo MEC-Contap-USAID, de assessoria para a expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores do ensino médio (24 de junho de 1966); o acordo MEC-USAID de assessoria para a modernização da administração universitária (30 de junho de 1966); e o acordo MEC-SNEL<sup>258</sup>-USAID, de Cooperação para Publicações Técnicas, Científicas e Educacionais (6 de janeiro de 1967). (ROMANELI, 1986, p. 212-213)

Segundo José Oliveira Arapiraca (1979), esses acordos e, principalmente, a ajuda financeira da USAID para educação brasileira, estavam inseridos em um contexto de:

(...) legitimar toda uma transformação modernizadora imposta à nacionalidade brasileira, no sentido de direcionar sua racionalidade pelo *modo de produção* capitalista. Com essa direção impuseram-se mudanças radicais no processo do ensino, objetivando *modernizá-lo* pela internalização da filosofia pedagógica desenvolvida nos *EUA*. (...)

Busca-se, com o concurso de novas metodologias, ditar medidas neutras, tomadas de empréstimo da economia, viabilizar um retorno, corrigido, dos investimentos aplicados em educação, visto que ela passou a ser um bem econômico e como tal um capital. O indivíduo que não consegue se *capitalizar* através da acumulação de seu capital humano é considerado ideologicamente à auto purgação de sua indolência. É tido como um perdedor, e incapaz para a competição. (ARAPIRACA, 1979, p. 151-152)

Opostos aos princípios educacionais propostos pelos Ginásios Vocacionais, os acordos MEC-USAID, gradativamente, inseriram no país toda uma série de medidas que visavam, à sua maneira, modernizar o ensino a partir de princípios que tomavam a educação do ponto de vista da economia<sup>259</sup>, descartavam a formação humana dos estudantes.<sup>260</sup>

Esta gradativa transformação na educação brasileira teve seus reflexos na política educacional do Estado de São Paulo durante o governo de Roberto Costa de Abreu Sodré que em seu mandato indicou para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Antonio Barros de Ulhôa Cintra, inaugurando um novo período de embates

---

<sup>258</sup> Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

<sup>259</sup> Orlandi (1969), caracterizou esse período de *flutuação econômica* da pesquisa em educação.

<sup>260</sup> De acordo com Lira (2010, p. 211-212), “Os debates que precederam os acordos foram sigilosos, as reuniões ocorreram fora dos prédios públicos, entre os procedimentos secretos. As decisões sobre o ensino do País se deslocaram do MEC, no Palácio da Educação, para a sede das comissões americano-brasileiras, cujos endereços não eram acessíveis.” Os termos dos acordos MEC-USAID tornaram-se públicos em 1968 quando o deputado Márcio Moreira Alves publicou o texto *O Beabá do MEC/USAID*. (LIRA, 2010, p. 219)

do SEV com a SEE, que acabou por ser a responsável por executar as primeiras punições aos funcionários dos Vocacionais.<sup>261</sup>

É dentro desse contexto que Rubens Resstel em seu *Relatório* irá interpretar e “julgar” mais dois tópicos de sua análise sobre o caso dos Ginásios Vocacionais. Esses tópicos são apresentados pelo *Relatório* na Parte IV – *Ensino Vocacional*, tópico 3. *Ginásios Pluricurriculares e Ensino Vocacional* e tópico 4. *Atividades Subversivas no Ensino Vocacional*. Serão esses tópicos e temas que trabalharemos ao longo deste capítulo.

Começando pelo tópico 3. *Ginásios Pluricurriculares e Ensino Vocacional*, segundo Resstel, no item *a.*, do *Relatório*, os Ginásios Pluricurriculares tratava-se também de um ensino experimental e renovado de “bons resultados”, enquanto evolução dos Ginásios Orientadores para o Trabalho (GOT), preconizados pelo Ministério da Educação, e sua “existência e ampliação não tardaram em causar preocupação e hostilidade” por parte do SEV e seu pessoal, pois, viam nele uma “invasão da área e ameaça a sua pretendida exclusividade no campo do ensino experimental e renovado.” (BRASIL, 1970, p. 23)

Ainda segundo Resstel, no item *b.*, a implementação dos Pluricurriculares situava-se “dentro dos esquemas previstos no acordo MEC/USAID” e, em São Paulo, este esquema fora estabelecido em um convênio, ainda em 1966, pelo então governador do Estado de São Paulo Laudo Natel.<sup>262</sup> Sua implementação, no entanto, se deu durante a gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1970), que tinha Antonio Barros de Ulhôa Cintra à frente da SEE e na figura de José Mario Pires Azanha, Coordenador do Ensino Básico e Normal da SEE, o responsável por executar a instalação dos Pluricurriculares. Deste modo, segue Resstel, os acordos MEC/USAID, enquanto tendência “à renovação e atualização do ensino” foram muito “combatidos, até

---

<sup>261</sup> Para José Misael Ferreira do Vale no texto *Política de educação e política na universidade no pós-64*, “A partir de 1964 a educação do país será posta a serviço dos empresários e demais agentes encarregados pela produção do capital numa perspectiva ‘desenvolvimentista’ e de ‘segurança nacional’.” (VALE, 2014, p. 49). Assim, pode-se entender como “desenvolvimentista” a política de investimento educacional da ditadura no “capital humano” para desenvolvimento do país e como “segurança nacional” a série de leis e de aprimoramento do aparato repressivo do Estado no intuito de coibir manifestações ou ideias e práticas pedagógicas consideradas “subversivas” que colocassem em risco a ordem política e social do país.

<sup>262</sup> Laudo Natel, ligado ao setor bancário, ingressou na carreira política em 1962, quando foi eleito vice-governador de Ademar de Barros. Após a promulgação do AI-2, Ademar de Barros teve seu mandato cassado pela ditadura e Laudo Natel filiado à ARENA, partido do governo militar, assumiu o cargo de governador do Estado de São Paulo pelo período de 6 de junho de 1966 a 31 de janeiro de 1967. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/natel-laudo>. Acesso em: 15.07.2023.

mesmo em campanhas de rua, pelos comunistas e suas linhas auxiliares” e o que poderia parecer uma “simples divergência de pontos de vista doutrinário didático-pedagógico, passou a constituir séria rivalidade”, quando a equipe do SEV passou a promover “intensa campanha contra os Pluricurriculares” para defender o Ensino Vocacional e para isso promoveu “várias reuniões” “subversivas” (item c.). (BRASIL, 1970, p. 23-24)

Em seu *Relatório* Resstel não apresentou mais informações sobre o conflito existente entre Pluricurriculares e o Ensino Vocacional e sua leitura se limita a essas informações. Entretanto, não deixa de ser sintomático o fato de que, no período de gestão de Ulhôa Cintra e Azanha e sua proposta de reforma do ensino público paulista, alinhado às diretrizes impostas pelo governo federal, terem se dado no mesmo momento em que houve o aumento da repressão da ditadura brasileira e, conseqüentemente, ter sido a SEE a responsável por executar as primeiras punições e perseguições aos funcionários dos Vocacionais.<sup>263</sup>

Nesta linha de pensamento, pode-se entender que, além das acusações de “subversão” atribuídas aos funcionários, ao sistema de ensino e às técnicas didático-pedagógicas dos Ginásios Vocacionais havia também, por parte da ditadura, uma incompatibilidade de projeto educacional para o Brasil.<sup>264</sup>

Deste modo, uma primeira coisa a se pontuar é que José Mario Pires Azanha foi um professor e diretor de escola da rede pública de ensino paulista de longa atuação junto ao ensino paulista. Além de professor do ensino básico, Azanha foi também professor da então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Em 1967, Azanha foi indicado por Ulhôa Cintra, inicialmente, para o cargo chefe do Departamento de Educação da SEE, que se ocupava da “rede de escolas do ensino primário, secundário e normal”, o maior da pasta, e “com o maior orçamento e maior número de funcionários.” (CURY, 2012, p. 32-33)

---

<sup>263</sup> Seria leviano de nossa parte afirmar, taxativamente, que os gestores da SEE estavam estritamente alinhados às medidas repressivas impostas pela ditadura. Isso é reforçado pelo fato de que esses mesmos gestores da SEE tiveram de sair de seus cargos às vésperas da instauração do IPM da Educação e foram investigados por ele. Entretanto, conforme vimos até agora, suas práticas em prol de uma outra proposta pedagógica, incidiu diretamente na vida dos funcionários dos Vocacionais.

<sup>264</sup> Me refiro aqui às reformas educacionais do ensino universitário e ensino básico que serão implantadas pela ditadura.

A administração de Azanha foi analisada pelo pesquisador Ariam José F. Cury (2012), em sua dissertação de mestrado intitulada *Azanha e a democratização do acesso ao ensino (1967-1970)*. Segundo este autor,

(...) o ano de 1967 foi dedicado à preparação das reformas que seriam implantadas pela SE: uma administrativa – um dos objetivos do governo Abreu Sodré -, que procurava mudar a estrutura organizacional da SE visando a modernização da pasta e que só seria plenamente implantada em janeiro de 1969; e uma reforma no ensino, que foi a prioridade da SE nesse primeiro ano de administração. (CURY, 2012, p. 34)

Do ponto de vista da reforma do ensino, já no ano de 1967, Ulhôa Cintra e Azanha procuraram dar andamento à implantação de seu ensino experimental dos Ginásios Pluricurriculares, enquanto evolução dos Ginásios Orientadores para o Trabalho (GOT). O pesquisador Carlos Eduardo Bizzocchi, no texto *Avaliação e recuperação nos Ginásios Estaduais Pluricurriculares Experimentais – GEPES (1967-1969)* tratou de explorar os aspectos pedagógicos desse projeto. Para nossos propósitos, cabe destacar que este projeto teve sua criação, em caráter experimental, viabilizada por meio do Ato nº 41, de 31 de janeiro de 1967. Assim, os GOTs, tinham

(...) a duração de quatro anos e seu currículo previa, por um lado, disciplinas de cultura acadêmica e geral, não diferindo, essencialmente, dos ginásios convencionais; por outro, artes práticas em pelo menos três dos seguintes campos: artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e educação para o lar. O ensino era de natureza politécnica, exigindo do professor também uma formação polivalente. Quase todos [os GOTs] pertenceram às redes estaduais de ensino, e nas duas primeiras séries, além da parte geral, previa-se a sondagem de aptidões. (MACHADO, 1989, p. 48 *apud* BIZZOCCHI, 2018, p. 442)

Deste modo, enquanto os Ginásios Vocacionais tratavam de aperfeiçoar a qualidade do ensino realizado em suas diferentes unidades pedagógicas e, ao mesmo tempo, reavaliar e expandir sua experiência pedagógica, a SEE passou a testar mudanças para rede comum de ensino.

No ano de 1967 iniciaram as atividades do primeiro Ginásio Pluricurricular, no Grupo Escolar Experimental da Lapa, na cidade de São Paulo, o primeiro de uma série de 60 a serem instalados até o ano de 1968, sendo nove deles na capital paulista. (MARQUES, 1985, p. 263) O Grupo Experimental da Lapa procurava assim,



(...) trabalhar pela renovação da escola secundária, não só em relação ao currículo como também aos métodos de ensino e trabalho com os jovens, visando dar a todos a possibilidade de fazer pesquisa, trabalhar cientificamente e dar curso às suas aptidões. Outro objetivo do ginásio Pluricurricular é permitir, num prazo relativamente curto, a assimilação de suas ideias e métodos por outras escolas secundárias do Estado. (MARQUES, 1985, p. 263)<sup>265</sup>

Em linhas gerais, já no ano de 1967, a implementação dos Pluricurriculares iniciou o momento de rivalidades com os Vocacionais. A passagem a seguir, extraída da pesquisa de Sandra Marques, embora longa, expressa bem a posição de Maria Nilde sobre as pretensões dos Pluricurriculares no período:

O Ginásio Pluricurricular se propunha a substituir matérias específicas por áreas de estudo e acrescentar atividades em oficinas de Artes Industriais, Práticas Comerciais, Artes Plásticas e Educação Doméstica; propunha-se também reduzir o número de alunos para 35, de modo a possibilitar contatos mais estritos entre professores e alunos e propunha a avaliar o aluno quanto a conhecimento e conduta.

Sua pretensa eficácia foi prontamente questionada por Maria Nilde Mascellani: "... as vocações não são descobertas apenas em oficinas de trabalho. Também no desenvolvimento de matérias comuns do Ginásio – Português, Matemática e em todas as outras – um ensino orientado para cultura globalizada pode ajudar o aluno a descobrir aquilo que ele gosta. (...)

E, "segundo a prof<sup>a</sup> Maria Nilde, uma reforma de ensino implicava muito mais numa mudança de mentalidade do que em ampliação de recursos materiais. E o Ginásio Pluricurricular fará esta reforma de mentalidade? Não. Somente os professores de Artes Industriais serão preparados para a nova escola. Todos os demais permanecerão dentro dos moldes clássicos. Com isto, a reforma do ensino será feita pela metade e, de acordo com os professores que se dedicam ao Ensino Vocacional, o Pluricurricular passará, então, a ser apenas um rótulo para uma coisa velha, o que, em última análise é perda de tempo e dinheiro". (...)

E, para evitar uma reforma de fachada (Pluricurricular), Maria Nilde propôs a formação de professores para estender a experiência do Vocacional:

"Poderia ser assim: os professores viriam para o Vocacional em grupos de 100, de todas as cadeiras. Após desencadeado o plano de trabalho, esses professores voltavam para suas regiões e formariam novos cursos para estender a mais gente. Em um ano, todas as escolas do estado teriam professores em condições de fazer uma verdadeira reforma no ensino". (MARQUES, 1985, p. 263-266)<sup>266</sup>

---

<sup>265</sup> Esta informação de Sandra Marques toma como referência matéria intitulada *Entra em atividade o Ginásio Pluricurricular*, publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, de 11.03.1967

<sup>266</sup> As passagens entre aspas do trecho citado foram extraídas pela autora da matéria *Vocacional mal aproveitado*, publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, de 24.09.1967.

É dentro desse contexto de debates entre Maria Nilde Mascellani e a instalação e ampliação dos Ginásios Pluricurriculares que em 1968 o Serviço de Ensino Vocacional procurou expandir e divulgar as atividades pedagógicas por ele realizadas. Do ponto de vista da expansão vale destacar, mais uma vez, que neste ano foram instalados os cursos noturnos nos Ginásios Vocacionais da cidade de São Paulo, Americana, Rio Claro e Barretos, deu-se início ao funcionamento do 2º Ciclo no Ginásio Vocacional “Oswaldo Aranha” e a instalação do Ginásio Vocacional na cidade de São Caetano do Sul.

Do ponto de vista da divulgação, foi neste ano também que foram publicados os *Planos Pedagógicos Administrativos dos Ginásios Estaduais Vocacionais do Estado de São Paulo*<sup>267</sup>, e iniciou-se o processo de divulgação de trabalhos teóricos realizados pelos próprios funcionários dos Ginásios Vocacionais, que representavam suas experiências práticas e teóricas sobre o projeto e métodos utilizados, apresentados no *I Simpósio do Ensino Vocacional*, realizado nos dias de 8 a 12 de julho de 1968<sup>268</sup>, e a publicação de vários artigos na Revista Educação Hoje.<sup>269</sup>

De acordo com Joana Neves, nesta divulgação teórica, científica e dos serviços prestados pelo Ensino Vocacional,

(...) ênfase foi dada aos cursos de treinamento que passaram a ser procurados não apenas pelos candidatos a emprego no Sistema, mas, também, por professores interessados em aprimorar seus conhecimentos e métodos de ensino para empregá-los nas escolas em que trabalhavam. (NEVES, 2010, p. 301)

Em 13 de dezembro de 1968,<sup>270</sup> Maria Nilde Mascellani, realizou uma nova palestra onde, além de divulgar o sistema empregado pelo Ensino Vocacional, objetivou

---

<sup>267</sup> Que mais tarde foram analisados no IPM da Educação por Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano de Castro, a pedido de Rubens Resstel, como forma de verificar se em seu sistema de ensino havia ou não ensino de “subversão”.

<sup>268</sup> Por ocasião da XX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em São Paulo.

<sup>269</sup> A Revista Educação Hoje foi um periódico publicado pela editora Brasiliense entre os anos de 1969 e 1971, dedicado a publicações sobre práticas escolares experimentais existentes entre 1950 e 1970. A revista contou com várias publicações de professores dos Ginásios Vocacionais, entre eles, o texto *Flutuação da pesquisa em educação*, de Luiz Orlandi, cuja importância no contexto das pesquisas em educação, deu início a esta pesquisa. Para uma análise sobre esta revista ver, por exemplo: REVAH, Daniel & TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Educação hoje: uma revista para o ensino secundário no Brasil na década de 1960*. In: Revista brasileira de história da Educação, Maringá-PR, v. 16, n° 1 (40), p. 51-78, jan/abr. 2016.

<sup>270</sup> *Palestra de Maria Nilde Mascellani para divulgação do Serviço do Ensino Vocacional*. **13 de dezembro de 1968**. (CHIOZZINI, 2010, Anexo IV, p. 285-292).

apresentar as mudanças que correriam no sistema, decorrentes da reavaliação que vinha sendo feita e que passariam a ser implementadas no ano seguinte. Entre elas:

a experiência de primeiro ciclo em meio período, como passo para aproximar a metodologia experimental do sistema de ensino vocacional da realidade comum da rede escolar; explicava a importância da participação dos pais no processo educativo, e, em vista disso, destacava a colaboração das associações de pais dos alunos dos ginásios vocacionais e afirmava a disposição da Federação que as reunia em colaborar com as outras escolas para a organização de Sociedades de Pais; anunciava, também, um curso de férias para o próximo fevereiro. (NEVES, 2010, p. 302)

É dentro deste contexto que, segundo Daniel Chiozzini (2010), em 1968 a SEE,

(...) realizou uma tentativa de reunir sob uma mesma coordenação a primeira experiência educacional implantada seguindo os princípios do acordo MEC-USAID, os recém criados *Ginásios Orientados para o Trabalho* (GOTs) ou *Ginásios Pluricurriculares* e os Ginásios Vocacionais. (CHIOZZINI, 2010, p. 37)

Esta unificação insere-se dentro do contexto da reforma administrativa, um dos objetivos da administração Abreu Sodré, em mudar a estrutura organizacional da SEE. Esta tentativa de integração desses dois modelos foi inclusive mencionada por Newton Balzan, ex-professor de Estudos Sociais do Ginásio de Americana-SP e da capital em entrevista concedida a Daniel Chiozzini. Ele diz:

Em 67, o governo do estado não avalia o Vocacional e decide implantar um novo sistema que é o Ginásio Pluricurricular do MEC-USAID. Enquanto no Vocacional o centro das disciplinas era Estudos Sociais e os problemas sócio-político-culturais, nos Ginásios Pluricurriculares o centro era Artes Industriais. Eu me lembro que eu estava presente no S.E.V. quando foi o Secretário da Educação, acompanhado do Isaias Raw, Diretor Presidente do Butantã, bioquímico e professor de Medicina da USP. Eles foram lá mostrar o projeto dos Pluricurriculares. (...) Quando O Vocacional foi planejado e discutido, houve um projeto embrionário. E de repente criaram 55 Ginásios Pluricurriculares em São Paulo. (...). Sem treinamento nenhum, uma concepção completamente diferente. Aí eu acho que faltou um pouco de jogo político da Maria Nilde. Ela foi visceralmente contra, porque era para ir, porque aquilo era uma porcaria. Mas eu me lembro que nós podíamos, por exemplo, (eu não falei isso, até hoje me arrependo) dizer: 'Olha, as unidades de Americana, Batatais, etc. podem ser o centro de treinamento para esses Pluricurriculares'. (...) porque não criar novas escolas modelo para o estado e nós sermos um centro de treinamento? (...) Isso seria uma tentativa de desfazer os Pluricurriculares e, se não fazer

igualzinho ao Vocacional, que seria impossível, fazer pelo menos 55 escolas do estado de São Paulo virarem uma espécie de Vocacional. Mas eu não expressei isso na hora. Estava na frente do Secretário, e quem era eu? Ele era professor de urologia da Medicina da USP, o Ulhôa Cintra. (CHIOZZINI, 2003, p. 66-67)

É interessante pontuar também que, segundo Maria Nilde Mascellani, em depoimento presente da tese de Esméria Rovai (1996), ainda no início da década de 1960, quando estavam sendo realizados os estudos para a implantação do SEV junto ao então secretário da educação Luciano de Carvalho, houve uma conversa dela e Luciano com os técnicos do MEC-USAID. Ela diz:

Os Ginásios Vocacionais estariam dentro de uma configuração de ensino industrial, o que parecia responder de pronto essa questão de desenvolvimento e, conseqüentemente, do mercado de trabalho e da formação de mão-de-obra. Isso vai ser reforçado pelo debate do acordo MEC-USAID. Os técnicos do Acordo estavam no Brasil em 60, 61 e o Dr. Luciano achou bom a Comissão participar de algumas reuniões com eles até para saber o que passava e ali se discutia. Não precisava saber que meu estômago subia e descia cada vez que ia para cada uma daquelas reuniões; era um horror! Mas enfim, a gente ficava sabendo o que pensavam os inimigos. Foi uma tarefa bastante árdua esta, de provar na prática pedagógica dos Ginásios Vocacionais e na nossa prática política enquanto rede de ensino que nós não iríamos cumprir os requisitos do Acordo, que não estávamos propugnando tão por um desenvolvimento econômico ou projetando apenas um ensino técnico mais moderno. (ROVAI, 1996, p. 73 *apud* CHIOZZINI, 2003, p. 54)

Esta reforma administrativa foi definitivamente implantada com o Decreto nº 51.319, de 29 de janeiro de 1969, e propunha uma alteração e centralização na estrutura do organograma da SEE que passou a ser organizada em três coordenadorias: ensino básico e normal, ensino técnico e ensino superior. Nesta reformulação, Azanha passou para o cargo de Coordenador do Ensino Básico e Normal, ampliando assim seu campo de atuação, que incluía o Serviço de Ensino Vocacional -, e todas as unidades pedagógicas a ele subordinadas -, unificando a orientação ginásial, integrando o ensino primário e secundário de oito anos. (CURY, 2012, p. 50-51)

Esta unificação e centralização procurou estabelecer um tipo único de escola ginásial e entrou em conflito com outros modelos já existentes, como o caso dos Ginásios Vocacionais, uma vez que viam nessa medida a perda da autonomia estabelecida em sua criação. (CURY, 2012, p. 54). Ainda antes do início do ano letivo

de 1968, em 5 de fevereiro, foi promulgada a Lei nº 10.038<sup>271</sup> que dispunha sobre a organização do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, regulamentada posteriormente por uma série de atos do governo estadual, provocando mudanças na organização do ensino primário e secundário. (CURY, 2012, p. 52)

No que diz respeito aos Ginásios Vocacionais as mudanças expressas pela Lei nº 10.038, estão contidas em seu Artigo nº 36, que diz: “Os atuais ginásios secundários, industriais, agrícolas, comerciais e outros passarão a denominar-se apenas ginásio, devendo sofrer as adaptações necessárias à sua transformação para o tipo único Pluricurricular.”

Ignorando, em uma única “canetada”, toda a experiência dos Vocacionais e empenho de Maria Nilde Mascellani em tentar adaptar, e “salvar” o projeto por ela coordenado, as medidas de reformas de ensino público propostas pela SEE, Azanha e sua equipe estabeleceram que todas as experiências de ensino renovado, que vinham se desenvolvendo ao longo dos anos no Estado de São Paulo, oriundas do mesmo projeto e intenção iniciado na década de 1950, se transformariam em Ginásios Pluricurriculares, por ele idealizados.

Entretanto, suas medidas não foram aceitas pacificamente pelo professorado paulista e, principalmente, por um grupo de funcionários dos Vocacionais mais engajados na luta contra a ditadura e contra as reformas de ensino propostas pela SEE, como veremos a seguir.

### **3.2. O Contexto das acusações de “subversão” atribuídas aos professores dos Vocacionais**

O aspecto político e educacional tratado por Resstel em seu *Relatório* para “julgar” as práticas sociais desenvolvidas pelos professores dos Ginásios Vocacionais, em um contexto mais amplo, girou em torno das diferentes propostas experimentais de ensino renovado. Assim, de um lado os Ginásios Vocacionais idealizavam a ampliação de sua experiência que vinha se desenvolvendo desde o ano de 1962 e, de outro, os Ginásios Pluricurriculares, impostos pela SEE, objetivava substituir o Ensino

---

<sup>271</sup> A referida Lei está disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10038-05.02.1968.html#:~:text=Do%20Direito%20C3%A0%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20Liberdade%20do%20Ensino&text=%C2%A7%201%C2%BA%20%2D%20O%20ensino%20dos,ensino%20em%20todos%20os%20graus>. Acesso em: 22.07.2023.

Vocacional, com uma proposta mais alinhada às diretrizes educacionais do governo federal e seus acordos MEC/USAID.

Deste modo, o *Relatório* de Rubens Resstel, em sua Parte IV – *Ensino Vocacional*, Tópico 4. *Atividades Subversivas no Ensino Vocacional*, procurou analisar e descrever as atividades dos professores dos Vocacionais em oposição às medidas determinadas pela SEE.

Logo no início de sua análise Resstel destaca, no item *a.*, que em 1968 foi instalado o 2º Ciclo no GEVOA e acrescenta no item *b.*, que a maioria dos fatos narrados no IPM e, em especial, envolvendo os Vocacionais, ocorreu no ano de 1968, que “caracterizou-se por agitações nos meios educacionais, promovidos por agentes subversivos da esquerda ativista” e essas agitações, segundo ele, envolviam estudantes secundaristas, “particularmente” do 2º Ciclo. (BRASIL, 1970, p. 24)

Essa afirmação de Resstel indica que sua leitura sobre os fatos envolvendo os professores dos Ginásios Vocacionais não pretendeu apenas analisá-los em sua particularidade, Vocacional X Pluricurriculares, mas, inseri-los no amplo contexto de protestos do movimento estudantil brasileiro ocorrido na década de 1960, tipificado também como “subversivo”, que teve seu período mais intenso no ano de 1968, o mesmo ano da primeira denúncia realizada por Francisco Cid e Wladir dos Santos.

Como forma de contextualizar, ainda que de maneira breve, a atuação do movimento estudantil brasileiro na década de 1960 e seus confrontos com a ditadura, tomemos como referência algumas considerações e fatos apresentados pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), mais especificamente, seu Volume II que apresenta um conjunto de textos temáticos sobre diferentes segmentos da sociedade brasileira que sofreram as ações repressivas da ditadura brasileira.<sup>272</sup>

Destes textos, interessa-nos o texto 6, *Violações de direitos humanos na universidade*, que apresenta um balanço geral sobre o conjunto de ações repressivas nas universidades brasileiras a partir do golpe de 1964. Sua leitura permite uma ampla visão

---

<sup>272</sup> A bibliografia produzida sobre o movimento estudantil brasileiro é ampla e nosso objetivo aqui é apresentar um quadro geral do assunto como forma de situar historicamente nosso tema. Para uma interessante análise sobre a resistência do movimento estudantil contra a ditadura ver, por exemplo, a tese de doutorado de Angélica Müller (2010), *a resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena política*.

sobre a “violação de direitos humanos” e as “formas de controle ideológico” realizado nas universidades e as formas de atuação e resistência do movimento estudantil.<sup>273</sup>

Apesar do esforço e trabalho realizado pela CNV e por diversas outras Comissões da Verdade espalhadas pelo Brasil é importante pontuar que estas não procuraram compreender como as ações repressivas da ditadura brasileira atuaram na Educação Básica brasileira, sendo esse tema um ponto em aberto ainda a ser estudado e pesquisado.<sup>274</sup>

Feito esse parêntese, inicialmente, a CNV procurou retomar os debates que envolviam o ambiente universitário das décadas de 1950 e 1960 que giravam em torno da temática da autonomia e a ampliação das vagas nas universidades, onde, apesar dos debates e ações que visavam ampliar o acesso ao ensino no país,<sup>275</sup> “(...) não atingiu a estrutura universitária, que se encontrava atrasada e incapaz de absorver um número cada vez maior de candidatos aptos a se profissionalizarem.” (BRASIL, 2014b, p. 266-267)

Tomando como referencial a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>276</sup>, representação máxima dos estudantes, de acordo com a CNV, a partir da década de 1960 essa entidade se envolveu em diversas campanhas para debater a reforma universitária, a democratização da universidade, se envolveu nas discussões sobre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1961, e na campanha da legalidade<sup>277</sup> pela posse de João Goulart em 1961. A partir dessa atuação da UNE, os setores mais conservadores da sociedade passaram a ver esta entidade como “perigo vermelho”, tornando-se alvo de grupos reacionários que passaram a ameaçar seus dirigentes. (BRASIL, 2014b, p. 267)

---

<sup>273</sup> É importante ressaltar que muitos dados, informações e fatos presentes na CNV são oriundos de outras Comissões da Verdade, estaduais e de universidades que se empenharam em pesquisas sobre violações de direitos humanos realizadas pela ditadura (1964-1985).

<sup>274</sup> Um importante trabalho nesse sentido é a dissertação de mestrado de Fábio Tamizari (2018) intitulado *DEOPS, presente! Formas de controle dos professores, alunos e familiares na educação básica sob a ditadura civil-militar (1964-1985)*.

<sup>275</sup> Me refiro aqui aos debates sobre a ampliação e transformação do ensino básico brasileiro que exigia mudanças, devido ao aumento da população do país e o gradativo deslocamento da população rural para as cidades, que tornou possível a criação das classes experimentais.

<sup>276</sup> Fundada extraoficialmente em 11 de agosto de 1937, a partir da iniciativa da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, a União Nacional dos Estudantes (UNE), só foi reconhecida oficialmente em dezembro de 1938. Constituída por organizações estudantis de todo o Brasil, a UNE se tornou o órgão máximo de representação dos estudantes com o objetivo de defender seus interesses. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une>. Acesso em: 22.07.2023.

<sup>277</sup> Campanha civil posta em movimento para garantir a posse do então vice-presidente João Goulart que estava sendo impedido de assumir a presidência por conta da renúncia do então presidente Jânio Quadros.

Sobre a atuação e o histórico da UNE é importante também levar em conta as considerações realizadas por João Roberto Martins Filho (2014), pois, segundo o autor, existe uma diferença entre as lideranças da entidade estudantil e o ambiente universitário como um todo. Desde a criação da UNE o ambiente universitário era majoritariamente frequentado por membros de uma elite e representava os anseios de uma classe média bem informada e razoavelmente preocupada com as desigualdades do país. Esta configuração do meio universitário, refletiu, em grande medida, no estabelecimento das lideranças da UNE que, na primeira metade da década de 1950, estavam mais ligadas aos partidos liberais e elitistas, inimigos do varguismo e do trabalhismo<sup>278</sup>. (MARTINS FILHO, 2014, p. 97-99)

O ponto de virada da UNE e sua preocupação em relação às condições de vida da sociedade brasileira como um todo se deu em seu 24º Congresso, ocorrido no ano de 1961, quando assumiram a direção da entidade grupos políticos ligados à chamada “esquerda católica” como a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC)<sup>279</sup>.

O ideário dessas organizações provinha de teóricos humanistas católicos, como o padre francês Leuret, que visitou o Brasil nessa época, e se caracterizava por uma preocupação com a realidade social e um compromisso com a mudança, a partir da vivência cristã do mundo, fora das alternativas polarizadas do comunismo ateu e do capitalismo materialista. (MARTINS FILHO, 2014, p. 100)

Dentro desse contexto, o movimento estudantil participará “(...) intensamente, de todo o processo de radicalização das lutas populares nesse período, mas não mais como um movimento de massa e, sim, por meio de seus setores militantes, de “vanguarda”, organizados, de direção.” (MARTINS FILHO, 1997, p. 80)

---

<sup>278</sup> Mais especificamente ligadas à União Democrática Nacional (UND), partido extremamente crítico aos governos de Getúlio Vargas (1950-1954) e Juscelino Kubitschek (1955-1960).

<sup>279</sup> A JUC e a JEC foram associações civis católicas reconhecidas nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setores especializados da Ação Católica Brasileira (ACB). Seu objetivo era difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário e a estudantes secundários, que foram perseguidos pela repressão após o golpe de 1964. Desapareceram entre os anos de 1966 e 1968, quando a nova orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação aos movimentos leigos da Igreja provocou o esvaziamento da ACB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetematICO/juventude-universitaria-catolica-juc>; e [http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetematICO/juventude-estudantil-catolica-jec#:~:text=ESTUDANTIL%20CATOLICA%20\(JEC\)-,JUVENTUDE%20ESTUDANTIL%20CAT%3%93LICA%20\(JEC\),aos%20estudantes%20de%20n%C3%ADvel%20secund%C3%A1rio](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetematICO/juventude-estudantil-catolica-jec#:~:text=ESTUDANTIL%20CATOLICA%20(JEC)-,JUVENTUDE%20ESTUDANTIL%20CAT%3%93LICA%20(JEC),aos%20estudantes%20de%20n%C3%ADvel%20secund%C3%A1rio). Acesso em: 22.12.2020.



Conseqüentemente, após o golpe de 1964, a ditadura procurou limitar e controlar as práticas do movimento estudantil. Em 4 novembro de 1964, foi aprovada a Lei nº 4.464, que versava sobre os órgãos de representação estudantil. Conhecida como Lei Suplicy, em referência ao então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda (1964-1966), esta lei extinguiu todas as representações estudantis livres, colocando a UNE na ilegalidade, criando assim os diretórios estudantis diretamente controlados pelas administrações escolares. (PINTO, 2014, p. 291)

Com esta medida o movimento estudantil foi praticamente desarticulado de modo que suas reivindicações, seja por pautas estritamente estudantis ou contra o regime instaurado após o golpe, tornam-se praticamente inviáveis. Esta situação se arrastou até o ano de 1966 quando o movimento estudantil e a UNE, apesar da clandestinidade, passaram a se reorganizar. Esta reorganização se deu após o 28º Congresso da UNE, realizada na clandestinidade na cidade de Belo Horizonte-MG. Neste congresso, se elaborou o Plano de Ação da entidade que, em linhas gerais, apresentava suas reivindicações educacionais, como: luta pela Reforma Universitária, revogação do acordo MEC/USAID, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, escola pública e gratuita, alfabetização para o povo e revogação da Lei Suplicy. (SANFELICE, 1986, p. 108)<sup>280</sup>

Tendo no horizonte estas reivindicações, o movimento estudantil passou a realizar diversos protestos, greves e manifestações que, devido ao acirramento do regime, com a edição do AI-2 e a promulgação da LSN de 1967, acabaram muitas vezes em violenta repressão por parte das forças policiais.

De acordo com CNV (2014), entre fins de 1967 e início de 1968, muitas manifestações estudantis ocorreram em todo o país. Em 28 de março de 1968, a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, restaurante universitário que na época abrigava a União Metropolitana de Estudantes da cidade do Rio de Janeiro, organizou um protesto pela melhoria das instalações do restaurante, da qualidade da comida e contra o aumento do preço. Neste protesto, a polícia invadiu o restaurante o que resultou na morte do estudante Edson Luiz Lima Souto. Em consequência desse episódio várias manifestações ocorreram em todo o país. Na missa de sétimo dia de Edson Luiz, o Exército ocupou a região central da cidade do Rio de Janeiro, o que terminou por gerar um novo confronto. (BRASIL, 2014b, p. 273)

---

<sup>280</sup> Além dessas pautas mais específicas em relação a política educacional, pode-se acrescentar pautas mais gerais, como o fim da censura e o fim da ditadura.

No final de junho de 1968, o movimento estudantil ocupou o prédio do MEC no Rio de Janeiro e, neste dia, foram construídas barricadas na avenida central da cidade, local onde se deu o confronto com as forças policiais, resultando em diversos feridos. Na sexta-feira seguinte, conhecida como “sexta-feira sangrenta”, foi organizado um novo protesto e redundou em nova repressão e nas mortes de Fernando da Silva Lembo, Maria Ângela Ribeiro e Manoel Rodrigues Ferreira. A sequência desses confrontos resultou na grande Passeata dos Cem Mil, realizada no dia 26 de junho, promovida para protestar contra o regime, a censura, a violência e a repressão policial. (BRASIL, 2014b, p. 274)

Na Universidade de São Paulo, ainda no mês de junho, houve ocupações de estudantes no prédio da Reitoria na Cidade Universitária, na Faculdade de Direito, na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) e o Conjunto Residencial da USP (Crusp), foi transformado em “território livre” dos estudantes, em protesto contra os acordos MEC/USAID. Nos dias 2 e 3 outubro de 1968 ocorreu um episódio chamado “batalha da Maria Antonia”, onde um grupo paramilitar do Comando de Caça aos Comunistas (CCC),<sup>281</sup> infiltrado entre os estudantes da Universidade Mackenzie, com a proteção das forças policiais, invadiu e depredou as dependências da FFCL, importante ponto de encontro do movimento estudantil ligado à UEE (União Estadual dos Estudantes) e da UNE, ocasionando na morte do estudante secundaristas José Guimarães. No dia 12 de outubro, a polícia cercou e prendeu 700 estudantes presentes no 30º Congresso da UNE, realizado na cidade de Ibiúna. Em 17 de dezembro, quatro dias após o AI-5, forças policiais e militares invadiram e desocuparam o Crusp, prendendo cerca de 800 estudantes e desalojando cerca de 1.400 que lá residiam. (BRASIL, 2014b, p. 275)

É dentro deste amplo contexto de mobilização do movimento estudantil contra a política educacional da década de 1960 e contra a ditadura, que se insere a nossa interpretação da leitura de Rubens Resstel sobre as atividades “subversivas” dos Ginásios Vocacionais que, segundo ele, foram “promovidos por agentes subversivos da esquerda ativista.”

Como forma de analisar as práticas sociais dos professores dos Vocacionais Resstel dará especial atenção à atuação da “esquerda ativista” junto aos secundaristas,

---

<sup>281</sup> O Comando de Caça aos Comunistas foi um grupo paramilitar de extrema direita criado em São Paulo no ano de 1964 com o intuito de combater os grupos de esquerda, especialmente ligados ao Partido Comunista. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-caca-aos-comunistas-ccc>. Acesso em: 27.08.2023.

pois, segundo ele, ainda no tópico 4 do *Relatório*, item *b.*, as manifestações do ano de 1968, envolveram esse grupo de estudantes, pois, “(...) os secundaristas do 2º Ciclo constituem a faixa etária mais procurada pelos agentes subversivos, por sua imaturidade, desejo de afirmação, impulsividade e inconsequência.” (BRASIL, 1970, p. 25)

Esta afirmação de Resstel é um bom exemplo de como, naquele momento, a ditadura passou a interpretar a possibilidade de práticas de “subversão” no espaço estudantil, especialmente no 2º Ciclo, dada, segundo sua leitura, a “imaturidade”, “desejo de afirmação”, “impulsividade” e “inconsequência” dos estudantes.

Dentro deste contexto, destacaremos quatro pontos da temática da “subversão” indicados pelo *Relatório* que entendemos serem importantes para compreensão da perseguição contra os Ginásios Vocacionais neste nosso último capítulo da dissertação.

O primeiro, gira em torno da entrada de um grupo de professores “ativistas” nos Vocacionais e sua atuação junto ao 2º Ciclo do GEVOA, instalado em 1968. O segundo, envolve a mobilização do professorado paulista contra medidas e a reforma no ensino paulista proposta pela SEE e os Ginásios Pluricurriculares. O terceiro envolve a proposta de reavaliação e expansão do Ensino Vocacional indicada em um texto produzido pelo SEV intitulado *Linha de Revisão – 1968*. No quarto apresentaremos algumas considerações sobre o texto intitulado *Ensino Vocacional na Política Educacional de São Paulo*, que foi apreendido pelo inquérito do II Exército e tem significativa importância no contexto das acusações atribuídas aos professores dos Vocacionais.

### **3.3. Os professores “ativistas” e ação do professorado paulista contra a SEE**

Segundo Mariângela Paiva Oliveira,

O 2º ciclo vocacional foi uma nova experiência que, trabalhando uma outra faixa etária (alunos entre 15 e 18 anos), se propôs levar os alunos a uma ‘inserção imediata nos diversos campos da atividade humana’.

Para tanto, organizou-se em subconjuntos constituídos por áreas do conhecimento (comunicações, eletrônica, eletrotécnica, edificações, iniciação ao serviço social – dimensão de educação popular – e administração de empresas) que, abrindo perspectivas profissionais, não conduziam à especialização. A ideia central era instrumentalizar o aluno com vistas à sua inserção no mercado de trabalho, sem, entretanto, pretender dar uma formação profissional completa. (...)

Na fase de vida em que se encontra o adolescente de 2º ciclo há que se desenvolver sua capacidade de pensamento hipotético-dedutivo. Portanto, ele tem condições de mobilizar-se para escolher, planejar, executar e avaliar um projeto, cujo critério de escolha prendesse à correspondência com as exigências reais da comunidade em que se situa. Esse foi o raciocínio que orientou aquela ação pedagógica. O corpo docente do 2º ciclo era formado por profissionais especializados nas diversas áreas, coordenados por um deles em cada subconjunto, com a colaboração da equipe de orientação, a quem cabia o acompanhamento metodológico, vocacional, pedagógico e educacional. (OLIVEIRA, 1986, p. 62-63)

Ignorando todo o viés pedagógico da implementação do 2º Ciclo e sua proposta de alinhar esse período de formação com o ingresso na vida adulta e inserção no mercado de trabalho, Resstel focou sua análise nos “profissionais especializados” enquanto agentes “subversivos” interessados em subverter a ordem política e social brasileira.

De acordo com o *Relatório*, no início do ano de 1968, ingressaram no SEV e no 2º Ciclo do GEVOA “elementos de nítida formação esquerdista” (BRASIL, 1970, p. 25). São eles: Darcy Paulillo dos Passos (Professor de Economia), ex-promotor público demitido em 1964 com base no Artº 7 do AI-I por atividades “subversivas”; Carmem Maria Craidy (Orientadora Pedagógica), com antecedentes em Ijuí-RS; Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães (Professora de Cultura Brasileira e auxiliar de orientação pedagógica), ligada ao grupo “Marighela”; Luiz Benedito Lacerda Orlandi (coordenador Pedagógico), “ativista” com antecedentes; e Nagib Miguel Elchmer (chefe do setor de Relações Públicas), ligado a atividades “esquerdistas”. (BRASIL, 1970, p. 25)<sup>282</sup>

Um primeiro dado a acrescentar em relação a esses professores é que eles já haviam sido denunciados por Francisco Cid em seu memorial endereçado ao Ministério da Justiça em abril de 1969 e, apesar de não terem entrado no escopo das investigações do Processo nº 00358 da SCGI/SP, que deu origem ao IPM da Educação, essas investigações tornaram-se subsídios para as investigações procedidas por Resstel. Acrescente-se a isso o fato de que apesar desta denúncia de Cid estes professores não foram investigados e nem acusados no Processo nº 37/69 da CEI e no Inquérito nº 191-69c do DPF/SP.

---

<sup>282</sup> O *Relatório* acrescenta ainda a admissão de Sabatina de Lourdes Gervásio (Sabá), autora de livros sobre “educação sexual para crianças” e tem antecedentes “como trotskista”. Esteve a seu cargo a redação do “folhetim” “SEVINFORMA” e não ficou por muito tempo no SEV e foi demitida por Maria Nilde por publicar “assunto de cunho pejorativo” no folhetim. Mas, segundo ele, “não há dados que tenha desenvolvido ação subversiva”. (BRASIL, 1970, p. 25-26)

Segundo dados que pudemos levantar, Darcy Paulillo dos Passos havia se graduado em Ciências Jurídicas e Sociais e em Economia pela USP e na juventude militou junto à JUC. Além disso foi Promotor Público da cidade de Araras-SP, demitido pelo Governo do Estado em 1964 com base no artigo 7º do Ato Institucional nº 1 sob a acusação de “subversão”. Darcy foi professor de Economia do GEVOA de 1968 a janeiro de 1969.

Luiz Benedicto Lacerda Orlandi, formado em Odontologia e em Pedagogia pela UNESP Araraquara-SP, atuou como coordenador de pesquisa de comunidade do SEV entre 1967 e 1968, quando pediu exoneração por ter obtido uma bolsa de estudos na França. Nagib Miguel Elchmer atuou no setor de relações públicas do SEV entre 1967 e 1968, quando saiu da instituição indo atuar no Colégio Estadual “Manoel de Paiva”. Carmen Maria Craidy, formada em Pedagogia e natural do Rio Grande do Sul, durante a juventude atuou junto à Juventude Universitária Católica (JUC) e trabalhou como orientadora pedagógica do GEVOA de 1968 a fevereiro de 1969. Finalmente, Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães professora de História da Cultura Popular Brasileira, lecionou no GEVOA de 1968 ao primeiro semestre de 1969.<sup>283</sup>

Como se pode ver se, inicialmente, a denúncia de 1968 atribuía a existência de práticas “subversivas” a funcionários do Ginásio de Americana-SP, especialmente Aurea e Maria Nilde, o memorial de Francisco Cid de 1969 acrescentou outros funcionários ao *hall* dessas atribuições, localizados agora no Ginásio da capital. Além disso, todos esses funcionários já haviam deixado os Vocacionais antes da denúncia de Cid em 1969, do início do Processo nº 37/69 da CEI, do Inquérito nº 191-69 c do DPF/SP, do Processo nº 00358 da SCGI/SP e do início do IPM da Educação.

Não deixa de ser curioso também o fato desses professores, que atuaram por tão pouco tempo junto ao SEV e em uma cidade diferente, terem sido arrolados por Cid em sua denúncia encaminhada ao Ministério da Justiça, uma vez que além da distância dos Ginásios, é pouco provável que o denunciante tivesse conhecimento de todas as atividades realizadas pelos professores da capital.

---

<sup>283</sup> Sebastiana foi falsamente acusada pelos órgãos repressivos de integrar a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo armado liderado por Carlos Marighela que tinha como objetivo derrubar a ditadura e realizar uma revolução social no Brasil. A acusação a Sebastiana se deu por conta da ajuda que ela deu a dois amigos, membros da ALN para saírem do país. Por conta disso, Sebastiana foi presa e torturada pelo DEOPS/SP em 1969, depois de deixar os Vocacionais. Sebastiana conseguiu sair da prisão com a ajuda da amiga Carmem Maria Craidy e se exilou na França, retornando para o Brasil na década de 1980. Segundo informações fornecidas por Carmem Craidy.

Feita essas observações, Rubens Resstel, acrescenta que estes professores foram contratados por escolha pessoal de Maria Nilde, “fora das normas usuais”<sup>284</sup> do SEV e, como forma de reforçar sua leitura sobre os Vocacionais e a conjuntura das mobilizações estudantis encabeçada pela UNE ao longo do ano de 1968, observa que Darcy, Carmem, Sebastiana e Nagib eram “filiados às chamadas esquerdas católicas”<sup>285</sup>, “ligados a frades dominicanos ou franciscanos” e que com exceção de Nagib, participaram da JUC, organização que Mascellani também fez parte na juventude. (BRASIL, 1970, p. 26)

Conforme indicamos anteriormente, a Juventude Universitária Católica foi uma associação de civis da Igreja Católica, ligados à Ação Católica Brasileira, com o objetivo de difundir os ensinamentos da igreja no meio universitário e entre os estudantes secundários que, a partir da década de 1960, passou a se dedicar muito mais a atuação política no movimento estudantil, como um dos grupos que influenciou a nova orientação da UNE. De acordo com o livro *A JUC: os estudantes católicos e a política* de Luiz Alberto Gómez de Souza, em toda a história do movimento (1950-1968):

(...) podemos dizer que, no caso da JUC, uma inserção numa prática religiosa foi levando à descoberta das exigências de um engajamento social e de uma prática política, o que deu como resultado uma revisão crítica da própria prática religiosa. Essa evolução interna do movimento distanciou-se das práticas religiosas, sociais e políticas costumeiras no meio eclesial mais amplo (...) (SOUZA, 1984, p. 106)

Diante desse quadro, Resstel afirma no item *c.*, que teriam sido esses professores, com antecedentes políticos e sociais no DEOPS/SP e ligados às esquerdas, os responsáveis por “coordenadamente, articular professores e alunos, integrando-os nos movimentos de protestos e passeatas que caracterizaram o agitado ano de 1968.” (BRASIL, 1970, p. 26)

Acrescente-se a isso o fato de que, ainda de acordo com a denúncia realizada por Francisco Cid em 1969, “a célula de agitação estudantil entre os secundaristas” de

---

<sup>284</sup> É importante pontuar novamente que de acordo com a pesquisa da ex-professora dos Vocacionais Joana Neves (2010), muitas contratações de docentes no ano de 1968 foram realizadas em regime de CLT, sem precisarem de treinamento como normalmente se fazia.

<sup>285</sup> A esquerda católica foi um amplo movimento de setores do catolicismo que reagiram contrariamente à condição de avalista moral da ordem temporal estabelecida. Nesses setores encontramos o Movimento de Educação de Base – MEB; o jornal *Brasil, Urgente*; os movimentos específicos da Ação Católica, como a Juventude Universitária Católica – JUC, a Juventude Operária Católica – JOC – e a Juventude Estudantil Católica – JEC. (SILVA, 2011, p. 86)

São Paulo entre os “meses de setembro e outubro de 1968”, se situava no Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” (GEVOA), enquanto ponto de contato com os universitários do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) onde os professores “suspendiam as aulas, colocavam os alunos em assembleia permanente e traziam universitários para dar-lhes treinamento para participação de movimento de rua”. (BRASIL, 1970, p. 3-4)

Dentro deste contexto, Resstel e a denúncia de Francisco Cid inserem as práticas sociais dos professores dos Vocacionais dentro do amplo contexto das mobilizações do movimento estudantil na década de 1960, entrando assim em nosso segundo ponto de interpretação para compreensão da perseguição contra os Ginásios Vocacionais, ou seja, a mobilização do professorado paulista contra a reforma no ensino paulista proposta pela SEE e os Ginásios Pluricurriculares.

Em nossas pesquisas não encontramos informações que indiquem a atuação desses professores de maneira direta junto aos secundaristas. Tudo indica que este tema forneceu apenas mais subsídios aos órgãos repressivos, e a Rubens Resstel, no sentido de ampliar o arcabouço de acusações de “subversão” aos Vocacionais.

Esse arcabouço de acusações de “subversão” atribuídas a esses professores é reforçado pelo fato de que, em nossas pesquisas junto aos acervos do DEOPS/SP, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, é possível constatar que estes professores eram vigiados pelo setor de informações deste órgão que produziu muitas informações sobre a atuação deles, principalmente durante o período em que estavam na universidade em seus respectivos cursos de graduação, em fins da década de 1950 e início de 1960.

Em linhas gerais, as informações produzidas pelos órgãos de controle, vigilância e informações sobre esses professores giravam em torno de suas atuações junto ao movimento estudantil, a Juventude Universitária Católica e centros acadêmicos. Nesse amplo conjunto documental, em meio a repetições de informações que eram difundidas para outros órgãos do aparato repressivo há a recorrência da linguagem utilizada para tipificar suas ações políticas e sua conduta como “comunista”, “esquerdista”, “ligados aos vermelhos”. Além disso, aparecem nos documentos palavras que buscam classificar suas ações como “participação em greves”, “luta estudantil”, “subversão”, “protestos”, “passeatas” e “manifestações” tipificando assim atividades

que pudessem atentar contra a ordem “política e social”, de acordo com as diretrizes ideológicas do aparato repressivo.<sup>286</sup>

Conforme indicamos anteriormente, a partir dos estudos de Carlos Fico (2001, p. 101), esta reiteração de informações era a principal técnica de inculpação e tipificação dos órgãos de controle, vigilância e informação, de modo que esses dados produzidos sobre esses professores durante a universidade passaram a ser utilizados como “agravante” em suas atividades junto aos Ginásios Vocacionais.

Na sequência, Resstel destaca que a entrada desses novos professores gerou desavenças e antipatia com os professores mais antigos “que foram proibidos de frequentar o 2º Ciclo” sob a alegação que “ali se cuidava de uma nova experiência”.<sup>287</sup> (BRASIL, 1970, p. 27)<sup>288</sup>

O IPM não chegou a realizar uma análise pedagógica sobre o 2º Ciclo para verificar se havia em sua proposta, ensejo de “subversão”, como fez com outros temas dos Vocacionais.<sup>289</sup> No entanto, é possível entender que seu comentário sobre esse tema e vinculação desses professores no projeto objetivou reforçar sua posição sobre a “preferência” dos “subversivos” nessa faixa etária, dentro do contexto das manifestações estudantis do ano de 1968 e, conseqüentemente, as supostas intenções de Maria Nilde Mascellani em contratar esses docentes, como parte de um suposto plano maior em “subverter” a juventude.

A esses novos professores foi imputada também certa “responsabilidade” em relação às manifestações do professorado paulista no ano de 1968, na defesa de seus direitos e na oposição às medidas administrativas impostas pela SEE.

---

<sup>286</sup> Ao final dessa dissertação o leitor poderá encontrar uma lista dos documentos desses professores, fruto de nossa pesquisa.

<sup>287</sup> Essa afirmação de Resstel toma como base os depoimentos dos professores Nelson Sanches e Ângelo Schoenacker. (BRASIL, 1970, p. 27)

<sup>288</sup> Embora não cite nomes, o ex-professor Newton Balzan, em entrevista presente na dissertação de Daniel Chiozzini (2003), reforça essa afirmação sobre desavenças e antipatias com esses novos professores: “Havia gente que tinha entrado no Vocacional que nós não sabíamos de onde tinha vindo. Vieram do Rio de Janeiro, do Sul, não sei. - **Ligados a partidos?** Ligados a partidos sim, eu não sei exatamente, eu acredito que eles entraram no Vocacional como elementos de esquerda para, talvez, pensando numa revolução que viria, eles assumirem a liderança. Então era um pessoal da esquerda. (...) Mas esse pessoal era muito antipático. Eu diria que eles eram de extrema esquerda. Eles olhavam para nós com um ar de desprezo, um pessoal pernóstico.” (CHIOZZINI, 2003, p. 87-88)

<sup>289</sup> Embora o *Relatório* não tenha feito essa análise pedagógica do 2º Ciclo, ao analisarmos os Autos do IPM, é possível ver que ele incorporou a seu material um texto produzido pelo SEV intitulado “Objetivos do 2º Ciclo”, produzido, provavelmente no ano de 1968. Trata-se de um texto simples, dividido em 24 pontos datilografados, onde são apresentados os objetivos de sua instalação. Este documento, foi fornecido ao II Exército por Antonio Sodré Cancela Cardoso, Coordenador da Área de Propaganda, Sub Conjunto de Comunicações do GEVOA, depois de prestar depoimento ao Coronel Rubens Resstel, em 13 de julho de 1970. Antonio teria sido contratado por Maria Nilde no início de 1968 e ficou no cargo até o final daquele ano. Processo nº476-STM, Volume IV, p.1002



Na seção anterior, informamos que as medidas iniciais na administração de Azanha foram dar andamento a uma reforma no ensino da SEE, que segundo a sua avaliação, o principal problema era a democratização do acesso ao ensino (AZANHA, 2004). De acordo com Cury (2012, p. 34-36), a reforma no ensino paulista proposta por Azanha objetivava eliminar a principal barreira que impedia o acesso dos estudantes do ensino primário ao ginásio, ou seja, os exames admissionais, necessários a todos os que ingressavam no segundo grau. Assim, em 1967, Azanha unificou e diminuiu o grau de dificuldade dos exames admissionais, tal medida, gerou intensos debates e críticas por parte do professorado e da mídia paulista, acarretando em um grande número de aprovados e inscritos, excedendo até mesmo o número de vagas disponíveis.

À época, grande parte do professorado passou a criticar a queda na qualidade do ensino e, principalmente, por ficarem os docentes sobrecarregados em salas superlotadas, de modo que os novos estudantes foram rearranjados em escolas com pouca procura, na abertura de escolas em novos períodos, com ginásios que passaram a funcionar juntamente com grupos do primário e com escolas que passaram a operar em prédios de repartições públicas. (CURY, 2012, p. 40)

Essa “democratização” a fórceps do ensino imposto por Azanha provocou uma reação dos professores que optaram pela reprovação em massa dos estudantes que não atingiam as exigências mínimas no final do ano letivo de 1967. Por outro lado, Azanha, não procurou conciliar a alta demanda de estudantes para os professores, de modo a garantir o acesso ao ensino pretendido por ele, ao contrário, como forma de atrair o professorado, concedeu bonificações àqueles que aprovassem mais alunos, o que incidia também no critério de pontuação dos professores da rede, influenciando assim em suas contratações no próximo ano letivo.<sup>290</sup> (AZANHA, 2004, p. 66)

Em 23 de março de 1968, José Mario Pires Azanha baixou uma medida denominada Portaria 31, que limitava a 36 o número máximo de horas que os professores da rede estadual poderiam ministrar. Essa medida gerou intensa mobilização do professorado, pois, foi tomada 22 dias depois do início do ano letivo, causando grandes prejuízos financeiros. Essa insatisfação do professorado, resultou em uma greve

---

<sup>290</sup> Não se trata aqui, de nossa parte, em defender a existência dos Exames Admissionais, mas de pontuar como a medida foi tomada de forma arbitrária pela SEE, gerando sobrecarga de trabalho ao professorado e diminuição da qualidade do ensino com salas superlotadas. Para uma análise sobre o caráter elitista e excludente dos Exames Admissionais, ver o artigo “Além do Exame de Admissão: obstáculos para o acesso ao ensino secundário de São Paulo”, Chiozzini e Andrade (2020).

encabeçada por colégios que não faziam parte da rede regular de ensino<sup>291</sup>, em especial, os ligados ao SEV, com destaque às atuações de Darcy Paulillo dos Passos, Carmem Maria Craidy, Nagib Miguel Elchmer, Sebastiana Bittencourt e Luiz Orlandi. (BRASIL, 1970, p. 27)<sup>292</sup>

Com o objetivo de derrubar essa Portaria 31, foi realizada uma Assembleia no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), no dia 23 de maio de 1968, onde Darcy foi eleito Coordenador Geral da Campanha. (BRASIL, 1970, p. 27)

Segundo um documento que encontramos no acervo do AP/SP, fundo DEOPS/SP, Série Dossiês, esta assembleia foi registrada em um informe de nº 30, do dia 24.05.68, produzido pelo Setor “E.P”, do DEOPS/SP. Segundo esse informe “estavam inscritos entre os oradores” da assembleia diversas pessoas, entre eles, Darcy Passos, Nagib Elchmer, Luiz Orlandi e Francisco Cid. Nesta assembleia, além da revogação da portaria 31 e de outras reivindicações do professorado, foi decidido que os professores permaneceriam em “assembleia permanente” até que suas demandas fossem atendidas.<sup>293</sup>

De acordo com Cury, no dia 23 de maio de 1968,

(...) cerca de mil estudantes secundaristas com idade entre 10 e 18 anos se reuniram em frente à Secretaria da Educação bramindo palavras de ordem como “Abaixo a repressão”, “Mais escolas, menos quartéis”, “Escola sim, cadeia não”, “Liberdade pra estudante”, “Queremos ensino livre”, “Abaixo a Portaria 31”, “Mais verba; menos verbo” e, por fim, “Ensino para o povo” (A passeata..., 1968). (CURY, 2012, p. 65)<sup>294</sup>

Depois disso o *Relatório* dá conta de que ocorreram outras reuniões no TUCA, com passeatas e concentração na frente da Assembleia Legislativa e da SEE, com participação dos professores dos Vocacionais. (BRASIL, 1970, p. 28)

Uma dessas manifestações foi registrada em um Relatório da Delegacia de Ordem Especializada de Ordem Social do DEOPS/SP, em 11 de junho de 1968, disponível no acervo do AP/SP, fundo DEOPS/SP, Série Dossiês. Produzido por

---

<sup>291</sup> Entre eles: Colégio de Aplicação, Colégio Vocacional do Brooklin, Centro de Pesquisas Educacionais e Colégio Industrial Vila Leopoldina. (CURY, 2012, p. 66)

<sup>292</sup> O *Relatório* acrescenta ainda que Darcy, Orlandi, Nagib, Sebastiana e Carmem, passaram a desenvolver atividade no GEVOA com reuniões objetivando assim “aliciar” professores e alunos em prol das manifestações. (BRASIL, 1970, p. 27)

<sup>293</sup> AP/SP, fundo DEOPS/SP, Dossiê, 50-J-25-13. Arquivado em: 25.7.68.

<sup>294</sup> Esta passagem de Cury, toma como referência a matéria *A passeata dos colégios em Greve*, publicada pelo jornal **Folha de São Paulo**, no dia 23 de maio de 1968.

Orlando Rozante, Delegado Ajunto de Ordem Social, segundo esse relatório, este delegado, acompanhado de outros investigadores, acompanharam uma manifestação ocorrida em frente ao Palácio do Governo do Estado onde estavam presentes aproximadamente “900” professores “de vários pontos do Estado”. Segundo este relatório, “entre os líderes sempre fazia-se presente”, “conduzindo os manifestantes o professor Darcy Paulillo dos Passos, Promotor aposentado e fichado nesse DOPS, por suas atividades subversivas na cidade de Araras”. Acrescenta ainda que “As atividades desse elemento são perigosíssimas, principalmente sabendo-se que ele tem predileção pela classe estudantil.” Depois disso, a manifestação teria se dirigido ao Teatro Municipal, depois ao Largo do Arouche e finalizado em frente à SEE.<sup>295</sup>



Figura 3 - Manifestação Estudantil contra Portaria 31 - Foto fornecida pelo DOPS<sup>296</sup>

É dentro deste mesmo contexto que devemos entender também as denúncias de Cid e Wladir em dezembro de 1968. Conforme mencionamos no capítulo 1, a alcunha de “subversiva” fora atribuída à Aurea Sigrist no Ginásio de Americana-SP, pois, dentro do colégio ela teria feito críticas às forças policiais da cidade de São Paulo que

<sup>295</sup> AP/SP, fundo DEOPS/SP, Dossiê 50-H-67-237 a 236. Arquivado em: 25.7.68.

<sup>296</sup> Processo n°476-STM, Volume VIII, p. 2343.

invadiram a então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo após o evento conhecido como “batalha da Maria Antonia”.<sup>297</sup>

A alcunha de “subversiva” recaiu também sobre Aurea e os secundaristas quando ela teria decidido, após aval de Maria Nilde, pelo comparecimento de cinco alunos do GEVA a um Congresso de Estudantes Secundaristas no Colégio Progresso de Campinas, em setembro de 1968, acompanhados dos professores Ricardo Apparício Bacci e Modesto Vasques Ayres.<sup>298</sup> As informações em relação a este Congresso são confusas. Tomando como base as investigações procedidas pelo Inquérito n° 191-69 c, informa que durante suas discussões no Congresso houve, entre os estudantes, “expressões em voga na época, muito propaladas pelos agentes subversivos, referentes à repressão policial contra as manifestações estudantis.” Aurea, segundo depoimento, teria comparecido ao Congresso, mas como tudo estava em ordem, foi embora. Na mesma linha, teria comparecido também ao local o Delegado Seccional da Polícia de Campinas, Cid Guimarães Leme<sup>299</sup> e, segundo seu depoimento, nada teria visto de “subversivo”. (BRASIL, 1970, p. 36-37)

As acusações de “subversão” deste congresso estudantil que “degenerou em manifestações subversivas” foram dadas por três Sargentos da Escola Preparatória de Cadetes de Campinas que, na qualidade de estudantes, ingressaram no referido congresso. São eles: Olaerte Rodrigues de Sá, Alberto Sérgio Ceroni e Hamilton Vonetti Peterson.<sup>300</sup> (BRASIL, 1970, p. 36) Nos depoimentos desses Sargentos, segundo resumiu o *Relatório*, compareceu nesse Congresso o Padre Milton Santana, da Paróquia do Taquaral de Campinas que, “tomando a palavra, pronunciou violento discurso de cunho subversivo”. (BRASIL, 1970, p. 36)

Nascido na cidade de São Félix na Bahia, o padre Milton Santana foi ordenado presbítero em 1936 na Catedral de Campinas, atuou junto à Juventude Operária Católica (JOC) e em 1955 assumiu a Paróquia Nossa Senhora de Fátima no Bairro Taquaral, na

---

<sup>297</sup> Darcy, Sebastiana e Carmem também teriam feito críticas a essa ação policial decorrente da “batalha da Maria Antonia” no GEVOA, aumentando assim as acusações de “subversão” imputadas a eles no *Relatório* de Resstel. (BRASIL, 1970, p. 28)

<sup>298</sup> O comparecimento destes professores no referido congresso acarretou na demissão desses dois professores, por determinação da CEI, conforme informado no capítulo 1.

<sup>299</sup> O depoimento de Cid Guimarães Leme foi prestado em 26 de fevereiro de 1970, por conta das investigações da DPF/SP, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército de Campinas, para o responsável do Inquérito, Roberto de Mesquita Sampaio Junior, Inspetor Chefe da Delegacia de Ordem Política e Social da Polícia Federal de São Paulo. Processo n°476-STM, Volume II, p. 365-366.

<sup>300</sup> Os depoimentos desses Sargentos foram prestados nos dias 24 e 25 fevereiro de 1970, Escola Preparatória de Cadetes do Exército da Campinas, para o responsável do Inquérito, Roberto de Mesquita Sampaio Junior, Inspetor Chefe da Delegacia de Ordem Política e Social da Polícia Federal de São Paulo. Processo n°476-STM, Volume II, p. 339-340; 346 e 347.

cidade de Campinas, cargo que ocupou até 1993<sup>301</sup>. Sua atuação junto à comunidade mais oprimida do bairro o fez conhecido como defensor dos oprimidos e marginalizados, sendo até chamado de “Padre das Prostitutas” que naquele tempo eram abundantes no local. Vendo as “prostitutas” que frequentavam suas missas serem discriminadas pela população, o Padre Milton se aproximou delas, permitindo que ficassem mais à vontade durante sua permanência nas missas, o que gerou uma campanha silenciosa por seu banimento da Igreja.<sup>302</sup>

Único personagem do IPM da Educação fora das atividades educacionais, Milton Santana acabou por ser arrolado nas investigações procedidas pelo Inquérito nº 191-69c do DPF/SP e, além de ser acusado de ter realizado discurso “subversivo” no Colégio Progresso de Campinas, pesou contra ele também a acusação de que teria “ensinado” o comunismo a Aurea Sigrist.

Apesar de ter negado o fato de ter proferido discurso “subversivo” contra a ditadura militar no congresso do colégio Progresso, em depoimento prestado em 25 de fevereiro de 1970, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército de Campinas, por conta das investigações da DPF/SP, a Milton Santana pesou também a “acusação” de que teria contato com estudantes, colaborando com seminários e palestras.<sup>303</sup>

Apesar da figura do padre Milton Santana destoar um pouco do contexto das acusações de “subversão” atribuídas aos professores dos Ginásios Vocacionais do GEVOA, no contexto desta seção da dissertação, entendemos que a acusação atribuída a ele se insere no mesmo contexto, pois, a ele pesou a acusação de proferir um discurso “subversivo” em um congresso estudantil, onde os alunos teriam sido direcionados a comparecer por determinação de Aurea Sigrist, com o aval de Maria Nilde Mascellani.

Como são escassas as informações referentes ao padre Milton Santana, sendo elas majoritariamente produzidas pelos órgãos repressivos, especialmente o DEOPS/SP, a seguir, destacamos as palavras de Aurea Sigrist, em depoimento concedido a esta pesquisa, como forma de explicar a ligação forçada entre ela e Milton Santana realizada pelas investigações e a forma como ele foi afetado no contexto da perseguição aos Vocacionais.

---

<sup>301</sup> De acordo com a matéria intitulada *Despedida de padre emociona fiéis durante missa no Taquaral*, publicada pelo jornal **Correio Popular** de Campinas em 10 de abril de 1993.

<sup>302</sup> Essas informações sobre o Padre Milton Santana estão disponíveis em: [https://saude.campinas.sp.gov.br/unidades/centros/cs\\_taquaral/cs\\_taquaral\\_bio.htm](https://saude.campinas.sp.gov.br/unidades/centros/cs_taquaral/cs_taquaral_bio.htm). Acesso em 17.06.2022. E em: <http://www.jornalaltotaquaral.com.br/noticia.php?cod=2909>. Acesso em: 22.07.2023.

<sup>303</sup> Processo nº476-STM, Volume II, p. 344-345.

**Segundo o relatório do IPM, você teria indicado o comparecimento de cinco alunos de Americana-SP a um Congresso de Estudantes, no Colégio Progresso de Campinas-SP, onde teria ocorrido uma palestra do padre Milton Santana, no dia 01 de setembro de 1968.**

Áurea Sigríst: Olha, veja bem: não foi um Congresso. Foi apenas uma reunião. Eu conhecia a diretora do Colégio Progresso, dos meus tempos de estudante; era a professora Amélia Palermo, uma excelente pessoa, de muita visão educacional. Eu aprendi muito com ela para ser educadora. (...)

Eu soube que ia haver uma reunião de estudantes e não era nada “subversivo”. Inclusive, quem estava lá, na ocasião, era o padre Celso Queiroz, e não o padre Milton Santana. O encontro era sobre Educação Religiosa. Não era nada sobre “subversão”. A educação religiosa do Colégio Progresso era totalmente aberta, (...)

Então, eu convidei um grupo de alunos para ir e eles foram, eu não sei se foi só um sábado ou um domingo, no máximo. Acho que foi só um sábado. E mais, o professor de Português e o professor de Matemática foram acompanhá-los. (...)

Agora, eu vou contar a história do padre Milton, escuta bem! Eu como católica, frequentava as missas de pontificais de Dom Paulo<sup>304</sup>, na catedral de Campinas-SP. Esse bispo era excelente e Campinas-SP era considerada a melhor diocese do Brasil. O padre Milton Santana era do grupo que assessorava o bispo; então, ele participava dessas missas. Eu tinha visto o Padre Milton Santana, lá no altar, algumas vezes e, por alguma razão, eu sabia quem ele era. Mas eu nunca tinha conversado com ele. Ele nunca tinha me visto. Acontece que arrolaram o padre Milton Santana e ele foi chamado na Escola de Cadetes de Campinas-SP, para um depoimento, sobre Aurea Sigríst. Porque parece que constou no meu inquérito alguma coisa do tipo que foi ele quem me ensinou o comunismo.

Ele era ótimo, um homem admirável, um velhinho que não tinha papas na língua e fazia coisas incríveis no atendimento das pessoas. Ele era o Vigário da Paróquia do Taquaral de Campinas-SP, mas eu nunca tinha ido a essa Igreja. Os militares o chamaram para ver qual era sua relação comigo, pois havia uma suspeita de que ele tinha me ensinado o comunismo. (...)

Acontece que uma vez em que os militares foram buscá-lo, ele disse que não podia sair, porque ele tinha feito uma cirurgia no olho e não podia se movimentar, nem de carro. Pois não aceitaram e o levaram assim mesmo. Ele era um baiano bravo e, quando começaram a dizer: “O senhor a conhece! O senhor a conhece!” Ele deu um murro na mesa e o ponto do olho partiu. Ele perdeu uma vista, pelo menos é tudo o que eu sei.

Muito bem, mas, na semana seguinte, me buscaram em casa e me levaram para a Escola de Cadetes. No longo interrogatório, me repetiam que o Padre Milton estivera lá e dissera que me havia ensinado comunismo. Eu disse: “Se ele disse, ele está equivocado, porque ele nunca me viu. Eu o conheço, porque eu o via nas pontificais do bispo, mas eu nunca conversei com ele. Ele nunca me ensinou nada, porque ele nunca me viu”. Eu fiquei horas e horas a fio, e os interrogadores insistindo e insistindo. (...)

---

<sup>304</sup> Trata-se do Arcebispo de Campinas-SP Dom Paulo de Tarso Campos que ficou no cargo de 1958 a 1968.

### **Você tinha falado que foi conhecer o padre Milton, depois?**

Aurea Sigrist: Isso, sabe aonde eu fui conhecê-lo? Pouco depois, no velório de papai. Quando papai morreu, o Padre Milton viu a notícia no jornal e foi ao velório. Chegou perto do caixão, estávamos todos os filhos ali e ele, meio cambaleando com um tapume no olho, disse: “Quem é Aurea Sigrist, quem é Aurea Sigrist?” E me abraçou. Ele me conheceu, em 14 de maio de 1970, posteriormente à chamada do Exército, porque lá ele soube da minha existência, no interrogatório. Daí é que nós ficamos amigos e ele foi magnífico comigo. Você nem imagina! (...)

O padre Milton foi um dos padres mais admiráveis que Campinas-SP teve. Ele morreu bem velhinho e ficou muito tempo de cama. Assim, essa é a verdade sobre o padre Milton Santana.

Diante do exposto por Aurea Sigrist, ela e o padre Milton Santana não se conheciam e só vieram a ter contato por conta das investigações procedidas pelo DPF/SP. Além disso, o relato de Aurea sugere que Milton teria perdido uma das visões por conta do acesso de raiva que teve diante das pressões psicológicas que sofreu em um dos depoimentos que prestou.

Deste modo, o seu caso, serviu aos interesses das investigações, especialmente as realizadas pelo DPF/SP e pelo IPM da Educação de Rubens Resstel, para fornecer mais elementos no arcabouço de acusações em relação às práticas sociais dos professores e sua proximidade com os secundaristas, dentro do contexto das manifestações estudantis no ano de 1968.

### **3.4. Textos políticos e educacionais “subversivos” na leitura de Resstel**

O terceiro ponto pelo qual Rubens Resstel procurou tipificar como “subversivo” o Ensino Vocacional envolve a reavaliação de sua experiência de ensino que afetaria os rumos que seu projeto de renovação do ensino tomaria nos próximos anos. Já dissemos anteriormente que desde 1967 a equipe pedagógica do SEV procurou problematizar e sistematizar os resultados obtidos pelas diferentes unidades pedagógicas nos anos anteriores, de modo que pudesse contemplar a ideia de expansão do projeto às demais escolas da rede estadual, com a instalação do 2º Ciclo e do 1º Ciclo Noturno no ano de 1968.

Esta iniciativa dos Ginásios Vocacionais demonstrava sua sensibilidade com as necessidades populares de modo a contemplar um número cada vez maior de estudantes. Segundo a leitura de Sandra Machado Marques,

O que os Ginásios Vocacionais buscaram foi conhecer a historicidade da sociedade brasileira, recuperar a organicidade do conhecimento científico e humanista, possibilitando a exploração da aptidão de seus alunos quanto a suas vocações, e promover nos envolvidos (alunos, pais, professores, técnicos, especialistas, coordenadores) uma atitude ética ante a sociedade brasileira, levando-os a perceberem-se como sujeitos participantes de uma sociedade reconhecidamente injusta e antipopular. (MARQUES, 1985, p. 268)

No ano de 1968 o Ensino Vocacional procurou se mostrar e divulgar suas atividades e, para isso, foi fundamental a publicação de seus “Planos Pedagógicos Administrativos” e a realização do I Simpósio do Ensino Vocacional, divulgadas na revista “Educação Hoje”, mencionados anteriormente. Paralelamente, foi neste momento que Maria Nilde e sua equipe procuraram de toda maneira preservar a existência e continuidade de sua experiência, frente à implantação dos Ginásios Pluricurriculares da SEE.

Dentro deste contexto, o SEV “(...) radicalizou sua posição política contra a ditadura que massacrava todas as tentativas de democratização da cultura e as tentativas de mobilização da sociedade civil.” (MARQUES, 1985, p. 267) Assim,

(...) as questões éticas referentes ao papel social da educação naquele contexto político foram debatidas e radicalizadas a nível do Serviço do Ensino Vocacional, como provam os seguintes fatos:

- a iniciativa de Maria Nilde Mascellani de refutar a proposta da Secretaria da Educação para o ensino público (Ginásios Pluricurriculares)
- sua oferta de alternativas para este ensino, ignoradas pela Secretaria da Educação. (MARQUES, 1985, p. 268)

Esta iniciativa de Maria Nilde Mascellani em refutar a proposta dos Ginásios Pluricurriculares deve ser vista também dentro do contexto da denúncia inicial realizada por Cid e Wladir em dezembro de 1968, mencionada no capítulo 1. Segundo o *Relatório* de Resstel, tomando como referência as investigações desenvolvidas pela Comissão Estadual de Investigações, no carnaval de 1968, a “Coordenadora Geral do Ensino Vocacional”, Maria Nilde, teria organizado uma reunião em uma “chácara na cidade de Araraquara-SP” que teria como finalidade “acertar a posição do Ensino Vocacional” contra os Ginásios Pluricurriculares e o Departamento de Educação de São Paulo, representado na figura de Azanha. (BRASIL, 1970, p. 36)

Independentemente da finalidade do referido encontro, seja para acertar a posição do SEV, seja para debates estritamente pedagógicos dos Ginásios, o fato é que a



simples denúncia realizada, serviu de combustível para o desenvolvimento das investigações da CEI e, mais ainda, imputar a Maria Nilde, a alcunha de “subversiva” ao agir contra as determinações da SEE.

Isso levou Rubens Resstel a identificar e anexar aos Autos do IPM da Educação mais dois documentos que, segundo sua leitura, exemplificavam as intenções “subversivas” do SEV e seus funcionários em promover manifestações e críticas contra a SEE.

O primeiro deles, escrito em maio de 1968, é intitulado *Conclusões do Encontro de Orientadores e Supervisores – Linha de Revisão*.<sup>305</sup> Trata-se de um documento datilografado de duas páginas que apresenta em oito itens a proposta educacional da escola.

- 1 – A pedagogia do Ensino Vocacional tem objetivos de transformação social.
- 2 – Se ação transformadora é integratória supõe ação do grupo.
- 3 – Na comunicação de grupo há necessidade de rever as relações...
- 4 – Se os objetivos do Ensino Vocacional são predominantemente de natureza social onde buscar as causas de na prática adotarmos tendências intelectualistas no ensino, nas atitudes, nos encaminhamentos de rotina?
- 5 – Se a personalidade equilibrada só se forma em situação social e de grupo e o crescimento de cada um deve partir da experiência do sujeito, como analisar o paternalismo que temos adotado até o momento?
- 6 – Se admitimos que a reflexão e ação não se separam mas que a primeira deve ser gerada pela dinâmica da própria ação
- 7 – Como temos entendido avaliação...do aluno...Nossa...dos pais
- 8 – Como nos situamos perante a Administração e Organização Escolar. (SERVIÇO DO ENSINO VOCACIONAL, 1968, p. 1-2)<sup>306</sup>

Segundo Chiozzini (2010, p. 116), este documento representa o início do processo de “abertura das atividades desenvolvidas pelos Ginásios Vocacionais para as demais escolas” da rede estadual de ensino, indicando que naquele ano os Ginásios passariam “por um processo de questionamento de suas práticas e pressupostos.”

Da leitura deste material pode-se ver que em seus itens 1 e 2 há uma relação direta das atividades educacionais da experiência com a “transformação social” que pressupõe uma ação em grupo, do coletivo dos funcionários e comunidade escolar dos

---

<sup>305</sup> Não foi possível saber se a elaboração deste texto foi decorrente da reunião ocorrida na cidade de Araraquara-SP.

<sup>306</sup> Cada um desses itens, com exceção do de número 8, possui subitens, porém, para nossos propósitos basta apresentar apenas seus itens principais.

Vocacionais. Estas afirmações bastaram para Resstel incorporar o documento aos Autos do IPM<sup>307</sup> da Educação, destacando apenas seu item número 1 “A pedagogia do Ensino Vocacional tem objetivos de transformação social”, como forma de relacionar estas resoluções, tomadas em maio de 1968, com a entrada de “grupos esquerdistas” nos Vocacionais no “agitado ano de 1968”. (BRASIL, 1970, p. 26)

A título de observação, é interessante notar que ao consultarmos a bibliografia produzida sobre os Ginásios Vocacionais, vimos que Maria Luisa Ribeiro (1989), Daniel Chiozzini (2010) e Joana Neves (2010), procuram apontar que no ano de 1968, bem como a criação do 2º Ciclo, foi um momento crucial na história do SEV, pois, foi neste momento em que se acirraram as diferenças entre grupos e subgrupos existentes internamente, no processo de revisão das práticas realizadas pelos Ginásios até aquele momento.

Não se trata aqui de entrar nos pormenores dessas diferenças<sup>308</sup>, pois, segundo esses estudos elas envolvem questões pedagógicas, filosóficas e políticas que esses autores identificaram a partir de entrevistas com ex-funcionários e análises sobre a documentação produzida pelo SEV.

A título de esclarecimento, tomemos as três linhas de revisão apontadas por Joana Neves:

Nesse sentido, pode-se identificar, a rigor, três linhas de revisão: a que se estabelecia por força do compromisso do sistema com a avaliação da experiência, após cinco anos de funcionamento, quando os efeitos da formação dos alunos do vocacional já poderiam ser analisados pelo desempenho que os egressos do sistema de ensino vocacional apresentavam tanto na continuação dos estudos, nas escolas acadêmicas, como no ingresso no mercado de trabalho; a segunda linha era a resultante da própria ampliação do sistema, com a instalação do segundo ciclo, do curso ginásial noturno e do Ginásio Vocacional de São Caetano do Sul, cujos projetos e início de funcionamento suscitavam questões sobre a formação anterior dos alunos, no caso do segundo ciclo, e questões sobre a própria proposta educacional, pensada, agora, para a realidade de jovens e adultos trabalhadores, que frequentariam o curso noturno, diferente daquela dos alunos do curso diurno. A terceira linha se sobrepunha às duas anteriores e dizia respeito à necessidade de o sistema se definir em função das questões políticas que assinalavam, naquele momento, a realidade brasileira. (NEVES, 2010, p. 284)

---

<sup>307</sup> Processo nº476-STM, Volume III, p. 747-748.

<sup>308</sup> Essas diferenças geraram inclusive a demissão de um grupo de supervisores mais antigos dos Vocacionais no início de 1969, contrários à linha adotada por Maria Nilde Mascellani. Chiozzini (2010) aprofunda a análise dessas diferenças a partir de uma gravação de áudio, até então inédita, de reuniões ocorridas no SEV em 1968. O aprofundamento dessas diferenças escapa aos limites deste trabalho.

A partir das leituras dos trabalhos de Chiozzini, Ribeiro e Neves, não conseguimos identificar se Darcy, Sebastiana, Orlandi, Carmem e Nagib, tiveram alguma participação nesta terceira linha de revisão identificada por Joana Neves na citação anterior, porém, não deixa de ser sintomático o fato de que a entrada desses funcionários e o envolvimento deles na elaboração do 2º Ciclo tenha gerado insatisfação e desconforto nos professores mais antigos.

Esta linha de leitura de Resstel das ditas atividades “subversivas” ocorridas nos Ginásios Vocacionais a partir de documentos, digamos, mais ligados a uma política educacional do SEV oposto àquela proposta pela SEE e pela ditadura, nos leva a um último documento citado pelo *Relatório* e incorporado ao IPM da Educação.

De acordo com o Relatório de Resstel, no Tópico 4. *Atividades Subversivas do Vocacional*, item *h.*, em “meio à movimentação do grupo de esquerda acima referido”, foi encontrado um ensaio intitulado *Ensino Vocacional na Política Educacional de São Paulo*. De autoria desconhecida, este texto possuía anotação no final: “Este trabalho é de responsabilidade individual de Fulano de Tal, agosto de...1968.” (BRASIL, 1970, p. 29)

Em sua análise do referido texto, Resstel descreve-o como possuindo um “conteúdo francamente político-ideológico”, utilizando-se de “conceitos em profundidade, estruturada com firmeza”, “numa clara orientação de rumos” que visava “integrar o Ensino Vocacional no complexo político-social pretendido pelas esquerdas ativistas” para a “sobrevivência do Ensino Vocacional como instituição”, relacionando-o com a rivalidade dos Vocacionais e os Pluricurriculares. (BRASIL, 1970, p. 29)

De seu conteúdo, o *Relatório* destaca as expressões utilizadas contra o governo dos militares como “Governo burguês e ditatorial”, dando ênfase para a seguinte passagem: “Conectar a defesa dos interesses imediatos do magistério com uma prática política qualitativamente nova na perspectiva da aliança revolucionária com as classes sociais atualmente oprimidas, mormente o proletariado.” Para Resstel, “Essas expressões definem bem o conteúdo, inspiração e objetivos do documento”. (BRASIL, 1970, p. 29)

Além disso, acrescenta que este texto, “analisa também um suposto acordo entre o Ensino Vocacional e o Departamento de Educação” de Azanha. Deste modo, em face a seu conteúdo, a direção do SEV não tomou medidas para “localizar o autor do documento para neutralizar os seus efeitos”. Assim, aponta que uma cópia deste

documento foi apreendida na residência de Darcy Passos e segundo ele e Carmem Craidy, em depoimentos prestados ao II Exército, teriam recebido cópias deste texto das mãos de Luiz Orlandi e, as “circunstâncias” indicam que trata-se de material de sua autoria. (BRASIL, 1970, p. 29-30)

Este material, a nosso ver, acrescenta mais uma peça na história dos Ginásios Vocacionais na perseguição que sofreram e na leitura que os órgãos repressivos construíram em torno desta experiência educacional, tendo como pano de fundo os embates do SEV com a SEE e o acirramento do regime.

Uma primeira coisa a se dizer sobre este texto diz respeito à cópia presente nos Autos do IPM da Educação. A menção a este material aparece no Volume III dos Autos, mais precisamente, a partir de um Mandado de Busca e Apreensão, emitido por Rubens Resstel, em 8 de junho de 1970, a ser realizado pelo Major Irajá Bernardino Ribeiro, na residência de Darcy Paulillo dos Passos, na busca de “documentos de cunho subversivo” que segundo dados levantados “aí se acham recolhidos”.<sup>309</sup> Assim, nos Autos da Busca e Apreensão realizada na casa de Darcy, no dia 08 de junho de 1970, há uma lista de diversos textos e livros apreendidos em sua residência, entre eles, o texto *Ensino Vocacional na Política Educacional de São Paulo*,<sup>310</sup> de autoria de Fulano de Tal.<sup>311</sup>

Em 12 de junho de 1970, Darcy prestou um longo depoimento no Quartel General do II Exército<sup>312</sup>, na presença de Rubens Resstel e do escrivão Ruy Machado Guimarães.<sup>313</sup> Neste depoimento, afirmou que em 1966 sua filha ingressou como aluna do GEVOA e que nesta ocasião conheceu Maria Nilde Mascellani. Em 1968, seu filho

---

<sup>309</sup> Processo nº476-STM, Volume III, p.518.

<sup>310</sup> Processo nº476-STM, Volume III, p.519. A versão completa e original deste documento encontra-se no Anexo 4 desta dissertação.

<sup>311</sup> É importante pontuar que, embora o IPM presidido por Resstel direcione suas investigações à cópia deste texto encontrada na casa de Darcy, existe outra cópia do mesmo documento nos Autos do IPM. A primeira menção a este documento aparece, inicialmente, em seu Volume II, ou seja nos Autos do Inquérito procedido pelo DPF/SP, mais precisamente em depoimento prestado por Francisco Cid no dia 27 de outubro de 1969, ao DOPS da DPF/SP. Neste depoimento, Cid requer a “juntada” deste documento que foi fornecido por Sinclayr Luiz. (Processo nº476-STM, Volume II, p.225-226) Sinclayr Luiz, em depoimento prestado no Quartel General do II Exército a Rubens Resstel, em 22 de maio de 1970, diz que em 1968, não sabendo explicar quando, encontrou sobre uma mesa em uma das salas do GEVOA, uma cópia em carbono do documento assinado por “Fulano de Tal” e que passou para as mãos de Francisco Cid, “tendo este lhe oferecido uma cópia xerografada do mesmo” e que acredita que pelo teor seja de Darcy. (Processo nº476-STM, Volume III, p.432-438) Esta cópia fornecida por Sinclayr está presente nos Autos do IPM, Volume III, p. 440 a 449. Apesar desta menção durante as investigações do DPF/SP seu conteúdo e significado só tomou forma quando analisado pelo IPM de Resstel.

<sup>312</sup> Na análise dos Autos do IPM da Educação, não foi possível saber se Darcy foi detido no dia 08 de junho e só depois, nos dias 12 e 15, prestou depoimentos ao coronel Rubens Resstel.

<sup>313</sup> Este depoimento de Darcy do dia 12 de junho está presente no Processo nº476-STM, Volume III, páginas 695 a 701.

ingressou no mesmo colégio e que entre março ou abril deste ano Maria Nilde o convidou para trabalhar como professor de Economia durante o processo de instalação do 2º Ciclo.<sup>314</sup> No dia 15 de junho de 1970, Darcy compareceu novamente ao Quartel General do II Exército, na presença de Rubens Resstel e do escrivão Ruy Machado Guimarães, e neste depoimento<sup>315</sup> ao ser apresentado ao texto apreendido em sua residência, afirmou que por volta do mês de setembro de 1968, Luiz Orlandi lhe entregou “um documento referente à posição do Ensino Vocacional na Política Educacional de São Paulo”, “sem nada pormenorizar”. Ao examinar o texto, teria achado “muito técnico e desinteressante” levando-o para casa.<sup>316</sup>

Embora Darcy não tenha levado em conta o conteúdo do documento, sua cópia do *Ensino Vocacional na Política Educacional de São Paulo*, apreendido na casa de Darcy, foi anexada no Volume IV<sup>317</sup> dos Autos do IPM.<sup>318</sup>

Feitas essas considerações sobre a origem do documento e sua localização nos Autos do IPM, restava saber a autoria do material. Com sua cópia em mãos enviamos o material a Luiz Orlandi para saber se se tratava mesmo de um texto escrito por ele<sup>319</sup>. Orlandi confirmou a autoria do material, porém, as circunstâncias de nossa pesquisa impediram que tomássemos um relato direto sobre as intenções de seu conteúdo ou mesmo se as tinha, uma vez que pouco tempo depois de sua escrita Orlandi deixou os Vocacionais por conta de uma bolsa de estudos para estudar na França.

Trata-se de um texto de 11 páginas datilografadas onde Orlandi procura, como seu próprio nome diz, situar o Ensino Vocacional na Política Educacional do Estado de São Paulo e vislumbrar possibilidades de preservar a sua existência frente à política educacional imposta pela ditadura a partir dos Acordos MEC/USAID, corporificada nas

---

<sup>314</sup> Processo nº476-STM, Volume III, p.699.

<sup>315</sup> Este depoimento de Darcy do dia 15 de junho está presente no Processo nº476-STM, Volume III, páginas 702 a 712.

<sup>316</sup> Processo nº476-STM, Volume III, p. 709.

<sup>317</sup> Processo nº476-STM, Volume IV, p.1161 a 1171.

<sup>318</sup> É interessante notar que Rubens Resstel, no depoimento de Darcy do dia 15 de junho, solicitou um “Auto de Exame de Material Gráfico” do “punho” de Darcy em “letras de forma” para perícia de modo a averiguar se as anotações realizadas na margem do documento eram dele. (Processo nº476-STM, Volume III, p. 717) No mesmo dia 15, Resstel assinou o Ofício nº 21-IPM/A, do Quartel General do II Exército, encaminhado ao Diretor do Instituto de Polícia Técnica, “solicitando perícia Grafotécnica”. (Processo nº476-STM, Volume III, p. 718) O resultado desta perícia, finalizado em 22 de julho de 1970, afirmou que “(...) depois de fazer uma verificação em conjunto, da qual resultou a convicção que os dois levantamentos questionados – fls. 1 e 8 – provieram de um só punho, (...)”. (Processo nº476-STM, Volume IV, p. 1154) Todo o conjunto do material levantado para perícia bem como sua conclusão estão presentes no Processo nº476-STM, Volume IV, p. 1149 a 1176.

<sup>319</sup> Sobre isso, é importante ressaltar que mantivemos certo contato com Luiz Orlandi, intermediado por Fernando Bonadia de Oliveira que, inicialmente, nos solicitou a pesquisa sobre a vida de Orlandi e as informações que teriam sido produzidas sobre ele no acervo dos órgãos repressivos.

medidas impostas pela SEE do Estado de São Paulo, na figura de José Mario Pires Azanha e seus Ginásios Pluricurriculares.

Não se trata aqui de apresentar uma leitura pormenorizada do texto, suas implicações, possibilidades, posição política e educacional que, inevitavelmente, seu conteúdo sugere. Nossa intenção é apresentar alguns pontos pelos quais o texto desenvolve sua argumentação e, principalmente, apresentar o texto ao público de modo que os interessados no tema dos Vocacionais ou mesmo os envolvidos no período possam, por ventura, realizar análises mais profundas sobre seu conteúdo e contexto.

O texto *Ensino Vocacional na Política Educacional de São Paulo*, é escrito tomando como base quatro itens centrais, divididos em subitens, que julga importantes para o desenvolvimento de sua argumentação que vislumbra a possibilidade de preservar a existência do Ensino Vocacional. Assim, como forma de apresentar seus itens e subitens, reproduzimos a seguir o índice do texto como forma de demonstrar a minúcia da análise que tinha em mente.<sup>320</sup>

---

<sup>320</sup> O texto *Ensino Vocacional na Política Educacional de São Paulo* pode ser lido na íntegra no ANEXO 4 desta dissertação.

ENSINO VOCACIONAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE SÃO PAULO

INDICE

1. Situação do Ensino Vocacional hoje:

1.1. Marginalização do Ensino Vocacional:

- 1.1.1. Convênio MEC-GESP (Criação do CTEGIP) - 1967.
- 1.1.2. Comissão para instalação dos Pluri - 1968.
- 1.1.3. Lei Estadual nº 10.038 - 1968.
- 1.1.4. Lei Estadual nº 10.126 - 1968.
- 1.1.5. Resolução nº 17/68 do CEE (negada verba ao Vocacional)
- 1.1.6. Resolução nº 2.073 do Governador.
- 1.1.7. Plano Estadual de Educação (não publicado).
- 1.1.8. Projeto de organização e Implantação dos Pluri (não publicado).

1.2. Eliminação do Serviço do Ensino Vocacional.

2. Alternativas prováveis:

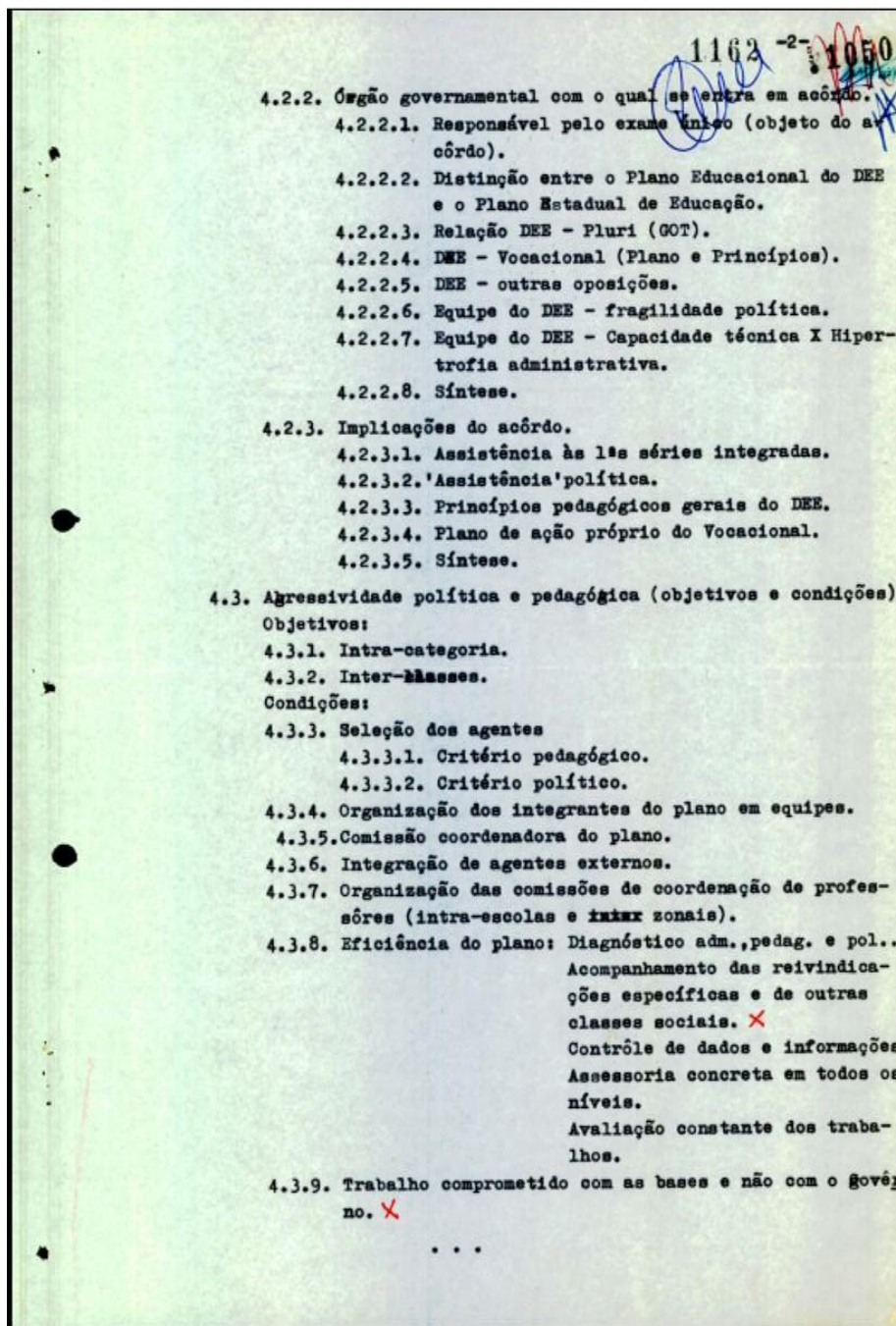
- 2.1. |
- 2.2. | - Restritas ao aspecto institucional.
- 2.3. |
- 2.4. |
- 2.5. | Restritas à colocação política com acento tônico em problemas internos.
- 2.6. Resposta estruturada em níveis, desde o meramente institucional ao politicamente mais abrangente. X

3. Seleção crítica das alternativas:

- 3.1. Crítica das alternativas 2.1, 2.2. e 2.3.
- 3.2. Crítica das alternativas 2.4. e 2.5.
- 3.3. Como a alternativa 2.6. supera as anteriores.

4. Estudo da alternativa selecionada:

- 4.1. Diversificar a resposta.
- 4.2. Sobrevivência do Vocacional enquanto instituição.
  - 4.2.1. Objeto do acôrdo.
    - 4.2.1.1. Universalização do ensino médio - ascensão da plataforma de reivindicações populares.
    - 4.2.1.2. Oposição ensino público-ensino particular.
    - 4.2.1.3. Renovação educacional - agudização.
    - 4.2.1.4. Dinamização do intercâmbio entre agentes ligados à educação - agitação política.
    - 4.2.1.5. Mobilização externa e interna de grupos renovadores.
    - 4.2.1.6. AMPLIAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
    - 4.2.1.7. Síntese.



Figuras 4 e 5 - Índice do Texto Ens. Voc. Poli. Edu. SP.<sup>321</sup>

O primeiro item *1. Situação do Ensino Vocacional hoje* procura levantar as medidas administrativas, leis e decretos sancionados pela SEE de São Paulo a partir do ano de 1967 que, devido às suas propostas, resultariam na “eliminação do Ensino Vocacional” e do SEV como instituição.<sup>322</sup>

<sup>321</sup> Processo n°476-STM, Volume IV, p.1161-1162.

<sup>322</sup> Processo n°476-STM, Volume IV, p.1163.



Diante deste quadro institucional e legal, o item 2. *Alternativas possíveis* vislumbra seis alternativas possíveis do ponto de vista institucional e político (externo e interno) que poderiam ser articuladas tendo em vista a preservação dos Ginásios Vocacionais. No sumário do texto é possível observar que a alternativa 2.6. *Resposta estruturada em níveis, desde o meramente institucional ao politicamente mais abrangente*, foi grifada e marcada com um X na cor vermelha, provavelmente realizado por Resstel, enquanto assunto possivelmente “perigoso” quanto às intenções do texto. Este subitem diz:

2.6. Diversificar a resposta, estruturando a curto prazo as condições de sobrevivência do Vocacional, enquanto instituição, e as condições de agressividade política e pedagógica a curto, médio e longo prazo, de modo que se torne necessária e não apenas eventual a aliança do maior número possível de agentes internos com os melhores quadros políticos e pedagógicos do magistério paulista e de modo que a defesa dos interesses imediatos do magistério convirja para uma prática qualitativamente nova.<sup>323</sup>

O item 3. *Seleção crítica das alternativas* reflete sobre as alternativas levantadas, ponderando sobre suas possibilidades, problemas e viabilidade, tanto do ponto de vista prático quanto do ponto de vista político e institucional. Desta reflexão, o texto seleciona justamente a apresentada no subitem 2.6., como a mais viável enquanto alternativa de “aproximação conciliadora e um rompimento explosivo”.<sup>324</sup>

Como aproximação conciliadora deve-se entender a possibilidade de se fazer um acordo do SEV com o governo estadual, na perspectiva de salvar sua existência. Deste modo, explica o texto a viabilidade do item 2.6.:

Como aproximação conciliadora, ela reconhece o caráter institucional do Vocacional, sem todavia conter-se nesse reconhecimento, como fazem as alternativas 2.1., 2.2. e 2.3. Como rompimento explosivo, essa alternativa incorpora a disponibilidade de luta política contida nas alternativas 2.4. e 2.5., situando, porém, essa disponibilidade num processo de luta pedagógica e política em que o Vocacional deixará de ser bandeira proposta para os agentes externos, passando a enquadrar-se num esquema de ação agitadora de si e dos outros, na perspectiva da convergência de reivindicações suas, do magistério e das classes atualmente oprimidas.<sup>325</sup>

---

<sup>323</sup> Processo nº476-STM, Volume IV, p.1164.

<sup>324</sup> Processo nº476-STM, Volume IV, p.1165.

<sup>325</sup> Processo nº476-STM, Volume IV, p.1165.

A reflexão desta proposta “conciliadora” e “explosiva” é desenvolvida no item 4. *Estudo da alternativa selecionada*, que é dividido em mais três subitens, a saber, 4.1. *Diversificar a resposta*, 4.2. *Estruturar a curto prazo as condições de sobrevivência do Vocacional* e 4.3. *Estruturar as condições de agressividade política e pedagógica a curto, médio e longo prazo*, cada um desses com subdivisões.

Em diversificar a resposta, o texto implica em agir tanto do ponto de vista institucional, junto à SEE como do ponto de vista da luta política na defesa dos direitos do professorado do magistério e, principalmente, daqueles ligados aos Vocacionais. Estruturar as condições de sobrevivência, implica procurar, de alguma maneira, estabelecer acordo com a SEE do ponto de vista administrativo como forma de ganhar tempo e garantir a existência do SEV, frente às leis e decretos que haviam sido sancionados. Finalmente, as condições de agressividade política e pedagógica, o texto vislumbra na esteira dos acontecimentos do ano de 1968, intensificar as lutas políticas do professorado na defesa de suas ideias pedagógicas, mas agora, ampliando a organização e participação, de modo que a luta se integrasse com outras lutas, especificamente, do proletariado.

É justamente nesse último ponto que Resstel procurou destacar em seu *Relatório*, apresentado em 4.3.2.: “Conectar a defesa dos interesses imediatos do magistério com uma prática política qualitativamente nova na perspectiva da aliança revolucionária com as classes sociais atualmente oprimidas, mormente o proletariado.”<sup>326</sup>

Obviamente, Rubens Resstel viu a existência desse texto como um possível “plano” desses funcionários mais engajados dos Vocacionais, Darcy, Orlandi e Carmem, mencionados pelo *Relatório*, junto com Maria Nilde, em “conspirar” ou “subverter” a ordem social estabelecida, numa possível “aliança” com o proletariado, encorpando assim as acusações contra o Ensino Vocacional como um todo.

A leitura dos acontecimentos, das acusações e dos documentos provenientes dos Autos do IPM da Educação, leva-nos a interpretar este texto de Luiz Orlandi como um exercício reflexivo, escrito no calor do momento, sobre as condições existentes naquele período para, como já dissemos, vislumbrar possibilidades de preservar a sua existência frente à política educacional imposta pela SEE e o acirramento do regime naquele momento.

---

<sup>326</sup> Processo nº476-STM, Volume IV, p.1166.

Luiz Orlandi não era uma liderança dentro do SEV, estava na instituição há pouco tempo e seu trabalho girava em torno de atividades na comunidade. Além disso, não parecia ter intenções de se engajar na experiência, tanto é que pouco tempo depois da feitura do texto deixou os Vocacionais, por conta de uma bolsa para estudar na França. Embora Orlandi pareça ter participado ativamente das manifestações de rua do professorado paulista no período, não foi uma liderança do movimento, daí, ao que parece, ter entregue o texto para Darcy, que frequentemente se pronunciava nos atos e Carmem, cujas origens ligadas à JUC faziam dela uma participante ativa das manifestações.

Enfim, o texto de Orlandi é um material rico para um aprofundamento das análises sobre o período em questão e sobre a história dos Vocacionais, escrito por alguém que teve a perspicácia de analisar e observar o momento, fazer uma leitura das mudanças do ponto de vista da legislação educacional e vislumbrar a possibilidade de seu salvamento numa atuação de mão dupla, tanto junto à SEE quanto junto ao professorado numa atuação conjunta com o proletariado contra a ditadura em sua política educacional.<sup>327</sup>

### **3.5 As conclusões de Rubens Resstel e a “infiltração comunista nos meios educacionais”**

Em 24 de setembro de 1970, Resstel concluiu o *Relatório* final do Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, onde narrou e interpretou as ocorrências e os atos praticados em todas as instituições envolvidas na investigação, a SEE, os Ginásios Vocacionais e outros colégios da rede estadual de ensino.

A título de esclarecimento, sobre a Secretaria da Educação, tendo como base as investigações procedidas pela SCGI/SP, o *Relatório* de Rubens Resstel procurou analisar a administração da pasta da educação, a reforma administrativa, a reforma do

---

<sup>327</sup> Essa leitura de Orlandi sobre a legislação e a política educacional do final da década de 1960 pode ser vista também em outro texto escrito por ele no mesmo período intitulado *O problema da pesquisa em educação e algumas de suas implicações* (1969). Onde diz: “(...) cresce nos dias atuais, por exemplo, o que poderia chamar de flutuação *político-administrativa*, isto é, a ambição de encaminhar a educação escolar simplesmente através de uma inflação de leis, regulamentações, portarias e atos a serem aceitos cegamente por um funcionalismo obediente.” (ORLANDI, 1969, p. 12) Para um aprofundamento deste tema ver: STEVOLO, 2018, pp. 139-159.

ensino e os atos baixados pela secretaria durante a administração de Ulhôa Cintra e Azanha entre fevereiro de 1967 a maio de 1970.<sup>328</sup>

Para esta apresentação, tomaremos como base o estudo do *Relatório* realizado por Ariam Cury (2012), uma vez que envolveu diretamente a figura de José Mario Pires Azanha e sua reforma de ensino, objeto de sua pesquisa.<sup>329</sup> Assim, as investigações sobre a SEE objetivaram “averiguar os efeitos imediatos e futuros dessas medidas no ensino, bem como sua conformidade com a legislação vigente”<sup>330</sup> e, no mesmo sentido, se suas medidas administrativas foram realizadas enquanto “estratégias do movimento comunista internacional.”<sup>331</sup> (CURY, 2012, p. 76)

Corroborando com as conclusões procedidas pela SCGI/SP, o *Relatório* entendeu que “haveria um vasto plano subversivo na SEE”, tendo como principal responsável José Mario Pires Azanha, levado a cabo através das “medidas de reforma administrativa, substituição de funcionários e ampliação da rede de ensino”. Os estudos, no entanto, não encontraram “comprometimento” de Ulhôa Cintra<sup>332</sup> com este projeto “subversivo”. (CURY, 2012, p. 76-77)

Assim, estes estudos concluem que a proposta de expansão do ensino ginásial tinha “falhas legais e problemas de viabilidade” com “efeitos negativos” como a “agitação de professores e alunos” em protesto contra essas medidas. (BRASIL, 1970, p. 77) Ademais, o *Relatório* conclui que essas medidas tiveram como responsável José Mario Pires Azanha, e seus “propósitos subversivos”, uma vez que seus

(...) atos teriam seguido as diretrizes do comunismo internacional, pois tanto a democratização do ensino como o fomento de insatisfações e reivindicações da classe faziam parte de técnicas de subversão preconizadas pelo Partido Comunista, pela União Internacional dos Estudantes e pela Organização Continental Latino-Americana de Estudantes, todas organizações de esquerda. (CURY, 2012, p. 78)

---

<sup>328</sup> A apresentação destes aspectos gerais sobre a investigação procedida contra a SEE é importante, pois, refletirão também sobre o texto de Resstel “Infiltração comunista nos meios educacionais”.

<sup>329</sup> O Estudo deste tema extrapolou os limites de nosso trabalho.

<sup>330</sup> Esse estudo do *Relatório* contou com a colaboração de Olavo Batista e Erasmo Freitas Nuzzi, membros do Conselho Estadual de Educação, César Lourenço dos Santos, diretor de estabelecimento de ensino secundário e normal e Nilo Magalhães Ribeiro, inspetor de ensino secundário e normal. (BRASIL, 1970, p. 13)

<sup>331</sup> Para este estudo, Resstel contou com a colaboração do Coronel Lauro Paraense de Farias, oficial de Estado Maior e diplomado pela Escola Superior de Guerra, Bel. Newton Fernandes, delegado de polícia e José Pedro Galvão, catedrático da Faculdade Paulista de Direito, estudiosos do comunismo internacional. (BRASIL, 1970, p. 14)

<sup>332</sup> Cury indica ainda que Ulhôa Cintra, desde o tempo em que fora reitor da USP, estaria envolvido com “agentes de esquerda”, ligados a “movimentos comunistas” e com “ficha do Dops”, que o teriam convencido na importância da “expansão do ensino ginásial”. São eles: Fernando Henrique Cardoso, Isaías Raw, Rosaura Escobar Ribeiro da Silva e Nivaldo Candido de Oliveira. (CURY, 2012, p. 77)

Sobre as acusações e investigação procedidas contra os Ginásios Vocacionais, o *Relatório* de Rubens Resstel concluiu que não houve “coincidências nas conclusões dos Relatórios do Processo nº 00358 da SCGI/SP, do Inquérito nº 191-69c da DPF/SP e do Processo nº 37/69 da CEI.” Enquanto o Relatório da SCGI/SP, apontou haver “indícios, e mesmo provas” de que Maria Nilde Mascellani foi “sacrificada pelos verdadeiros subversivos” da SEE, o Inquérito da DPF/SP, indiciou Aurea Sigrist e não teve elementos para indiciar Maria Nilde. Já o Relatório da CEI “apresentou amplos aspectos de subversão” atribuídos a Aurea e Maria Nilde, (BRASIL, 1970, 45-46) embora não se “configurem em toda sua extensão, senão parcialmente”. (BRASIL, 1970, p. 75)

Sobre as denúncias iniciadas em dezembro de 1968, o *Relatório*, concluiu que Francisco Cid “julgando-se injustiçado” com sua demissão “atuou por todos os meios” contra Aurea e Maria Nilde, fazendo as denúncias apenas após a promulgação do AI-5. Porém, “essa circunstância não invalida as fundadas suspeitas de conivência com a subversão” contra as duas. Embora não se tenha confirmado a “finalidade subversiva” da reunião realizada pelos Vocacionais em uma chácara na cidade de Araraquara no carnaval de 1968, e nem a responsabilidade de Aurea na distribuição dos livros da coleção Paz e Terra e do livro *Geografia da Fome* na biblioteca do GEVA, foi constatada a responsabilidade de Aurea no envio de cinco estudantes ao congresso estudantil de cunho “subversivo” realizado no Colégio Progresso na cidade de Campinas-SP. (BRASIL, 1970, p. 44-45) Ainda segundo o *Relatório*, no GEVA “foram demitidos orientadores e professores que manifestaram contra a orientação” do Ensino Vocacional, “naquilo que o identificava com a linha de interesse das esquerdas”, ou seja, a ida de cinco alunos ao congresso no colégio progresso. (BRASIL, 1970, p 74) Além disso, em relação ao Congresso realizado no Colégio Progresso, ficou demonstrado que o padre Milton Santana “proferiu veemente discurso de cunho subversivo.” (BRASIL. 1970, p. 75)

Durante as investigações procedidas pelo IPM não se “positivaram indícios de comprometimento em atividades subversivas de Moacyr da Silva, Louvercy Lima Olival, Maria Rosa Cavalheiro, Ricardo Apparício Bacci e Modesto Vasques Ayres. (BRASIL, 1970, p. 45) Embora esses dois últimos tenham sido punidos e demitidos, por conta do Relatório da CEI, até onde pudemos levantar, não tiveram seus cargos restituídos.

De acordo com as investigações realizadas pelo IPM, “ficou demonstrado” que Manoel de Oliveira Maia, Norma Maykot e Maria Nilde Mascellani, “utilizaram-se de recursos em dinheiro pertencentes ao SEV e depositados irregularmente em conta bancária particular (...) em nome dos dois primeiros”. (BRASIL, 1970, p. 74)

Em relação as investigações e estudos sobre a Organização e o Sistema de Ensino dos Ginásios Vocacionais, o *Relatório* de Resstel concluiu que se tratava de um “sistema de ensino caro” e que possuía uma “situação privilegiada e ampla autonomia” na SEE, que acabou por ser tornar uma “experiência prolongada” que “não produziu os resultados desejados e, fechada em si mesma, não ensejou a aplicação e o desdobramento que sempre se espera de uma atividade experimental”. (BRASIL, 1970, p. 41)

Deste modo, a “grande autonomia didática e administrativa” do Ensino Vocacional e a “ação centralizadora” de Maria Nilde Mascellani “definem a sua grande responsabilidade nos acontecimentos ali verificados e analisados” pelo IPM. (BRASIL, 1970, p. 73)

Em relação aos aspectos didático-pedagógicos, o *Relatório*, a partir dos estudos realizados por Amélia Americano e Laerte Ramos, afirma que “não há elementos para afirmar categoricamente que os mentores do Ensino Vocacional tinham propósitos político-ideológicos”. (BRASIL, 1970, p. 42) Entretanto, a direção e orientação pessoal de Maria Nilde Mascellani, sobre o “sentido e natureza do ensino ministrado em suas unidades pedagógicas” lhe imputou toda a responsabilidade sobre a “orientação e desvirtuamentos constatados no chamado Estudo do Meio, foram dados por suas diretrizes, determinações ou consentimento.” (BRASIL, 1970, p. 73)

Assim, apesar de não poder afirmar “categoricamente” a orientação “político-ideológica” dos Vocacionais, Resstel acrescenta que a “orientação, métodos, sistema e motivações” do Ensino Vocacional que se “afirmava com objetivos de transformação social, ofereciam ambiente propício às indagações e à instilação ideológica na mente dos alunos”, de modo que entrava-se em “um contexto bastante delicado e pleno de riscos nos dias que correm, em que agentes subversivos atuam sub-repticiamente nos meios estudantis, aproveitando todas as oportunidades de proselitismo.” (BRASIL, 1970, p. 41-42)

Este ambiente propício para a ação dos “agentes subversivos” é reforçado por sua leitura a partir das contratações de docentes “de marcada atuação esquerdista” realizadas por escolha pessoal de Maria Nilde, em 1967 e 1968, vinculados ao 2º Ciclo

do GEVOA, “época em que se intensificavam a infiltração subversiva entre os secundaristas.” (BRASIL, 1970, p. 73) Assim,

(...) as constatações indicam um sistema de ensino de conteúdo socializante, que, indubitavelmente, oferecia condições de receptividade à técnica de conscientização política, primeiro passo para a catequese, como é de conhecimentos dos estudiosos do assunto. E tanto isso se evidencia que, no ano de 1968, caracterizado por uma intensificação no processo de conquista das massas estudantis secundaristas, elementos nitidamente vinculados à esquerda ativista, das chamadas esquerdas católicas, afluíram ao Ensino Vocacional, quando ali se iniciava o 2º Ciclo Colegial. (BRASIL, 1970, p. 42)

Nesta linha, as contratações de Darcy Paulillo dos Passos, Luiz Benedicto Lacerda Orlandi, Carmem Maria Craidy, Nagib Miguel Elchmer e Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães, são apontadas como intencionais na incorporação da chamada “esquerda ativista”, que passou a promover “reuniões, greves e passeatas, arregimentando professores e alunos em todas as oportunidades que se lhes depararam” tal como as passeatas contra Portaria 31 ou as manifestações em relação ao conflito ocorrido na rua Maria Antonia. (BRASIL, 1970, p. 73)

Deste modo, aproveitando-se da “suposta ameaça” ao SEV representada pelos Ginásios Pluricurriculares, acabaram por lançar-se também contra os acordos MEC/USAID, como “pretextos para aliciamento e movimentos de professores e alunos”. (BRASIL, 1970, 74) Nesse caso, o fato dos dirigentes do SEV demonstrarem um sentimento de “exclusividade pelo ensino renovado” e um “exagerado apego” aos Ginásios Vocacionais, “talvez explique a aceitação de elementos ativistas de esquerda”, mas não justifica essas “admissões” que por suas capacidades de “aglutinação” fizeram grande esforço na defesa do Ensino Vocacional, aproveitando para fazer campanha contra os “Acordos MEC/USAID e, por conseguinte, contra o Ensino Pluricurricular”, fazendo assim “eco à campanha movida pelos comunistas e suas linhas auxiliares”. (BRASIL, 1970, p. 42-43) Assim, Resstel conclui esse tema afirmando que diante desses fatos, “nada indica” que Maria Nilde tenha “tomado providências efetivas para coibir a atuação daqueles professores esquerdistas”. (BRASIL, 1970, p. 74)

Finalmente, o *Relatório* indica ainda que todo o conjunto de situações proporcionadas pela experiência dos Ginásios Vocacionais tinha consequências nos estudantes após terminarem o ginásio. No decorrer das investigações procedidas por

Resstel, foram ouvidos também diretores de outras escolas<sup>333</sup> que recebiam estudantes do Ensino Vocacional e, segundo eles, “os alunos egressos dos Ginásios Vocacionais demonstravam muito senso crítico, desenvoltura, capacidade de argumentação e eram muito versados em assuntos da atualidade” mas que “tinham pouco aproveitamento nas matérias regulares”, apesar de não “notarem qualquer indício de contaminação ideológica”. (BRASIL. 1970, p. 43)

Como se pode ver, as conclusões de Rubens Resstel não chegam a afirmar “categoricamente” que o sistema de ensino e as técnicas didático-pedagógicas desenvolvidas pelos Ginásios Vocacionais tinham intenções “subversivas” ou “comunistas”. Entretanto, a todo momento, seu *Relatório* deixa um campo aberto para interpretações e a possibilidade de que os assuntos e temas trabalhados, especialmente os realizados pelo Estudo do Meio, viessem a estimular na mente dos estudantes indagações e contestação da realidade e, por conseguinte, à ditadura, tal como a “guerra psicológica adversa” é apresentada na letra da LSN.

Na mesma linha, o *Relatório* chega a fazer ponderações sobre a “culpabilidade” de Aurea e Maria Nilde de todas as acusações de “subversão” que lhes foram atribuídas, porém, à primeira a coloca como responsável por enviar estudantes a um congresso estudantil de cunho “subversivo” e, à segunda, há, por um lado responsabilidade em coordenar todas as atividades pedagógicas ocorridas nas unidades escolares e em admitir, intencionalmente, a entrada de professores “nitidamente esquerdistas” que, além de apoiarem sua luta em defesa dos Vocacionais contra os Pluricurriculares, segundo Resstel, aproveitavam-se para fazer campanha contra os acordos MEC/USAID, contra a SEE e para fazer movimentos e protestos de rua, enquanto “eco” da campanha realizada pelos “comunistas e linhas auxiliares” tão presentes no ano de 1968.

Ao término de suas conclusões, por conta das investigações desenvolvidas pelo IPM da Educação, Rubens Resstel apontou haver “indícios de crimes” para as seguintes pessoas vinculadas aos Vocacionais: Maria Nilde Mascellani, Aurea Cândida Sigríst, Darcy Paulillo dos Passos, Carmem Maria Craidy, Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães, Luiz Benedicto Lacerda Orlandi, Nagib Miguel Elchmer, Manoel de

---

<sup>333</sup> Trata-se de depoimentos da professora Aparecida Paioli, diretora do Instituto Estadual de Educação “Presidente Kenedy” de Americana e da professora Maria Henriqueta Dias Alves Ferreira, diretora do Instituto de Educação “Mario Vieira Marcondes” de Barretos.



Oliveira Maia e Norma Maykot. Além do padre Milton Santana. (BRASIL, 1970, p. 77-79)<sup>334</sup>

Como consequência, em 04 de novembro de 1970, o então presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid (1969-1974), com base no Ato Institucional n° 5, emitiram um decreto aposentando Aurea Cândida Sigrist e Maria Nilde Mascellani, enquanto servidoras da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.<sup>335</sup>

Posteriormente, foi elaborado o texto intitulado *A infiltração comunista nos meios educacionais* fruto de uma conferência realizada por Rubens Resstel no Clube Militar de São Paulo em 11 de novembro de 1970. Tal conferência foi publicada no **Jornal Diário da Noite**, em 12 de novembro de 1970, com o título, *Resstel denuncia ação subversiva nas escolas* e, segundo esta matéria, a conferência contou com a presença de autoridades, entre eles o Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Paulo Ernesto Tolle e do Governador eleito do Estado de São Paulo, Laudo Natel<sup>336</sup>. A conferência de Resstel foi publicada também no jornal **O Estado de São Paulo**, em 19 de novembro de 1970, com o título *A subversão na escola – A subversão entre os estudantes*.

Tendo também uma versão impressa publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, ainda no ano de 1970, a conferência de Rubens Resstel procurou “(...) denunciar as estratégias usadas pelos subversivos para corromper a juventude brasileira” (MOTTA, 2012, p. 139), apresentando seu entendimento, e das forças armadas, sobre o *modus operandi* do comunismo internacional para se infiltrar nas escolas paulistas, ginasiais e secundárias, por meio da subversão, conforme pôde constatar através da investigação que chefiou à frente do Inquérito Policial Militar da Secretaria de Educação de São Paulo.

Não se trata de realizarmos aqui uma análise pormenorizada de cada elemento apresentado na referida conferência, pois, além de extrapolar demais o escopo de nossa pesquisa, muitos dos temas tratados já apareceram no modo como as investigações foram desenvolvidas contra os Ginásios Vocacionais.

---

<sup>334</sup> Foram indiciados ainda: José Mário Pires Azanha da SEE, Maria Aparecida Lima Martins, Maria Thereza Gomes de Oliveira e Guiomar Caram, diretores de outros colégios investigados pelo IPM da Educação.

<sup>335</sup> As aposentadorias de Aurea Sigrist e Maria Nilde foram publicadas no Diário Oficial de 5 de novembro de 1970, Seção I – Parte I, página 9407.

<sup>336</sup> Entendemos que em novembro de 1970, Laudo Natel havia sido eleito, porém, só assumiu como governador em 1971.

Nosso objetivo é apresentar alguns elementos do texto como forma de exemplificar a maneira como as investigações e perseguições procedidas pelo II Exército geraram uma interpretação das forças armadas, na figura de Rubens Resstel, sobre o ensino ginásial e secundário de São Paulo, especialmente sobre os Vocacionais, justificando suas ações de repressão, vigilância e controle.

A conferência “a infiltração subversiva nos meios educacionais”, de acordo com Rubens Resstel, teve como finalidade,

(...) alertar os dirigentes de ensino, professores e orientadores sobre a infiltração subversiva em seus setores de trabalho, destacando, tanto quanto nos foi possível observar, as vulnerabilidades do sistema de ensino a essa infiltração. (RESSTEL, 1970, p. 5)<sup>337</sup>

Como forma de apresentar seu entendimento da questão, Resstel elaborou o seguinte roteiro de sua explanação: Considerações preliminares; Antecedentes; Modalidades de atuação; Vulnerabilidades do sistema de ensino; Legislação específica; e Conclusões.

Nas considerações preliminares indica que seu conteúdo tem como base as “apreciações, estudos e aspectos focalizados” no IPM da Educação instaurado por ordem do Comandante do II Exército, Canavarro Pereira, que teve como peça inicial as investigações da Sub-Comissão Geral de Investigações, Comissão Estadual de Investigações e “informes, informações e denúncias de várias procedências, os quais indicavam a existência de focos de subversão em setores do ensino oficial.” (RESSTEL, 1970, p. 5)

Conforme indicamos ao longo desta dissertação, Resstel procurou, em suas investigações, relacionar as acusações envolvendo o ensino ginásial e secundário da rede pública de ensino paulista, com a agitação estudantil do setor universitário e assim,

(...) os líderes das esquerdas católicas universitárias aliaram-se aos comunistas, formando a chamada “Frente Única”, na ilusão de que poderiam contar, para os seus propósitos de reformas sociais dentro dos postulados cristãos, com a agressividade e organização de seus novos aliados. (RESSTEL, 1970, p. 7)

---

<sup>337</sup> As citações do texto *A infiltração comunista nos meios educacionais*, tomam como referência e paginação a edição da conferência publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Importante mencionar também que uma cópia desta edição foi anexada aos Autos do IPM da Educação. (Processo STM n° 4766, Volume VIII, p. 31). O texto completo desta conferência encontra-se no Anexo 5 desta dissertação.

Respondendo a crença presente nos círculos militares do período, de que os comunistas e as “esquerdas ativistas” haviam deixado em segundo plano o operariado e

(...) após um período de rearticulação e reformulação dos esquemas de ação, os agentes da subversão comunista voltaram a atuar, com crescente intensidade e novos métodos, nos meios educacionais, com particular interesse no setor secundarista. (RESSTEL, 1970, p. 7)

Assim, a atuação junto aos secundaristas do 2º Ciclo tomou maiores proporções no agitado ano de 1968, tendo resultados,

quando conseguem doutrinar e engajar na ação os jovens secundaristas, pois estes constituem massa de manobra ideal por sua imaturidade, idealismo, desprendimento, espírito exibicionista, anseios reformistas e pela natural simpatia que os jovens despertam em todas as camadas da população. (RESSTEL, 1970, p. 8)

Segundo Resstel, a ação junto aos secundaristas teria como objetivo promover agitações:

ainda que temporário, engrossando as ondas de agitação, produzem os desgastes e as perturbações sempre desejadas pelos agentes subversivos que os manobram. Mas o objetivo principal da ação comunista nos meios secundaristas é o de doutrinar e recrutar agentes que possam servi-los por um período mais longo, durante todo o curso universitário e, posteriormente, conquistar os postos de liderança e de influência decisiva na vida nacional. (RESSTEL, 1970, p. 8)

No desenrolar nas análises efetuadas ao longo do IPM, de acordo com Resstel, “Considera-se, hoje, fora de dúvida, que o comunismo é muito mais **técnica de subversão** do que filosofia ou ideal.” (RESSTEL, 1970, p. 8) Assim, as ações do comunismo quando direcionadas a “nações alvo menos desenvolvidas”, como o Brasil, são indiretas, “deixando os Partidos Comunistas em posição aparentemente secundária”. (RESSTEL, 1970, p. 8-9)<sup>338</sup>

---

<sup>338</sup> Segundo os estudos de Resstel e sua equipe, estas ações seguiriam orientações determinadas por organizações estudantis como: União Internacional dos Estudantes (UIE), Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), Federação Mundial de Juventude Democrática (FMJD), Federação Internacional Sindical de Ensino (FISE). “A UIE ocupa-se do meio estudantil universitário, enquanto a FMJD dirige sua influência para estudantes secundários. A OCLAE tem sua sede em HAVANA e é organizada, regionalmente, para a AMÉRICA LATINA. Dos programas, resoluções e

Além disso, procuravam direcionar suas ações, preferencialmente, em Faculdades de Filosofia, como a da Universidade de São Paulo, responsáveis pela formação de futuros professores do ensino secundário. (RESSTEL, 1970, p. 9)<sup>339</sup> Nessa linha, os professores teriam papel fundamental, uma vez que, segundo Resstel, nas escolas:

A ideologia é instilada na mente dos jovens através de outros processos, outras motivações e outros estímulos. A técnica consiste em “conscientizar”, para depois catequizar.

O que evidentemente lhes interessa é obter a massa de manobra, para fins imediatos, e preparar a mente dos jovens para a impregnação psicológica, condicionar o seu comportamento e a sua utilização no futuro. (RESSTEL, 1970, p. 10)

Após suas considerações quanto às técnicas de “subversão” empregadas pela “esquerda ativista” formada nas universidades, a conferência passa a tratar da “vulnerabilidade do sistema de ensino” secundário identificada por ele no curso das investigações onde encontraram falhas na organização e de sistema e despreparo das “autoridades de ensino, professores e orientadores” quanto “às técnicas de subversão e impregnação psicológica.” (RESSTEL, 1970, p. 10-11)

Dentro desse contexto, a conferência faz uma menção indireta ao caso da experiência pedagógica dos Ginásios Vocacionais quando, comenta que a “falta de controle efetivo” da Secretaria da Educação junto às escolas da rede estadual de ensino permitiu o

surgimento e o desenvolvimento de setores isolados de ensino, de exagerada autonomia didática e administrativa, evoluindo um desses setores para um sistema de ensino cujas motivações e orientação ofereciam ambiente propício às indagações e à instalação ideológica na mente dos alunos, entrando num contexto bastante delicado e pleno de riscos nos dias atuais, em que agentes subversivos atuam subrepticiamente nos meios educacionais, aproveitando todas as oportunidades de proselitismo.

Alguns métodos e técnicas de ensino prestam-se a desvios de suas finalidades, servindo a propósitos ocultos. Assim, por exemplo, o chamado “Estudo do Meio”<sup>340</sup>, válido como técnica didático-pedagógica, mas utilizado muitas vezes, como se constatou, com outras intenções, definidas pela escolha dos ambientes e da orientação dada, ressaltava com frequência as nossas contradições sociais, sem

---

declarações dessas frentes observa-se um ponto comum: Manifestações contra os EUA e objetivos aparentemente legítimos.” (RESSTEL, 1970, p. 8-9)

<sup>339</sup> O texto acrescenta ainda que: “Em sua ação junto aos estudantes, os agentes comunistas utilizam-se da chantagem, da coação psicológica, dos tóxicos e, comumente, da atração sexual, propagando o amor livre. Para eles, o pudor feminino constitui apenas uma “inibição burguesa” e, utilizando agentes treinadas e atraentes, conseguem envolver muitos rapazes em suas malhas.” (RESSTEL, 1970, p. 9)

<sup>340</sup> Trata-se da técnica de Estudos do Meio realizada pelos Ginásios Vocacionais.

ressaltar também os aspectos positivos da nossa sociedade em evolução. (RESSTEL, 1970, p. 11)

E destaca os estudos realizados por Amélia Americano e Laerte Ramos, que concluíram:

Não é na proposição do Estudo do Meio, genérica e técnica, que poderíamos identificar os riscos que semelhantes estudos podem representar. É na forma, na maneira de utilizar e de conduzir o interesse dos estudantes, levando-os a deter-se predominantemente nos aspectos negativos da realidade que, contrariando o espírito e a finalidade educativa do Estudo do Meio, a condução do assunto poderá favorecer um tratamento político e ideológico dos problemas levantados pela curiosidade dos educandos. (RESSTEL, 1970, p. 12)

Como se pode ver, a conferência de Resstel faz uma síntese das investigações, análises e interpretações que realizou sobre os Ginásios Vocacionais, e sobre a SEE, tendo assim, como objetivo realizar uma “grave advertência aos dirigentes do ensino” quanto às técnicas da “subversão” (RESSTEL, 1970, p. 12), realizada nos meios educacionais aos quais investigou e perseguiu pois, segundo ele,

Estamos diante de uma máquina de subversão que não se dá por vencida, que recebe orientação de fora do País, acionada por agentes comunistas e de suas linhas auxiliares e por inocentes úteis, agindo prioritariamente nos meios educacionais. (RESSTEL, 1970, p. 14-15)

A conferência de Resstel sobre a “infiltração comunista nos meios educacionais” procura comunicar a uma grande parcela de autoridades e da sociedade brasileira do período, os aspectos gerais que identificou ao elaborar seu *Relatório* e, nesse sentido, entendemos que seu texto possui uma posição significativa dentro da história da repressão contra setores da educação brasileira do período.

A partir dos elementos apontados por Rubens Resstel, que tiveram como base principal, a leitura e “advertências” realizadas pelo coronel Cerqueira Lima, que recebeu as primeiras denúncias, observa-se uma interpretação das forças armadas e da ditadura do período em voltar seus olhos contra a ação dos “subversivos” no ensino básico do Estado de São Paulo onde, além de se preocuparem com temas trabalhados nas escolas e com as técnicas didático-pedagógicas utilizadas pelos ensino renovado, viam nessa faixa etária, elementos que pudessem fazer parte das fileiras de luta no

ensino superior, devido aos conteúdos que aprendiam no ginásio e no ensino secundário.

Para finalizar, esse dado é reforçado pelo fato de que, ao longo de nossas pesquisas junto ao acervo documental do Arquivo Nacional, encontramos cópias deste texto de Rubens Resstel para divulgação e “advertência” às universidades federais enquanto estratégia e direcionamento para tomarem medidas no interior das instituições de ensino superior. Em 27 de novembro de 1970, a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do MEC, enviou cópia do texto à reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais<sup>341</sup> e no mesmo dia, a cópia do texto foi enviada pela DSI ao reitor da Universidade Nacional de Brasília.<sup>342</sup>

Extrapola os limites deste trabalho estender a interpretação da divulgação deste material nas instituições de ensino superior e as consequências que possa ter tido na forma como as reitorias das universidades passaram a agir em decorrência deste texto. No entanto, só o fato de essas cópias existirem demonstra os objetivos a que serviram, informar e aumentar o controle das informações como forma de coibir as ações do movimento estudantil universitário no início da década de 1970.

---

<sup>341</sup> AN, fundo SNI, Arquivado sob o código: br\_dfanbsb\_at4\_0\_0\_0318\_d0001de0001.

<sup>342</sup> AN, fundo SNI, Arquivado sob o código: br\_dfanbsb\_aa1\_0\_ros\_0134\_d0001de0001.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi estabelecer alguns pontos para compreender como se deu a perseguição exercida pelo aparato repressivo da ditadura militar brasileira (1964-1985) contra a experiência pedagógica desenvolvida pelo Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo e seus funcionários, enquanto profissionais do ensino público paulista, entre os anos de 1968 a 1970. Ao longo da pesquisa sobre a história dos Ginásios Vocacionais, nos deparamos com diversos estudos que mencionam a perseguição e seu abrupto e violento encerramento. Entretanto, observamos que faltavam análises que focassem sobre o significado das investigações realizadas contra os Vocacionais e o conteúdo de seus documentos, de modo que evidenciassem a interpretação que os órgãos repressivos construíram sobre sua experiência de ensino.

O estudo da documentação produzida pelas diferentes investigações realizadas contra os Ginásios Vocacionais possibilitou uma visão mais ampla acerca dos acontecimentos, dentro do contexto político e educacional do período, e dos métodos utilizados pelos órgãos repressivos.

Ao longo da pesquisa pudemos ver que foram diversas as formas de perseguição, controle e vigilância utilizadas contra os funcionários e contra as atividades pedagógicas dos Ginásios Vocacionais. A leitura dos documentos produzidos por essas diferentes investigações, reunidas e depuradas pelo IPM da Educação, evidenciou um amplo e complexo sistema que, de forma peculiar na história da educação brasileira, criou e estabeleceu diferentes linhas para esta perseguição.

Ao longo de cinco meses, de abril a setembro de 1970, o coronel Rubens Resstel, então comandante do 5º GCAN de Campinas-SP, comandou o Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo onde objetivou investigar e apurar as denúncias de atos de “corrupção” e “subversão” atribuídas a dez funcionários dos Ginásios Vocacionais, a pessoas ligadas à SEE e outros colégios da rede pública estadual de ensino.

No caso dos Ginásios Vocacionais, Resstel reuniu todas as informações e documentos provenientes das investigações procedidas pelo Processo nº 37/69 da Comissão Estadual de Investigações, pelo Processo nº 00358 da Subcomissão do Estado de São Paulo da Comissão Geral de Investigações (SCGI/SP), pelo Inquérito Policial nº 191-69-c do Departamento de Polícia Federal da Delegacia Regional de São Paulo

(DPF/SP) e pela Sindicância procedida pela SEE contra o Ginásio Estadual Vocacional “Embaixador Macedo Soares” da cidade de Barretos-SP, que deu origem ao Processo n° 13.185/70.

A partir das informações, documentos e conclusões provenientes destas investigações, Rubens Resstel coletou novos dados, reuniu novos documentos, colheu novos depoimentos e solicitou inclusive a consultoria pedagógica de grandes nomes da educação paulista, para julgar e avaliar as propostas pedagógicas dos Ginásios Vocacionais, para verificar se havia ou não, em suas práticas e métodos, ensejo de “subversão”.

Em 24 de setembro de 1970, Resstel concluiu seu *Relatório* final do IPM da Educação onde narrou e interpretou as ocorrências e os atos praticados pelos envolvidos. No caso dos Ginásios Vocacionais Resstel procurou analisar estas acusações em sete itens que nomeou da seguinte maneira: 1) Organização e Sistema de Ensino; 2) Autoavaliação e Estudos do Meio; 3) Ginásios Pluricurriculares e Ensino Vocacional; 4) Atividades Subversivas do Vocacional; 5) Ocorrências no Ginásio Vocacional “João XXIII” de Americana-SP; 6) Ilícitos Administrativos; e 7) Conclusões sobre o SEV.

A partir da bibliografia consultada, do depoimento coletado, dos textos institucionais produzidos pelo SEV, da documentação produzida pelos órgãos repressivos e, principalmente dos Autos do IPM da Educação, ao longo desta dissertação, foi possível estabelecer alguns pontos para compreender a extinção dos Ginásios Vocacionais

O primeiro, desencadeado a partir das denúncias iniciadas em dezembro de 1968, sob o pretexto vingativo e pessoal dos funcionários afastados do Ginásio de Americana, teve como suporte a legislação criada durante a ditadura, que permitiu tipificar como “subversivas” ou “comunistas” as práticas sociais desenvolvidas pelos funcionários dos Ginásios Vocacionais.

Nesse contexto, o aparato repressivo criado durante o período colocou em marcha as investigações procedidas pelo Processo n° 37/69 da Comissão Estadual de Investigações e pelo Inquérito Policial n° 191-69-c do Departamento de Polícia Federal da Delegacia Regional de São Paulo (DPF/SP). Nestas investigações, teve papel central a figura do Coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, então comandante do 5° GCAN de Campinas, que havia recebido as denúncias iniciadas em 1968, e desencadeou nos afastamentos de Maria Nilde Mascellani e Aurea Cândida Sigrist de



seus cargos em junho de 1969 e na invasão de todas as unidades dos Vocacionais em 12 de dezembro de 1969.

O segundo, diz respeito ao fato de que, uma vez instaurado o IPM da Educação<sup>343</sup>, Rubens Resstel procurou interpretar o sistema de ensino e práticas pedagógicas desenvolvidas nos Ginásios Vocacionais que, desde as denúncias iniciais, foram tomadas como “subversivas”, ou seja, passível de, segundo a leitura da ditadura modificar, perturbar ou corromper a ordem política estabelecida.

Nesse sentido, “guerra psicológica adversa”, definida pelo § 2º do Artigo 3º da Lei de Segurança Nacional de 1967, parece ser um elemento importante para compreensão do que chamamos de conteúdo pedagógico do IPM, pois, estes passaram a ser interpretados pelas forças armadas como ações de “infiltração, propaganda e doutrinação ideológica” no ambiente escolar, agindo sobre a mente dos estudantes.

Deste modo, Resstel procurou analisar e interpretar a Organização, o Sistema de Ensino, os conteúdos trabalhados da disciplina de Estudos Sociais do Ginásio da cidade Barretos<sup>344</sup> e as técnicas didático-pedagógicas Estudo do Meio e Autoavaliação, utilizadas pelos Ginásios Vocacionais.

Neste campo, destaca-se a colaboração Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano Domingues de Castro que desaprovaram a organização, o sistema de ensino e as técnicas didático-pedagógicas desenvolvidas pelos Ginásios Vocacionais, reforçando assim a leitura de Resstel de que em seus métodos haveria ensejo de “subversão”.

O terceiro ponto, envolveu o contexto da política educacional colocada em marcha pela ditadura em âmbito nacional e estadual, de modo que a prática social e o movimento do professorado dos Ginásios Vocacionais de resistência e crítica a SEE, foi tipificada e criminalizada como “subversiva” gerando a interpretação de que haveria uma “infiltração comunista nos meios educacionais” do ensino básico paulista.

Nesse contexto, observamos que a SEE, na figura de Ulhôa Cintra e José Mario Pires Azanha, alinhados às diretrizes educacionais do governo federal, através dos acordos MEC-USAID, objetivaram colocar em prática uma nova proposta de renovação

---

<sup>343</sup> Tendo como base as investigações procedidas pelo Processo n° 00358 da Subcomissão do Estado de São Paulo da Comissão Geral de Investigações (SCGI/SP).

<sup>344</sup> Sindicância procedida pela SEE contra o Ginásio Estadual Vocacional “Embaixador Macedo Soares” da cidade de Barretos-SP, que deu origem ao Processo n° 13.185/70.

do ensino paulista, os chamados Ginásios Pluricurriculares, que substituiriam os Vocacionais.

Além desse embate com o SEV, a SEE, na gestão Ulhôa Cintra/Azanha (1967-1970), adotou uma série de medidas e mudanças na estrutura da SEE, na forma ingresso dos estudantes nos ginásios e na vida professorado, que gerou uma série de manifestações, especialmente no ano de 1968, em meio aos movimentos de protestos estudantis que marcaram aquele ano.

Esses eventos ligados a atuação dos professores “ativistas”, Darcy Paulillo, Carmem Craidy, Sebastiana Bittencourt, Luiz Orlandi e Miguel Nagib, do Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha”, gerou a interpretação de Resstel que Maria Nilde havia contratado docentes de esquerda e “comunistas”, com o intuito de “subverter” a ordem e causar transtornos na rede estadual de ensino.

Rubens Resstel procurou reforçar este discurso a partir das ideias contidas nos textos *Linha de Revisão*, produzido pelo SEV, e *Ensino Vocacional na Política educacional de São Paulo*. As ideias contidas nesses textos, escritos no ano de 1968, serviram para Resstel como suporte documental para reforçar a ideia de que as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos Vocacionais teriam como objetivo “subverter” a ordem estabelecida pela ditadura desde o golpe de 1964.

Todos esses pontos serviram como suporte para Rubens Resstel cristalizar suas ideias na conferência *Infiltração comunista nos meios educacionais*. Fruto de sua leitura ao término das investigações procedidas pelo IPM da Educação, de que haveria uma vasta forma de atuação dos comunistas, articulados internacionalmente, na rede básica de ensino do Estado de São Paulo. A conferência e ideias de Resstel, serviria de modelo e alerta a outras instituições públicas de ensino, no combate aos inimigos internos “subversivos”.

Dos quatorze principais acusados e indiciados no IPM da Educação, dez eram vinculados as Ginásios Vocacionais e tiveram suas vidas pessoais e profissionais fortemente marcadas pelas ações repressivas da ditadura, sendo impedidos de continuarem a exercer seus cargos como docentes na rede estadual de ensino, especialmente, Aurea Cândida Sigrist e Maria Nilde Mascellani, que acabaram por serem as únicas aposentadas pelo Ato Institucional nº 5.

Apesar de tudo isso, as práticas e a experiência pedagógica do Ginásios Vocacionais, entraram para a história da educação brasileira, enquanto método de ensino vanguardista realizado na rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Assim,

nosso trabalho pretendeu apresentar novas interpretações para o debate sobre os Ginásios Vocacionais e a forma como a ditadura brasileira (1964-1985) não só perseguiu, prendeu, torturou e assassinou pessoas, mas também, utilizou-se de todo um discurso para coibir ideias e experiências educacionais.

Apesar de todos os fatos ocorridos entre os anos de 1968 a 1970, que procuramos apresentar nesta dissertação, os Ginásios Vocacionais entraram para a história da educação brasileira, enquanto método de ensino vanguardista realizado na década de 1960. Conforme chegou a afirmar Antonio Cândido de Mello e Souza, em 1970, os Ginásios Vocacionais foi um dos “movimentos mais belos do Brasil”, onde se “formou atitude de admirável sensibilidade em relação ao mundo em que vivemos” com capacidade de “desenvolver no jovem tanto capacidade pessoal quanto espírito de grupo – os dois grandes pressupostos, aparentemente inconciliáveis, de toda educação que, em nossos dias, queira possuir um timbre humano.” (REVISTA VISÃO, 1970, p. 25)

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTAMN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. Ed. Rio de Janeiro; FGC/CPDOC, 2001.

ALBERGARIA, Sandra Julia Gonçalves. *A concepção de natureza nos estudos do meio realizados nos ginásios estaduais vocacionais do Estado de São Paulo, de 1961 a 1968*. Mestrado em Geociências do Instituto de Geociências da Unicamp, Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Tecendo um breve passado: contribuição dos professores de ciências dos ginásios estaduais vocacionais do estado de São Paulo (1961-1970)*. Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Geociências da UNICAMP. 2015.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1990.

\_\_\_\_\_. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, durante o II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6767/869.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21.11.2022.

\_\_\_\_\_. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas. 2005.

ALBUQUERQUE, Caio Rodrigo. *No chão de fábrica nas salas de aula, a mesma intolerância*. In: VICENTINI, Beatriz Helena (org.) *Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014, pp. 174 a 201.

\_\_\_\_\_. *Militares: revolução necessária e contingência ao Gcan*. In: VICENTINI, Beatriz Helena (org.) *Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014, pp. 202 a 217.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, São Paulo, Edusc, 2005.

ALVES, Márcio Moreira. *Beabá dos MEC-Usaid*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.

\_\_\_\_\_. *A Igreja e a política e a política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

AQUINO, Maria Aparecida de. *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. In: *Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Brasileiro – Volume 1*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001, pp. 15-35.

\_\_\_\_\_. *A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 271-289.

\_\_\_\_\_. *A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-64. DEOPS/SP: Família 50*. In: *Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Brasileiro – Volume 5*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002a, pp. 13-45.

\_\_\_\_\_. *DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária*. In: *Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Brasileiro – Volume 2*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002b, pp. 19-45.

- \_\_\_\_\_. *Brasil: golpe de estado de 1964. Que estado, país, sociedade são esses?* In: Proj. História, São Paulo, (29) tomo 1, p. 87-105, dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. *As vísceras expostas do autoritarismo*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano 42, n. 1, p. 20-39, jan-jun. 2006. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/As\\_Visceras\\_expostas\\_do\\_autoritarismo.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/As_Visceras_expostas_do_autoritarismo.PDF). Acesso em: 20.05.2021.
- \_\_\_\_\_. *A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. P. 271-289.
- ARAPIRACA, José Oliveira. *A Usaid e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Cortez, 1982.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. 26. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- AZANHA, José Mário Pires. *Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista*. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 335-344, maio/ago. 2004.
- AZEVEDO, Fernando de. *A formação da cultura brasileira* (Volume III – A transmissão da cultura). São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O manifesto dos pioneiros da educação nova [1932]*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf). Acesso em: 29.03.2018.
- BALZAN, Newton. *Estudos Sociais: opiniões e atitudes de ex-alunos*. In: Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 22, pp. 31-70, 1977. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1745>. Acesso em: 15.12.2020.
- BARBOSA, Júlia Letícia Camargo. *Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de São João del Rei, 2012.
- BATALHA, C. *Thompson diante de Marx*. In: BOITO JR, A.; TOLEDO, C.N de; RANIERI, J.; TROPIA, P.V. (Org.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas Volume 1. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da violência – crítica do poder*. In: *Documentos de cultura, documentos de barbárie*. São Paulo, Cultrix, 1986. pp. 160-175.
- BIZZOCCHI, Carlos Eduardo. *Avaliação e recuperação nos Ginásios Estaduais Pluricurriculares Experimentais – GEPES (1967-1969)*. In: *Estud. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 438-471, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4710>. Acesso em: 20.08.2022.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed. Volume 1, 1998.
- BRAGHIMI, Katya Mitsuko Zuquim. *A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/LRjYPXnRxwFHYwMG6RwzYzd/?format=pdf&lang=pt>. 22.10.2020.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *O comunismo e os movimentos da juventude*. Rio de Janeiro, 1965.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão da Nacional da Verdade*. Brasília, CVN, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. Volume 2, Brasília: CNV, 2014b.

CANCIAN, Renato. *Igreja católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo, Editora Claridade, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo) / Secretaria da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os arquivos da polícia política como fonte*. *Registro*, Indaiatuba, n. 1, p. 7-17, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. *Os arquivos e o acesso à verdade*. In: SANTOS, Cecília MacDowell et al. (org.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 2, p. 424-443.

CARTOCE, Raquel Elisa. *O milagre anunciado: publicidade e a ditadura militar brasileira (1968-1973)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, 2017.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. *Os ginásios vocacionais: A (des)construção da História de uma experiência educacional transformadora (1961-69)*. Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. *História e memória da inovação educacional no Brasil: o caso dos ginásios vocacionais (1961-69)*. Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2010.

\_\_\_\_\_. *As mudanças curriculares dos ginásios vocacionais de São Paulo: da 'integração social' ao 'engajamento pela transformação'*. In: *Rev. bras. hist. educ.*, Maringá-PR, v. 14, n. 3 (36), p. 23-53, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38893>. Acesso em: 21.11.2022.

CHIOZZINI & MARQUES, Sandra M. L. *O Movimento da Escola Nova, Classes Experimentais e Ginásios Vocacionais (1958-1970)*. In: *Cadernos de História da Educação*, v.15, n.2, p. 582-598, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/35545>. Acesso em: 21.11.2022.

CORRÊA, Larissa Rosa. *O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da política e a intrincada organização de seu acevo*. In: *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.33, 2008. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/>. Acesso em: 21.11.2023.

CUNHA, Luiz Antônio Cunha & GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. *Contribuições para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares*. In: *Revista Brasileira de Educação*, (Rio de Janeiro), v. 16, n. 48, setembro/dezembro 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QBV8tMs8Lq67dL9VPKfhFbf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21.11.2023.

CURY, Ariam José Ferreira Castilho. *Azanha e a democratização do acesso ao ensino: 1967-1970*. Dissertação de Mestrado apresentado no Departamento de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

D'AGUIAR, Hernani et ali. *A guerra revolucionária comunista*. Recife: Imprensa Universitária, 1964.

D'ARAÚJO, Maria Celina 'et al' (org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

DALLABRIDA, Norberto & CHIOZZINI, Daniel. *Experimentalismo no Ensino Secundário nos anos 1950 e 1960*. In: *Cadernos de História da Educação*, v.15, n.2, p.464-467, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/36084/19075>. Acesso em: 21.11.2023

DELGADO, Luciana de Almeida Neves. *1964: temporalidade e interpretações*. In: D. A. REIS, M. RIDENTI, & R. MOTTA, *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1981.

FAGIONATO, Yomara Feitosa Caetano de Oliveira. *Por uma memória vocacional renovada*. In: *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.3, p.859-862, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/40944>. Acesso em: 21.11.2023.

\_\_\_\_\_. *Estudos Sociais como área integradora: notas preliminares sobre os ginásios vocacionais (São Paulo, 1961-1969)*. In: III Seminário Internacional – História do Tempo Presente, UDESC, Santa Catarina, 2017, pp. 1-12. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/561/357>. Acesso em: 21.11.2023.

\_\_\_\_\_. *Maria Nilde Mascellani e o Catolicismo Social no Vocacional (São Paulo, 1960)*. In: *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 11, n. 2, maio/ago. 2018a, pp. 238-263. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/9537>. Acesso em: 21.22.2023.

\_\_\_\_\_. *A área de estudos sociais na cultura escolar dos ginásios vocacionais (São Paulo, 1961-1969)*. Tese doutorado do programa de pós graduação do programa de História do Tempo Presente, na faculdade de ciências humanas e da educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018b.

FERNANDES, Florestan. *O significado da ditadura militar*. In: C. NAVARRO, *Visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo*. Campinas: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo*. 2008. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. 4. Ed. rev. São Paulo, Global, 2008.

FERREIRA, Daniela Gomes de Albuquerque. *Ginásio Estadual Vocacional “Cândido Portinari” de Batatais: Histórias, sujeitos e práticas*. Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. *Revista Brasileira de História*. Volume 24. Nº 47. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN>. Acesso em: 21.11.2023.

FRANÇOIS, Étienne. *Os “tesouros” da Stasi, ou a miragem dos arquivos*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro, Ed. Da UFRJ; Ed. FGV, 1998.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva – um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo, Cortez, Campinas, Unicamp, 1993.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin – os cacos da história*. Tradução Sônia Salzstein. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- GANDINI, R. *Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira*. Dissertação de mestrado da Faculdade de Educação da UNICAMP, 1979.
- GARCIA, Walter E. *Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. São Paulo, Cortez, 1980.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002a.  
 \_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002b.  
 \_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.  
 \_\_\_\_\_. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.  
 \_\_\_\_\_. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GAVIÃO, Fábio Pires. *A esquerda católica e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. Mestrado em História do IFCH da Unicamp, Campinas, 2007.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985 um estudo sobre a política educacional*. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, 1990.
- GOERTZEL, Ted. *MEC-Usaid: ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira*. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: ano III, n. 14, p. 123-137, 1967.
- GUSSON, Cláudia Maria. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. Mestrado em História da FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2013.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- JACOBUCCI, Ary Meireles. *Revolucionou e acabou? Breve etnografia do Ginásio Estadual Vocacional de Americana*. Editora Compacta, São Paulo, 2002.
- JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem – os interrogatórios da Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, São Paulo, Edusp, 2013.  
 \_\_\_\_\_. *A "verdade": sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos*. In: Dimensões, vol. 32, 2014, p. 2-28. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8316/5899>. Acesso em: 13.11.2022.
- KAUFMANN, Carolina. & MARTINS, Maria do Carmo. *Ditaduras militares argentina e brasileira: colaborações culturais em educação na década de 1970 do século XX*. Em: D. G. Vidal e A. Ascolani (Orgs.). *Reformas Educativas no Brasil e na Argentina – ensaios de história comparada da educação (1820-2000)*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- KNACK, Diego. *O combate à corrupção durante a ditadura militar por meio da Comissão Geral de Investigações (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado do programa de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.  
 \_\_\_\_\_. *Um tribunal de exceção na ditadura: as investigações do sistema CGI e o combate à corrupção (1968-1978)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.



LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1990.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985) um espaço de disputa*. Doutorado em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

LONGHI, Carla Reis. *O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade*. In: *Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Brasileiro – Volume 4*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 55-119.

\_\_\_\_\_. *O aparato repressivo brasileiro: dinâmicas da violência e confronto pelo poder*. In: Projeto História, São Paulo, n. 38, p. 119-140, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5236/3766>. Acesso em: 22.11.2022.

MANSAN, Jaime Valim. *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em História. 2014.

MARQUES, Sandra Machado Lunardi. *Contribuição ao estudo dos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo: Ginásio Estadual “Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro*. Dissertação (Mestrado) PUC São Paulo, 1985.

MARTINS, Maria do Carmo. *A História Prescrita e Disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: EDIUSF, 2002.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina de guerre révolutionnaire (1959-1974)*. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELLES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 1. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 179-202.

\_\_\_\_\_(org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos, EdUFSCar, 2006.

\_\_\_\_\_. *O palácio & a caserna – dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo, Alameda, 2ª Edição, 2019.

\_\_\_\_\_. *Estado e regime no pós 64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar?* In: Dossiê 64: REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº2 1994, pp. 7-23. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39404/24219>. Acesso em: 21.11.2023.

\_\_\_\_\_. *A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960*. In: RBCS. Vol. 23 n.o 67 junho/2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gShkcQ5c7qL3kqbP4p4DnyS/>. Acesso em: 13.05.2020.

\_\_\_\_\_. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

\_\_\_\_\_. *O movimento estudantil nos anos 1960*. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Orgs.). *Revolução e democracia – 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *O movimento estudantil universitário e o golpe militar de 1964*. In: C. N. TOLEDO (org.). *1964: o golpe contra a democracia e as reformas*. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014.

\_\_\_\_\_. *O movimento estudantil na conjuntura do golpe*. Em C. N. TOLEDO, 1964 *Visões críticas do golpe* (2ª ed.). Campinas: Unicamp, 1997.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. [Tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCELLANI, Maria Nilde. *Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados* (programa Integrar CNM/CUT). São Paulo: IIEP, 2010.

\_\_\_\_\_. *Algumas relações entre desenvolvimento e educação*. In: Revista Educação Hoje, p. 1-5, Brasiliense, São Paulo, (1969?).

\_\_\_\_\_. *Ensino Vocacional Público de São Paulo: “Trajetória de uma Heresia”*. Revista Ideia. FDE – São Paulo, 1968, p. 84.

MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ditadura “civil-militar”: controvérsias históricas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios presentes*. In: Espaço Plural • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 15.03.2022.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA – Programa Coleta Regular de Testemunhos. *Manual de Procedimentos de Pesquisa*. São Paulo, 2016.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal & TAMBERLINI, Ângela Rabello Maciel de Barros. *Os ginásios vocacionais do estado de São Paulo: reconstruindo a história por meio de fontes primárias e secundárias que se complementam*. In: *Desafios iberoamericanos: o patrimônio histórico-educativo em rede*[S.l: s.n.], p. 584, 2016. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/143/123/619>. Acesso em: 21.11.2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal & SILVA, Doris Accioly. *Circuitos educativos: a escola moderna n. 1 e os ginásios vocacionais noturnos, um estudo comparativo*. In: *Trabalho Necessário*, ano 16, nº 29, pp. 54-77, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/4554/24718?inline=1>. Acesso em: 21.11.2023.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. *TOPOI*, v. 9, n. 16, jan-jun, p. 30-67, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/zMNpct3W9cjrNbQdVWbZTs/>. Acesso em: 21.11.2023.

\_\_\_\_\_. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. *O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras*. In: *Contemporânea, Historia y Problemas do del siglo XX*, año 3, Volumen 3, 2012, Dossier, pp. 133-148. Disponível em: [http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03\\_2012-11-23-webO-07.pdf](http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-07.pdf). Acesso em: 21.11.2023.

\_\_\_\_\_. *O anticomunismo militar*. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. EduUFScar, 2006.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 7.

MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena política (1969-1979)*. Doutorado em História Social da FFLCH e do Centrú de Historie Sociale du Siécle d’universite de Paris I, São Paulo, 2010.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, Rio de Janeiro: EPU /Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NAKAMURA, Maria Eliza Furquim Pereira. *Os ginásios vocacionais: subversões e acomodações*. In: *Investigações acerca de três escolas brasileiras: inovadoras, diferenciadas ou subversivas?* 3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da educação Matemática, Universidade Federal do Espírito Santo, outubro 31, novembro 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/6135/4498>. Acesso em 18.07.2021.

\_\_\_\_\_. *Os ginásios vocacionais: estudo narrativo sobre uma proposta educacional da década de 1960*. Tese de Doutorado em Educação Matemática, do Instituto de Geociências Ciências Exatas da Unesp Rio Claro, Rio Claro - SP, 2017.

NAPOLITANO, Marcos F. *Historiografia, memória e história do regime militar brasileiro*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 23, p. 193-196, nov. 2004.

NEVES, Joana. *O ensino público vocacional em São Paulo: renovação educacional como desafio político*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Serviço de Ensino Vocacional de São Paulo e a História Local*. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (ENPH). Anais... São Paulo, FEUSP, 2008.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia de. *Entre reformas: tecnicismo, neotecnicismo e educação no Brasil*. *RETTA*, Rio de Janeiro, n. 16, jun./dez., p. 19-39, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YLn3NdWDb8yGYPwnzHPKHfG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21.11.2023.

OLIVEIRA, Mariangela de Paiva. *A memória do Ensino Vocacional: contribuição informacional de um núcleo de documentos*. Mestrado em História da FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, Lucas Barbosa. *Renovadora e Perseguida: Maria Nilde Mascellani – a trajetória profissional e intelectual de uma educadora paulista (1931-1999)*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023.

ORLANDI, Luiz Benedito Lacerda. *O problema da pesquisa em educação e algumas de suas implicações*. *Educação Hoje*, São Paulo, n. 2, p. 7-25, mar./abr. 1969.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos sobre pesquisa em educação*. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, Campinas, n. 8, p. 1-25, ago. 1983.

PADRÓS, Enrique Serra. *História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan/jun, 2009.

PEDROSO, Célia Regina. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo, Editora Humanitas, Fapesp, 2005.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução Patricia de Queiroz. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *O Golpe de 1964 e o financiamento: ditaduras não gostam de educação*. In: *RBPAAE* - v. 30, n. 2, p. 287-301, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53677>. Acesso em: 21.11.2023.

PORTELLI, Alessandro. *Sonhos ucrônicos – memórias e possíveis mundos dos trabalhadores*. In: *Proj. História e Cultura*, São Paulo. (10), dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103>. Acesso em: 21.11.2023.

\_\_\_\_\_. *O que faz a história oral diferente*. In: *Proj. História*, São Paulo. (14), fev. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 21.11.2023.

\_\_\_\_\_. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral.* In: Proj. História, São Paulo. (15), fev. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>. Acesso em: 21.11.2023.

\_\_\_\_\_. *A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.* In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72.

\_\_\_\_\_. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum.* In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral.* Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia.* São Paulo, Editora 34, 1996.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004).* Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

RESSTEL, Rubens. *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história.* História Oral do Exército, Tomo 7, Biblioteca do Exército, 2003.

\_\_\_\_\_. *A infiltração comunista nos meios educacionais.* São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1970.

Revista Visão. *Vocacional: renovação ou subversão.* 31 de janeiro de 1970.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *O Colégio Vocacional Oswaldo Aranha de São Paulo.* In: GARCIA, Walter. (Org.). *Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas.* São Paulo: Cortez, 1980.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1986.

ROVAI, Esméria (org.). *Ensino Vocacional uma pedagogia atual.* Cortez Editora, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *As cinzas e a Brasa: ginásios vocacionais: um estudo sobre o processo de ensino e aprendizagem na experiência pedagógica do ginásio estadual vocacional Oswaldo Aranha – 1962-1969.* São Paulo, 1996.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Édson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.), *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, 597 pp.

SANTOS, Idê Moraes dos. *Colégio Vocacional Oswaldo Aranha e a (re)construção do ensino e língua portuguesa no contexto de 1969.* Tese de doutorado apresentado no programa de pós graduação para o título em Língua Portuguesa da PUC São Paulo, 2018.

SÃO PAULO, *Comissão da Verdade do Estado. Relatório - Tomo I - Parte I - O Legado da Ditadura Para a Educação Brasileira.* 2015.

SÃO PAULO, *Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo.* São Paulo, Novatécnica Editorial, Volumes 1-10, 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Do senso comum à consciência filosófica.* São Paulo: Cortez, 1980.

\_\_\_\_\_. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino.* Campinas, SP: Autores Associados, 1988/1996.

\_\_\_\_\_. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil.* Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. *Escola e Democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.* Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* 11.ed.rev. — Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea)

SEPULVEDA, José Antonio Miranda. *O papel da escola superior de guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Wellington Teodoro da. *Esquerda católica brasileira: excerto*. 2011, p. 86. In: Revista Nures Ano VII | Número 18 | Maio-agosto de 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/5692>. Acesso em: 21.11.2023.

SILVA, Daniel Albino da. *A dialética de doutrinas francesa e norte-americana no exército brasileiro: o caso da força expedicionária brasileira*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação e História da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Marcos. *Jornalismo retrospectivo e quase-História: Imaginem se a ditadura fosse desavergonhada!* Resenha de A ditadura envergonhada, de Elio Gaspari (São Paulo: Cia. das Letras, 2002). Revista ADUSP. São Paulo: ADUSP, 34: 80/84, maio de 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Brasil, 1964/1968: A ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE, 2006.

SOUZA, Admar Mendes de. *Estado e Igreja Católica – o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. Doutorado em História da FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1984.

STEINDEL, Gisela; DALLABRIDA, Norberto; ARAÚJO, Elisabete M. de. *Gustave Monod e as classes nouvelles: apropriações e renovações no ensino secundário francês*. In: VIII Colóquio “Ensino Médio, História e Cidadania”, Florianópolis (SC), 2013.

STEVOLO, Pedro Luiz. *A educação brasileira na segunda metade dos anos 1960: A flutuação político-administrativa*. In: *Flutuações da pesquisa educacional: o problema da pesquisa em educação de Luiz Orlandi (1968-2018)*. OLIVEIRA, Fernando B.; FIGUEIREDO, Gláucia; MAGIOLINO, Lavínia L. S. (org.). Curitiba; Appris, p. 139-159, 2018.

TAMBERLINI, Angela R. M. B. *Os Ginásios Vocacionais: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ensino Vocacional: formação integral, cultural e integração com a comunidade em escolas estaduais paulistas na década de 1960*. In: HistedBR Online, Campinas, n. 70, p. 119-137, dez, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649211>. Acesso em: 21.11.2023.

TAMIZARI, Fábio. *DEOPS, presente! Formas de controle dos professores, alunos e familiares na educação básica sob a ditadura civil-militar (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação do Programa de Pós Graduação em Educação (História, Política e Sociedade), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

THIESEN, Icléia. *Documentos “sensíveis”, arquivos “sensíveis”: nem tesouros, nem miragens*. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012, Comunicação Oral.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Educação e experiência*. In: *Os românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Tradução de Sergio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *1964 – Visões críticas do golpe*. Campinas: UNICAMP, 1997.

VIEIRA, Letícia. *Um núcleo pioneiro na renovação da educação secundária brasileira: as primeiras Classes Experimentais do estado de São Paulo (1951-1961)*. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina/Udesc, 2015.

\_\_\_\_\_. *Classes Experimentais Secundárias de Instituições Públicas de Ensino do Estado de São Paulo: um estudo sobre formas de circulação e apropriação de práticas pedagógicas (1951-1962)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2020.

VIEIRA, Letícia & CHIOZZINI, Daniel. *Luis Contier como catalisador de redes: classes experimentais e renovação do ensino secundário em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960*. In: Revista de Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 55, mai/ago 2018, pp. 61-80. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/80603/pdf>. Acesso em: 21.11.2023.

VIEIRA, Letícia & DALLABRIDA, Norberto. *Classes experimentais no Ensino Secundário: o pioneirismo de Luis Contier (1951-1961)*. In: Cadernos de História da Educação, v.15, n.2, p. 492-519, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/36084>. Acesso em: 21.11.2023.

VICENTINI, Beatriz Helena (org.) *Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014.

## **Documentos Produzidos pelo SEV**

COORDENADORIA DO SEV, *Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais Serviço do Ensino Vocacional*, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1966. (Processo nº476-STM, Volume IX)

EQUIPE de EDUCADORES dos Ginásios Estaduais Vocacionais do Estado de São Paulo, *Planos Pedagógicos e Administrativos dos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo*, Serviço de Ensino Vocacional, 1968. (Processo nº476-STM, Apenso nº 2, Volume II)

SERVIÇO DO ENSINO VOCACIONAL. *Conclusões do Encontro de Orientadores e Supervisores – Linha de Revisão* (mimeografado.), Serviço do Ensino Vocacional, Paulo, maio de 1968. (Processo nº476-STM, Volume III, p.747-748)

## **FONTES DOCUMENTAIS**

### **Seção de Arquivos (SEARQ) do Superior Tribunal Militar**

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Processo nº 476. Relator: Dr. Waldemar Torres da Costa. Arquivado em julho de 1973. Autos do Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Volumes de I a X, Apenso nº1, Volumes I e II e Apenso nº 2, Volumes I e II.

### **Arquivo Público do Estado de São Paulo (AP/SP). Fundo DEOPS/SP, Série Dossiês.**

BRASIL, Ministério do Exército. II Exército. Quartel General. *Relatório do Inquérito Policial Militar da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo*. Presidência: Coronel do Exército Rubens Resstel. Concluído em 24 de setembro de 1970. Arquivo Público do Estado de São Paulo, fundo DEOPS/SP, Dossiê. 50Z-9-17019 a 16948. Arquivado em: 11.03.1971.

DEOPS/SP, Setor E.P. *Assembleia de Professores no TUCA – Contra a Portaria 31*. Produzido em 24 de maio de 1968, AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 50J-25-13. Arquivado em: 25.07.1968.

DEOPS/SP, Informação n° 191/80. *Prontuário de Maria Nilde Mascellani* AP/SP, fundo DEOPS/SP, Dossiê BR SPAPESP DEOPSOS001703. Arquivado em: 30.09.1981.

DEOPS/SP, Secretária de Segurança Pública, Serviço de Informações, *Ficha Resumo de Informações de Maria Nilde Mascellani*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-5449. Arquivado em: 06.06.1972.

DEOPS/SP, Secretária de Segurança Pública, Divisão de Informações, *Ficha Resumo de Informações de Maria Nilde Mascellani*, AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-30229. Arquivado em: 1981.

Ministério da Aeronáutica, Divisão de Informação de Segurança, Pedido de Busca n° 047/A2/IV Comar. *Informação de Aurea Cândida Sigrist*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 50D-26-5628 a 5625. Arquivado em: 08.05.1978.

Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, Polícia Civil de São Paulo, Divisão de Informação –CPI/DOPS. *Ficha resumo de Informações de Carmem Maria Craidy*. AP/SP. Fundo DEOPS/SP, Dossiê 52Z-0-21170. Arquivado em 29.11.1971.

Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informação DOPS/SP. *Ficha resumo de Informações de Darcy Paulillo dos Passos*. (14 laudas). AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-4223. Arquivado em: 01.10.1971.

Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informação DOPS/SP. *Ficha resumo de Informações de Louvery Lima Olival*. AP/SP, fundo DEOPS, Documento 52Z-0-3766. Arquivado em: 21.08.1973.

DEOPS/SP, Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Regional de Polícia de Araraquara. *Elementos Comunistas de Araraquara, Luiz Orlandi aparece como “Presidente do Centro Acadêmico “Sampaio Vidal” da Faculdade de Odontologia de Araraquara*. AP/SP, fundo DEOPS. Dossiê 50Z-142-793 a 790. Produzido em: 29.08.1960.

DEOPS/SP, Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informações. *Ficha Resumo de Informações de Luiz Orlandi*. AP/SP, fundo DEOPS/SP, Dossiê 52Z-0-1952. Produzido em: 28.09.1970.

DEOPS/SP, Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informações. *Ficha Resumo de Informações de Nagib Miguel Elchmer*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-3988 (2 laudas). Produzido em: 24.01.1971.

DEOPS/SP, Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informações. *Ficha Resumo de Informações de Nagib Miguel Elchmer*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-1807. Produzido em: 04.09.1970

Poder Judiciário, 2ª Auditoria do Exército, 2ª Circunscrição Judiciária Militar, Processo n° 207/69. Assunto, Peças extraídas dos Autos, *relativo ao Inquérito de pessoas envolvidas na ALN, entre os denunciados consta o nome de Sebastiana Correa Bittencourt Guimarães*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 50-Z-009 (PASTA 113) - Doc. 22.039 e 22.012.

Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informações do DOPS, de 08 de julho de 1971. *Ficha resumo de informações de Sebastiana Correa Bittencourt Guimarães*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-3647.

Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil de São Paulo, Divisão de Informação CPI/DOPS. *Ficha resumo de Informações do Padre Milton Santana*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-19087. Produzido em: 10.05.1978.

Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informação – DOPS, de 12 de maio de 1972. *Ficha resumo de Informações de Modesto Vazques Ayres*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-3368. Arquivado em: 13.05.1971.

Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Serviço de Informação do DOPS. *Ficha resumo de Informações de Ricardo Aparício Bacci*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-10676. Sem data.

DEOPS/SP, Secretaria de Segurança Pública. *Ficha Resumo de Informações de Francisco Cid*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-9177. Produzido em: 19.02.1974.

Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Polícia de Americana, de 13 de janeiro de 1969. Assunto, *Exército Investiga em Americana, denúncia de Joel Gerson e Francisco Cid*. AP/SP, fundo DEOPS. Dossiê 50Z-389-231. Arquivado em: 03.01.1969.

Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informações – DOPS, de 21 de fevereiro de 1974. *Ficha resumo de Informações de Wladir dos Santos*. AP/SP, fundo DEOPS, Dossiê 52Z-0-9194.

### **Arquivo Nacional - Acervo digital do Fundo e Coleções do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)**

Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, Escalão Avançado, Processo GAB n° 58.061 - Ofício n° 119-AE/5. Brasília, DF, 02.07.1971. *Encaminhamento do Relatório do Inquérito Policial Militar da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo ao Ministro da Justiça*. Arquivo Nacional, fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Documento BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0189\_d0001de0001.

Department of State, Consulate of the United of America. *IPM Finds Subversion in São Paulo Education system*. AN/RJ, fundo SNI. Documento 1980BRASIL03001, 23.10.1970

Serviço Nacional de Informações, Agência Regional de São Paulo, Informação n° 404/SNI/ASP/1970, de 17 de julho de 1970. *IPM para apurar a subversão na secretaria da Educação de São Paulo*. Arquivo Nacional, fundo SNI. Documento BR\_DFANBSB V8 MIC GNC AAA 70015862 d0001de0002 e d0002de0002.

Comissão Geral de investigações Sub Comissão de São Paulo – RG n° 579/70 de 21.05.70 do Processo n° 00358. SCGI/SP – cópia. *Denunciante: Professor Francisco Cid. Denunciados: Dr. Darcy Paulillo dos Passos e outros. Relatório do Processo n° 00358/69*. Contém diversas etapas da investigação. Arquivo Nacional, fundo Comissão Geral de Investigação. Documento: br\_dfanbsb\_1m\_0\_0\_7021\_d0001de0029 a d0029de0029.

Processo n° 00358/69 – Ministério da Justiça. I Volume – Comissão Geral de Investigação, proc. 324/69. *Denúncia Formulada por Francisco Cid, professor secundário contra Darcy Passos, professor e outros*. Americana - SP. Remetido 23/06/69. Recebido 23/05/69. Autuação 27/05/69. Anexos: Corrupção e Subversão. Contém diversas etapas da investigação. Arquivo Nacional, fundo Comissão Geral de Investigação. Documento br\_dfanbsb\_1m\_0\_0\_8511\_d0001de0028 a d0028de0028.

*Volume II do Processo 00358/69. Comissão Geral de Investigações – Sub Comissão de São Paulo - II Volume. Denúncia formulada por Francisco Cid, professor secundário contra Darcy Passos e outros professores da secretaria de educação*. Localidade: Americana. Remetido: 23/05/69. Recebido: 23/05/69. Autuação: 27/05/69. Anexos: Assunto – Corrupção, Subversão, etc. Observação: Este II Volume é iniciado em 1 de abril de 1970. CGI, processo: 324/69. Contém diversas etapas da investigação. Arquivo Nacional, fundo Comissão Geral de Investigação. Documento br\_dfanbsb\_1m\_0\_0\_8512\_d0001de0026 a d0026de0026.

Ofício n° 451/73, da *Comissão Estadual de Investigação*, de 14 de maio de 1973, encaminhado ao chefe da Agência de São Paulo do SNI, com anexo do Processo da CEI 37/69 – A.P. 21/69. Finalizado em 09 de dezembro de 1969. Com denúncia contra Aurea Sigrist e Maria Nilde Mascellani, tendo Francisco Cid como informante. Arquivo Nacional, fundo SNI. Documento br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_80002812\_d0001de0001.



**Repositório Digital da Brown University Library da Coleção “Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s”**

Department of State, Consulate of the United of America. *IPM finds subversion in São Paulo Education System. Documento, pol15-1 braz10-23-70a-101 5.* 12.10.1970. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:375729/>

## **ANEXOS**

ANEXO 1 – Documento “Subversão no Ensino Vocacional” – Coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima. Comandante do 5º GCAN de Campinas. 15 de abril de 1969.

187 0143  
628  
204 69  
628

MINISTÉRIO DO EXERCÍCIO  
II EX. 2ª RM - CACAN 6/2  
QUINTO GRUPO LE CANHOES 90mm ANTIAEROS

Campinas, SP, 15 Abr 69  
Do Cmt do 5º GCAN 90 AA 6  
Ao Sr Cmt da AD/2

Cf nº 17-S/2-PES

Assunto:- Subversão no Serviço de Ensino Vocacional.  
Ref:- Of nº 01/69 de 07 Jan 69, deste Cdo e Ficha de Informações de AUREA CÂNDIDA SIGRIST.  
Anexo:- Doc nº 1, 2, 3 e 4, - num total de 21 fls.

002899

1. Em 20 Dez 68 e 07 Jan 69, este Comando dirigiu ao II Brérolto e a AD/2, respectivamente, documentação referente a subversão existente no Serviço de Ensino Vocacional.
2. De acordo com os informes recebidos por este Comando, os responsáveis pelo fato têm tomado, após terem apresentado que autoridades militares estavam sendo alertadas, providências acatadas.
3. De parte de Dona AUREA CÂNDIDA SIGRIST, tais providências consistiram em:
  - modificar a representação que seria feita pelos alunos na festa de encerramento (a representação terminaria por uma cena em que a Polícia metralhava jovens estudantes, numa "ação repressiva");
  - "Limpar a área", afastando do Ginásio Vocacional de Americana os professores que mais se opõem a doutrinação esquerdista; há mesmo uma professora Dona MARIA ANTONISTA CORDENONSI LOPES, que não está trabalhando embora receba como professora do Ginásio Vocacional de Americana, já que Dona AUREA não permite que ela leccione. Os anexos de nº 4, são cópias de documentos que comprovam tal situação.
4. De parte do Dona MARIA NILDE MASCELLANI Coordenadora Geral do Serviço de Ensino Vocacional, essas providências constaram, ao que esta este Comando informado, de:
  - retirada de volumosa documentação do COLÉGIO VOCACIONAL - OSVALDO AFANHA, documentação que por alguns dias foi guardada na residência do Sr SINCLAIR LUIZ, residente a Av Padre Antonio José dos Santos, 274 casa 2, SÃO PAULO, depois transferidos para sua própria residência.
  - afastamento, pelo menos ostensivo do Prof DARCY BASSOS (sancionado pelo AI 1), até então elemento de grande atuação doutrinária, ao qual eram obrigados a ouvir os professores do Serviço de Ensino Vocacional.

- continua... -

RESERVADO

- 2 -

(Continuação do Of nº 43-3/2-RES, de 15 Abr 69

188

GCAn 90 AA6

5. Os anexos Doc 1, 2 e 3 são cópias de documentos que fazem parte do material referido no paragrafo 3º.

6. Considerando que os alunos do Serviço de Ensino Vocacional recebem educação e instrução com meios moderníssimos, com assistência farta de professores, serão líderes no futuro e sua orientação e tendência, este Comando volta a solicitar de V Exª seja o caso submetido a Comissão Geral de IPM, para que os fatos acima sejam apurados.

7. Este Comando está informado de que o Exº Sr Comandante do II Exército, em fevereiro último, solicitou ao Governador de SÃO PAULO, por escrito, o afastamento de Dona AUREA CÂNDIDA SIGRIST de suas funções. A referida cidadã continua entretanto a exercê-las.

8. Pessoas que este Comando indica para que sejam ouvidas no IPM que fôr instaurado:

- ✓ a. SINCLAIR LUIZ, residente à Av Padre Antônio José dos Santos, 274, casa nº 2 - SÃO PAULO - Capital.
- ✓ b. NELSON SANCHES, residente à Alameda Arafés, 1318 apto 5 - SÃO PAULO - Capital.
- ✓ c. MARIA ANTONIETA CORDENCNSI LOPES, professora no Ginásio Vocacional de Americana.
- ✓ d. FRANCISCO CID, professor do Ginásio Vocacional de Americana, residente a Rua Duque de Caxias, - 535 - AMERICANA.
- ✓ e. WIADIR DOS SANTOS, professor do Ginásio Vocacional de Americana, residente a Rua D Pedro II, 694 - apto 3 - AMERICANA.
- ✓ f. JOEL GERSON LOPES, professor do Ginásio Vocacional de Americana.

002999.

FERNANDO GULMARTES DE CERQUEIRA LIMA

CEL - CMT DO 5º GCAn 90 AA6.

RESERVADO

ANEXO 2 – Documento “Autos de Exame de Conteúdo de Documento” de Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano Domingos de Castro, referente ao “currículo” da “Matéria de Estudos Sociais”. Ginásio Estadual Vocacional “Embaixador Macedo Soares”.

13

1208 1095

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
II EXÉRCITO  
QUARTEL = GENERAL

"AUTO DE EXAME DE CONTEÚDO DE DOCUMENTO"

Aos vinte e oito dias de julho de mil novecentos e setenta, nesta cidade de São Paulo, no Quartel General do II Exército, na presença do Sr Cel RUBENS RESSEL, Encarregado do I P M, comigo Cap RUY MACHADO GUIMARÃES, Escrivão de seu cargo ao final assinado, os professores LAERTE RAMOS DE CARVALHO e AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO, ambos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na qualidade de peritos legalmente nomeados e compromissados para a análise da valoração pedagógica dos documentos inseridos no Processo nº 13.185 da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, documentos alusivos ao "currículo" da matéria de "Estudos Sociais" da 3ª e 4ª séries do 1º Ciclo do Ginásio Estadual Vocacional "Embaixador Macedo Soares", de Barretos, após o exame minucioso de todas as peças do referido procedimento, consubstanciado de fls. 1 a 256, e uma vez discutido amplamente seu conteúdo sob o ponto de vista pedagógico, passaram a oferecer conclusões:

1 - A pedagogia moderna recomenda que os alunos tenham a liberdade de propor à escola os problemas que os preocupam. Cumpre a esta, entretanto, não se estabelecer uma triagem entre aqueles que têm ou não oportunidade de contribuir para a educação do aluno, como também, inseri-los no devido contexto e orientá-los de modo educacionalmente proveitoso. Importante, sobretudo, é considerar a idade e a etapa de desenvolvimento do aluno, ao confrontá-lo, com a natureza e a complexidade de determinados assuntos.

2-- O conteúdo do processo levou-nos às seguintes impressões:

A) É possível que os alunos, submetidos a todas as formas de comunicação do mundo atual, e livres de expor suas inquietações tenham realmente levantado os contravertidos temas que constam do processo.

B) É pouco clara, a maneira pela qual a escola tratou desses assuntos: alguns depoimentos parecem indicar que eles se tornaram parte de outros temas mais gerais. Em outros depoimentos a legam os depoentes que não sabem informar se os referidos temas foram tratados. Em caderno de aluno constam como temas levantados, não se conhecendo a orientação que receberam.

C) Quanto à programação, em geral, pareceu-nos falhar em organicidade e continuidade, dando preferência a uma dispersão episódica

segue

Albino

Luiz

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
II EXÉRCITO  
QUARTEL - GENERAL

1209


1096

(continuação do "Auto de Exame de Conteúdo de Documento") fls.2-

episódica dos interesses dos alunos, explorados, nem sempre de maneira adequada.

- D) Como falha mais grave, pareceu-nos que os complexos e controvertidos assuntos de "atualidades" carregados de um contexto político, social e econômico, tratados na escola, estão bem acima da possibilidade que tem alunos da 4ª série de ginásio para compreendê-los adequadamente. Correm o sério risco de provocar inquietações e problemas que os alunos não estão em condições de suportar ou resolver. A sua idade não presume que possam "optar" por soluções conscientes, e se existem depoimentos positivos (como o da fl.178/180), outros são negativos sobre o comportamento dos alunos (fls.196 e seguintes), que realmente estavam submetidos a problemática muito acima de sua compreensão da realidade, capacidade de abstração e reflexão. No caso, os conceitos abstratos repetidos aos alunos, não poderão ter um lastro de experiência e conhecimento, e correm o risco de poder ser manipulados, como "slogans", por professores menos esclarecidos ou mal intencionados. Textos que contemham "inverdades" ou "meia-verdades", ou interpretações tendenciosas da realidade, nessa idade não podem receber do aluno senão aceitação, dada a incapacidade crítica do adolescente, ainda imaturo.

É por nada mais terem a examinar e declarar, deu-se por findo o exame, de que lavrei o presente auto que segue devidamente assinado pelo Sr Cel RUBENS RESSTEL, Encarregado do Inquérito, pelos srs. peritos e comigo, ~~Luiz Augusto Pinheiro~~, RUY MACHADO GUIMARÃES, Capitão, servindo de escrivão que o mandei datilografar.-

  
RUBENS RESSTEL - Cel - Encarregado do IPM

  
LAERTE RAMOS DE CARVALHO - Perito

  
AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO - Perito

  
RUY MACHADO GUIMARÃES - Capitão - Escrivão

ANEXO 3 – Documento “Autos de Exame de Conteúdo de Documento” de Laerte Ramos de Carvalho e Amélia Americano Domingos de Castro, referente a “Autoavaliação” e “Estudo do Meio”.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
II EXÉRCITO  
QUARTEL = GENERAL

1210 1097

AUTO DE EXAME DE CONTEÚDO DE DOCUMENTO

Aos vinte e oito dias de julho de mil novecentos e setenta, nesta cidade de São Paulo, no Quartel General do II Exército, na presença do Sr. Cel RUBENS RESSTEL, Encarregado do IPM, comigo RUY MACHADO GUIMARÃES, Capitão servindo de escrivão, os professores LAERTE RAMOS DE CARVALHO e - AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO, ambos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na qualidade de peritos legalmente nomeados e compromissadas, após acurado exame dos documentos referidos no item I do despacho de fls 856, passaram a responder os quesitos constantes do item II do mesmo despacho, conforme segue:

I - AUTO-AVALIAÇÃO

a) Constitui prática usual na pedagogia moderna ?

- Em geral, constitui prática recomendada em técnicas que utilizam "dinâmica de grupo", quando deve revelar sobretudo o desenvolvimento de atividades favoráveis ao entrosamento de cada elemento na equipe. Pode incidir também sobre a contribuição de cada elemento ao trabalho conjunto.

Especificamente, no caso do rendimento de trabalho de professores, é recomendada nos trabalhos de formação prática de futuros mestres ("Supervised Teaching"), ao lado da avaliação direta feita pelo supervisor.

Diz um manual especializado: "Talvez a mais importante parte do processo de avaliação, é o da auto-avaliação, como base para auto-direção". (A Guide To Supervised Teaching - South West Missouri State College, 1969)

b)- Conforme a documentação examinada, a técnica usada assemelhava-se à "Auto-Crítica" usual dos regimes comunistas?

- Não temos elementos para estabelecer comparações.

OBS. - A auto-avaliação repousa essencialmente na possibilidade de um exame crítico, autônomo, dos desempenhos de alunos ou de professores. Enquanto processo ela é em si mesma neutra. Se porem a auto-avaliação se fizer em função de um "sistema" dado de antemão os desempenhos mencionados passam a ser aferidos em função do grau de adesão, maior ou menor, ao "engajamento" nas linhas do "sistema". A auto-avaliação, neste sentido, deixa de ser neutra, pois passa a ser um processo que deve ser medido em função da doutrina do "sistema". Sob este aspecto ela pode apresentar indisputável semelhança com o processo de "auto-crítica" usual nos regimes comunistas.

segue

continuação-

c)-A auto-avaliação em questão poder-se-ia prestar "Massificação" dos alunos ou preparar a sua mente para receber ideias pré-estabelecidas?

- Dentro dos estudos de "dinâmica de Grupo" trata-se de técnica utilizada dentro de pequenos grupos, equipes de trabalho. No caso a auto-avaliação deve levar cada indivíduo a verificar o seu comportamento, diante dos objetivos do grupo. Não deverá ser conduzida no sentido de seu conformismo a princípios estranhos ao grupo, pois cada membro do grupo de trabalho é também responsável pelo estabelecimento daqueles padrões de objetivos.

X OBS. - Quanto maior for a identificação do processo de auto-avaliação com o "sistema", mais propiciadoras serão as condições para que se anulem os valores da cultura individual em benefício dos valores pretensamente socializadores da individualidade de professores e alunos. Não resta a menor dúvida que a ruptura dos compromissos que garantem a possibilidade das opções individuais franqueia o caminho para a "massificação".

d)- Em face da documentação exibida, a auto-avaliação empregada poderia conduzir a uma orientação ideológica filo-comunista?

- Em face da documentação consultada (depoimento de professores) chegamos a levantar algumas hipóteses:

1- que a auto-avaliação dos professores, parece ter sido menos importante que a avaliação feita pelos Orientadores ou Supervisores.

2- que o confronto entre a avaliação e a auto-avaliação de professores revela um clima de envolvimento emocional (nos casos que / examinamos) prejudicial a uma avaliação objetiva.

3- Não encontramos documentos referentes a auto-avaliação de alunos.

e)- Outros aspectos focalizados

X OBS. - A auto-avaliação posta em termos de adequação do desempenho de professores e alunos com um "sistema" determinado encerra em si a própria negação do processo de auto-avaliação. Perde portanto a / legitimidade pedagógica. Quando se postula que a escola deva ser, / não um meio de educação exclusivamente, mas um agente de transformação social, cabe indagar se esta transformação deva ser feita nos quadros legais ou contra estes mesmos quadros legais. No documento básico (Planos pedagógicos e administrativos dos ginásios vocacionais do Estado de São Paulo) não há nenhuma manifestação clara de compromisso com a ordem institucional brasileira.

## 2 - ESTUDO DO MEIO

a) - Conforme a documentação exibida, o Estudo do Meio realizado no Ensino Vocacional estava pedagogicamente bem colocado?

- As técnicas de Estudo do Meio, como foram expostas nos "Planos administrativos e pedagógicos dos Ginásios Vocacionais", e no

continua-



continuação

1212 1999  
documento "Estudos Sociais e as unidades pedagógicas" estão dentro dos padrões- propostos pela literatura pedagógica atual. (Classeur / "Philosophie de l'étude du milieu"; Cousinet - "El estudio del medio" e outros).

O Estudo do Meio tem uma dupla função na pedagogia moderna: a de exercício metodológico, no qual o aluno procura ativamente informações, realizando o ideal da "escola ativa", e o de derrubada das barreiras entre a escola e a vida, levando o educando ao conhecimento direto e global da realidade, tal como ela é. Os dois aspectos são considerados, nas formulações dos documentos supra-citados.

b) - Admite-se que a técnica e os ambientes escolhidos poderiam / conduzir a indagações na mente dos alunos favoráveis a uma predisposição à receptividade à ideologia filo-comunista?

- Admito que a seleção dos ambientes ou melhor dos aspectos do meio natural e humano num estudo do meio, pode fugir à necessidade fundamental de uma visão integradora da realidade e prestar-se a uma deformação informativa, conduzindo a interpretações distorcidas da aquela realidade, e às mais variadas ideologias, do marxismo ao comunismo.

c) - Em face da documentação exibida, pode-se concluir que existia o propósito de explorar as nossas contradições sociais no sentido de criar nos alunos uma predisposição contra a Ordem Social vigente no País ou mesmo um sentimento de revolta contra as inevitáveis / injustiças sociais ainda existentes?

- Em face da documentação exibida, não encontramos elementos / que confirmem essa hipótese. Veja-se o esquema do Estudo do Meio de fls. 29 a 32 do documento "Estudos Sociais e as unidades pedagógicas" e o citado a fls. 101 a 115 dos "Planos pedagógicos e administrativos".

d) - Quais as conclusões, sintéticas, sobre o Estudo do Meio e os temas tratados nos Ginásio Vocacional de Barretos, constantes da documentação exibida?

- A escola conclui (pag.115 dos "Planos") pela importância do Estudo do Meio, como aquisição da experiência de vida, treino de independência, formação de atitudes mais humanas e solidárias, levantamento de novos problemas e observação do aluno tendo em vista sua orientação Vocacional.

quanto a temática levantamos, na documentação, os seguintes temas e realizações:

- 1 - "Apesar da diversidade regional, o Brasil é unido?"  
Realização em Minas Gerais - Belo Horizonte e cidades históricas (fls.96 a 115)- "Planos")
- 2 - Estudo do Meio regional - (G.E.V.C.P. de Batatais Fls.10 / "Estudos Sociais)  
Realização em Franca, S.Sebastião do Paraíso, Conquista, /  
continua -

continuação-

Cássio, Pedregulhos, Patrocínio Paulista,

3 - Estudo do Meio Regional (G.E.V. João XIII - Americana  
fls. 21 e 32 - "Estudos Sociais")

Realização na região de Mato Grosso: Campo Grande, Sidrolândia,  
Corumbá, Puerto Juarez etc.

Sobre estes temas, sobretudo o primeiro e o terceiro, descritos  
mais pormenorizadamente, concluímos que foram adequadamente es-  
colhidos os locais e atividades.

EM CONCLUSÃO:

Sobre as duas técnicas utilizadas pelos Ginásios Vocacionais: /  
uma pedagógica, de avaliação de professores, outra, didático-pedagógi-  
ca, de "estudo do meio", podemos concluir o seguintes:

- 1ª) - Ambas são técnicas que têm, no momento atual do desenvol-  
vimento da pedagogia, apoio teóricos e exemplos de empré-  
go em centros avançados dos Estados Unidos e Europa.
  - 2ª) - Toda técnica didática surge para responder a necessidades,  
no sentido do cumprimento de objetivos pedagógicos válidos.  
Assim surgiu o trabalho em grupo, e as técnicas que a ele  
são associadas, para promover o relacionamento mais adequa-  
do dos indivíduos, e o melhor rendimento de tarefas conjun-  
tas. E o "estudo do meio", como vimos, para promover ativi-  
dades dos alunos, e aproximar a escola da vida real.
- A técnica, entretanto, pode tornar-se independente de seus  
objetivos originais, servindo a outros, que nenhuma identi-  
ficação apresentam com os fins precipuamente educacionais.
- Não nos parece que os dois documentos programas ("Planos /  
Administrativos e pedagógicos dos Ginásios Vocacionais" e  
" Os Estudos Sociais e as unidades pedagógicas" sejam os  
locais apropriados para que neles se desmascarem as reais  
intenções dos que eventualmente pretenderam fazer do Estu-  
do do Meio um instrumento de luta de contestação ideológi-  
ca. A dupla função pedagógica referida que o Estudo do Meio  
propicia ficaria comprometida e viciada "ab initio" se o  
programa revelasse o propósito de fornecer uma imagem par-  
cial e distorcida da realidade. Não é na proposição do Es-  
tudo do Meio, genérica e teórica, que poderíamos identifi-  
car os riscos que semelhantes estudos podem representar. /  
\* é na forma, na maneira de utilizar e de conduzir o interês-  
se dos estudantes, levando-o a deter-se predominantemente/  
\* nos aspectos negativos da realidade que, contrariando o es-  
\* pírito e a finalidade educativa do Estudo do Meio, a condu-  
\* ção do assunto poderá favorecer um tratamento político e  
\* ideológico dos problemas levantados pela curiosidade dos /  
\* educandos.

continua

continuação-

As técnicas pedagógicas são em si mesmas neutras. O valor delas depende fundamentalmente da filosofia que as inspirou. A escola sempre foi encarada como um agente de transmissão cultural e, por isso mesmo, como uma força de preservação dos valores sociais. Ultimamente, sociólogos e pedagogos vêm colocando particular ênfase nos aspectos inovadores, criadores, da escola e na sua função de instrumento de transformação social. Parece-nos ainda inteiramente aventurosa esta maneira de propor o problema. A escola é sem dúvida um fator de mudança social; mas este é seu objetivo fundamental. Sua função básica é transmitir através do ensino os valores, conquistas e ideais da cultura na qual ela se insere. Esta função conservadora, se completa nos incentivos que a escola propicia ao espírito criador para que a cultura se renove. A filosofia dos Ginásios Vocacionais inspirada nas idéias vagamente existencialistas de Paulo Freire desenvolve a partir de notórios equívocos um paradoxal programa no qual a educação como "processo irreversível para a liberdade" acaba por anular a própria liberdade ao preconizar que a liberdade é participação de cada pessoa no processo global, isto é, em última análise, a liberdade é o "engajamento", ou, em outros termos, a liberdade é conscientização.


Não respeita este programa o nível de maturidade dos alunos e, por isto, propõe para o estudante objetivos e problemas que não estão ao seu alcance. Não se aperceberem os seus idealizadores e imensa distância que vai entre informação e formação. A criança e o adolescente Vocacional são encarados como um homem já feito e em condições de influir no processo histórico, fazendo, portanto, tabula rasa das conquistas pedagógicas que derivam em linha direta de Locke e Rousseau. A criança nesta pedagogia da conscientização se transformou de novo no adulto em miniatura. Não se cuidou da compatibilização entre os conceitos desenvolvidos nas ciências sociais e os pré-requisitos cognitivos da teoria do desenvolvimento da inteligência de Piaget. No programa (Planos Pedagógicos etc) jogam-se conceitos de imensa complexidade filosófica - história, liberdade, intencionalidade, estar no mundo, ser natural, ser cultural como se fossem "o abre-te sésamo" mágico que fará do adolescente ainda imaturo o sujeito e agente transformador todo-poderoso da natureza.

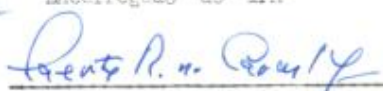
E por nada mais terem a examinar e declarar, deu-se por findo o exame, de que lavrei o presente auto que segue devidamente assinado pelo Sr. Cel. Encarregado do Inquérito, pelos senhores peritos e comigo Ruy Machado Guimarães, RUY MACHADO GUIMARÃES, Capitão servindo de Escrivão que o mandei ditilografar.

continuação-

1215

~~1102~~

  
RUBENS RESSEL - Cel  
Encarregado do IPM

  
LAERTE RAMOS DE CARVALHO  
Perito

  
AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO  
Perito

  
RUI MACHADO GUIMARÃES - CAPITÃO  
Escrivão

-1-

1161

1049

ENSINO VOCACIONAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE SÃO PAULO

INDICE

1. Situação do Ensino Vocacional hoje:
  - 1.1. Marginalização do Ensino Vocacional:
    - 1.1.1. Convênio MEC-GESEP (Criação do CEFPI) - 1967.
    - 1.1.2. Comissão para instalação dos Pluri - 1968.
    - 1.1.3. Lei Estadual nº 10.038 - 1968.
    - 1.1.4. Lei Estadual nº 10.126 - 1968.
    - 1.1.5. Resolução nº 17/68 do CEE (negada verba ao Vocacional)
    - 1.1.6. Resolução nº 2.073 do Governador.
    - 1.1.7. Plano Estadual de Educação (não publicado).
    - 1.1.8. Projeto de organização e Implantação dos Pluri (não publicado).
  - 1.2. Eliminação do Serviço do Ensino Vocacional.
2. Alternativas prováveis:
  - 2.1. |
  - 2.2. | - Restritas ao aspecto institucional.
  - 2.3. |
  - 2.4. |
  - 2.5. | Restritas à colocação política com acento tônico em problemas internos.
  - 2.6. Resposta estruturada em níveis, desde o meramente institucional ao politicamente mais abrangente. X
3. Seleção crítica das alternativas:
  - 3.1. Crítica das alternativas 2.1, 2.2. e 2.3.
  - 3.2. Crítica das alternativas 2.4. e 2.5.
  - 3.3. Como a alternativa 2.6. supera as anteriores.
4. Estudo da alternativa selecionada:
  - 4.1. Diversificar a resposta.
  - 4.2. Sobrevivência do Vocacional enquanto instituição.
    - 4.2.1. Objeto do acôrdo.
      - 4.2.1.1. Universalização do ensino médio - ascensão da plataforma de reivindicações populares.
      - 4.2.1.2. Oposição ensino público-ensino particular.
      - 4.2.1.3. Renovação educacional - agudização.
      - 4.2.1.4. Dinamização do intercâmbio entre agentes ligados à educação - agitação política.
      - 4.2.1.5. Mobilização externa e interna de grupos renovadores.
      - 4.2.1.6. ~~AMPLIAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO~~
      - 4.2.1.7. Síntese.

- 4.2.2. Órgão governamental com o qual se entra em acôrdo.
- 4.2.2.1. Responsável pelo exame único (objeto do acôrdo).
- 4.2.2.2. Distinção entre o Plano Educacional do DEE e o Plano Estadual de Educação.
- 4.2.2.3. Relação DEE - Pluri (GOT).
- 4.2.2.4. DEE - Vocacional (Plano e Princípios).
- 4.2.2.5. DEE - outras oposições.
- 4.2.2.6. Equipe do DEE - fragilidade política.
- 4.2.2.7. Equipe do DEE - Capacidade técnica X Hiper-trofia administrativa.
- 4.2.2.8. Síntese.
- 4.2.3. Implicações do acôrdo.
- 4.2.3.1. Assistência às 1as séries integradas.
- 4.2.3.2. 'Assistência' política.
- 4.2.3.3. Princípios pedagógicos gerais do DEE.
- 4.2.3.4. Plano de ação próprio do Vocacional.
- 4.2.3.5. Síntese.
- 4.3. Agressividade política e pedagógica (objetivos e condições):
- Objetivos:
- 4.3.1. Intra-categoria.
- 4.3.2. Inter-classes.
- Condições:
- 4.3.3. Seleção dos agentes
  - 4.3.3.1. Critério pedagógico.
  - 4.3.3.2. Critério político.
- 4.3.4. Organização dos integrantes do plano em equipes.
- 4.3.5. Comissão coordenadora do plano.
- 4.3.6. Integração de agentes externos.
- 4.3.7. Organização das comissões de coordenação de professores (intra-escolas e interzonais).
- 4.3.8. Eficiência do plano: Diagnóstico adm., pedag. e pol..
  - Acompanhamento das reivindicações específicas e de outras classes sociais. X
  - Contrôle de dados e informações
  - Assessoria concreta em todos os níveis.
  - Avaliação constante dos trabalhos.
- 4.3.9. Trabalho comprometido com as bases e não com o governo. X

...

1163 : 1051

1. Situação do Ensino Vocacional hoje

1.1. Marginalização do Ensino Vocacional

Na segunda quinzena de julho de 1968, configurava-se claramente a marginalização do ensino vocacional por parte da política educacional acionada em São Paulo através de uma série de dispositivos legais e de iniciativas práticas de agentes situados em esferas mais elevadas do poder. Esses dispositivos e essas iniciativas foram desencadeados a partir de 1967 e se consubstanciam nos seguintes itens, cuja análise, aliás, já foi estruturada e consta nos documentos da Pasta Especial:

- 1.1.1. Convênios MEC-GESP (Criação do CTFGIP) - 1968.
- 1.1.2. Comissão para instalação dos Pluri - 1968.
- 1.1.3. Lei Estadual nº 10.038.
- 1.1.4. Lei Estadual nº 10.126.
- 1.1.5. Resolução nº 17/68 do CEE (negada verba ao Vocacional)
- 1.1.6. Resolução nº 2.073 do governador.
- 1.1.7. Plano Estadual de Educação (não publicado).
- 1.1.8. Projeto de organização e Implantação dos Pluri (não)

1.2. Eliminação do Serviço do Ensino Vocacional:

Esses dispositivos e essas iniciativas não apenas configuram a marginalização do ensino vocacional como tornam iminente a perspectiva mais viável dessa marginalização: a eliminação do SEV enquanto instituição, com conseqüentes reflexos nas estruturas administrativas e pedagógicas dos Ginásios Vocacionais. Essa perspectiva transparece no item 1.1.6.

A análise desses dispositivos e dessas iniciativas (Pasta Especial) apontou para a ~~maior~~ urgência de uma tomada de posição dos agentes ligados ao ensino vocacional.

2. Alternativas prováveis

Nessas circunstâncias, abriam-se mais ou menos explicitamente as seguintes alternativas básicas aos agentes ligados ao ensino vocacional:

- 2.1. Acompanhar passivamente o fluxo dos acontecimentos.
- 2.2. Fazer um acordo com o órgão do governo que pudesse salvaguardar a existência do Vocacional.
- 2.3. Fazer um acordo com forças político-econômico-militares que integrem as classes dominantes, mas estejam em desacordo com os atuais dirigentes do Estado. X
- 2.4. Preparar os agentes internos enquanto se espera o desenlace dos acontecimentos e responder agressivamente quanto estes chegarem ao seu epílogo. X
  - 2.4.1. Como corolário da alternativa 2.4., coloca-se também a preparação de agentes externos, visando conquistar princi-

1164-4 : 1052

palmente a adesão do magistério no momento decisivo da luta.

2.5. Responder direta e imediatamente à agressão através de denúncias públicas, da penetração no magistério em busca de adesões e não respondendo ao que está implicado no item 1.1.6.

2.6. Diversificar a resposta, estruturando a curto prazo as condições de sobrevivência do Vocacional, enquanto instituição, e as condições de agressividade política e pedagógica a curto, médio e longo prazo, de modo que se torne necessária e não apenas eventual a aliança do maior número de agentes internos com os melhores quadros políticos e pedagógicos do magistério paulista e de modo que a defesa dos interesses imediatos do magistério convirja para uma prática política qualitativamente nova.

### 3. Seleção crítica das alternativas

3.1. As alternativas 2.1., 2.2. e 2.3. configuram uma postura reacionária ante a realidade social, fundamentando-se num comodismo e num oportunismo que se conciliam em última instância com as atuais classes dominantes. Em consequência, essas alternativas accentuam o isolacionismo do Vocacional em relação aos problemas pedagógicos básicos do magistério e em relação às possíveis superstições ideológicas dessa faixa da classe média. Internamente, essas alternativas teriam provavelmente o efeito de petrificar certos modelos pedagógicos, provocando ao mesmo tempo o reduo dos melhores quadros políticos internos e concomitante refluxo da agitação ideológica. Em suma, essas alternativas defendem uma instituição reduzida por elas a um esqueleto pedagógico e politicamente vazio.

3.2. As alternativas 2.4. e 2.5. se distinguem pelo fato de que a segunda integra o que, na primeira, não passa de cofôrio, ou seja: contatos políticos e pedagógicos com o magistério. Porém, ambas se igualam ao situar o Vocacional no centro dos debates internos e externos, ignorando que êle pode ser legítima e ilegitimamente contestado tanto interna quanto externamente. Essa impossibilidade de um consenso geral quanto à viabilidade de transformar o Vocacional em bandeira de luta exigiria o desvio do acento tônico da luta para a defesa do próprio Vocacional tomado, então, como símbolo de liberdade pedagógica no Estado, como símbolo de autodeterminação no ensino médio. Esta simbologia é apaixonante. Porém, como não coincide com a imagem tradicionalmente tida pelo magistério em relação ao Vocacional, sua criação repentina não teria suficiente força aglutinadora. Apresentar-se-ia ao magistério uma opção no fundo ideológica, sem se passar pela mediação de problemas concretos dessa categoria, tendo-se de explorar, por conseguinte, a reação dos professores em geral à situação causada pelo exame único, por exemplo, reação pedagogicamente justificável até certo ponto, mas



na verdade pedagógica e politicamente ambígua, chegando em muitos casos a ser reacionária ou, quando partida de grupos que circulam em áreas esquerdisantes, demonstra a eterna falha dos raciocínios meramente defutivos ("Como o todo é X, a parte só pode ser x").

De qualquer forma, em chegando a luta à tomada dos Vocacionais pelos agentes internos — no caso de se obter uma cessão interna suficiente para isso — (tomada sugerida por essas alternativas), estaria comprovada uma disposição de luta realmente digna e contagiante e estaria criada uma situação largamente aberta à agitação ideológica. Porém, política séria não se arma na simples esperança do contágio, mas na base da convergência de reivindicações vividas pelo maior número de agentes. X

Em suma, essas duas alternativas configuram uma certa ingenuidade, uma vez que não levam em conta a pesadume das consciências e as relações institucionais que sustentam o próprio órgão em que esses agentes atuam. Não se conformam com o fato de que a subversão de relações institucionais desse tipo é tarefa que não se esgota numa poção tão insignificante de uma pequena faixa da oscilante classe média. Conseguiriam no máximo derrubar um Secretário que seria substituído por outros igualmente indesejáveis do ponto de vista político e educacional. O sistema sobreviveria, mas já comprometido com forças também retrógradas. X

Concluindo, a disponibilidade para a luta — contida nessas duas alternativas — pode e deve ser integrada por outra alternativa de qualidade superior.

3.3. Considere-se, finalmente, a alternativa 2.6., que foi a selecionada. Antes de analisá-la em seus componentes, em seus níveis de significação e nos procedimentos que ela indica, deve-se fixar em linhas gerais o que ela é em relação às que não foram selecionadas. Essa alternativa é ao mesmo tempo uma aproximação conciliadora e um rompimento explosivo. Como aproximação conciliadora, ela reconhece o caráter institucional do Vocacional, sem todavia conter-se nesse reconhecimento, como o fazem as alternativas 2.1., 2.2. e 2.3. Como rompimento explosivo, essa alternativa incorpora a disponibilidade para a luta política contida nas alternativas 2.4. e 2.5., situando, porém, essa disponibilidade num processo de luta pedagógica e política em que o Vocacional deixará de ser a bandeira proposta para os agentes externos, ~~transferindo~~ passando a enquadrar-se num esquema de ação agitadora de si e dos outros, na perspectiva da convergência de reivindicações suas, do magistério e das classes atualmente oprimidas. X

o ~~estudo~~ estudo dessa alternativa é objeto do item que segue.

11954

#### 4. Estudo da alternativa selecionada

Essa alternativa comporta uma estruturação de níveis, aliás só parcialmente comprometidos pelos agentes internos que aprovaram as propostas de ação em que essa alternativa aparece diluída. No ítem 2.6., ela foi transcrita já na ordem de complexidade crescente desses níveis. Assim, pode-se destacar cada um deles e, em seguida, considerá-los separadamente:

4.1. Diversificar a resposta.

4.2. Estruturar a curto prazo as condições de sobrevivência do Vocacional, enquanto instituição.

4.3. Estruturar as condições de agressividade política e pedagógica a curto, médio e longo prazo, objetivando-se:

4.3.1. Tornar necessária e não apenas eventual a aliança do maior número possível de agentes internos — pedagógica e politicamente organizados — com os melhores quadros políticos e pedagógicos do magistério paulista.

4.3.2. Conectar a defesa dos interesses imediatos do magistério com uma prática política qualitativamente nova na perspectiva da aliança revolucionária com as classes sociais atualmente oprimidas, mormente com o proletariado.

Apesar de imediatamente compreensíveis, cada um desses itens merece algumas considerações. Assim:

##### 4.1. Diversificar a resposta

A afirmação "diversificar a resposta" não é gratuita. Implica o postulado de que a linha reta é a menos revolucionária. No caso presente, esse postulado impõe-se em face do poder externo que se enfrenta e em face dos diferentes níveis de consciência dos agentes internos. Em um momento, procura-se ganhar um certo tempo e, noutro momento, trata-se de fixar alianças fundamentais. São poucos os adeptos do tudo ou nada e a diversificação de resposta satisfaz justamente a maioria que no fundo sustentará a luta. Há uma diversidade de papéis a se desempenhar e de funções a se executar. Conquista-se um certo tempo necessário à seleção de recursos materiais e humanos a serem acionados numa luta mais profunda e duradoura. Esgotam-se etapas concretas (e não mentais) e, nesse processo, a radicalização é posta e exercida pelos agentes e não imposta a eles. Em vez de uma idealista e ingênua contemporaneidade de consciência, no bojo de um só radicalismo, abre-se um leque de ações convergentes em que cada consciência faz a experiência viva dos limites dos seus esquemas, passando a incorporar outros mais abrangentes e cujo poder explicativo é como que exigido pelos avanços concretos da ação.

##### 4.2. Estruturar a curto prazo as condições de sobrevivência do

1167 -7-11055

Vocacional, enquanto instituição.

Esse nível da alternativa selecionada corresponde ao que se denominou acima 'aproximação conciliadora'. Reconhece ele o caráter institucional do Vocacional ao concretizar-se na forma de um acôrdo com determinado órgão do poder educacional maior e ao aceitar cumprir o exigido por alguns dispositivos legais, principalmente o assinalado no item 1.1.6., mas com uma variante, neste último caso, que salvaguarda já na apresentação a ligação orgânica (pedagógica e administrativa) do SEV e dos GV's. Não se trata de submisão a um órgão qualquer que passasse a resguardar a sobrevivência de um Vocacional aquietado. Para que os demais níveis dessa alternativa ~~sejam possíveis~~ fossem possíveis, impunha-se a seleção do objeto de acôrdo, do órgão governamental a se entrar em acôrdo e das implicações desse acôrdo.

4.2.1. Objeto do acôrdo

O 'exame único' foi o objeto selecionado como mediador de um acôrdo em que o Vocacional passa a garantir sua sobrevivência imediata. Essa medida — o exame único — significa a abertura das primeiras séries do curso médio aos alunos egressos do curso primário. Esse é o mais importante acontecimento verificado na educação paulista nos últimos anos. Eis suas principais implicações:

4.2.1.1. Sem ter condições materiais e humanas, um governo burguês-ditatorial compromete-se, na prática, com a universalização do ensino médio, o que eleva a plataforma de um importante feixe de reivindicações populares.

4.2.1.2. Em contradição com sua política geral voltada para a iniciativa privada, o governo agudiza na prática a oposição entre ensino público e ensino particular, êste prejudicado pela medida em foco.

4.2.1.3. Sem recursos técnicos e humanos, o governo agudiza com essa medida a necessidade de renovação das estruturas administrativas e pedagógicas em todos os níveis de ensino.

4.2.1.4. Essa agudização implica a dinamização dos intercâmbios entre centenas e centenas de agentes ligados à educação. Rompe-se, assim, a anterior atomização em que se encontravam as unidades de ensino, compondo-se uma atmosfera propícia à agitação em vários níveis. Grupos da politicalha tradicional lutam para conquistar a adesão de professores despreparados em face da novidade da situação. Cabe aos grupos ~~em~~ mais conscientes da esquerda situar a luta em nível mais elevado, partindo da nova plataforma e não refluindo a etapas já rompidas pelo próprio governo ~~em~~ que se combate.

4.2.1.5. A medida em foco põe aos grupos renovadores em pedagogia a necessidade de estabelecerem a operatividade dos seus modelos de renovação, assim como a necessidade de reformulações internas visando pôr em nível superior sua própria prática renovadora.

4.2.1.6. *REVISÃO DE MERCADO DE PARALIMÓ*

4.2.1.7. Em síntese, essa medida implica a seguinte contradição básica: em plena crise estrutural de sua economia, e na iminência de crises conjunturais políticas, econômicas e sociais, o Estado burguês desencadeia dispositivos que implicam o ascenso das massas, sem ter as pré-condições de absorção desse agenso para os seus próprios objetivos de exploração capitalista.

4.2.2. Órgão governamental com o qual se entra em acôrdo.

O órgão governamental selecionado na procura do acôrdo foi o DEE, sendo possível estabelecer as seguintes justificativas:

4.2.2.1. O atual diretor do DEE foi o responsável pela medida vista em 4.2.1. (exame único).

4.2.2.2. A seleção se explica ainda pelo fato de ser do DEE a autoria de um Plano de Educação que não coincide com o Plano Estadual de Educação no caso da instalação dos Pluri. Na prática, o primeiro desses Planos é que será (já vem sendo) acionado, sendo aceitáveis os princípios gerais que êle implica.

4.2.2.3. O DEE concorda com a posição anti-Pluri, enquanto êste se define como GOT e se compromete com esquemas educacionais suspeitos impostos pelo MEC.

4.2.2.4. O DEE deixa ao Vocacional a elaboração e execução do plano de trabalho implicado pelo acôrdo, conquanto êste concorde com princípios gerais presentes no Plano de Educação do DEE.

4.2.2.5. O DEE, com seus planos de reforma, vem contrariando interesses de outros setores do governo (problema de verbas), da iniciativa privada em educação, de firmas editoriais (incluindo a COLTED, ligada à USAID) e dos burocratas que detêm cargos administrativos na educação estadual.

4.2.2.6. Do ponto de vista das tradicionais alianças políticas, a equipe que rodeia a atual diretor do DEE é a mais frágil politicamente, fixando como virtude sua proclamada equidistância em relação a 'grupos', inclusive renovadores.

4.2.2.7. Do ponto de vista técnico, a atual equipe que domina o DEE é a melhor com que a educação paulista já contou, sendo seu interesse técnico básico a dinamização pedagógica dos escalões que se reduziram, nos últimos tempos, a produzir apenas a pepelada da inútil e hipertrofiada burocracia administrativa

1169 -9- 1057  
que já não corresponde nem mesmo ao atual estágio das relações capitalistas que vigoram em São Paulo. <sup>em síntese:</sup>

4.2.2.8. O órgão governamental com o qual se faz o acôrdo não está — em suas medidas concretas — alinhado monoliticamente ao poder que o sustenta. Essa contradição gera e agudiza inúmeras outras. Como não conta com grupos políticos tradicionais na retaguarda de suas ações, esse órgão é hiper-sensível à agitação política em vários níveis, sendo possível aos setores mais conscientes agir imediatamente no sentido de impedir o enquadramento desse órgão num esquema que não produza medidas explosivas como o exame único. Essa posição do referido órgão impede que sua ação anti-Vocacional seja irreversível.

#### 4.2.3. Implicações do acôrdo

Eis as mais importantes implicações que cercam e deverão cercar o acôrdo do Vocacional com o DEE:

4.2.3.1. Assistência ~~mas~~ (entendida como assessoria) às primeiras séries dos ginásios não comprometidos com o esquema GOT.

4.2.3.2. Essa assistência será eminentemente política, inicialmente no sentido de levar o magistério à compreensão das implicações do exame único em vários níveis.

4.2.3.3. O trabalho de assessoria se fará, pedagogicamente, levando-se em conta os princípios gerais aceitáveis do Plano de Educação do DEE, sendo que este deverá fornecer os recursos financeiros extras necessários ao trabalho.

4.2.3.4. O Vocacional traçará e executará o plano de assistência ou assessoria às 1<sup>as</sup> séries integradas.

4.2.3.5. Em síntese, a sobrevivência do Vocacional, como instituição, já está implicada a curto prazo numa ação a ser exercida a curto, médio e longo prazo. Ou seja, em vez de passiva e meramente conciliadora, a sobrevivência que se inaugura lança o Vocacional para fora de si, de encontro ao magistério, sem que ele seja obrigado a compactuar com modelos de ação impostos e com o governo que o financia. Estrutura-se um processo de compromisso com as bases externas, ~~em magistério~~ sem que estas sejam traídas por um acôrdo 'na passividade' e sem que estas sejam obrigadas a assumir um Vocacional isolado como bandeira de luta. O Vocacional conquista cobertura legal para exercer a atividade política e pedagógica indicada, a seguir, pelos demais níveis da alternativa selecionada.

4.3. Estruturar as condições de agressividade política e pedagógica a curto, médio e longo prazo, objetivando:

Objetivos:

4.3.1. Tornar necessária e não apenas eventual a aliança de maior número possível de agentes internos — pedagógica e politicamente organizados — com os melhores quadros políticos e pedagógicos do magistério paulista.

4.3.2. Conectar a defesa dos interesses imediatos do magistério com uma prática política qualitativamente nova na perspectiva da aliança revolucionária com as classes sociais atualmente oprimidas, sobretudo o proletariado. x

Esse nível da alternativa selecionada não é conscientizado imediatamente pelos agentes internos e nem será de todo explicitado no acôrdo com o DEE. Por outro lado, por e i mesmo, o acôrdo não impede a efetivação desse nível. Essa efetivação depende dos recursos humanos internos, devendo-se, pois, estruturar imediatamente as condições imprescindíveis à agressividade pedagógica e política, sem a qual o acôrdo permanecerá como mero golpe de sobrevivência. Entre essas condições, destacam-se as seguintes como principais:

Condições:

4.3.3. Selecionar, entre os agentes internos, o número suficiente para desencadear o trabalho, com base nos seguintes critérios de seleção:

4.3.3.1. Pedagógicamente, os mais eficientes e capazes de construir modelos operatórios aplicáveis em situações diversificadas.

4.3.3.2. Politicamente, serão selecionados os que demonstrem capacidade de assimilar os modelos de interpretação da situação brasileira atual, modelos esses construídos do ponto de vista do proletariado. x

4.3.4. Organização dos participantes do plano em equipes de trabalho e estudo.

4.3.5. Organização de uma comissão interna coordenadora do plano, das relações inter-grupais estabelecidas em conexão com o ~~plano~~ plano e responsável pelas relações com os setores governamentais.

4.3.6. Integração de agentes ~~int~~ externos — selecionados com base nos critérios pedagógico e político — no plano preparado no Vocacional.

4.3.7. Paralelamente, os agentes participantes do plano integrarão o plano de organização das comissões de coordenação (comitês intra-escolas) e as comissões zonais (comitês inter-es-

1959

colas), tendo em vista a agudização das lutas em torno de reivindicações do magistério e de outras categorias.

4.3.8. Eficiência máxima do plano de ação — não com base num vago proselitismo político — mas fundamentada: ✓

- no diagnóstico da situação administrativa, pedagógica e política das escolas e comunidades atingidas; ✓

- no acompanhamento das reivindicações da categoria e das classes sociais oprimidas; ✓

- no controle permanente dos dados e informações; ✓

- na assessoria concreta em face de todo e qualquer problema das bases; ✓

- na avaliação constante dos trabalhos. ✓

4.3.9. Em síntese, a sua preparação, montagem e execução do plano de assessoria junto às les séries integradas não comprometidas com o GOI, deve ser tal que o compromisso dos agentes internos (política e pedagogicamente organizados) se faça, não com o governo e as classes opressoras, mas com as bases externas (des-tacando-se, nestas, — para contatos orgânicos — os melhores quadros pedagógicos e políticos) na perspectiva da luta mais ampla e profunda encetada pelo proletariado.

. . . . .

Obs.: Esse trabalho é de responsabilidade individual de Fulano de Tal.  
agosto de 1968. São Paulo.

**ANEXO 5** – Texto – “Infiltração comunista nos meios educacionais”<sup>\*</sup> - Coronel Rubens Resstel

EXPLANAÇÃO DO CORONEL RUBENS RESSTEL NO CÍRCULO MILITAR DE SÃO PAULO, ÀS AUTORIDADES E PROFESSORADO PAULISTA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1970.<sup>345</sup>

**APRESENTAÇÃO [p.4]**

*Ontem, no Círculo Militar de São Paulo, com grande interesse, os educadores do ensino médio oficial da Grande São Paulo, assistiram à excelente exposição do Coronel Rubens Resstel, intitulada “Infiltração Comunista nos meios educacionais”.*

O conferencista, preciso, ponderado e objetivo no desenvolvimento do tema, prestou inestimável serviço à causa da educação e da segurança nacionais (*sic*), alertando as autoridades escolares sobre os métodos e processos de aliciamento utilizados pelos agentes da subversão no meio estudantil.

Dada a inegável relevância da matéria, a oportunidade do assunto e a qualidade expositiva do trabalho, é de se lhe dar ampla divulgação, para que todos, tanto os que tiveram o ensejo de ouvi-la diretamente no Círculo Militar, como os que não puderam fazê-lo, professores, autoridades do ensino e servidores em geral da Pasta, assim como das Universidades e da rede particular de ensino, possam inteirar-se do problema e armar-se de meios eficazes para o combate a todas as formas e modalidades de ação solapadora da soberania nacional e do desenvolvimento da democracia brasileira.

São Paulo, 12 de novembro de 1970.

PAULO ERNESTO TOLLE  
Secretário da Educação

**INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS MEIOS EDUCACIONAIS [p.5]**

1. Apresentação – 2. Considerações preliminares – 3. Antecedentes – 4. Modalidades de atuação – 5. Vulnerabilidade do sistema de ensino – 6. Legislação específica – 7. Conclusões.

**1. APRESENTAÇÃO**

A nossa explanação abordará alguns aspectos da infiltração subversiva nos meios educacionais. Essa infiltração desenvolve-se em todos os níveis de ensino, em frente muito

---

<sup>345</sup> Para uma melhor compreensão desta publicação, optamos pela adequação do texto aos padrões da Nova Ortografia com o objetivo de facilitar a leitura e a compressão. Dadas as peculiaridades das palavras contidas no texto, em alguns casos optamos por manter a sua grafia original indicada por (*sic*), como forma de marcar o modo como foram escritas. A numeração inserida entre colchetes [...] no decorrer do texto, indicam a paginação original da edição da Imprensa Oficial. (Nota do editor)



ampla, sob características diversificadas e de extrema mutabilidade, de acordo com as circunstâncias. Entretanto, pode-se identificar a sua linha geral de desenvolvimento e perceber os seus objetivos.

Tem essa exposição a finalidade de alertar os dirigentes de ensino, professores e orientadores sobre a infiltração subversiva em seus setores de trabalho, destacando, tanto quanto nos foi possível observar, as vulnerabilidades do sistema de ensino a essa infiltração.

Para melhor compreensão e orientação, seguiremos o seguinte roteiro:

- Considerações preliminares;
- Antecedentes;
- Modalidades de atuação;
- Vulnerabilidades do sistema de ensino;
- Legislação específica;
- Conclusões.

## **2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

A presente explanação sobre a infiltração comunista nos meios educacionais baseia-se nas apreciações, estudos e aspectos focalizados no inquérito policial-militar<sup>346</sup> instaurado pelo Exmo (*sic*) Sr. General Comandante do II Exército<sup>347</sup> para apurar atos de subversão em setores da Secretaria da Educação do Estado.

O inquérito teve origem em processos de investigação realizados pela SubComissão Geral de Investigações e pela Comissão Estadual de Investigações, em informes, informações e denúncias de várias procedências, os quais indicavam a existência de focos de subversão em setores do ensino oficial.

[p. 6] Em torno dos fatos em questão circulavam, como sempre acontece, versões contraditórias, deformações e generalizações perturbadoras.

Entretanto, de posse de elementos que indicavam possível violação de dispositivos da Lei de Segurança Nacional, o Comandante do II Exército determinou, como lhe competia, a abertura de um inquérito, para a devida apuração dos fatos, coibir o prosseguimento da ação subversiva, apontar à Justiça os implicados, pôr fim às especulações e, assim, contribuir para o restabelecimento da normalidade em setor da mais alta importância nas atividades do Governo do Estado.

Julgo oportuno ressaltar, nestas considerações preliminares, que o IPM não é um julgamento prévio. Visa coligir dados e provas, testemunhais, circunstanciais e documentais, a fim de oferecer à Justiça elementos para o processo. Portanto, dentro das normas usuais no Exército, o inquérito foi conduzido com absoluta isenção, imparcialidade e serenidade, sem se

---

<sup>346</sup> Daqui em diante esta expressão segue abreviada como “IPM”.

<sup>347</sup> Trata-se do General José Canavaro Pereira que ficou no Comando do II Exército entre maio 1969 e janeiro de 1971. (Nota do editor)

colocar contra ou a favor de pessoas e organizações educacionais envolvidas nos acontecimentos, apontando, sem exageros, os fatos constatados.

A extensão e a complexidade dos assuntos a examinar, envolvendo aspectos de natureza didático-pedagógica e administrativa, a que se soma o caráter subjetivo da instalação ideológica no ensino, exigiram o maior empenho, cautela e esforço de interpretação no curso dos trabalhos desenvolvidos, a fim de se obter, sem deformações, um quadro claro e objetivo dos acontecimentos. Para esse fim, as averiguações contaram com o assessoramento e a colaboração de diversas pessoas, altamente qualificadas em suas especialidades, entre as quais cumpre destacar, pelos estudos e análises apresentados e pela contribuição que trouxeram, a Professora AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO, os Professores ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA, LAERTE RAMOS DE CARVALHO, JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUZA, ERASMO DE FREITAS NUZZI, OLAVO BAPTISTA FILHO, CESAR LOURENÇO DOS SANTOS E NILO MAGALHÃES RIBEIRO, o Promotor REYNALDO FERRAZ AYROSA, os Delegados NEWTON FERNANDES E WALTER FERNANDES e o Cel. LAURO PARAENSE DE FARIAS.

Em todo o curso das averiguações, o inquérito contou com a integral colaboração do Dr. HELY LOPES MEIRELLES, Secretário da Justiça, que recebeu, de início, do governador do Estado, a incumbência de normalizar as atividades da Secretaria da Educação, bem como de seu sucessor, Professor PAULO ERNESTO TOLLE, e de seus auxiliares imediatos.

Os trabalhos da Comissão Processante instalada na Secretaria da Educação e da Comissão de Correição do Governo do Estado, aliados aos esforços de reorganização interna da Secretaria, completam o quadro de atividades desenvolvidas para caracterizar as anomalias verificadas e encaminhar as soluções necessárias.

[p. 7] Para melhor situar os fatos sob averiguações e avaliar o comprometimento das pessoas neles implicadas, os trabalhos do inquérito não se limitaram ao seu setor específico de atribuições. Procurou-se, então, compreender o ambiente das ocorrências, os fatos correlatos, os antecedentes e, especialmente, as vulnerabilidades do sistema educacional de que sempre se aproveitam os agentes da subversão.

São essas vulnerabilidades, como são utilizadas pelos agentes comunistas e suas linhas auxiliares e a técnica de subversão empregada, que pretendemos ressaltar nesta explanação, à luz dos ensinamentos colhidos durante o inquérito.

Não nos cabe aqui, por motivos evidentes, citar nomes e o grau de implicação das pessoas no inquérito, uma vez que este pertence agora à Justiça, a quem compete pronunciar-se a respeito, livre de interferências, diretas ou indiretas.

### **3. ANTECEDENTES**

A infiltração comunista nos meios educacionais, no BRASIL, vem-se processando há vários anos, variando de intensidade e de setores de aplicação.

Há alguns anos, a atuação dos comunistas se fazia com maior empenho nos meios universitários, onde encontrava a oposição de entidades católicas de tendências reformistas. Finalmente, os líderes das esquerdas católicas universitárias aliaram-se aos comunistas, formando a chamada “Frente Única”, na ilusão de que poderiam contar, para os seus propósitos de reformas sociais dentro dos postulados cristãos, com a agressividade e organização de seus novos aliados. Entretanto, através de técnicas inteligentes e bem conduzidas, propagou-se entre os universitários intensa contaminação ideológica, transformando aquelas agremiações em fortes linhas auxiliares, manobradas e lançadas de acordo com as intenções e as conveniências do movimento comunista internacional.

No período que precedeu a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, a atuação das esquerdas ativistas passou a se fazer com mais ênfase sobre a classe operária, com menor empenho junto aos estudantes. Julgavam, então, alcançar o poder por um caminho mais curto, através do estágio intermediário de uma república sindicalista.

Frustradas as suas intenções ante a pronta reação da Nação brasileira, após um período de rearticulação e reformulação dos esquemas de ação, os agentes da subversão comunista voltaram a atuar, com crescente intensidade e novos métodos, nos meios educacionais, com particular interesse no setor secundarista.

A maioria dos atos subversivos focalizados no inquérito verificou-se no ano de 1968. Aquele ano, como é do conhecimento geral, [p. 8] caracterizou-se por agitações estudantis, não somente no BRASIL, como também em vários outros países, com maior vulto na FRANÇA, quando, em maio de 1968, aquele país esteve à beira do colapso.

A onda de agitação em nosso País, envolvendo professores e alunos, teve seu curso obstado pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, complementado pela legislação específica subsequente.

O interesse e empenho dos agentes subversivos junto aos estudantes secundaristas do 2º ciclo prendem-se a manobra de longo alcance e de muita objetividade.

Vários resultados são obtidos quando conseguem doutrinar e engajar na ação os jovens secundaristas, pois estes constituem massa de manobra ideal por sua imaturidade, idealismo, desprendimento, espírito exibicionista, anseios reformistas e pela natural simpatia que os jovens despertam em todas as camadas da população.

Acresce, ainda, que a maioria dos jovens secundaristas está acobertada pela legislação que protege o menor.

É certo que a maior parte não revela constância na ação, por motivos diversos. Mas o engajamento, ainda que temporário, engrossando as ondas de agitação, produzem os desgastes e as perturbações sempre desejadas pelos agentes subversivos que os manobram. Mas o objetivo principal da ação comunista nos meios secundaristas é o de doutrinar e recrutar agentes que

possam servi-los por um período mais longo, durante todo o curso universitário e, posteriormente, conquistar os postos de liderança e de influência decisiva na vida nacional.

#### 4. MODALIDADES DE ATUAÇÃO

É muito expressivo o trecho de um estudo realizado durante o inquérito, por peritos em identificação de técnicas subversivas: “Considera-se, hoje, fora de dúvida, que o comunismo é muito mais **técnica de subversão** do que filosofia ou ideal. E essa técnica de subversão vai atingindo requintes e formas, adaptando-se, conforme a nação-alvo, ao caráter nacional, minando suas defesas. Considerando que o nacionalismo dos fortes quase nada teme, enquanto que nos países mais fracos, o temor é uma constante, os partidos comunistas procuram exercer ação direta nas nações desenvolvidas, enquanto que naquelas menos desenvolvidas sua ação é, preferencialmente, indireta. Uma das formas que se tem revelado muito eficiente consiste na ampla utilização das “Frentes”, deixando os Partidos Comunistas em posição aparentemente secundária. As frentes são orientadas pelos PC e pelos “agentes de influência”. No campo do ensino, as organizações de frente comunistas são: União Internacional do Estudantes (UIE), Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), Federação Mundial de Juventude Democrática (FMJD), Federação Internacional Sindical de Ensino (FISE). A UIE ocupa-se do meio estudantil universitário, enquanto a FMJD dirige sua influência para estudantes secundários. [p. 9] A OCLAE tem sua sede em HAVANA e é organizada, regionalmente, para a AMÉRICA LATINA. Dos programas, resoluções e declarações dessas frentes observa-se um ponto comum: Manifestações contra os EUA e objetivos aparentemente legítimos”.

Em sua linha de atuação, os comunistas procuram se infiltrar nas Faculdades de Filosofia, justamente onde são formados os professores do curso secundário. A sua atuação tem sido constante e persistente nesse setor, com especial interesse na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi criada com o objetivo de se constituir um centro de estruturação da Universidade, elo de ligação entre as suas Faculdades, dando a Universidade o sentido de cultura geral e humanística. Os comunistas logo se aperceberam o quanto aquele centro de estudos e de irradiação de cultura poderia representar para os seus desígnios.

Posteriormente, foi criado o Colégio de Aplicação, diretamente ligado à Faculdade, para estágio dos alunos de Didática e dirigido por um colegiado. Nesse colégio, logo passou a ser intensificada a doutrinação e a ação subversiva. Seus alunos, em grande parte, apareceram nas agitações e nas passeatas. É de se notar que vários alunos egressos daquele colégio integravam organizações terroristas desmanteladas pelas forças de segurança.

E nas averiguações procedidas aparece sempre o nome de uma Orientadora Educacional, sempre muito assídua e interessada, que os doutrinava e estimulava. Essa professora encontra-se na FRANÇA e os alunos, sendo procurados ou processados.

Da mesma maneira, revelam os agentes comunistas e afins, especial predileção pelos cursos de Ciências Sociais, Comunicações e Psicologia.

Em sua ação junto aos estudantes, os agentes comunistas utilizam-se da chantagem, da coação psicológica, dos tóxicos e, comumente, da atração sexual, propagando o amor livre. Para eles, o pudor feminino constitui apenas uma “inibição burguesa” e, utilizando agentes treinadas e atraentes, conseguem envolver muitos rapazes em suas malhas.

Em seu livro “RADIOGRAFIA DO COMUNISMO”, ALBERTO EZEQUIEL VOLPI alinha a técnica e a tática de atuação dos agentes comunistas, desde a disposição numa sala de debates, a disciplina, as deformações dos fatos, até o emprego de agentes femininos em suas campanhas.

Outro aspecto a destacar, é que atualmente não mais utilizam os conhecidos processos de proselitismo e a doutrinação ideológica segundo os preceitos usados durante muitos anos.

Evitam as palavras “comunismo”, “Partido Comunista” e outras do mesmo gênero. O próprio Partido Comunista é apontado como superado e chamado depreciativamente de “Partidão”. A ideologia é [p. 10] instilada na mente dos jovens através de outros processos, outras motivações e outros estímulos. A técnica consiste em “conscientizar”, para depois catequizar.

O que evidentemente lhes interessa é obter a massa de manobra, para fins imediatos, e preparar a mente dos jovens para a impregnação psicológica, condicionar o seu comportamento e a sua utilização no futuro.

Até mesmo o tradicional “trote” dos calouros vem sendo, muitas vezes, aproveitado pelos agentes infiltrados nos meios estudantis, como uma afirmação de liderança e, prolongando-se o período de “trote”, obter a obediência da massa de calouros pelo condicionamento de reflexos.

Os comunistas trabalham, na conquista de seus objetivos, a curto e a longo prazo, com pertinácia e aguda percepção das oportunidades. Procuram envolver os dirigentes de ensino menos avisados, através dos chamados “agentes de influência”. Muitas vezes, esse envolvimento se processa durante muitos anos, visando a uma situação futura favorável. Esses “agentes de influência” são em geral auxiliares e assessores, solícitos e eficientes, que tudo providenciam, tornando-se finalmente indispensáveis à pessoa servida.

A liberdade de cátedra, que inexistia nos países do bloco comunista, constitui meio largamente usado pelos agentes subversivos infiltrados no magistério. Valendo-se de sua posição e, comumente, de seu prestígio, talento e capacidade de argumentação diante de jovens imaturos, conseguem conquistá-los para suas ideias ou lançar dúvidas e indagações em suas

mentes, que os predispõem ao aliciamento, à contestação, ao protesto ou, ainda, minar a sua confiança no regime e debilitar as suas convicções democráticas.

O autor MASSIMO SALVADORI, analisando o “SURGIMENTO DO COMUNISMO MODERNO”, adverte que “para um comunista, o primeiro estímulo à ação é de caráter emocional”.

Dentro desse preceito, os agentes da subversão, infiltrados no ensino, procuram explorar os aspectos emocionais dos nossos jovens estudantes, procurando sempre uma ideia-força para engajá-los na ação, com falsos objetivos, explorando muitas vezes, com rara habilidade, até mesmo os seus sentimentos mais nobres.

### **5. VULNERABILIDADE DO SISTEMA DE ENSINO**

Todo o sistema de ensino, em seus diferentes níveis e categorias, por sua própria natureza e pelas falhas observadas, apresenta-se vulnerável à investida dos agentes subversivos. Dois fatores resultam desde logo, na análise dessa debilidade:

Falhas de organização e de sistema e completo despreparo e desinformação das autoridades do ensino, professores e orientadores em geral, em todos os escalões, quanto às técnicas de subversão, impregnação [p. 11] psicológica (*sic*), sutilezas da infiltração, aliciamento e condução das massas estudantis, utilizadas habilmente pelos agentes subversivos nos meios educacionais.

Pôde-se observar que as autoridades do ensino, com raras exceções, não estão devidamente informadas e ignoram totalmente a realidade da infiltração subversiva, sua atuação e seus objetivos.

O Governo do Estado de São Paulo aplicou na educação em geral, no exercício de 1969, a elevada quantia de Cr\$ 1.144.345.850, 90, dos quais foram destinados à Secretaria de Educação Cr\$ 903.736.118, 97.

O número de pessoas em serviço naquela Secretaria, em 1969, atingia o total de 124.338, sem computar nesse número os professores substitutos e o pessoal do Ensino Técnico. Seus estabelecimentos de ensino, de diferentes níveis, enquadram mais de 3 milhões de alunos.

De acordo com os dados colhidos, há muitos anos a Secretaria da Educação vem apresentando falhas de organização administrativa e de orientação educacional, apoiando-se numa estrutura em desacordo com a expansão do ensino e com a sua crescente responsabilidade. Apesar dos esforços desenvolvidos, como os que atualmente se verificam, mas nem sempre com a necessária continuidade e objetividade, as deficiências se ampliam em proporção maior do que as correções introduzidas, segundo afirmam competentes educadores.

O ensino no Estado de São Paulo, por seu vulto e importância, como se verifica pelos dados enumerados, tendo como suporte uma inadequada estrutura de organização e de controles administrativo, didático e disciplinar, presta-se inevitavelmente a deformações e a desvirtuamentos, constituindo-se assim em foco de atração para os agentes da subversão.

A falta de controle efetivo permitiu o surgimento e o desenvolvimento de setores isolados de ensino, de exagerada autonomia didática e administrativa, evoluindo um desses setores para um sistema de ensino cujas motivações e orientação ofereciam ambiente propício às indagações e à instalação ideológica na mente dos alunos, entrando num contexto bastante delicado e pleno de riscos nos dias atuais, em que agentes subversivos atuam sub-repticiamente nos meios educacionais, aproveitando todas as oportunidades de proselitismo.

Alguns métodos e técnicas de ensino prestam-se a desvios de suas finalidades, servindo a propósitos ocultos. Assim, por exemplo, o chamado “Estudo do Meio”, válido como técnica didático-pedagógica, mas utilizado muitas vezes, como se constatou, com outras intenções, definidas pela escolha dos ambientes e da orientação dada, ressaltava com frequência as nossas contradições sociais, sem ressaltar também os aspectos positivos da nossa sociedade em evolução.

A respeito do “Estudo do Meio”, dois eminentes educadores<sup>348</sup>, que estudaram profundamente o assunto durante o inquérito, assim concluíram:

[p. 12] “Não é na proposição do Estudo do Meio, genérica e técnica, que poderíamos identificar os riscos que semelhantes estudos podem representar. É na forma, na maneira de utilizar e de conduzir o interesse dos estudantes, levando-os a deter-se predominantemente nos aspectos negativos da realidade que, contrariando o espírito e a finalidade educativa do Estudo do Meio, a condução do assunto poderá favorecer um tratamento político e ideológico dos problemas levantados pela curiosidade dos educandos”.

As consequências de atos baixados na Secretaria da Educação em 1968, justamente quando as agitações estudantis prosseguiam em escala crescente, mostram as deficiências do sistema, prontamente e largamente exploradas pelas esquerdas ativistas que capitanearam as reuniões, as passeatas e as desordens naquele conturbado período.

Alguns desses atos, de inegável propósito moralizador, propiciaram, pela inoportunidade de sua execução, ensejo nos agentes subversivos de aumentar a onda de agitação em curso; outros, resultaram no aviltamento do ensino, de serias consequências futuras e levaram professores a procedimento incorreto, à vista dos alunos, enfraquecendo a sua autoridade, causando a sua desmoralização, favorecendo assim, de vários modos, as conveniências da pregação subversiva.

Embora pudessem estar animados dos melhores propósitos, admitindo mesmo a intenção de seus inspiradores de abrigar nas Escolas a adolescência atraída para o vício e para a marginalização social, não atentaram para as deficiências do sistema e para a sempre pronta

---

<sup>348</sup> Trata-se dos professores Amélia Americano Domingues de Castro e Laerte Ramos de Carvalho. (Nota do editor)

atenção dos agentes subversivos, estes à espreita de todas as oportunidades para os seus intentos imediatos e futuros.

Os fatos averiguados, desde a análise do Estudo do Meio e outras técnicas pedagógicas às consequências imediatas e futuras dos diferentes atos administrativos, em face do ambiente e das circunstâncias que os cercaram, encerram grave advertência aos dirigentes do ensino, em todos os escalões, quanto ao aproveitamento de seus efeitos à causa da subversão.

Ainda no referente àqueles atos e suas consequências periféricas, é oportuno repetir um trecho de um estudo feito por um ilustre e experiente professor:

“Evidencia-se da leitura e análise desses pontos que muitas medidas foram tomadas sem a devida cautela, não se levando em conta a sua praticabilidade ou viabilidade e nem os efeitos negativos que delas poderiam advir para a Educação: outros revelam imprevidência no concernente às suas consequências imediatas e mediatas, com sérias repercussões na ordem social, conforme acentuamos no texto de cada comentário dos itens focalizados”.

Uma comissão de educadores, integrada por três dirigentes de ensino altamente qualificados, fez a seguinte advertência em seu relatório:

[p. 13] “A política de educação é sempre extremamente sensível aos movimentos de toda ordem que ocorrem nos campos social e econômico”. – Na apreciação dos efeitos futuros, a Comissão assinala, entre outras considerações:

“Os efeitos retardados dos exames de admissão em massa, no que respeita à qualificação dos alunos, serão sentidos, forçosamente, quatro anos após, quando grande parte dos estudantes ingressar no segundo ciclo, sem o preparo básico suficiente, pois a rede escolar ginasial não foi preparada para suportar tão elevado número de alunos resultante dos exames de admissão unificados”.

Não constituindo finalidade do IPM a análise ou a valoração simplesmente pedagógica ou administrativa dos atos em questão, e sim a pesquisa de um propósito subversivo, as conclusões a que haviam chegado as comissões de educadores foram a seguir submetidas a especialista na identificação de técnicas subversivas e isso para se concluir, mediante um estudo comparativo das consequências dos atos com as normas de ação subversiva recomendadas pelas centrais comunistas.

Foram observadas diversas coincidências entre as recomendações das entidades que do Exterior acionam as atividades subversivas no País os efeitos daqueles atos, sempre habilmente explorados por seus agentes.

O conhecimento ou o desconhecimento dos sintomas da ação subversiva no ensino podem propiciar uma ação imediata que venha a coibir a evolução dos fatos ou levar a omissão, que se identifica com a conivência.

Dois casos, verificados no curso do inquérito, ilustram bem essas situações:



Uma diretora de estabelecimento de Ensino Secundário, alertada por uma inspetora de Ensino, atenta e vigilante, ao notar os primeiros sintomas de subversão no grêmio estudantil, tomou logo as providências necessárias, mandando investigar os fatos, aplicou o regulamento disciplinar e, assim, pôde restabelecer a normalidade no educandário sob sua direção.

Outra diretora, possivelmente menos avisada, em situação semelhante, omitiu-se e se deixou levar pelos acontecimentos, de que advieram, no desdobramento dos fatos, graves consequências, na ampliação da ação subversiva e também nas responsabilidades subsequentes a que foi chamada aquela dirigente de ensino.

O descuido e o desconhecimento por parte das autoridades do ensino, em anos anteriores, dos riscos da infiltração comunista no magistério, têm sido a causa de muitos agravos, contrariedades e constrangimentos, que poderão se repetir, se não houver um permanente estado de alerta.

[p. 14]

## **6. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

Existem atualmente, para coibir a ação subversiva nos meios educacionais, instrumentos legais adequados, que vão desde o Ato Institucional nº 5 aos Regimentos Disciplinares:

- Ato Institucional nº 5;
- Lei de Segurança Nacional;
- Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969;
- Regimento Disciplinar Interno (Decreto Estadual nº 47.409, de 19 de dezembro de 1966)

## **7. CONCLUSÕES**

Os comunistas, há muito tempo deixaram de atuar com maior empenho junto às classes pobres e desvalidas.

Hoje, sua ação se exerce de maneira bem ordenada e coordenada, em setores mais amplos, visando sobretudo os meios educacionais, em bem engendrado plano de execução imediata, convergindo esforços para a tomada do poder, ao tempo julgado oportuno.

JAMES BURNNHAM, em seu livro “TÁTICA DA SUBVERSÃO”, baseado em fatos verdadeiros e que estuda a forma sutil de penetração da ação comunista em diferentes setores da vida norte-americana, diz com muita propriedade:

“Quase todos os integrantes da rede eram graduados universitários e muitos deles tinham título de doutorado. Não são, de nenhuma maneira, os miseráveis da terra que nada têm para perder senão seus grilhões”.

Os comunistas são muito claros e precisos em suas intenções e em seus objetivos. As organizações filiadas ao movimento comunista internacional, entre elas a União Internacional dos Estudantes, a Organização Continental Latino Americana de Estudantes, a Federação

Mundial da Juventude Democrática e a Federação Internacional Sindical de Ensino, têm bem definidas as suas linhas de atuação em nosso País.

Todas as diretrizes da estratégia comunista seguem basicamente o pensamento de LENINE:

“A mais perfeita estratégia da guerra é adiar as operações até que a desintegração total do inimigo torne possível e fácil a aplicação do golpe mortal”.

Sabemos que toda a orientação vem do Exterior, atualizada e adaptada às circunstâncias e à evolução da situação.

Estamos diante de uma máquina de subversão que não se dá por vencida, que recebe orientação de fora do País, acionada por [p. 15] agentes comunistas e de suas linhas auxiliares e por inocentes úteis, agindo prioritariamente nos meios educacionais.

Esta Nação definiu a sua opção ideológica em março de 1964. Cumpre-nos manter essa opção.

Nas circunstâncias atuais, a omissão equivale à conivência.

É imprescindível que os dirigentes de ensino, professores e orientadores mantenham-se informados e preparados para o cumprimento de suas responsabilidades no quadro da segurança nacional.

Rubens Resstel  
Coronel do II Exército em São Paulo

## ANEXO 6 - Breve biografia dos indiciados dos Vocacionais após o IPM

Para montagem do Inquérito Policial Militar eram recolhidas provas materiais e tomados depoimentos, tanto dos acusados como de testemunhas e, terminada a fase investigativa, o encarregado do inquérito elaborava um Relatório Final, narrando as ocorrências, as ações praticadas pelos envolvidos e sugeria o indiciamento dos considerados culpados, enquadrados de acordo com a legislação em vigor.

Terminada essa etapa investigativa, o Inquérito era encaminhado como denúncia ao Ministério Público Militar (MPM), que poderia aceitá-la ou não e, uma vez aceita iniciava-se a fase do processo. Nesta fase, finalizadas as etapas de defesa, e de novas provas, se fossem o caso, eram encaminhadas à procuradoria que elaborava as razões finais que seguiam para os Conselhos Permanentes de Justiça que proferiam a sentença em primeira instância em uma das Auditorias da Circunscrição Judiciária Militar (CJM) correspondente e, após mais uma etapa de apelações, a Procuradoria Geral emitia um parecer que encaminhava para o Supremo Tribunal Militar (STM) que, com base nos Autos do processo promulgava a sentença em segunda instância, podendo ainda haver recurso movido pelo réu e encaminhado ao Supremo Tribunal Federal que proferia a sentença final.

Ao final das investigações procedidas pelo Inquérito Policial Militar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Rubens Resstel concluiu seu Relatório Final em 14 de setembro de 1970, indiciou 14 pessoas que entendeu terem cometido crimes.<sup>349</sup> Após dois anos sem qualquer movimento, em 1972, após um episódio em que a polícia negou passaporte ao Professor Antonio Barros de Ulhôa Cintra, a pretexto de que estava indiciado em IPM, o promotor da Justiça Militar, José Manes Leitão, ofereceu a denúncia contra Ulhôa Cintra e mais 22 funcionários da SEE com base na Lei de Segurança Nacional. Esta denúncia foi encaminhada ao Superior Tribunal Militar (STM) que, após análise, determinou pelo arquivamento do processo em 1973 por falta de provas, tornando também sem substância incriminatória os demais denunciados, entre eles os funcionários do SEV.

---

<sup>349</sup> Vale a pena pontuar que, em 09 de outubro de 1970, o General José Canavarro Pereira, Comandante do II Exército, elaborou seu parecer sobre as investigações procedidas pelo IPM da Educação. Neste documento de quatro páginas, intitulado “Solução”, Canavarro Pereira, reforça a análise, leitura e interpretação sobre os Ginásios Vocacionais, e sobre a SEE, realizada por Resstel e sua equipe. Assim, determina o encaminhamento dos Autos do IPM à 1ª Auditoria da 2ª CJM, o encaminhamento de sua “Solução”, do Relatório e dos principais estudos realizados ao Governador do Estado de São Paulo e ao Ministro da Justiça. (Processo STM nº 4766, Volume X, p. 2974-2977)

Apesar do STM ter arquivado e absolvido os indiciados do SEV no IPM da Educação em 1973, isso não significa que os envolvidos não sofreram punições e perseguições por parte dos órgãos repressivos. Tais punições e perseguições ocorreram justamente antes e durante as investigações procedidas pelo IPM, que acabou por aposentar, com base no AI-5, Aurea Cândida Sigrist e Maria Nilde Mascellani.

Aurea Cândida Sigrist foi uma das pessoas mais afetadas em decorrência destas perseguições. Além de ser afastada dos Vocacionais em 1969 e impedida de retornar a suas funções na rede estadual de ensino, por conta das investigações e perseguições que vinha sofrendo, seu pai, no primeiro semestre de 1970, teve um problema no coração e faleceu. Após este episódio e em decorrência do indiciamento no IPM e da aposentaria com base no AI-5, Aurea foi morar no Rio de Janeiro ao longo do ano de 1971. Em 1972, de volta a São Paulo, passou a lecionar Matemática em colégio particular, tendo de esconder que havia sido investigada. Ao longo da década de 1970, terminou seus estudos de pós-graduação e passou a lecionar na Faculdade de Educação na Universidade Estadual Paulista no campus da cidade de Marília-SP. Na década de 1980, durante o período de revogação dos atos da ditadura, teve seus direitos como servidora da rede estadual restituídos por ato do então governador do Estado de São Paulo, André Franco Montoro (1983-1987).<sup>350</sup>

Maria Nilde Mascellani, após ser demitida do SEV, impedida de continuar na rede estadual de ensino e aposentada pelo AI-5, continuou tendo suas atividades vigiadas pelo aparato repressivo. Abriu a firma RENOV (Relações Educacionais e do Trabalho), entidade de assessoria, projetos, pesquisa e ação comunitária que visava assessorar educacionalmente instituições interessadas. Em 1974, foi denunciada mais uma vez, por conta do texto *Educação Moral e Cívica, escalada fascista no Brasil*, cuja autoria lhe foi atribuída. Por conta deste texto, a firma RENOV foi mais uma vez invadida pelas forças policiais, materiais foram apreendidos e Maria Nilde foi detida na sede do DEOPS/SP por cerca de um mês, pelo menos é o que pudemos levantar. Por conta disso, Maria Nilde foi investigada por mais um Inquérito Policial Militar<sup>351</sup>. Solta após intervenção do Dom Paulo Evaristo Arns<sup>352</sup>, lecionou Psicologia Educacional na

---

<sup>350</sup> As informações sobre a vida de Aurea após as investigações procedidas pelo IPM foram obtidas a partir de conversas com ela.

<sup>351</sup> Processo nº BNM\_467\_1-2 e BNM\_467\_2-2. Como a análise deste material escapa aos limites desta pesquisa, não conseguimos averiguar quais foram as conclusões do referido IPM.

<sup>352</sup> Dom Paulo Evaristo Arns foi Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo e secretário nacional de Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A partir de 1970 passou a tomar forte posição contra as prisões e torturas praticadas pelos órgãos repressivos da ditadura militar brasileira e na

Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde criou um centro educacional. Na década de 1980, também teve seus direitos políticos e como servidora restituídos por conta do ato do então governador do Estado de São Paulo, André Franco Montoro.<sup>353</sup>

Em relação aos outros integrantes do SEV indiciados no IPM da Educação não conseguimos obter muitas informações. Até onde pudemos levantar, Darcy Paulillo dos Passos, que já havia sido aposentado em 1964 enquanto promotor público da cidade de Araraquara, posteriormente, chegou a trabalhar com Maria Nilde em sua firma RENOV e lecionou também na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Darcy foi anistiado em 1979<sup>354</sup> e se aposentou como procurador de justiça. Além disso, Darcy foi eleito Deputado Federal pelo Estado de São Paulo pelo MDB (1979-1982) e pelo PMDB (1983-1986).

Sebastiana Correia Bittencourt, que saiu do GEVOA no primeiro semestre de 1969, nem sequer chegou a prestar depoimentos para o IPM da Educação, pois estava exilada na França. Este fato ocorreu, até onde pudemos levantar, pois, no segundo semestre de 1969, foi acusada de pertencer à ALN e, por conta disso foi presa e torturada pelo DEOPS/SP em novembro de 1969. Solta com a ajuda de sua amiga e companheira de GEVA, Carmem Maria Craidy, exilou-se na França no início de 1971, onde permaneceu até a segunda metade da década de 1970, quando voltou ao Brasil, sendo anistiada em 1979.<sup>355</sup> Carmem Maria Craidy, que também havia deixado o

---

defesa dos direitos humanos. Para sua biografia ver: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arns-paulo-evaristo>. Acesso em: 22.07.2023.

<sup>353</sup> Para um importante trabalho sobre a trajetória intelectual e profissional de Maria Nilde Mascellani ver a dissertação de Mestrado de Lucas Barbosa de Oliveira, intitulada *Renovadora e Perseguida: Maria Nilde Mascellani – a trajetória profissional e intelectual de uma educadora paulista (1931-1999)*. Tivemos acesso a essa pesquisa no momento em que estávamos finalizando a escrita desta dissertação, o que impediu que aprofundássemos as análises desenvolvidas pelo autor.

<sup>354</sup> “A pressão social organizada levou o governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985) a se comprometer a revisar a situação dos inquiridos e processos de cassação e condenação de políticos, e, logo depois, admitir encaminhar um projeto de lei de anistia ao Congresso Nacional. O projeto atendia parcialmente aos objetivos da Campanha da Anistia e contrariava um de seus mais fortes princípios — o de que ‘não poderia existir anistia para os algozes do povo brasileiro’. A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que seria regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro do mesmo ano, decretou a anistia. Os presos começaram a ser libertados, a maioria beneficiada por recursos jurídicos e não pela Lei da Anistia, que, na realidade, não foi ampla nem irrestrita. O último preso político do país, José Sales de Oliveira, só seria libertado em 8 de outubro de 1980.” Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba>. Acesso em: 05.09.2023.

<sup>355</sup> Até onde pudemos levantar, Sebastiana teve contato com integrantes da ALN e, por conta disso, foi acusada de integrar essa organização. Seu nome foi incorporado a um Inquérito Policial Militar instaurado para investigar membros da ALN. Esse Inquérito está disponível no projeto Brasil Nunca Mais Digit@l, Processo nº BNM\_100\_1-10.

GEVOA no início de 1969, por conta do auxílio dado à amiga Sebastiana, passou a ser visada pelos órgãos repressivos, além das acusações vinculadas aos Vocacionais e, por conta disso, exilou-se na França. Posteriormente, foi trabalhar em Moçambique, retornando ao Brasil em 1979.

Luiz Benedicto Lacerda Orlandi, ainda em 1968 pediu demissão do SEV e viajou para o exterior para continuar os estudos de pós-graduação. Voltou ao Brasil na década de 1970 e passou a lecionar no departamento de Filosofia da Universidade de Campinas. Sobre Nagib Miguel Elchmer, Manoel de Oliveira Maia e Norma Maykot, não conseguimos obter mais informações sobre suas vidas após o IPM da Educação.

Para finalizar, é interessante notar ainda que, enquanto os indiciados no IPM da Educação tiveram suas vidas pessoais e profissionais afetadas ao longo dos anos seguintes, os denunciantes puderam voltar a seus cargos.

De acordo com o ofício n° 133 da Coordenadoria do Ensino Básico e Normal, sobre irregularidades no Ensino Vocacional, elaborado pela Diretora da Divisão de Estudos Pedagógicos, Therezinha Fram, encaminhado a SEE, em 06 de maio de 1970, após sua análise, foram reintegrados aos Ginásios Vocacionais, Cherubim José Barsotti, Francisco Cid e Maria Antonieta Cordenonsi Lopes. Ainda Segundo o documento, Wladir dos Santos e Joel Gerson Lopes, “declinaram do convite, por impossibilidade devido a compromisso profissionais anteriormente assumidos” e acrescenta que “alguns professores não puderam ainda ser reintegrados, ou por falta de suporte legal para a contratação ou por falta de aulas que lhes pudessem ser atribuídas.”<sup>356</sup> Em 21 de dezembro de 1971, Wladir dos Santos, foi designado pela SEE para assumir direção do então colégio estadual “João XXIII” da cidade de Americana, o antigo GEVA.<sup>357</sup>

---

<sup>356</sup> Processo STM n° 4766, Volume IX, p. 2876.

<sup>357</sup> Esta designação foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, n° 241, de 21 de dezembro de 1971, página 19.

## ANEXO 7 – Entrevista Aurea Cândida Sigrist de Toledo Piza

**Entrevista: Aurea Cândida Sigrist de Toledo Piza – Parte 1.**

**Local: Colégio “Lumen Verbi”. Cidade de Paulínia – SP.**

**Data: 25.06.2019**

**Participação: Odila Folegati.<sup>358</sup>**

**Entrevistador: Pedro Luiz Stevolo.**

**Fale um pouco de sua formação, antes de ser educadora. Onde nasceu, como se deu sua formação e quando resolveu ser educadora?**

Aurea Sigrist: Eu nasci numa fazenda de café de papai. Lá havia apenas uma escola que meu pai acertou com o governo, transformado uma casa de colono em uma sala de aula muito boa. Papai não cobrava nada das professoras, que ficavam hospedadas na casa de uma tia que morava bem próxima à escola. Eu fiz até o terceiro ano lá e, depois, eu queria estudar porque eu queria ser professora. Eu achava que, se eu saísse da escola, meu pai acharia que eu não deveria continuar os estudos. Então, em 1948, finalmente, eu consegui ficar hospedada na casa de uma família – a do senhor Baccette - e cursar o quarto ano na cidade de Rocinha que hoje é Vinhedo-SP. Fui a primeira aluna da turma. Então eu prestei o exame de admissão no Ginásio Estadual e Escola Normal “Carlos Gomes” de Campinas-SP. Eu passei em primeiro lugar, com mais três outras que tiraram a mesma média: 8,7.

Foi muito difícil conseguir cursar o Ginásio, pois eu não tinha onde morar. Mas, finalmente, consegui ficar na casa de um tio – João Sigrist. Então, fiz quatro anos de Ginásio e depois mais três do Normal, já no Instituto de Educação Carlos Gomes na cidade de Campinas-SP, finalizando com média de curso 9,5. Como fui a primeira aluna da turma, eu ganhei um prêmio, comum naquele tempo, onde o estudante com a maior média dos Institutos do Estado ganhava uma cadeira como professor primário. Então, eu escolhi a cidade de Santo André-SP e morei em um pensionato de moças universitárias, na cidade de São Paulo.

Depois disso, minha mãe ficou doente e eu precisava ajudar meu pai. Por isso, me inscrevi no vestibular do curso para lecionar para estudantes com deficiências do Instituto “Carlos Gomes” de Campinas-SP. Nessa ocasião, eu estudava meio período e, no outro, cuidava da minha mãe.

Em 1958, minha mãe faleceu e eu voltei para Santo André-SP. Em 1959 e 1960, consegui ficar trabalhando, no Instituto de Educação de Campinas, para Educação Especial. Desde 1956, eu fiz Faculdade na PUC-Campinas (Pedagogia), o chamado curso vago, de modo

---

<sup>358</sup> Odila Folegati foi professora de Recursos Áudio Visuais do Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII” na cidade de Americana-SP (1963-1970). Depois de atuar nos Vocacionais e em colégios da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo, Odila passou a trabalhar no Colégio “Lumen Verbi”, na cidade de Paulínia-SP, de propriedade de Aurea Sigrist.

que eu só prestava as provas. Não era necessário fazer o presencial. Depois, eu fui removida para o Grupo Escolar da cidade de Louveira-SP.

Em 1961, foram criados os Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo por iniciativa do Secretário da Educação, Luciano de Carvalho. Ele visitou as Classes Experimentais do Estado e escolheu a de Socorro-SP, para servir de base à experiência dos Vocacionais. É que, em Socorro, foi encontrado o melhor trabalho de Classes Experimentais: o da Prof.<sup>a</sup> Maria Nilde Mascellani.

Os Vocacionais começaram a funcionar em 1962. Neste ano, eu me inscrevi para fazer o curso de preparação em São Paulo. Eu entrei e fiz o treinamento, deixando de dar aulas em Louveira-SP, no segundo semestre de 1962. No dia 31 de outubro, a professora Maria Nilde chamou a mim e uma colega, a professora Yara Boulos<sup>359</sup> que era uma pessoa maravilhosa e havia feito Pedagogia na USP. É que tínhamos sido as primeiras classificadas no treinamento. A princípio, eu iria para Barretos-SP (que iria abrir no ano seguinte) como Orientadora Pedagógica e a Yara iria para Americana-SP, como Orientadora Educacional. Então, a Yara disse: “Mas eu não quero ser Orientadora Educacional!” E eu disse: “E eu não quero ser Orientadora Pedagógica!” Então, a Maria Nilde disse: “Bem, se vocês quiserem trocar!?”

Então eu fui para Americana-SP e foi ótimo que eu pude ficar vivendo com meu pai em Campinas-SP. A Odila Folegati também acabou concorrendo para o Ginásio de Americana-SP e começamos a trabalhar juntas.

#### **Então você começou em Americana-SP?**

Aurea Sigrist: Sim! Daí, eu atuei de 63 a 67, como Orientadora Educacional. Em 1968, eu comecei como diretora, porque a anterior, a professora Cecília Guaraná<sup>360</sup>, muito querida, foi chamada para trabalhar em São Paulo (capital) e eu fiquei, em seu lugar a partir do início daquele ano, em que a ditadura foi terrível. No fim de 1968, começou o processo político, e eu fui desligada em junho de 1969.

Eu fiquei um ano e meio na direção e, depois, eu voltei para a minha cadeira do primário que eu tinha ganho quando eu terminei o Curso Normal a qual já tinha saído de Louveira-SP e estava aqui em Campinas-SP, no bairro do Jardim das Oliveiras. Lá, eu lecionei um certo tempo, como professora primária e, depois, eu pedi licença prêmio porque estava muito difícil: era muito interrogatório, a gente estava muito cansada e, no meio da minha

---

<sup>359</sup> Yara Boulos foi Orientadora Pedagógica e Diretora do Ginásio Estadual Vocacional “Embaixador Macedo Soares”, da cidade de Barretos-SP.

<sup>360</sup> Cecília Lacerda Vasconcellos Guaraná, foi diretora do Ginásio Estadual Vocacional “Candido Portinari” da cidade de Batatais-SP (1962), do Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII” na cidade de Americana-SP de 1963 a 1967 e, posteriormente, passou a atuar junto à Coordenação do Serviço de Ensino Vocacional na cidade de São Paulo, de 1968 a 1969/70.



licença, esta foi interrompida, porque eu fui afastada do cargo para atender ao SNI<sup>361</sup>. A partir daí, eu fiquei afastada uns 12 anos.

Eu só voltei para a rede estadual, em 1981, quando eu fiz o concurso para Supervisora de Ensino. Antes, eu pedia para voltar e todo mundo morria de medo de dar alguma mão para quem era marcado pela ditadura. Fiz N interrogatórios e os documentos foram para Brasília. O despacho foi o seguinte: Archive-se. Não há corpo de delito.

### **Isso já na década de 1970?**

Aurea Sigríst: Sim! Em maio de 1970, meu pai faleceu. Eu estava começando a ficar deprimida, pois era uma situação que não se resolvia nunca. Sobre isso é que eu quero falar!

Quando veio a resposta do militar do SNI dizendo que eu estava inocentada, eu paguei para um advogado ir à Brasília tirar para mim a certidão. Ele me trouxe esse documento. Eu o xeroquei, imprimi, autentiquei e fiz um processo, pedindo a minha volta para ser professora primária na cadeira que estava aqui em Campinas-SP. Então, era assim: o processo subia na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; todo mundo ia mandando pra cima. Chegava lá em cima e alguém escrevia: “Está faltando não sei que documento”. Voltava tudo até chegar à escola. Eu anexava o documento pedido, subia de novo e voltava. Foram uns 12 anos ao todo. Aí eu fiz o concurso, acho que foi em 1981 para Supervisora de Ensino. Passei e aí eu consegui pegar trabalho na primeira Delegacia de Ensino de Campinas-SP.

Mas, antes disso, acho que em 1970, eu fiquei muito mal, porque, num dia, eu estava em casa e chegaram dois militares da Escola de Cadetes, pedindo para eu ir a um interrogatório. Nunca me prenderam! Algumas vezes, que chegaram, acho que para me prender, nunca me acharam. Deus me protegeu de uma forma incrível! E quando me achavam, era para fazer interrogatório.

Eu nunca fugi de interrogatório. Não tinha medo de nada. Não tinha medo de me contradizer, porque eu não tinha feito nada e eu dizia claramente, uma vez, com o dedo em riste para o coronel que estava sentado ali à mesa, com muitos outros militares. Eu não sou uma pessoa que chora fácil; até hoje eu quase não choro nada e aquela história que Jesus falou: “Se chegares à base do tribunal, por estar sofrendo injustiça, não se preocupe, porque o Espírito Santo dará a você palavras que ninguém conseguirá rebater”. Pois acontecia isso frequentemente. Às vezes, eu entrava, às 9 horas da manhã e saía às 9 horas da noite ou então às 6 da tarde, conforme o dia, lá no Quartel General do II Exército. Só em uma vez, foi na Escola de Cadetes em Campinas-SP. Nas outras vezes de interrogatórios, foram em São Paulo. Uma vez, eu disse: “Eu desafio os senhores a procurarem, em qualquer biboca que tenha Partido Comunista, se há, por acaso, o meu nome. Eu nunca participei de nada disso: eu só trabalho e cuido do meu pai”.

---

<sup>361</sup> Serviço Nacional de Informações.

Quando papai morreu, eu fiquei muito mal e o médico disse que eu deveria sair um pouco de São Paulo. Eu também já tinha feito tudo quanto era interrogatório e, então, poderia sair. A professora Maria Nilde dava cursos pelo Brasil inteiro, inclusive para freiras, e havia uma madre no Rio de Janeiro-RJ, a irmã Bernadete, que era uma pessoa muito importante, lá no Rio. Era ela que arrumava os cursos para a professora Maria Nilde. No fim de 1970, eu fui pro Rio e trabalhei lá no ano de 1971. Voltei no início de 1972 e, a partir daí, a Ana Maria de Almeida Camargo<sup>362</sup> me convidou para dar aulas de Matemática, no colégio “Vieira de Moraes”. Trabalhei lá uns dois anos mais ou menos, quando abriu o concurso, em Marília-SP, para professor de Educação da Unesp. A Ana Maria e uma outra professora, a Alice Fontes se inscreveram e também fizeram minha inscrição por procuração. Eu só fui conhecer a Faculdade de Marília, na entrevista. Olha, eu estava começando a fazer mestrado na PUC de São Paulo. Fui concorrer com doutores e outros mestres e passei em primeiro lugar. Assim, trabalhei na UNESP de Marília uns dois anos.

**A prof.<sup>a</sup> Maria Nilde menciona, em uma entrevista de 1988, para o jornal *O Liberal* de Americana-SP, que ela e colegas esconderam você no Rio de Janeiro para manter sua integridade.**

Aurea Sigrist: Nem foram colegas, foi ela mesma, que era muito modesta. Foi ela que me levou para o Rio de Janeiro e eu fiquei lá, era novembro, dezembro, numa cela de freiras. Aí que eu comecei a ver a Igreja Católica por dentro e eu precisava ter ido ao Rio, eu precisava abrir minha cabeça e por isso foi bom ter ido lá. Foi de tal forma que, quando chegou em janeiro eu disse para irmã Bernadete: “A senhora me ajude a arrumar um emprego em alguma escola do Rio, porque eu não aguento mais ficar aqui dentro”. É uma coisa terrível você morar numa cela de freiras, mesmo não sendo freira.

**E onde era?**

Aurea Sigrist: Era na Lapa. Era um pequeno colégio com curso primário e infantil mas também pensionato. A irmã Bernadete arrumou para eu trabalhar no Colégio Zacarias que tinha quatro mil alunos.

**Vamos voltar um pouquinho para falar da prof.<sup>a</sup> Maria Nilde. Como foi trabalhar com ela?**

Aurea Sigrist: Trabalhar com a professora Maria Nilde foi muito bom. Ela era muito eficiente, muito séria e dava muita segurança para gente, muita segurança. Pessoalmente, era uma pessoa que se preocupava muito com os outros. Comigo ela foi maravilhosa: me levou para casa dela um certo tempo, porque eu não tinha onde ficar; dividiu comigo o quarto dela; me tratou como uma irmã mesmo: se ela comprasse um xampu, ela comprava outro para mim. Eu

---

<sup>362</sup> Ana Maria de Almeida Camargo é professora sênior do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

não tinha dinheiro, eu estava afastada do cargo. Aliás, eu recebia meus proventos, mas eu deixava com minha irmã.

**Como era essa relação, você como Orientadora e ela como Coordenadora do SEV?**

Aurea Sigrist: Ela sempre me valorizou demais, desde o curso de treinamento; tanto que, ela me escolheu, junto com a professora Yara (Boulos) como primeiras colocadas. A Yara era ótima também! Ela já faleceu. Aliás, parece que foi Diretora da Psicologia da PUC de São Paulo, depois que ela saiu do Vocacional. A Yara era maravilhosa! Engraçado, ela nunca se colocou como rival e ela era a mais preparada de todas nós: eu fiz o curso vago na PUC de Campinas e ela fez USP.

Como profissional, a professora Maria Nilde era muito competente, muito justa e ela sempre me valorizou, porque, no trabalho de Americana-SP, eu tinha uma equipe excelente. Como era uma coisa experimental, havia diversas reuniões para discutir as propostas de ensino e aquilo que deveria ser mudado no método. Os relatórios de Orientação Educacional de Americana-SP eram sempre lidos como exemplo. Eu trabalhava sério. Eu não fiz bem o curso de Pedagogia, porque eu o fazia vago, mas eu fiz muito bem o curso de Orientação Educacional em um ano, todas as tardes. E então, a professora Maria Nilde me considerava e sempre me tratou muito bem. O Serviço de Orientação Educacional do Vocacional de Americana-SP era afamado. Um dia Maria da Glória Pimentel – que era Supervisora desse serviço no Vocacional - levou todas as Orientadoras Educacionais do sistema, para conhecer o SOE do Vocacional de Americana-SP. Nesta época já havia seis Ginásios: o de São Paulo, o de Americana, o de Batatais, o de Barretos, o de Rio Claro e o de São Caetano do Sul.

**A senhora assumiu a direção em 1968, como foi?**

Aurea Sigrist: Minha gestão como Diretora foi trabalhosa e conturbadíssima. No início, enfrentei a rejeição de dois Orientadores Pedagógicos, que não me aceitavam, porque um deles queria ser o Diretor. Quando mandei meu plano de direção para o SEV-São Paulo, fui chamada para explicar porque eu pusera, como pesquisa do ano do Vocacional de Americana três estudos: o de trabalho em equipe, as formas de integração das áreas e as experiências de êxtase, que aconteciam, quando nossos alunos descobriam algo, ao estudar. Expliquei isso, sobretudo as experiências estéticas, que começavam a acontecer com nossos alunos, a toda equipe diretora do SEV, incluindo a professora Maria Nilde. Esse fato foi muito apreciado por todos.

Os problemas começaram quando um professor foi desligado do Vocacional no fim de 1968.

**Foi o professor Cid?**

Aurea Sigríst Sim! Ele deveria voltar para sua cadeira de professor primário. Mas ele não se conformou: escreveu uma carta ao comando do Exército de Campinas-SP, inventando que ele estava sendo despedido, porque eu era comunista e ele cristão.

Ele havia ameaçado fazer isso, quando foi informado pelo advogado do SEV, em São Paulo, de que estava sendo despedido. Eu soube da ameaça, mas só fiquei sabendo que ele a consumara, quando, em junho de 1969, foi publicado meu afastamento do Vocacional de Americana-SP, no Diário Oficial. Após a denúncia de Cid, ninguém do Exército me chamou para dar explicações.

Quando o Cid foi para o SEV em São Paulo e foi anunciado seu desligamento, ele fez uma ameaça ao advogado do SEV, mostrando uma carta que ele entregaria ao Exército se o tirassem do Vocacional. O advogado teria dito que esta decisão não cabia a ele e que ele só estaria formalizando a decisão do SEV, que isto caberia aos pedagogos do SEV. Então, o Cid disse: “Ou me deixam no Vocacional, ou eu entrego isto aqui no GCAN de Campinas-SP.” Isso era uma carta onde dizia que ele estava sendo mandado embora, porque eu (Aurea) era comunista e ele (Cid) cristão.

Isso me foi dito antes de eu ser demitida. Mas, o que a gente não sabia de fato era que ele ia entregar a tal carta ou era apenas uma ameaça. O advogado teria dito a ele: “O senhor conhece a professora Aurea e sabe que ela não é comunista. Se eu fosse o senhor, não faria isso, porque o senhor vai ter que provar e vai ficar muito ruim.”

Mas ele não ouviu, porque ele queria voltar para o Vocacional e, de fato, ele conseguiu. Mas eu não esperava ser destituída do cargo sem ao menos ter sido chamada pelos militares, para saber afinal de contas quem eu era e o que eu diria a respeito daquilo. Assim, nós não esperávamos que a coisa fosse se dar do jeito que se deu. Simplesmente, o 5º GCAN deu ordens para o Secretário da Educação colocar no Diário Oficial que eu estava despedida.

No dia em que saiu publicado esse meu afastamento, aconteceu o seguinte: eu era Orientadora Educacional, mas trabalhava também como Orientadora Pedagógica, só dos professores de Matemática do Ginásio de Americana-SP, porque a diretora que ocupava este cargo não entendia desta disciplina. A Supervisão de Matemática do SEV havia feito o relatório dos resultados das experiências desta área, para serem publicados em livro. Eu fui chamada para São Paulo para criticar o texto.

Chegando à sede do SEV, houve uma coisa estranha: a professora Nobuko Kawashita<sup>363</sup>, que trabalhava lá, não me deixou tomar café com os professores; ela trouxe o lanche para mim, levou-me para uma sala e me entregou o relatório para análise, não me deixando sair de lá. Depois, me convidou para almoçar com ela, não no SEV, mas em um restaurante. Isso era para que eu não encontrasse ninguém do Vocacional, pois muitos já

---

<sup>363</sup> De acordo com o site da Associação de Ex-alunos e Amigo do Vocacional (Gvive), Nobuko era Orientadora Educacional do Ginásio Vocacional “Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro-SP.

estavam sabendo de minha demissão. Disse para mim que a Maria Nilde havia ido falar com o Secretário da Educação e, como isso era comum, não me preocupei.

Pois ela havia ido falar com o Secretário da Educação e ele a levou até o general do II Exército e lá foi dito a ela algo assim: “Nós precisamos que a senhora ratifique o que nós fizemos; a senhora vai declarar que a professora Aurea é mesmo comunista, que a senhora já estava desconfiada das atitudes dela e que, por isso, está certo o SNI de afastá-la”. Qualquer coisa assim! Ela disse: “Eu não posso declarar isso, porque ela é uma das minhas melhores funcionárias e não é comunista nada: eu a conheço. Eu não posso fazer isso!”. E lhe disseram: “Se a senhora não fizer, amanhã ‘rola sua cabeça’: a senhora vai ser destituída do cargo”. Ela pegou a bolsa e disse: “Então, amanhã ‘rola a minha cabeça’”. Você acredita? Aí, quando ela voltou ao SEV, ela me chamou e me contou isso. Fez mais: não me deixou nem voltar para casa: ela me levou pra casa dela.

No dia seguinte, viemos no carrinho dela. Em todas as bancas de jornal que a gente passava da Mooca ao Vocacional lá no Brooklin, ela pedia o Diário Oficial, até que em uma delas ela o encontrou, abriu e estava o nome dela lá, em Ato do Secretário da Educação demitindo-a.

Prá você ver o caráter dela: ela perdeu o cargo para não fazer uma injustiça.

E ela confiava em mim. Então, era confiança mútua. E mais, tinha havido antes, um momento em que o Secretário da Educação a tirou do cargo. Nós lutamos um mês para ela voltar porque qualquer outro que viesse não nos daria segurança profissional de continuar as pesquisas, como ela fazia.

### **É a crise de 1965?**

Aurea Sigríst: 1965 mesmo, bom, mas é outra história.

### **Você só começou a ser interrogada depois que você soube da sua demissão?**

Aurea Sigríst: Certo! Ninguém me chamou antes. Eu não sabia de nada. Tanto que aconteceu aquele fato com a Nobuko, que foi orientada para tomar conta de mim, porque havia saído, naquele dia mesmo, no Diário Oficial, a minha demissão. Eu não sabia de nada. E, à tarde, quando a professora Maria Nilde veio e me chamou, ela disse: “Amanhã, estou fora também”.

Tem também a questão do professor Wladir. Você quer que eu fale disso agora?

### **Por favor.**

Aurea Sigríst: O professor Wladir veio para trabalhar comigo na Orientação Educacional. Mas era uma pessoa que não trabalhava. Que a Odila não me deixa mentir. Ele não trabalhava. O que ele fazia? Ele tinha uma sala enorme, muito maior do que a minha. Ele ficava dentro da sala dele e escrevia, numa tabuleta, um papelzinho assim: “Aluno em situação de teste, não perturbe!”. E ficava lá dentro, certamente ouvindo disco, lendo livro ou sem fazer nada.

Outra coisa, muitas vezes os professores chegavam para mim e diziam: “Aurea, há Orientação Educacional com a turma tal e os alunos estão lá. Você não vai?” “Não é função minha, pede para o Wladir”. Quer dizer, ele não trabalhava.

Então, quando se formou a primeira turma dos Vocacionais, o SEV quis saber como os alunos estavam indo no Colegial, pois ainda não tínhamos este curso. Só São Paulo (capital) teve. Então, resolveram que tinha que ter um especialista que iria entrevistar esses alunos. Em Americana-SP, era muito fácil, pois esses alunos estudavam no Instituto de Educação. Não havia outra coisa pra fazer: era só entrevistá-los ou chama-los à sede do Vocacional de Americana-SP. Acontece que nem disso o Wladir deu conta. Ele não tinha nada comigo, não era meu funcionário; ele tinha uma sala que era dele e ninguém entrava. O problema dele foi com o SEV, porque os supervisores de lá do SEV perceberam que a coisa não ia e o demitiram.

#### **Com base no desempenho dele como profissional?**

Aurea Sigrist: Como profissional. Não tenho nada contra ele pessoalmente: eu nunca briguei com ele.

**Consta no Relatório do IPM que Francisco Cid foi afastado por ter sido mal avaliado pelo SEV e porque não se alinhava a orientação de “esquerda” da direção.**

Aurea Sigrist: Palavras bonitas, né! Não havia nada disso! Inclusive, nós nunca discutimos política nem coisa nenhuma. Nós nunca brigamos e não fui eu quem determinou que ele fosse mandado embora. O problema foi prá São Paulo e o SEV o desligou. Não fui eu! Pois é, mas aí inclusive numa dessas acareações que houve nos interrogatórios, eu falei assim: “Você mentiu hein!” “É, mas eu precisava me defender”, ele disse. Mas ele tem que dizer, porque se ele me acusa de comunista, ele tem que dizer que não se afinava. Nunca houve nenhuma discussão sobre isso nem com o Cid, nem com ninguém.

**Em entrevista ao jornal O liberal, da cidade de Americana-SP, a prof. Maria Nilde menciona que o Exército fez convite para vocês, para verem filmes, realizar debates e passeios para a Escola de Cadetes de Campinas-SP e menciona que estas ações significava que o Exército já estava elaborando estratégias de aproximação do Colégio de Americana-SP.**

Aurea Sigrist: Eu não me lembro de filmes. Mas a gente não sentia nenhum problema com o coronel Hélio<sup>364</sup>; o problema começou com o Coronel Cerqueira Lima<sup>365</sup>.

Você menciona, em uma de suas perguntas que, segundo a Maria Nilde, o pai da Aurea morreu no meio disso tudo. Não foi no meio, foi por causa disso. Quando disseram para ele que eu estava sendo perseguida pelo Exército, ele teve um problema e morreu do coração. Foi isso! Ele morreu por causa disso. Mas, o Exército não foi cercar o velório do meu pai. Não é

---

<sup>364</sup> Coronel Hélio João Fernandes Gomes ficou à frente do 5º GCAN de Campinas-SP de 02.02.1965 a 04.04.1967.

<sup>365</sup> Coronel Fernando Guimarães de Cerqueira Lima ficou à frente do 5º GCAN de Campinas-SP de 10.05.1967 a 21.08.1969.

bem assim! Eu que precisei de esquema de segurança preventivo, para caso o Exército fosse me prender, naquela ocasião. Acho que ela entendeu de outra forma.

**Ainda nessa entrevista, ela diz que sua casa, que era em frente à Escola de Cadetes de Campinas-SP, foi invadida duas vezes?**

Aurea Sigrist: Não, não foi invadida, não! Duas vezes eles foram para a minha casa. Uma vez, eles foram me procurar e eu estava viajando. E, outra vez, eles foram me buscar para uma entrevista, que durou de meio dia ou uma hora da tarde, até as oito da noite, na Escola de Cadetes de Campinas-SP.

**Fim da primeira parte da entrevista.**

**Entrevistada: Aurea Cândida Sigrist de Toledo Piza. – Parte 2.**

**Local: Colégio “Lumen Verbi”. Cidade de Paulínia-SP.**

**Data: 27.06.2019.**

**Participação: Odila Folegati<sup>366</sup> e Berenice Mendoza<sup>367</sup>.**

**Entrevistador: Pedro Luiz Stevolo.**

**Gostaria de lembrar que hoje é 27 de junho de 2019 e a professora Maria Nilde e a professora Aurea Sigrist foram demitidas, em junho de 1969. Então, é até uma data histórica que a gente esteja no mês de junho, realizando esta conversa. Já faz 50 anos que isto aconteceu.**

Aurea Sigrist: É verdade, 50 anos! Estão presentes aqui hoje, além da professora Odila que foi especialista em Recursos Áudio Visuais no GEV de Americana-SP, a professora Berenice Mendoza que foi professora brilhante de Matemática naquele colégio. Eu fico contente por elas estarem aqui, porque elas me ajudam a lembrar fatos, considerando que já faz tantos anos que isso aconteceu e a gente se esquece de algumas coisas.

**Hoje falaremos mais de algumas informações apresentadas no *Relatório* do IPM. De acordo com o *Relatório* (BRASIL, 1970, p. 6) Aurea foi acusada de conduta “subversiva” e isto conduziria o Vocacional a tendências “filo comunistas” caracterizadas pela “guerra psicológica adversa”. Você sabia dessas informações? Comente.**

Aurea Sigrist: Eu nego veementemente isso! Eu sempre fui cristã católica. Eu era até católica demais. Mas eu não era comunista e nem fui subversiva e não conduziria a escola a tendências comunistas. Nunca! Foi isso que me atribuíram para poder justificar a carta do Cid. Ele afirmou taxativamente que eu o tinha mandado embora, porque eu era comunista e ele era cristão.

---

<sup>366</sup> Odila Folegati foi professora de Recursos Áudio Visuais do Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII” na cidade de Americana-SP (1963-1970). Depois de atuar nos Vocacionais e em colégios da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo, Odila passou a trabalhar no Colégio “Lumen Verbi”, na cidade de Paulínia-SP, de propriedade de Aurea Sigrist.

<sup>367</sup> Berenice Simioni Mendoza, foi professora de Matemática do Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII” de Americana-SP até o final da experiência. Além disso, Berenice é professora de Matemática do colégio “Lumem Verbi” da cidade de Paulínia-SP, de propriedade de Aurea Sigrist

Uma coisa que aparece no *Relatório do IPM (BRASIL, 1970, p. 35)* é que o Cid arrolou algumas testemunhas para corroborar com a denúncia. Eram elas: Maria Antonieta Cordenonsi Lopes<sup>368</sup>, Joel Gerson Lopes<sup>369</sup>, Maria Ignez Worschech<sup>370</sup>, Cherubim José Barsotti<sup>371</sup>, Dion Muniz<sup>372</sup> e Olga Martins Muniz<sup>373</sup>.

Aurea Sigrist: Maria Antonieta era casada com o Joel Gerson. A Maria Antonieta Cordenonsi brigou muito comigo porque, em 1968, nós tínhamos que escrever uma ficha de cada professor e eu, muito tola, escrevia o positivo e o negativo. E ela não gostou do negativo que eu escrevi sobre ela. Ela fazia uma coisa com a outra diretora: ela se oferecia para fazer o horário do ano e, depois, punha todas as aulas de Ciências, que ela dava do jeito que ela queria. A professora Maria José, que era a outra professora de Ciências, vinha chorar, na minha sala, porque ela ficava com todos os horários piores. Ela fazia isso e a professora Cecília Guaraná, que foi diretora antes de mim, deixava que ela fizesse o horário. Não era atribuição dela e eu cortei isso.

Quando eu fiz a ficha da Maria Antonieta, ela passou a brigar comigo e a criar problemas. Como consequência, o SEV transferiu o casal para o Vocacional de Rio Claro. Maria Antonieta e seu marido se recusaram a ir. Maria Antonieta era uma pessoa muito contundente, muito autoritária e ela não aceitava certas coisas. Ela queria que eu me retratasse sobre a ficha e eu não podia fazer isso, porque o que eu tinha escrito era verdade.

A Maria Ignez Worschech era uma professora de Português muito fraca. Cherubim José Barsotti era professor de Práticas Comerciais, muito diferente. Dion Severino Muniz e Olga Martins Muniz, tinham se casado no Vocacional. A Olga era professora de Português muito fraca e eu reclamei disso. Eu queria uma equipe que fosse realmente boa. Com o Dion Muniz, eu nunca tive problema. Ele era professor de Estudos Sociais; não era maravilhoso mas dava pro gasto. A Olga foi afastada pelo SEV das aulas de Português e passou a trabalhar no setor de visita aos pais. Depois acabou sendo demitida assim como o Dion. Então, eles ficaram muito bravos comigo.

Depois que eu saí, houve uma devassa dos militares nos Colégios Vocacionais. As áreas tinham suas salas especiais; na de Práticas Comerciais, a sigla era PC. Quando os militares

---

<sup>368</sup> Maria Antonieta Cordenonsi Lopes, foi professora de Ciências do Ginásio Estadual Vocacional de Americana-SP de 1964 a 1968.

<sup>369</sup> Joel Gerson Lopes, foi professor de Estudos Sociais no Ginásio Estadual Vocacional da cidade de São Paulo de 1965 a 1966, quando passou a lecionar no Ginásio Estadual Vocacional de Americana-SP, onde atuou até 1968.

<sup>370</sup> Maria Ignez Worschech, foi professora de Português no Ginásio Estadual Vocacional de Americana-SP de 1964 a 1968.

<sup>371</sup> Cherubim José Barsotti, foi professor de Práticas Comerciais no Ginásio Estadual Vocacional de Americana-SP de 1966 a 1968.

<sup>372</sup> Dion Muniz, foi professor de Estudos Sociais no Ginásio Estadual Vocacional de Americana-SP de 1966 a 1968.

<sup>373</sup> Olga Martins Muniz, foi professora de Português no Ginásio Estadual Vocacional de Americana-SP de 1962 a 1968, quando foi transferida para o Ginásio Estadual Vocacional da cidade de São Paulo.



viram o PC, imaginaram ser Partido Comunista. Por isso, pegaram todo o material de Práticas Comerciais e o levaram para uma sala do Quartel General do II Exército em São Paulo (capital). Então, em um interrogatório, o Coronel<sup>374</sup> me levou até esta sala e disse: “Dona Aurea, eu quero que a senhora veja toneladas de subversão”. Vendo do que se tratava, eu falei: “Olha, os senhores trouxeram material de Práticas Comerciais que, por coincidência, é da mesma sigla de Partido Comunista. O senhor pode pegar qualquer coisa, que só vai encontrar cheques, faturas, duplicatas e outros documentos e anotações que se usam em Práticas Comerciais. Pode pegar qualquer um”. Ele pegou e viu que era mesmo o que eu havia dito.

**Esses professores foram demitidos pelas avaliações internas? O relatório vai dizer que eles foram demitidos por não apoiarem a “orientação esquerdizante” da diretora de Americana-SP.**

Áurea Sigrist: Não é verdade! A diretora Cecília era muito condescendente com tudo. O Cid já estava, em outros momentos, fadado pela equipe de direção para ser mandado embora. Mas, a diretora Cecília sempre achava que as pessoas melhoravam e que nós poderíamos dar uma segunda chance.

**Ainda, segundo o *Relatório* (BRASIL, 1970, p. 34) você seria apoiada pelos professores Moacyr da Silva, Louvercy Olival e Maria Rosa Cavalheiro. Fale desses professores e sua relação com eles.**

Áurea Sigrist: A Maria Rosa era a Orientadora Educacional que me substituiu. Eu tive com ela excelentes relações e nunca problema nenhum. E, depois, ela acabou ficando como diretora, quando eu saí. O Moacyr e a Louvercy tiveram problemas comigo, sobretudo quando eu fui escolhida para direção do GV de Americana pela coordenadora do SEV a professora Maria Nilde Mascellani. Os dois queriam que o Moacyr fosse o diretor. Mas eu tinha mais tempo e experiência de Vocacional. E, na época da avaliação, já tínhamos superado este problema.

**Segundo o *Relatório* do IPM (BRASIL, 1970, p. 36), você teria indicado o comparecimento de cinco alunos de Americana-SP a um Congresso de Estudantes, no Colégio Progresso de Campinas-SP, onde teria ocorrido uma palestra do padre Milton Santana, no dia 01 de setembro de 1968.**

Áurea Sigrist: Olha, veja bem: não foi um Congresso. Foi apenas uma reunião. Eu conhecia a diretora do Colégio Progresso, dos meus tempos de estudante; era a professora Amélia Palermo, uma excelente pessoa, de muita visão educacional. Eu aprendi muito com ela para ser educadora. Ela queria que o colégio se renovasse na linha do Vocacional. Então, ela me procurou para saber se eu faria Orientação Pedagógica ali, na linha do Vocacional. Eu disse:

---

<sup>374</sup> Trata-se do Coronel Rubens Resstel, responsável pelo IPM da Educação.

“Eu não posso ser contratada, porque eu tenho tempo integral. Eu posso ajudá-la como voluntária.”

Eu soube que ia haver uma reunião de estudantes e não era nada “subversivo”. Inclusive, quem estava lá, na ocasião, era o padre Celso Queiroz, e não o padre Milton Santana. O encontro era sobre Educação Religiosa.

Então, eu convidei um grupo de alunos para ir e eles foram, eu não sei se foi só um sábado ou um domingo, no máximo. Acho que foi só um sábado. E mais, o professor de Português e o professor de Matemática foram acompanhá-los. Portanto, se fosse alguma coisa “subversiva”, eles deveriam ter me relatado e repudiado. Mas esses professores pagaram por isso e foram afastados de seus cargos pelo Estado.<sup>375</sup>

Agora, eu vou contar a história do padre Milton, escuta bem! Eu como católica, frequentava as missas de pontificais de Dom Paulo<sup>376</sup>, na catedral de Campinas-SP. Esse bispo era excelente e Campinas-SP era considerada a melhor diocese do Brasil. O padre Milton Santana era do grupo que assessorava o bispo; então, ele participava dessas missas. Eu tinha visto o Padre Milton Santana, lá no altar, algumas vezes e, por alguma razão, eu sabia quem ele era. Mas eu nunca tinha conversado com ele. Ele nunca tinha me visto. Acontece que arrolaram o padre Milton Santana e ele foi chamado na Escola de Cadetes de Campinas-SP, para um depoimento, sobre Áurea Sigrist. Porque parece que constou no meu inquérito alguma coisa do tipo que foi ele quem me ensinou o comunismo.

Ele era ótimo, um homem admirável, um velhinho que não tinha papas na língua e fazia coisas incríveis no atendimento das pessoas. Ele era o Vigário da Paróquia do Taquaral de Campinas-SP, mas eu nunca tinha ido a essa Igreja. Os militares o chamaram para ver qual era sua relação comigo, pois havia uma suspeita de que ele tinha me ensinado o comunismo. Então ele disse: “Eu não conheço a professora Aurea; eu conheço algumas pessoas Sigrist, mas eu não conheço essa professora Aurea, eu nunca a vi”.

E era verdade: ele nunca tinha me visto mesmo. Acontece que uma vez em que os militares foram buscá-lo, ele disse que não podia sair, porque ele tinha feito uma cirurgia no olho e não podia se movimentar, nem de carro. Pois não aceitaram e o levaram assim mesmo. Ele era um baiano bravo e, quando começaram a dizer: “O senhor a conhece! O senhor a conhece!” Ele deu um murro na mesa e o ponto do olho partiu. Ele perdeu uma vista, pelo menos é tudo o que eu sei.

Muito bem, mas, na semana seguinte, me buscaram em casa e me levaram para a Escola de Cadetes. No longo interrogatório, me repetiam que o Padre Milton estivera lá e

---

<sup>375</sup> Trata-se do professor de Português Modesto Vasquez Aires e do professor de Matemática Ricardo Aparício Bacci que foram afastados do SEV, em janeiro de 1970, por determinação do Secretário da Educação.

<sup>376</sup> Trata-se do Arcebispo de Campinas-SP Dom Paulo de Tarso Campos que ficou no cargo de 1958 a 1968.

dissera que me havia ensinado comunismo. Eu disse: “Se ele disse, ele está equivocado, por que ele nunca me viu. Eu o conheço, porque eu o via nas pontificais do bispo, mas eu nunca conversei com ele. Ele nunca me ensinou nada, porque ele nunca me viu”. Eu fiquei horas e horas a fio, e os interrogadores insistindo e insistindo. E diziam para mim: “Mas, dona Áurea como é que a senhora, sendo tão católica, vai contra a palavra de um padre?” Eu falei: “Ele não pode ter dito isso, porque não é verdade.” “Ele não pode ter dito isso, a menos que ele esteja me confundindo com outra pessoa; se ele falou, é um equívoco, ele não me conhece”.

### **Você tinha falado que foi conhecer o padre Milton, depois?**

Aurea Sigrist: Isso, sabe aonde eu fui conhecê-lo? Pouco depois, no velório de papai. Quando papai morreu, o Padre Milton viu a notícia no jornal e foi ao velório. Chegou perto do caixão, estávamos todos os filhos ali e ele, meio cambaleando com um tapume no olho, disse: “Quem é Aurea Sigrist, quem é Aurea Sigrist?” E me abraçou. Ele me conheceu, em 14 de maio de 1970, posteriormente à chamada do Exército, porque lá ele soube da minha existência, no interrogatório. Daí é que nós ficamos amigos e ele foi magnífico comigo. Você nem imagina! Ele batizou os meus dois filhos e também fez a primeira comunhão deles.

O padre Milton foi um dos padres mais admiráveis que Campinas-SP teve. Ele morreu bem velhinho e ficou muito tempo de cama. Assim, essa é a verdade sobre o padre Milton Santana.

**Segundo o Relatório (BRASIL, 1970, p. 24), no carnaval de 1968, Maria Nilde teria promovido uma reunião de Diretores, Professores e Orientadores, em uma chácara em Araraquara-SP, onde, segundo o Relatório, Cid e Wladir teriam dito que tinha cunho “subversivo” e inclusive para marcar posição contra os Pluricurriculares.**

Aurea Sigrist: Os Pluricurriculares eram Ginásios que um grupo da Secretaria de Educação inventou como um arremedo do Vocacional. De fato, houve uma reunião em Araraquara-SP e acontece que eu compareci só no primeiro dia. A prof. Maria Nilde queria discutir com as pessoas, como é que nós iríamos trabalhar nas condições que nós tínhamos, não no sentido de “subversão”, nas condições que estavam presentes e ela sempre queria um posicionamento de todo mundo.

Então, ela chamou alguns Professores; inclusive eu convidei a Cordenonsi para ir com o marido, ela tinha até um bebê pequeno e o levou. Eu não sei o que foi tratado nesta reunião, porque eu cheguei lá de véspera; nem todo mundo tinha chegado, nem a primeira reunião tinha começado. Assim que cheguei, recebi um telefonema de Campinas-SP, dizendo que meu pai tinha caído no banheiro, tinha quebrado o fêmur e estava no hospital. Que eu voltasse imediatamente. Eu chamei um taxi e dei meia volta. Nem sei quem tinha ido nessa reunião.

**Aqui há uma lista de livros no Relatório do IPM (BRASIL, 1970, p. 2) que foram apreendidos na biblioteca do Ginásio Vocacional de Americana-SP: (entrevistador lista os livros).**

Aurea Sigríst: Esses são os livros que foram considerados “subversivos”. Eu estava começando o meu trabalho de direção e digo a vocês que eu nem sabia quais eram os livros que havia na área de Estudos Sociais, porque eu tinha sido Orientadora Educacional, até aquele tempo, e não competia a mim esse trabalho. E mais, os Professores de Estudos Sociais eram orientados, até então, pela Diretora Cecília e sobretudo pelo professor Newton em São Paulo. Eu não tinha noção do que havia lá. Eu não tinha ainda tido tempo de ver isso, porque era muita coisa que se tinha para fazer.

**No Relatório (BRASIL, 1970, p. 38), fala-se de uma peça teatral de 1968, no colégio de Americana-SP, que seria interpretada pelos alunos, na qual se manifestavam sobre a violência policial diante dos estudantes. Você teria aprovado a peça e, depois da interferência do delegado De Luca, cancelado a atividade. Lembra-se disso?**

Áurea Sigríst: De fato, o delegado de Americana-SP era De Luca que, inclusive, tinha um filho na nossa escola. Todos os anos, os alunos iam criando a peça teatral que iria substituir o discurso de formatura: em vez de um aluno fazer o discurso, a classe inteira participava ou falando ou dançando. E, em 1968, a coisa estava muito pesada e cabia a mim, pela primeira vez, acompanhar. De fato, quando eu vi que a coisa estava ficando muito séria, eu cancelei a peça. Eu não aprovei a peça! Primeiro, eu fui acompanhando o que eles estavam fazendo e, chegou num ponto, em que eu cancelei a peça. Mas não houve interferência nenhuma do Delegado.

**E eram os alunos que decidiam?**

Áurea Sigríst: Sim! Os alunos criavam tudo: texto e coreografia. Dessa vez, foi além da conta. Eu me lembro de que uma das falas da peça era assim: “Visite a Amazônia, antes que precise de passaporte.” Quer dizer, estavam fazendo uma crítica à nação dos Estados Unidos, em relação ao Brasil que eu achei que não era adequada. Então, você veja como eu não era “subversiva”!

Aliás, vou lhe contar uma coisa. Numa acareação que a Secretaria da Educação fez comigo e com o Wladir, este professor levou a dona Irene para testemunhar que eu era “subversiva”. A dona Irene era funcionária do Ginásio de Americana-SP. Eu fui com meu advogado: só na Secretaria de Educação podia ir com advogado, no Exército, de jeito nenhum! Então o Wladir sentou-se lá e botou uma dessas malas de executivo, fechando a cara dele. Quando ele fez isso, eu disse para o meu advogado: “Ele está se escondendo atrás da maleta”. Meu advogado disse para o juiz: “Eu requeiro que o acareado ali tire a maleta da frente do rosto dele, porque se é acareação tem que ser cara a cara”. O juiz concedeu e Wladir teve de ficar com o rosto à mostra.

Ele começou dizendo (Wladir): “Eu estou trazendo aqui a senhora Irene que era inspetora de alunos e que testemunhou vários atos da professora Aurea falando sobre subversão”. Então, dona Irene se sentou lá e começou a ler coisas que estavam escritas à máquina. Advinha quem as escreveu? E leu: “Num dia eu estava varrendo, acho que o corredor,

e passei à frente a sala da dona Aurea e ela estava conversando com não sei quem. E ela teria dito que os alunos deveriam ser encaminhados ao comunismo”. Eu virei para o meu advogado e falei assim: “Ela não sabe escrever à máquina”. O advogado disse ao juiz: “Eu requeiro à vossa excelência que pergunte ao depoente, quem escreveu este texto”. Ela disse: “Eu mesmo!” (Não eu mesma) “Então, eu requeiro”, disse o advogado “que ela bata o texto agora aqui, para mostrar que ela sabe datilografia”. O juiz concedeu. Foram buscar uma máquina, deram para Dona Irene um papel e ela não sabia sequer pôr a folha na máquina. Ai, eu disse assim: “Pois é, quem inventou esse texto é ele próprio [Wladir], porque ele é muito bom para isso, para escrever e pra inventar coisas. Ele próprio inventou. Agora, se ele inventou isso aí, o senhor pode ter certeza que ele também inventou muitas outras coisas e essa história de subversão e de comunismo: tudo mais o que ele afirma.”

Aí, o juiz falou assim: “Estou satisfeito.” E saiu da sala.

Para você ver quem é o Wladir, gostaria que você relatasse isso.

**O Relatório dedica boa parte de seu conteúdo para analisar as atividades de Autoavaliação e Estudo do Meio do Vocacional. Como você interpreta hoje esta preocupação do Exército nesses temas e como você via isso enquanto atividade pedagógica?**

Áurea Sigrist: O Vocacional tinha uma filosofia de liberdade no sentido de fazer o estudante ser um ser humano autônomo. Isto significava que não podia haver “inculcação” ideológica. Então, para isso, a gente desenvolvia o senso crítico e, como eu disse, na Orientação Educacional a gente tinha que fazer o(a) menino(a) desenvolver a capacidade de opção. Então, quando os alunos chegavam ao Nono Ano, eu fazia com que eles levantassem os próprios valores, o que valia de fato para cada um, porque era isso que iria pesar nas decisões. Então, se existiu uma escola “antiinculcação”, foi o Vocacional, ao contrário do que dizem por aí!

A autoavaliação fazia parte desse processo, porque você tem que saber quais são seus valores o que realmente você quer. O que prova que não tem nada de “inculcação”, para isso é que se fazia desenvolvimento do espírito crítico, sendo uma das técnicas a autoavaliação. Então, a autoavaliação era uma técnica fundamental. Para você ver que havia uma filosofia de liberdade e não de “inculcação”. Então, faziam-se autoavaliações, por exemplo, de uma prova. O estudante chegava à conclusão, por exemplo, em Matemática. “Eu sei bem resolver equação, mas eu errei todos os exercícios que falavam sobre sistemas de equações. Então eu tenho que estudar melhor.” Havia autoavaliação de tudo.

**No Relatório (BRASIL, 1970, p. 21), a prática da autoavaliação foi identificada “como um meio de massificar os alunos e professores, considerada a sua analogia com a “auto-crítica” utilizada pelos comunistas.”**

Áurea Sigrist: Ao contrário, a autoavaliação atendia exatamente ao respeito pela formação de homens livres: ela era o avesso da massificação da “inculcação” ideológica. Era o

contrário! Aliás, o que fazia a massificação, a rigor, era o método tecnicista que veio dos Estados Unidos, onde era só cruzinha e você aprendia tudo parcelado. Porque, para você julgar uma situação e ser livre de escolher e tomar uma posição, você precisa ter visão de conjunto. Assim, quando um aluno vinha à Orientação Educacional e não tinha todos os dados do problema que ele queria resolver, eu pedia para que ele fosse pesquisar outros dados e voltasse. É que você precisa ter visão de conjunto. Então, eu sei que trabalhei por uma filosofia de liberdade, respeitando o ser humano.

### **E o Estudo do Meio?**

Áurea Sigrist: Veja bem, uma coisa é você ler no livro; outra coisa é você ver o fenômeno acontecendo. Ou você não faz o Estudo do Meio e dá ao aluno uma formação livresca e ele vai acreditar em tudo o que ele ler, ou você leva o aluno para ele próprio ver e tirar a própria conclusão. Nesse sentido, é que o Estudo do Meio era uma técnica muito valorizada. Os alunos faziam, na primeira série, estudos do meio na cidade. Em vez de o professor dizer “na prefeitura é assim e assado”, os alunos iam entrevistar o prefeito, o chefe não sei do quê, o médico do posto de saúde e tudo o mais, para tirar os dados. No segundo ano, estudavam o Estado de São Paulo. Quando iam à cidade de São Paulo, dormiam na casa dos estudantes do Vocacional da capital durante uma semana. Cada estudante de São Paulo acolhia um aluno de Americana-SP. E, depois, quando eles vinham para Americana, nossos alunos o recepcionavam. Quando eles iam pra Batatais, Barretos ou Rio Claro, acontecia o mesmo esquema. Na terceira série, os alunos estudavam o Brasil e, na quarta, o mundo. Então, a gente fazia uma viagem pelo Brasil: uma vez eles foram ao Pantanal, outra turma foi para Minas Gerais visitar as cidades históricas; e uma terceira ao Rio de Janeiro. A professora Odila tirava fotos para registrar os estudos. Os que foram ao Pantanal, chegaram até a Bolívia. Mas normalmente, não tínhamos condição de levá-los ao exterior, foi só um apêndice, uma exceção.

No oitavo ano, eles tinham também o encontro de Educação Religiosa e o Acampamento.

**Um professor de Educação Física, naquele filme, “Vocacional uma Aventura Humana”, comenta que o Exército ajudava nos acampamentos.**

Áurea Sigrist: Isso mesmo! O Exército fornecia e montava as barracas. Você sabe que “Uma Aventura Humana” fui eu quem deu o nome para o filme? Porque eu disse: “Qual era o ideal do Vocacional? Preparar o jovem para que ele pudesse arquitetar sua própria aventura humana”. Dito em termos mais filosóficos, “A sua vocação ontológica de homem.” Agora eu falei bonito!

Eles tinham um acampamento, a gente ficava na quinta, sexta, sábado e voltava no domingo; era uma coisa mais ou menos assim. Tomava-se banho no córrego. Era uma maravilha! O Encontro de Educação Religiosa procurava fazer com que o jovem se posicionasse quanto ao problema espiritual. Você pode ser ateu, mas o que você não pode é deixar isso prá lá.

Prá ser uma pessoa plena, você tem de ter uma posição tomada, está certo? Não é porque você tomou essa ou aquela posição. Você pode ser analisado criticamente por não ter tomado posição nenhuma e isso não era da Filosofia do Vocacional: você tinha que tomar posição e arcar com a responsabilidade.

**Você conheceu a Amélia Americano Domingues de Castro e o Laerte Ramos de Carvalho?**

Áurea Sigrist: Laerte eu não conheci. Amélia Americano foi professora em um dos cursos que eu tive na Unicamp, porque eu fiz a pós-graduação em Psicologia da Educação, na PUC de São Paulo, mas coincidiu de eu ter os meus filhos nessa ocasião. Então, por eu estar grávida, eu não podia viajar de ônibus e, então, eu fiz alguns cursos na Unicamp. Mas eu não quis ter o diploma pela Unicamp. A PUC de São Paulo e a Unicamp não têm termos de comparação: eu prefiro a PUC. Eu fiz alguns créditos na Unicamp e os levei para PUC de São Paulo, onde terminei o Mestrado depois que o menino nasceu e tudo bem.

**Estou falando isso porque Amélia Americano e Laerte Ramos Carvalho, foram chamados para fazer uma avaliação sobre os Estudos do Meio e Autoavaliação.**

Áurea Sigrist: Eles devem ter feito uma análise pedagógica bem contrária.

**Sobre os estudos do meio afirmam (BRASIL, 1970, p. 22): “deter-se predominantemente nos aspectos negativos da realidade que, contrariando o espírito e a finalidade educativa do estudo do meio, a condução do assunto poderá favorecer um tratamento político e ideológico dos problemas levantados pela curiosidade dos educandos”.**

Áurea Sigrist: Isso não é verdade! Tanto o senhor Laerte quanto a senhora Amélia não conheciam nosso trabalho. As afirmações deles não passam de suposições.

**Um outro problema ao qual o IPM se dedicou relaciona-se com professores ligados ao início das atividades do 2º ciclo do Ginásio da capital. Qual era a importância desse segundo ciclo para o Vocacional? Pois os Professores que atuavam nele também foram indiciados: Darcy Paulillo dos Passos, Carmem Maria Craidy, Sebastiana Bittencourt, Nagib Miguel Elchmer e Luiz Orlandi.**

Áurea Sigrist: Eu os conheci muito pouco. Eu não participei de nada do segundo ciclo de São Paulo. Eu vim a ler alguma coisa sobre o Segundo Ciclo depois que a professora Maria Nilde fez uma publicação que era praticamente um relatório. Eu acho que a importância do Segundo Ciclo era continuar o trabalho do ginásio. Acho que era melhor ter o primeiro e o segundo ciclo para ter o acompanhamento do aluno, em toda a Educação Básica. Mas o Segundo Ciclo só começou em São Paulo e não sei quanto tempo durou. Eu não sei nada sobre isso e não posso falar nada sobre nenhuma dessas pessoas, porque eu mal as conhecia.

**A senhora chegou a ser presa ou detida?**

Áurea Sigrist: Não! Não cheguei a ser presa nem detida. Então, não tenho o que dizer sobre isso.

### **Chegou a ser aposentada pelo AI-5?**

Áurea Sigrist: Sim! Mas eu fui aposentada pelo Governo Federal. Olha, eu já era Supervisora de Ensino e já tinha acabado o processo político. Eu tinha conseguido voltar ao meu trabalho. Mas eu só consegui voltar, quando fiz o concurso para Supervisão de Ensino e peguei a Primeira Delegacia de Campinas-SP. Então, aconteceu que eu estava há alguns meses na Supervisão, quando o delegado me chamou e disse: “A senhora precisa ir à Divisão Regional conversar com o advogado, porque a senhora está aposentada”.

Mas o processo se deu da seguinte maneira. Naquele tempo, o Paulo Maluf era governador do Estado de São Paulo e, ao que parece, seu governo mandou levantar em Brasília-DF, os nomes do Estado que teriam algum problema com IPM ou coisa parecida, para desfazer desafetos políticos. Nessa ocasião (novembro de 1970), a prof. Maria Nilde Mascellani e eu fomos aposentadas pelo governo federal.

Isso só foi mudar, quando o senhor Franco Montoro ganhou a eleição para Governador do Estado de São Paulo (1983). Nessa época, eu fui convidada para trabalhar como auxiliar da senhora Raineldes Tozzi que era Diretora Regional e sabendo do meu caso, ela levou o problema para o deputado Vanderlei Macris que, aliás, naquele tempo, acho que era presidente da Câmara dos Deputados de São Paulo. Esse deputado me entrevistou para entender o caso e levou a papelada ao Governador Montoro: eles eram do mesmo partido. Então, o Montoro resolveu acabar com aquilo, dizendo que o Estado de São Paulo não ia aceitar aquela determinação do Governo Federal e me restituía todos os direitos de funcionária da Supervisão na Primeira Delegacia de Campinas-SP

O Governo de São Paulo fez inclusive uma coisa muito bonita: eu fui chamada para uma sessão solene de desagravo na Secretaria da Educação, a qual foi presidida pelo senhor secretário, para a qual foram muitas pessoas que tinham sido dos Vocacionais. Fiquei fora do meu cargo ao todo mais de 12 anos.

### **Quería saber o que você achou dessas perguntas e como você vê o fato de que, depois de tanto tempo, alguém estar se debruçando nesta documentação?**

Áurea Sigrist: Olha, eu achei que você foi completo. O que você vai fazer vai ser muito bom, porque algumas pessoas que escreveram estavam equivocadas.

O que eu acho disso tudo? Agora, eu agradeço a Deus quatro coisas na minha vida: ter me casado com o Dr. Claret Rocha de Toledo Piza, ter tido meu filho Marcos, ter tido meu filho André e ter tido o processo político. Eu sofri demais, mas foi exatamente o processo político que me libertou dos preconceitos e das ideias erradas que eu tinha e que me transformou na pessoa que eu sou hoje. Então, eu agradeço a Deus: eu precisava de um baque desses e Deus me deu. E outra coisa, eu costumo dizer que, apesar do sofrimento, Deus nunca me faltou. Eu tenho



uma experiência de Deus que é incrível, que continua até hoje. Vou contar só mais uma coisa para você ter uma ideia de como as coisas são.

A professora Maria Nilde foi presa e torturada. Bem, ela era muito mais importante que eu. Mas, de qualquer jeito, poderia ter sido eu. Todas as vezes que os militares foram à minha casa e provavelmente era para me prender, eu não estava. Quando eles me achavam, era para fazer interrogatório. Eu nunca deixei de ir e inclusive acho que eu não lhe contei do último interrogatório que eu tive com o coronel Resstel. Num determinado momento, o coronel Resstel que acho que era da Escola de Cadetes de Campinas, ou comandante do GCAN, uma pessoa ótima. Não é porque era militar: eu não tenho nenhum problema com militar, porque não posso atribuir a esses de agora a cabeça que tiveram alguns outros do passado. Militar tem que fazer a função dele. Se eles optaram por uma ditadura, eu lamento. Mas o coronel Resstel foi para mim, magnífico. Ele foi chamado à São Paulo para cuidar do processo do Vocacional. Então, eu ia a todos os interrogatórios em que eu era chamada. Eu não sei quantos, mas com exceção de um que foi na Escola de Cadetes em Campinas-SP, os outros todos foram no Quartel General do II Exército perto do Ibirapuera, em São Paulo. Eu ia sozinha, sem advogado, tendo que falar da minha própria cabeça. Mas, como eu não devia nada, eu não tinha medo de me enrolar, nem de fazer contradições. Tinha medo de quê? Apesar de tudo o que pudessem me fazer, me condenar, me matar! Mas de me contradizer eu não tinha medo. Eu nunca chorei em interrogatório. Um dia me levantei, estava de pé na frente do coronel, dizendo para ele coisas do tipo: “O Senhor sabe que eu não devo, eu já estive aqui e já expliquei, eu teria outra atitude, se eu devesse! O senhor sabe! O senhor até tem possibilidade de me matar, mas eu quero que o senhor faça o seguinte: tome muito cuidado com o que o senhor vai fazer comigo, porque eu tenho uma proteção de Deus, coronel, que é visível e é incrível, na minha vida inteira. Se o senhor fizer uma injustiça comigo, vai cair a ira de Deus sobre o senhor!”

Aí um militar presente disse: “Como a senhora ousa fazer isso?” Eu disse: “Ouso sim, porque eu não devo.” É esse tipo de coisa deve impressionar o juiz, não é? E aí, quando foi no último interrogatório, o coronel Resstel me disse assim: “Dona Áurea, a senhora esteve tantas vezes aqui e a senhora nunca falou nada do seu acusador. Quem sabe o professor Francisco Cid seja comunista. E ele teria jogado a denúncia contra a senhora para poder se esconder. Fale um pouco sobre ele”. Eu disse: “Absolutamente, ele é um coitado! Ele é uma pessoa que deve ter problemas emocionais muito sérios, porque, muitas vezes, ele chorava na minha sala e ele não tem condições de ser comunista, não”. Neste ponto, um militar presente falou: “Então a senhora valoriza o comunismo?” Falei: “Absolutamente, estou dizendo que pra se manter comunista, numa situação que nós estamos, é preciso ter muita coragem. Ele não tem condições para isso. Ele pode ter todos os defeitos, mas comunista ele não é.” Aí o coronel Resstel disse assim: “Olha dona Áurea, eu não sei ainda se a senhora é culpada ou não, mas eu tenho que reconhecer uma coisa: diante dessa atitude, é preciso ter muito caráter, porque, podendo falar do seu

inimigo, a senhora o inocentou”. Eu disse: “Mas eu não preciso atingir meu inimigo para me livrar”. Ele disse: “Mas dona Áurea, a senhora está sofrendo tanto! A senhora perdeu tudo! A senhora está perdendo a cadeira isso e aquilo, e podendo falar do seu inimigo a senhora não fala”. Eu disse: “É pior do que o senhor está falando: meu pai morreu em consequência disso. Mas, eu não preciso atacar meu inimigo para me livrar. O senhor sabe que qualquer processinho não acaba comigo! Eu sou uma pessoa de fé, tenha certeza, e Deus nunca me faltou! O senhor tem que olhar para mim para o futuro e vai ver como eu me levanto dessa”. Então, ele disse: “Eu estou satisfeito,” E, virando-se para o datilógrafo, disse: “Ponha termo de encerramento”. Nunca mais me chamou.

**Fim da Entrevista**

## Termo de Autorização de Aurea Cândida Sigrist de Toledo Piza

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GERAL DE IMAGEM, SOM DA VOZ E NOME

Eu, AUREA CÂNDIDA SIGRIST DE TOLEDO PIZA, portador(a) da Cédula de Identidade RG/RNE nº 2.083.969-8, e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 037.441.408/49. Telefone: (19) 3242-2633, AUTORIZO, para todos os fins a utilização de uso geral de imagem, som da voz e nome para a pesquisa A Perseguição Político-Ideológica ao Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo (1964-1970), realizada pelo pesquisador Pedro Luiz Stevolo, portador do RG nº 34.291.452-2 e CPF sob o nº 326.422.128-40, vinculado ao curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Campinas/Paulista<sup>27</sup> de junho de 20 19

Aurea C. Sigrist de Toledo Piza  
Assinatura

